



IV Legislatura  
III Sessão legislativa

Número: 47  
Horta, Sexta-feira, 30 de Novembro de 1990

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**DIÁRIO**  
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

**Presidente:** Deputado Reis Leite

**Secretários:** Deputados Manuel Goulart e Manuel Valadão (Substituído aquando da sua intervenção pelo Deputado David Santos).

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10,00 horas.

A Assembleia concluiu a apreciação e votação do **Plano e Orçamento Regionais para 1991.**

Nos debates que antecederam as votações finais intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Victor Ramos (PS), Rui Melo (PSD), António Varão (PS), Artur Martins (PSD), Francisco José Silva (PSD), Martins Goulart (PS), José Carlos Simas (PSD), Carlos César (PS), Paulo Casaca (PS), Rogério Serpa (PS), Albano Pimentel (PS), Rui Meireles (CDS), Jorge Cabral (PSD), António Silveira (PSD), Henrique Aguiar Rodrigues (PSD), Paulo Valadão (PCP), Gaspar da Silva (PSD), Madruga da Costa (PSD), Fernando Fonte (PS), Borges de Carvalho (PSD), Carlos Mendonça (PS), José Ramos Aguiar (PSD), Luís Filipe Cabral (PS), Renato Moura (PSD), Manuel Valadão (PSD), Lisete Silveira (PS), Alvarino Pinheiro (CDS), Victor Evaristo (PSD), Manuel Serpa (PS), Carlos Teixeira (PSD), José Gabriel Lopes (PS) e Adelaide Teles (PSD). Participaram ainda nos debates os seguintes Secretários Regionais: das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado; da Economia, Humberto Melo; da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima; da Administração Interna, Costa Neves; da Juventude e Recursos Humanos, Manuel Arruda; do Turismo e Ambiente, Eugénio Leal; da Saúde e Segurança Social, António Menezes e ainda o Subsecretário Regional para a Cooperação Externa, Lalandia Gonçalves.

Produziram intervenções finais sobre os documentos em análise os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Rui Meireles (CDS), Martins Goulart (PS), Victor Cruz (PSD), bem como o Sr.

Presidente do Governo Regional, Mota Amaral.

Passou-se, de seguida, à votação dos documentos em apreciação - Plano e Orçamento Regionais para 1991 - tendo os mesmos sido aprovados por maioria de votos do PSD.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Dionísio de Sousa (PS), Madruga da Costa (PSD) e Alvarino Pinheiro (CDS).

Os trabalhos terminaram às 05,30 horas.

**Presidente:** Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

(Eram 10,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados; **PSD** - Adelaide Teles, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Henrique Aguiar Rodrigues, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Luís Bastos, Madruga da Costa, Melo Alves, Manuel Valadão, Regina Cunha, Reis Leite, Renato Moura, Rui Melo, Tomás Duarte, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - Albano Pimentel, Victor Ramos, António Gomes, Paulo Casaca, Carlos Mendonça, João Sousa Braga, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, Paulo Araújo, Lisete Silveira, Rogério Serpa; **PCP** - Paulo Valadão).

**Presidente:** Estão presentes 41 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar o nosso **Período da Ordem do Dia** com a continuação da apreciação e votação do "**Plano e Orçamento Regionais para 1991**".

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Victor Ramos.

**Deputado Victor Ramos (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se fossem dadas possibilidades aos açorianos de analisarem individualmente a presente proposta de revisão do Plano a Médio Prazo, Plano e Orçamento para 1991, atrevo-me a afirmar de que chegariam às seguintes conclusões, sem mais necessitarem do que recorrer ao senso comum:

Como podemos continuar a acreditar neste Governo se ele, ao propor um conjunto de novas medidas para o sector da Habitação e Urbanismo que até denomina de "uma nova política do Governo para a Habitação" não dota os respectivos programas e projectos das verbas necessárias à sua concretização, por forma a resolver as carências habitacionais que se continuam a fazer sentir na Re-

gião?

Como podemos dar o nosso aval à revisão do Plano a Médio Prazo, se a distribuição financeira apresentada continua a não reflectir minimamente a existência de uma política globalizante e progressiva para os diversos sectores?

Como pode este Governo pedir a aprovação de um Plano que não é exequível, face à exiguidade das verbas para satisfação dos objectivos que se propõe alcançar?

Como pode pedir este Governo que os açorianos canalizem as suas poupanças para o investimento na habitação, se ainda até hoje não foi capaz de definir com credibilidade suficiente qual a política para o sector, quem pretende apoiar com as medidas propostas, nem demonstrar a existência de uma gestão transparente e criteriosa das verbas destinadas ao mesmo?

Como podem os jovens desta Região acreditarem na resolução dos seus problemas, como o da habitação, se as medidas anunciadas pelo Governo não se repercutem na prática?

Será que, na prática, irá manter-se o actual recurso encontrado por muitos, do apadrinhamento político e as soluções menos transparentes, em determinadas situações pontuais, em detrimento de outras na mesma igualdade de circunstâncias? Não será esta prática demonstrativa da falta de definição de critérios e de medidas de política para o sector?

Nunca é demais afirmar que o problema da habitação assume uma dimensão regional que exige um conjunto integrado e continuado de acções que sobrevivam às alterações conjunturais e económicas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Atentemos agora numa análise mais pormenorizada sobre o Plano para 1991, no que se refere ao importante sector social da Habitação e Urbanismo.

Quanto ao programa 18 (ordenamento urbanístico) e pela forma como o mesmo se nos apresenta, só demonstra, mais uma vez, a falta de sensibilidade deste Governo quanto à natureza e importância que assume o orde-

namento do território como instrumento indispensável para o desenvolvimento sócio-económico e equilibrado da Região.

E isto porque as verbas destinadas a este programa são francamente irrisórias face aos objectivos e acções no mesmo programados.

Permitam-me, Srs. Deputados, que vos enuncie alguns dos objectivos do planeamento urbano, por forma a podermos avaliar, por um lado, a importância do mesmo face ao desenvolvimento regional e, por outro, as opções tomadas pelo Governo nesta área.

O planeamento do território em geral e o ordenamento urbano em particular, regulamentam os critérios de utilização do solo, estabelecendo o carácter, a sensibilidade, o aproveitamento do solo urbano, fornece elementos indispensáveis a tomadas de decisão quanto a zonas destinadas à construção de habitações, zonas verdes, de lazer e de equipamentos, como as escolas, hospitais, igrejas, infantários, edifícios públicos e estaçcionamentos.

Dá-nos a indicação das zonas de comércio em pormenor e das indústrias existentes com a finalidade de comprovar a necessidade de situar novas instalações industriais e zonas comerciais.

Proporciona-nos, igualmente, elementos que permitem solucionar o problema do tráfego urbano que é hoje uma realidade evidente nos maiores centros populacionais desta Região.

Em suma, o ordenamento urbanístico é um instrumento indispensável para que a vida nas cidades se torne mais humana, com um melhor ambiente e mais personalizada, em que o "Homem" não se transforme num mero número estatístico.

A actual inexistência destes instrumentos, bem como a incapacidade de os executar, só provam que este Governo ainda não conseguiu definir qual o modelo de desenvolvimento que preconiza para os Açores.

Por outro lado, e tomando como princípio que o planeamento urbanístico contém, numa das suas vertentes, uma forte carga ideológica, só demonstra que o PSD, o partido que suporta este Governo, está ideologicamente esvaziado.

Mais, sem estes instrumentos de planeamento, logo a definição de medidas de política sectoriais surgem desconexas.

Veja-se a situação, difícil, por que passa a lavoura açoriana.

Veja-se, entre outras situações, a falta de investimento privado no sector turístico

face às expectativas que o Governo criou ao promover este sector como prioritário para a diversificação e enriquecimento da economia regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Face ao exposto, concluímos facilmente de que as acções inscritas neste programa não são suficientes, tendo em conta a capital importância do mesmo, e o preocupante atraso que se faz sentir na elaboração dos mais diversos instrumentos de ordenamento urbanístico, como instrumentos indispensáveis para a implementação de uma política de desenvolvimento regional concertada.

O Governo, ao longo deste mandato, bem como nos anteriores, não tem demonstrado a mínima sensibilidade para o sector.

Não tem criado a legislação necessária para que permita, por exemplo, às Câmaras Municipais avançarem com a elaboração dos Planos Directores Municipais, Planos Gerais de Urbanização, Planos de Pormenor de Salvaguarda e Valorização, assim como não regulamentamente diplomas já existentes.

De realçar, por outro lado, e para comprovar o que tenho vindo a afirmar, é a dotação financeira, miserabilista, com que este programa foi dotado, com apenas, Senhores Deputados, 110 mil contos, o que corresponde a 4,3% do total para o sector, tendo sofrido, assim, a maior redução dos diversos programas, a qual se situa em 38,9%.

Se pretendermos, ainda, fazer uma análise mais profunda e tendo, lamentavelmente e apenas, elementos do relatório de execução de 1989, podemos constatar que a capacidade de execução neste programa foi de 32,7%.

A este respeito permitam-me que chame a atenção para o facto de só ontem de manhã é que nos ter sido distribuído o relatório de execução referente ao 1º Semestre de 1990, no qual se pode constatar que a taxa de execução é ainda muito mais baixa.

Assim, alertava esta Câmara para a preocupação que isso nos devia causar, cifrando-a em 3.4 e, portanto, ainda menor do que a taxa de execução referente ao mesmo período de 1989.

A incapacidade de execução demonstrada neste programa, bem como a insensibilidade para com o mesmo, está bem patente neste Plano, pela repetição contínua de acções programadas neste, bem como nos anteriores Planos.

São estas, em nosso entender, as razões mais do que suficientes para que esta Câmara não aprove este Plano e Orçamento ora em

discussão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Impõe-se, para os açorianos, que este Governo defina, de uma vez por todas, com clareza, qual o modelo de desenvolvimento sócio-económico que preconiza para os Açores. Que qualidade de vida terão direito os açorianos? Que estabilidade social e económica poderão contar os investidores? Com que meios legais, e com que apoios concretos poderão contar, para que, com a sua quota parte de esforço, resolvam os seus problemas? Em suma, que garantias terão os açorianos de uma vida condigna na Região?

Já foi tempo suficiente para este Governo encontrar as soluções e dar respostas concretas a estas questões.

Não basta adjectivar ou apresentar novos figurinos para a autonomia regional. Não basta anunciar novas e mais medidas. Proclamar à Região mais uns milhões de contos europeus que virão, ou poderão vir, ou talvez venham. Não basta anunciar acordos financeiros que se traduzem numa catadupa de fracassos.

Os açorianos já não se compadecem com a forma demagógica e contraditória com que este Governo se procura justificar, ao, por um lado, dar por esgotadas e até mesmo considerar satisfatórias as negociações com o Governo Central, com vista ao aumento das verbas a transferir do O.E. para a Região, quando, por outro lado, compromete o desenvolvimento da Região e anuncia que o Plano e Orçamento ora em discussão não são o desejável, mas o possível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Governo, da maioria PSD, ao aceitar o miserabilista aumento das verbas provenientes do Orçamento do Estado, ao abrigo da solidariedade nacional, auto-penalizou-se.

O Governo do PSD aceitou as acusações que lhe têm sido feitas, nomeadamente e entre outras, por falta de rigor e de uma gestão criteriosa dos orçamentos até então disponíveis, pelo esbanjamento do erário público, pela aposta variável e inconsistente pelos diversos sectores, sem ter conseguido definir um modelo de desenvolvimento económico para a Região, base sustentável para a consolidação da nossa Autonomia Regional.

Com a apresentação deste Plano e Orçamento, manifestamente insuficientes, o Governo acaba de perder toda a restante força e crédito que ainda detinha.

Após tão grandes expectativas, traduzidas no exercício do voto, pelo qual este Governo

foi mandatado, é difícil sobreviver depois de cometidos todos estes erros.

Disse:

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Victor Ramos, gostaria de tecer alguns comentários.

Sr. Deputado Victor Ramos, que grande arrogância é a sua ao vir afirmar a esta Câmara que nós não podemos continuar a acreditar neste Governo?! Os Srs. já tiveram uma proposta construtiva para este Governo? Já alguma vez defenderam este Governo para virem agora dizer que "não podem continuar a apoiar este Governo"?!

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Nós não temos necessidade nem queremos o vosso apoio para este Governo. O nosso é suficiente!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**O Orador:** "Este Plano não consegue ser executado"?! Oh!, Sr. Deputado, este Plano foi feito para ser executado, não por vós, mas por gente capaz, que sabe ultrapassar as crises, que sabe gerir e sabe dedicar muito trabalho. Este Plano está feito é para pessoas capazes que existem no seio do PSD!

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Eu desafio o Sr. Deputado, aqui, nesta Câmara, a provar com factos, não com esta linguagem que tem sido usada pelos Srs. Deputados do PS, onde existe e qual é o apadrinhamento que tem havido por parte do Governo, bem como as discriminações a esse respeito.

Diga-o, mas com factos concretos! O PSD já demonstrou e está a demonstrar - bem como o Governo - que não está aqui para defender, nem os órgãos do PSD, nem os indivíduos. Nós queremos, aqui, a verdade acima de tudo! Se o Sr. Deputado tem provas, apresente-as para credibilizar as suas palavras!

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Varão.

**Deputado António Varão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Victor Ramos falou em "esbanjamento de dinheiros públicos por parte do Governo".

Eu pergunto ao Sr. Deputado Victor Ramos o seguinte:

O Partido Socialista realizou na Lagoa,

no dia 1 de Fevereiro, as chamadas "Jornadas Autárquicas Socialistas".

A Câmara Municipal da Lagoa é que pagou os jantares aos Socialistas ou, melhor dizendo...

(Aparte inaudível do Deputado Victor Ramos)

**O Orador:** ...foi com os dinheiros públicos "que os Srs. foram jantar para a Lagoa e organizaram jornadas políticas. E os Srs. agradeceram, num officio, esses jantares foi o officio nº39 do dia 5 de Fevereiro.

Agora pergunto:

- Isto é, ou não, "esbanjar dinheiro público"?

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

**Deputado Artur Martins (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O nosso povo costuma dizer que "dia de generosidade é véspera de ingratidão", e ela é bem patente, aqui, nas palavras do Sr. Deputado Victor Ramos quando diz que "este governo não ajuda ninguém".

Ora, ele faz parte de uma Cooperativa de Habitação, tem um tecto e recebeu ajudas substanciais do Governo e faz parte de uma sociedade que foi também altamente beneficiada por este Governo.

Era só. Muito obrigado.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

**Deputado Francisco José Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Temos assistido todos os dias nesta Sala a uma labúria constante sobre o problema da lavoura e, hoje, o Sr. Deputado Victor Ramos fala das "grandes dificuldades da lavoura açoriana".

Eu gostaria que o Sr. Deputado me apontasse quatro ou cinco razões que demonstrassem por que é que a lavoura açoriana está em dificuldades.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um pequeno esclarecimento de antecipação aos Srs. Deputados que estão preocupados com o "esbanjamento de dinheiros públicos".

Eu faço referência, exclusivamente, a dois acontecimentos:

Há cerca de um ano o Sr. Dr. João Bosco da Mota Amaral convidou, para jantar, umas

dezenas de socialistas, por acaso encabeçados pelo seu Secretário-Geral, Dr. Jorge Sampaio, que visitavam a Ilha de S. Miguel quando se realizaram as "Jornadas Parlamentares do Partido Socialista" e julgo que o Sr. Deputado António Varão não protestou pelo facto de se "esbanjarem dinheiros públicos".

Ainda há muito pouco tempo, na Ilha Terceira, também devido a uma visita dos Grupos Parlamentares do PS na Assembleia da República, Regional da Madeira e Regional dos Açores, fomos gentilmente recebidos, como se comprova por carta de agradecimento do líder parlamentar do PS na Assembleia da República, Dr. António Guterres, dirigida a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Regional, pelo facto, também de ter sido oferecido, em nome desta Assembleia, um jantar à Delegação Socialista.

Julgo que isso não é "esbanjar dinheiro". É um serviço público e certamente se o PSD quiser realizar Jornadas Autárquicas em Vila do Porto, na Lagoa, na Madalena, a Câmara Municipal desses sítios certamente que vai oferecer jantares para o PSD ficar satisfeito.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra, para um protesto, o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu uso esta figura regimental para poder usar da palavra, já que o Sr. Deputado Martins Goulart não a usou para um protesto. Assim, vou prestar um contra-esclarecimento ao Sr. Deputado Martins Goulart.

O que se passa aqui, neste momento, é o seguinte:

O Sr. Presidente do Governo recebe (e recebe bem porque é próprio da sua maneira de ser), mas nas funções institucionais. Ora, o que se passa, neste momento, é que os Srs. estão usando as autarquias para pagar as actividades partidárias, o que é completamente diferente, Srs. Deputados!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**O Orador:** Esta é que é a grande diferença!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**O Orador:** É muito provável que daqui a pouco...

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**O Orador:** Srs. Deputados, os Srs. interrompem-nos constantemente. É muito provável que, daqui a pouco, nós, porque somos filhos de boa gente, comecemos a ripostar e, aí, os Srs. vêm falar na "dignidade" e nou-

tras questões. Os Srs. ouçam-nos para, depois, não virem com essas teorias!

Isto não me faz mossa nenhuma, porque tenho estado em vários Parlamentos e a face-ta parlamentar é, de facto, esta!

Mas, Sr. Deputado, eu quero que fique bem claro, quer o relacionamento institucional, quer o relacionamento político-partidário: o PSD não é protegido, pelo seu Governo, em termos de relacionamento, em termos de pagar as despesas na sua actividade partidária!

**Presidente.** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos.

**Deputado Victor Ramos (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à primeira questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Rui Melo, perdoo-lhe a falta de atenção ao ouvir a minha intervenção, uma vez que não entendeu a forma como eu a iniciei, ou seja, a de pôr os açorianos, individualmente, a fazer a análise ao Plano e ao Orçamento. Daí que tenha tido, obviamente, que me interrogar como é que eles poderão continuar a dar esse apoio (já não o dão, de certeza!), face ao comportamento e à forma como é apresentado esse Plano.

Vejo também que a "escola" do Sr. Deputado Victor Evaristo tem-se alargado pelos diversos deputados da vossa bancada, ao pedir aqui, com alguma pertinência e alguma regularidade, que se prove isto ou aquilo. Na devida altura havemos de apresentar os dossiers - como já temos vindo a apresentar em algumas situações - das irregularidades que vamos denunciando nesta Câmara.

No que respeita à pergunta feita pelo Sr. Deputado António Varão, a mesma já foi, em parte, respondida. Aproveitava, no entanto, para dar uma resposta suplementar ao protesto do Sr. Deputado Rui Melo: assim como a Presidência da Assembleia, para com o Grupo Parlamentar do PS, não passa de um relacionamento institucional (e simpático, sem dúvida!), o Presidente da Câmara da Lagoa entendeu ter esse mesmo relacionamento com outros colegas autarcas da Ilha de S. Miguel.

Quanto ao Sr. Deputado Artur Martins, eu não disse que não havia apoios; o que disse foi que nem sempre os apoios têm o mesmo critério e nunca me escusei de dizer (e já o referi por diversas vezes em público) que os apoios às cooperativas - melhorados agora com as propostas de alteração apresentadas na Comissão pelo PS à Proposta de Decreto Legislativo Regional "SAFIN" - não são os

melhores, mas melhoram bastante, o que também não me impede de dizer que os critérios ainda não estão totalmente definidos nem são sempre claros.

Quanto à minha situação individual e dos apoios que tive (ou que a sociedade teve) para a construção de um restaurante, não fiz mais do que recorrer e porque me enquadrava dentro dos pressupostos da legislação existente...

**Deputado Artur Martins (PSD):** Eu não discriminei ninguém, Sr. Deputado!

**O Orador:** Eu não disse que discriminava, mas o Sr. Deputado discriminou algumas situações!

(Aparte inaudível do Deputado Artur Martins)

**O Orador:** Quanto à pergunta do Sr. Deputado Francisco José, devo dizer que está bem patente em quase todas as ilhas, com maior incidência numa ou noutra ilha, a crise por que atravessa a lavoura e penso que o Sr. Deputado não a desmentirá, certamente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para reafirmar (o Sr. Deputado deve ter-se esquecido!), mas eu desafio-o a esclarecer a Câmara sobre questões concretas do "apadrinhamento político" na área da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

**Deputado José Carlos Simas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Victor Ramos começou por afirmar, na sua intervenção, que este Governo era "uma desgraça", "uma coisa terrível".

Há pouco acabou por reconhecer que, efectivamente, o Governo do Partido Social Democrata tem feito bastantes coisas no sector da habitação. Apenas omitiu (gostava de saber por que é que omitiu) e gostava que esclarecesse esta Câmara sobre qual é o montante dispendido pela Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, no sector habitacional, no 1º Semestre de 1990, e qual foi o montante para o sector da habitação na área da cooperativa a que o Sr. Deputado durante algum tempo presidiu, ou seja, o montante dispendido pelo Governo Regional nessa área.

Eram estas as duas perguntas concretas que gostaria que o Sr. Deputado aqui nos es-

clarecesse.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Ramos.

**Deputado Victor Ramos (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A taxa de execução do 1º Semestre é de 19.5 para a área da habitação. Portanto, consideramo-la muito baixa.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

**Secretário Regional das Finanças (Gualter Furtado):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tive ontem oportunidade de explicar ao Sr. Deputado que, anexo ao relatório do 1º Semestre de execução material e financeira, tinha outra execução mais recente do 3º Semestre, em termos financeiros.

(Aparte inaudível do Deputado Victor Ramos)

**Presidente:** Suponho que este assunto está esclarecido.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Humberto Melo):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E a primeira vez que estou aqui nesta Câmara e queria, de uma forma muito especial, saudar todos os presentes. Sinto-me muito honrado de estar na presença dos eleitos directos do povo.

Peço também a vossa compreensão para o facto de ter tomado posse há poucos dias. Por conseguinte, a minha intervenção vai ser sucinta e de uma forma um pouco mais qualitativa do que quantitativa.

De qualquer forma, a minha exposição insere-se nas linhas programáticas do Governo e do Plano de Médio Prazo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A modernização e o crescimento da economia são condições basilares da nossa afirmação e identidade como Região Autónoma para além de constituírem veículos para a melhoria efectiva da qualidade de vida das populações.

O processo de desenvolvimento económico nos Açores tem sido conduzido num clima de progresso e estabilidade que nos tem possibilitado um crescimento sustentado da nossa economia com benefícios a vários níveis, como emprego, melhores salários para os trabalhadores, crescimento controlado de preços no consumidor.

Apesar do significativo esforço de investimento que se tem realizado, nomeadamen-

te, após a Adesão e com apoio de fundos estruturais, o nosso aparelho produtivo ainda enferma de algumas deficiências como falta de competitividade, qualidade e, por vezes, baixo conteúdo tecnológico do produto, dispondo de mão-de-obra de fraco nível de qualificação.

Na actual conjuntura, decorrente das modificações na Europa de Leste e da recente crise do Golfo, avolumaram-se as incertezas sobre a evolução da situação económica internacional com os consequentes reflexos sobre a economia açoriana.

Há pois que tomar opções que privilegiem um crescimento equilibrado, seguro e saudável da nossa economia, visando sempre o progresso e bem estar das nossas gentes.

A mudança evolutiva e gradual da economia açoriana assenta no primado da iniciativa privada e na dinâmica do sector empresarial - como, aliás, é princípio programático da política do Governo - e assenta fundamentalmente em quatro vertentes:

- Aprofundamento e dinamização da cooperação entre PME's (nomeadamente do sector industrial) sobretudo ao nível de desenvolvimento da tecnologia, canais de distribuição e comercialização. Esta estratégia será conduzida preferencialmente através das Associações Empresariais.

- Fomento e dinamização da criação de pequenas e médias empresas inovadoras, visando novos produtos e novas tecnologias por forma a satisfazer a procura interna e externa.

- Estímulo à criação de grupos empresariais que funcionem como pólos dinamizadores da diversificação da nossa base produtiva, sobretudo em sectores em que a Região detenha vantagens comparativas (localização geográfica, recursos ou outros).

- Captação de investimentos nacionais ou estrangeiros e realização de "Joint Ventures", quer na área industrial, quer noutras, como na dos serviços internacionais.

Ao Governo cabe um papel incentivador e de criação de condições para atenuar estrangulamentos e barreiras por forma a que a nossa estrutura empresarial cresça e se desenvolva com diversidade e dinamismo.

A intervenção dos órgãos públicos centrar-se-á basicamente na criação das infraestruturas essenciais - transportes e comunicações e nos sistemas de informação, de formação e da ciência e tecnologia.

Na actual conjuntura assume impacto o processo de privatizações. As privatizações inserem-se no actual quadro político do Go-

verno como vector estimulante da dinamização e modernização da nossa economia, nas vertentes empresarial e financeira.

As privatizações serão conduzidas sempre com a salvaguarda dos interesses quer patrimoniais e legais, quer dos seus empresários e investidores, assegurada sempre a total transparência e isenção das operações.

De forma sintética, as privatizações visam:

- Fortalecimento da própria empresa, quer por razões de gestão, quer de natureza tecnológica, com os consequentes benefícios ao nível da produtividade e competitividade e, até, pelo alargamento do mercado proporcionado pelos novos accionistas.

- Melhorar o funcionamento do mercado, eliminando conflitos de interesse pelo facto da Região ser accionista, cliente e até por vezes reguladora da actividade.

- Possibilitar uma melhor dinamização no mercado de capitais.

- Reduzir as despesas do orçamento regional e proporcionar receitas que visem amortizar a dívida pública ou possibilitar investimentos noutras empresas do sector público.

Este esforço de modernização inserido num contexto marcado por uma forte competição e por mutações tecnológicas e económicas de nível internacional exige um envolvimento sério e empenhado dos parceiros sociais, quer ao nível da concertação social, quer ao nível da sua participação na elaboração de planos de desenvolvimento económico e social.

Prosseguir-se-ão com as acções de promoção dos produtos regionais no exterior bem como com a criação e modernização de infraestruturas para o comércio (Mercados Abastecedores de Angra e Ponta Delgada). Lançarse-á um programa de apoio financeiro à modernização e a reestruturação de empresas comerciais (SIMC-Sistema de Incentivos e Modernização do Comércio), para além de se continuar com a modernização do comércio rural e bem assim garantir os abastecimentos de produtos essenciais nas ilhas não dotadas de infraestruturas adequadas.

Igualmente se pretende incentivar a transferência dos armazéns dos centros urbanos para zonas periféricas no sentido de contribuir para a melhoria da circulação e qualidade de vida nas nossas cidades, bem como fomentar a concorrência no sector comercial através da aprovação de legislação disciplinadora para o sector, com vista à gradual liberalização dos sistemas de preços (já foi enviado à Assembleia Legislativa Regional um

diploma neste sentido).

No âmbito da modernização e crescimento da actividade produtiva a principal linha orientadora da política a desenvolver será no sentido de maximizar a obtenção de recursos financeiros postos à disposição do sector privado derivados da implementação de programas comunitários que tenham por objecto a ajuda ao investimento produtivo.

A utilização destes recursos deverá ser orientada para a modernização das indústrias tradicionais e para o fomento ao aparecimento de novas indústrias em sectores estratégicos.

Programas comunitários tais como o SIBR e o PEDIP e sistemas de âmbito regional SIF - são instrumentos privilegiados cuja execução deverá prosseguir, acompanhada de acções de divulgação e de apoio técnico aos empresários, com vista à criação de novas empresas, à expansão das existentes, à modernização e inovação tecnológica do sector.

A cooperação com empresas nacionais e estrangeiras e o fomento da qualidade dos produtos regionais são também objectivos a prosseguir com vista à sua penetração nos mercados nacional e internacional.

Também nesta área não descuremos a promoção e o fomento de actividades artesanais pelo seu significado cultural, histórico e pelo acréscimo de riqueza que pode representar ao nível do agregado familiar.

No sector energético a actuação do Governo terá em vista os objectivos de política definidos no Plano de Médio Prazo em curso e que visem aumentar a eficiência do consumo de energia em todos os sectores de utilização, na conversão e na produção; diversificar as fontes de energia primária através do aproveitamento dos recursos energéticos locais; aproximar a qualidade de electricidade vendida dos padrões europeus e preparar o sector para o Mercado Único Europeu.

Neste sentido, e para além dos instrumentos já em vigor, como é o caso do SIURE, irá ser privilegiada a utilização de novos instrumentos de apoio ao sector energético especialmente orientados para o apoio à utilização racional da energia, à realização de acções de formação no sector e apoio à EDA de modo a garantir que os preços de venda de electricidade sejam compatíveis com os objectivos de desenvolvimento económico e social da Região e ainda apoio à Federação dos Municípios das Flores no aproveitamento de recursos hídricos.

Já vos posso hoje dizer que o programa de aproveitamento dos recursos hídricos em



vez de concorrer ao programa REGIS passa a concorrer ao programa VALOREN porque o seu prazo de vigência foi prorrogado por mais um ano, o que favorece bastante o projecto e possibilita uma maior ajuda, em termos de participação da Comunidade Económica, a fundo perdido.

Paralelamente será regulamentada a produção independente de electricidade, com vista a incentivar o investimento privado em projectos de pequena dimensão.

Na última década, os Açores conheceram um desenvolvimento digno de relevo em matéria de criação de condições infra-estruturais de desenvolvimento económico.

Todas as ilhas dispõem hoje de ligações áreas, quatro dos aeroportos podem receber tráfego de médio curso e três voos inter-continuais. Sete ilhas dispõem já de infra-estruturas portuárias com capacidade adequada para receber carga contentorizada e está em construção o porto da Ilha das Flores, o que completará o investimento relativo à criação de uma rede de infra-estruturas básicas de transporte.

Contudo, o funcionamento eficiente do sistema de transporte na Região, em termos de acessibilidade ao exterior e fluidez do tráfego interno, garante do desenvolvimento integrado dos Açores, impõe que se prossiga uma política de realização de investimentos estratégicos de natureza infra-estrutural, aproveitando, enquanto nos é permitido, os apoios financeiros de cofinanciamento comunitário.

No que se refere às infra-estruturas aeroportuárias, concluir-se-á a construção do terminal de carga da Aerogare Civil das Lajes, serão introduzidos melhoramentos no terminal de passageiros de modo a conferir-lhe maior conforto e funcionalidade e simultaneamente prosseguirão as obras de ampliação das pistas dos aeródromos regionais e a instalação de sistemas de ajudas à navegação com o objectivo de assegurar melhores condições de operacionalidade e segurança às aeronaves.

Numa Região como a nossa, insular e geograficamente dispersa, é preocupação dominante assegurar a existência de condições reais de acessibilidade ao exterior e de mobilidade interna de pessoas e de mercadorias, pelo que a preocupação de dotar todas as parcelas da Região com infra-estruturas de transporte adequadas ao seu desenvolvimento tem de ser acompanhada de acções que visem maximizar a eficiência do sistema com vista a minimizar o custo do transporte no nosso

quotidiano e os seus reflexos na vida económica da Região.

Deste modo há que manter os apoios financeiros que têm vindo a ser concedidos à renovação da frota de transporte público rodoviário e marítimo, e bem assim as indemnizações compensatórias à transportadora aérea regional decorrente da prática de tarifas reduzidas inerentes ao Serviço Social por ela prestado.

Prosseguir-se-á igualmente, através de uma estreita colaboração com o poder local, com a criação de melhores condições de circulação nos centros urbanos e construção de parques de estacionamento.

A política a desenvolver neste sector terá de ser orientada no sentido da racionalização de exploração dos meios de transporte através da sua adequação às necessidades dos utentes, e da flexibilização e desburocratização do funcionamento das respectivas infra-estruturas.

Neste sentido serão implementados programas que visem a redução da mão de obra portuária e disciplinada, através de diplomas reguladores, a actividade dos diversos agentes económicos intervenientes neste sector.

A modernização do sistema de funcionamento dos portos e a introdução de métodos e procedimentos de gestão modernas associadas à utilização de serviços avançados de telecomunicações são objectivos de curto prazo, que visam criar condições ao desenvolvimento da Região.

O progresso económico e social que desejamos para os Açores é um projecto global e mobilizador da sociedade açoriana e onde todos os cidadãos e agentes económicos exerçam cabalmente a sua função. Pelo lado do Governo continuaremos e prosseguiremos com esforço e empenho e pertinência para vencermos os desafios do futuro e construiremos uns Açores mais ricos e melhores para as gerações vindouras.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Em primeiro lugar gostava de saudar Vossa Excelência em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e desejar-lhe (porque não?) as melhores felicidades no desempenho do seu difícil cargo e na supressão, também, da difícil herança que tem atrás de si, que

é uma herança de falta de credibilidade das instituições, uma herança que já recebeu logo no seu primeiro dia de exercício de mandato, na sequência dos resultados que, consta, foram os da missão empresarial que se deslocou aos Açores.

Gostava, atendendo exactamente à circunstância de Vossa Excelência estar apenas há alguns dias na titularidade dessa Secretaria, de lhe fazer, por isso mesmo, apenas duas perguntas que, embora sejam particulares, julgo que Vossa Excelência estará habilitado, aliás melhor do que o anterior, para me responder e, enfim, conhecer um pouco o pensamento de Vossa Excelência sobre essa matéria.

As três questões que lhe quero colocar têm a ver com as empresas públicas.

A primeira tem a ver com a Fábrica de Tabaco Micaelense. Como Vossa Excelência sabe, há uma dotação ao reforço de capital estatutário daquela empresa, creio eu, no Orçamento, da ordem dos 50 mil contos.

Gostaria que Vossa Excelência especificasse um pouco do seu pensamento sobre as acções de reestruturação financeira que, no seu entender, devem ser operadas naquela empresa, para além, pura e simplesmente, do capital estatutário; se há alguma coisa prevista sobre ela, até se há privatizações previstas sobre essa matéria...

Se Vossa Excelência me pudesse explicitar o seu pensamento sobre esta matéria, ficaria muito feliz por isso.

Em relação à empresa Pública EDA e à Empresa Pública SATA, a questão que lhe vou colocar é a seguinte:

A Região dispense anualmente mais de um milhão de contos, a título de indemnizações compensatórias, a essas duas Empresas.

Uma indemnização compensatória é, exactamente, uma indemnização que visa compensar o diferencial entre o preço praticado e o preço real.

Neste sentido, gostaria que Vossa Excelência me informasse, no que diz respeito à EDA, exactamente qual é a diferença entre o real e o praticado ou, simultaneamente, que me explicitasse qual é a estrutura de custos que é compensada através do subsídio que é dado a essa Empresa Pública. No caso da SATA, reconheço que talvez Vossa Excelência ainda não tenha tido oportunidade de o saber, mas apenas chamar-lhe a atenção para a circunstância de que eu não conheço que esteja definido, no âmbito daquela Empresa Pública, qual é o preço real de cada percurso por passageiro de cada voo e, portanto, sou

levado a pensar que aquilo que é atribuído à empresa Pública SATA, a título de indemnizações compensatórias, é verdadeiramente um subsídio desresponsabilizador da gestão pública daquela Empresa e irresponsável no plano da utilização de receitas da Região.

Creio mesmo que é interessante saber-se também, introduzido nesse conceito de indemnização compensatória à SATA, as próprias operações "charter" daquela Empresa e porque me dizem, para aí, que elas são feitas e que o seu escandaloso défice é algo que se sacrifica em nome do custo social de uma operação e do seu interesse social, é natural, também, que as indemnizações compensatórias estejam aí e esta Câmara tem o direito, por exemplo, de saber quanto é que essa Empresa Pública perdeu sobre isso para avaliar da razoabilidade entre o interesse económico e o interesse social que é aplicado a uma operação desse tipo.

Eu creio que é útil nós fazermos isso porque, umas vezes, o interesse social também deve ser preterido, se é de tal forma lesado o interesse económico que se repercute noutras acções que podem ser aplicadas nos próprios sectores sociais. Há mesmo, no caso dos voos "charters", situações, que Vossa Excelência conhece, espantosas. Por exemplo: dentro de poucos dias (de uma semana e pouco) há um voo em que as pessoas pagam uma tarifa de 66.500 \$ 00 à SATA e a SATA, como não arranjou o avião, vai pagar à TAP 105 contos por cada passageiro!!!

Bom, há que haver uma ponderação destas coisas. Aquilo que Vossa Excelência tem, sem passar a ser gestor público na Secretaria Regional da Economia, à sua frente, é a responsabilidade de moralizar o tipo de gestão que é empreendida e de racionalizá-la de acordo com as novas preocupações de rigor que devem orientar um orçamento, que é, à partida, deficitário, na obtenção das suas receitas.

Era fundamentalmente isto que desejava dizer a Vossa Excelência, renovando os votos de muito sucesso na Secretaria Regional da Economia. Se tiver esse sucesso, é o sucesso também de todos os açorianos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Casaca.

**Deputado Paulo Casaca (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As palavras agora proferidas pelo meu colega de bancada, Carlos César, gostaria apenas de acrescentar uma questão.

Disse o Sr. Secretário que era favorável

às reprivatizações aqui nos Açores. Não sei se o Sr. Secretário já terá reparado, mas o Orçamento que foi proposto a esta Câmara, explicitamente não contempla reprivatizações; contempla apenas uma verba que nos parece bastante diminuta (de 20 mil contos) para venda de participações e não, propriamente, para reprivatizações de empresas que, actualmente, são públicas.

- Deverei eu entender das palavras do Sr. Secretário que vai haver apoio, da sua parte, para a proposta já anunciada e que vai chegar à Mesa dentro de pouco tempo por parte do Partido Socialista para que este Orçamento preveja já, explicitamente reprivatizações?

Era só isto.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa.

**Deputado Rogério Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não sei se o Sr. Secretário me respondeu a uma pergunta que fiz ontem. Se estou a obrigá-lo a repetir, peço desculpa, mas agradeço que me respondesse num tom um pouco mais alto.

Portanto, há vários Planos que no Programa 31 a Ilha das Flores é contemplada com uma frase que é sempre a mesma, ou seja, "estudo técnico da utilização dos recursos hídricos da Ilha das Flores".

A minha pergunta é muito concreta e eu agradeço que a sua resposta também fosse bastante sucinta.

- Quando é que acabam os estudos e se começam as referidas obras?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel.

**Deputado Albano Pimentel (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

Tenho alguma dificuldade em colocar-lhe questões, visto a sua actividade como Secretário da Economia ser muito recente, mas há algumas que não quero deixar de lhe fazer, nomeadamente em áreas que julgo que estará informado.

Uma questão prévia é a seguinte:

- Vai executar o Plano, tal qual ele está na área da Economia, feito pelo seu antecessor, ou vai efectuar adaptações à sua própria maneira de encarar as situações?

E que isto já facilita um pouco a minha percepção, uma vez que estive na Comissão dos Assuntos Económicos e conhecia minimamente a opinião do seu antecessor.

Assim, se o Sr. Secretário me disser que

o vai implementar tal e qual ao que é proposto pelo seu antecessor, já, mais facilmente, poderei colocar-lhe algumas questões. Isto é uma questão prévia. A outra relaciona-se com os transportes marítimos.

- Qual a sua opinião em relação à solução ideal para os Açores, nomeadamente aquilo que já foi afluído pelo seu antecessor, ou seja, na hipótese de haver um sistema de transporte "roll-on roll-off" quais as adaptações que são necessárias aos portos para que isso seja possível?

Eu considero, pessoalmente, que o transporte marítimo é importante para os Açores, não só durante o ano inteiro porque passa pelo turismo, pela deslocação fácil das pessoas, pela criação de um mercado interno que não existe, mas que terá de ser, essencialmente, fomentado por um transporte marítimo diferente do que nós temos actualmente.

Gostava de saber a sua opinião sobre este aspecto concreto, visto que já me antecederam noutras perguntas que desejava fazer em relação à SATA.

Um outro aspecto relativamente ao qual também gostaria de saber a sua opinião (e essa é uma área onde estive directamente ligada) é o seguinte:

Em Março de 1989, não foi o seu antecessor mas o Secretário Alvaro Dâmaso, que entre outras promessas que fez falava num "plano energético" e dizia que ainda no ano de 89 a energia eléctrica, provavelmente, iria baixar.

Na sequência dessa afirmação, há uma pergunta feita pelo Sr. Deputado Rui Melo (tenho muito prazer em citá-lo) que diz o seguinte:

"A minha pergunta concreta, Sr. Secretário, é se a alteração às tarifas de energia eléctrica será para o ano de 1989 ou no tempo do Plano de Médio Prazo".

A resposta do Sr. Secretário Alvaro Dâmaso foi a seguinte: "Ainda este ano terá notícias sobre a revisão do tarifário de energia eléctrica". Eu fiz um aparte que dizia: "Para mais ou para menos?".

Continuo sem resposta. Em primeiro lugar julgo que não houve alteração ao tarifário tal qual tinha sido prometido; em segundo lugar gostava de saber qual é a situação do plano energético anunciado em 1989; em terceiro lugar gostaria de saber se se prevê a alteração da energia eléctrica, mantendo a minha pergunta: "Para mais ou para menos?".

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tenho uma ligeira dificuldade em intervir neste momento, sob o ponto de vista do Regimento, porque eu queria prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos César.

**Presidente:** Então o Sr. Deputado vai, em primeiro lugar, deixar usar da palavra o Sr. Deputado Rui Melo para pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não é com a intenção de deixar nada para poder ser citado para o ano, mas para fazer dois pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Economia.

O Sr. Secretário, na sua intervenção, falava sobre a transferência, dos centros urbanos para as zonas periféricas, dos armazéns.

Eu sei que isso passa pela colaboração da iniciativa privada, mas também perguntava-lhe se irão ser reforçados os incentivos aos privados para concluírem essa transferência dos armazéns.

Perguntava ainda ao Sr. Secretário se, na área da electricidade, o Governo vai continuar a participar a Empresa de Electricidade dos Açores para que ela possa suportar, em preços acessíveis à população, os custos da electricidade.

A finalizar, desejo-lhe boa sorte... sem cinismo!

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

**Deputado Rui Meireles (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, quero saudar também, em nome do Grupo Parlamentar do CDS, o novel Secretário Regional da Economia e desejar-lhe, efectivamente, que no desempenho do seu cargo, altamente importante para o desenvolvimento dos Açores, ele seja coroado de êxito.

Queria apenas fazer-lhe uma pergunta de ordem genérica.

Nós conhecemos o pensamento do Governo em relação à dinamização do sector privado na Região. Conhecemos também os falhanços do Governo nessa mesma dita dinamização.

Assim, queria perguntar-lhe, muito concretamente, Sr. Secretário, qual é a componente subjectiva que Vossa Excelência vai imprimir neste sector para criar efectivamente na Região Autónoma dos Açores as condições aos empresários, no sentido de que a iniciativa privada, que tanto é lou-

vada pelo Governo, alcance realmente o objectivo e tenha as condições para se desenvolver porque a iniciativa privada é (e foi sempre na perspectiva do CDS) o sector capaz de, na verdade, trazer ao povo dos Açores e a esta Região o desenvolvimento e o progresso que esta gente merece.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para prestar os esclarecimentos solicitados.

**Secretário Regional da Economia (Humberto Melo):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou responder de forma sintética. Têm que compreender que algumas perguntas têm que ficar para ser respondidas daqui a alguns dias porque não tive tempo de me inteirar dos vários departamentos sob a minha responsabilidade.

Relativamente à Empresa de Electricidade, o Governo paga a diferença entre o custo real e o custo social.

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César).

**O Orador:** É fácil: há os custos de venda reais de produção e há um diferencial que o Governo paga, ou seja, a diferença entre a tarifa social e os custos reais de venda de energia.

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

**O Orador:** É fácil, mas eu posso-lhe arranjar o dossier.

Relativamente à SATA tomei agora conhecimento de alguns dados. Vou apurar e saber o que é que se passa.

Quanto à Fábrica de Tabaco Micaelense, aquilo que sei é que o sector de tabacos necessita, para fazer face ao mercado europeu, do seu reajustamento e modernização. E esse o processo que decorre. Julgo que a verba que se encontra no Plano destina-se a melhorar a estrutura da Empresa, ou seja, é para dotação de capital estatutário.

Relativamente às Flores, continua o estudo do projecto. Pensa-se que acabará em Janeiro deste ano. De qualquer forma, a alteração que aqui anunciei foi a de que, em vez de ser concorrente ao Programa REGIS, passa a ser concorrente ao Programa VALOREN, tendo em conta que foi prorrogado o prazo até 31 de Outubro de 92. Portanto, esse projecto é para ser feito até essa data. A execução desta obra vai demorar cerca de um ano ou um ano e pouco.

Quanto aos armazéns a nossa intenção era incentivar. Portanto, aquilo era um mecanismo de incentivos à transferência.

Relativamente às privatizações, o processo que decorre é o seguinte:

Neste momento está em apreciação e em estudo a estratégia a desenvolver. Portanto, é isso que está a fazer o Instituto de Investimento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral para prestar o esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O esclarecimento que quero prestar diz respeito a uma referência feita pelo Sr. Deputado Carlos César em relação aos voos "charters" e ao facto da SATA levar, pela cobrança de um bilhete, 66.500 \$00 e, depois, ter que pagar à TAP 105 contos, salvo erro.

O meu esclarecimento é muito rápido.

O Sr. Deputado Carlos César sabe perfeitamente que o mercado "charter" nos Estados Unidos da América do Norte é um mercado muito complicado; verificaram-se, há relativamente pouco tempo, valências de companhias "charters" um pouco por toda a parte, nomeadamente no Canadá e nos Estados Unidos da América do Norte, com mais incidência nos Estados Unidos da América do Norte porque é o mercado onde a SATA vai buscar os seus aviões para realizar os "charters"; a situação é uma situação muito pontual e é óbvio que a SATA não podia deixar os seus passageiros atrás nem cancelar estes voos sob pena de, mais tarde, não ter autorização para realizar os mesmos.

Portanto, foi uma questão de protecção a esses passageiros, é óbvio que com custos, custos esses que, numa operação normal e quando se normalizar o mercado "charters", penso que serão recuperados.

De qualquer maneira, queria aqui salientar o facto de ter sido positivo a SATA ter protegido esses passageiros, encaminhando-os para outras companhias e não cancelando esses voos, sob pena de má publicidade, sob pena de má eficiência na programação feita para estes voos "charters".

Com muita honestidade, pretendo apenas transmitir o conhecimento que tenho deste sector ao Sr. Deputado Carlos César, uma vez que o Sr. Secretário Regional da Economia também o não referiu, talvez por esquecimento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Registei a observação do "Sr. Secretário dos Transportes Aéreos", o Sr. Deputado Deputado Jorge Cabral...

(Risos da Câmara)

De momento, não há nenhuma vaga - creio eu - na Administração da SATA, mas já temos uma pessoa na rampa de lançamento, na "poleposition" da gestão pública.

(Risos da Câmara)

E o mais certo: uma pessoa diz uma coisa e o Governo nomeia logo o gestor público! Eu até tenho receio de falar nas Empresas Públicas!...

A pergunta que eu tinha a fazer ao Sr. Deputado Jorge Cabral - já que o Sr. Deputado Jorge Cabral é um "expert" nestas matérias - é a seguinte:

O Sr. Deputado diz que isto foi uma coisa de percurso e que, depois, quando se normalizar, já se recupera tudo isto.

Eu queria era saber até agora, portanto, antes deste acidente de percurso, se o Sr. Deputado tem por aí alguns números que dêem conta da recuperação que tem sido feita sobre essa matéria, ou seja, da exploração dos voos "charters", porque pode ser que nós, aí, até consigamos mais algum dinheirinho para pôr em algumas propostas de alteração ao Orçamento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos César, pelos seus vaticínios em relação a, mais tarde ou mais cedo, eu ter "um tacho" numa Empresa Pública. Vossa Excelência sabe perfeitamente que eu não sou homem para estas coisas.

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

**O Orador:** O Sr. já tem tantos! Pode ter mais um, Sr. Deputado! Pelo amor de Deus! Alguns até são na privada!...

Mas, Sr. Deputado, a minha informação, como sabe, não tem nada a ver com Empresas Públicas, não tem nada a ver com a Direcção Regional de Transportes, nem nada disso! Apenas uma questão de curiosidade e de gosto pelo assunto é que me levou a dar um esclarecimento muito rápido sobre a matéria.

Relativamente à pergunta concreta que me faz, o conhecimento concreto que tenho da matéria diz-me que, apenas aquela experiência, que eu também considero "triste experiência", que a SATA fez nos voos Toron-

to/Porto/Toronto, é que deram um prejuízo fora de série, um prejuízo grave e que obrigou, certamente, a Empresa a repensar a sua programação para o próximo ano. Foi, digamos, aquilo que se chama uma "gafe empresarial" talvez baseado em informações que não correspondiam à verdade do mercado e que deu aquele elevado défice nesta matéria.

Os voos Toronto-Ponta Delgada/Toronto também não correram muito bem, dada a presença de uma companhia, que é a "Lawson Tours" - passe a publicidade sobre a companhia que trabalha já há muitos anos no mercado, está bem estruturada, tem conhecimentos profundos deste jogo de interesses, que é sempre o transporte aéreo através de "charters", mas os voos "charters" que a SATA organizou entre os Estados Unidos da América do Norte/Ponta Delgada e vice-versa, esses, pelo menos, têm corrido satisfatoriamente bem em termos de resultados e em termos de regularidade.

Mais: a introdução dos voos "charters" por parte da SATA visou, essencialmente, regularizar mercado de "charters", visou também preencher, mesmo na época baixa, uma lacuna que a TAP deixou em aberto quando concluiu os voos para Boston, de maneira que foi um custo social inicial que muito aproximou os Açores da Costa Leste dos Estados Unidos da América do Norte, muito motivou a vinda dos nossos emigrantes que, pelo facto de terem voos directos, conseguiram vir mais vezes à sua terra natal, conseguiram, digamos, deixar aqui, nos Açores, algumas divisas e movimentou, como Vossa Excelência sabe (e muito bem!) todo o comércio ao longo da época de Verão - a época alta destes voos.

Portanto, acima de tudo, para além de um resultado económico que, quanto a mim, segundo estou informado, foi satisfatório, foi também importante o estabelecimento de regularidade nestas ligações aéreas entre os Açores, a América e vice-versa. Mesmo que possa haver algum prejuízo (e houve, com certeza) nas ligações com Toronto, este prejuízo, quanto a mim, foi compensado pelas centenas de emigrantes que, ao longo do ano, aqui estiveram a viver connosco, a confraternizar connosco e, também, a movimentar as suas divisas entre nós.

Isto, de uma forma rápida, Sr. Deputado Carlos César, é o que se me oferece dizer sobre a matéria.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

**Deputado Rui Meireles (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu não mereci ser contemplado nas respostas que, há bocado, Vossa Excelência achou por bem dar a este Plenário.

No entanto, deve compreender que isto, para mim, é importante. Nós sempre defendemos a iniciativa privada e é extremamente importante eu saber se, com a sua entrada à frente dos destinos desta Secretaria, há alguma novidade à política que vai apoiar a iniciativa privada e criar as condições para que ela se desenvolva nos Açores.

Se Vossa Excelência me responder, eu não comentarei; se não responder, tenho um comentário a fazer.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Humberto Melo):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A política do Governo relativamente ao sector privado é, de facto, considerada como o "motor do desenvolvimento dos Açores".

Relativamente à minha actuação, ela prosseguirá e reforçará essas perspectivas.

Quanto ao sector produtivo, os mecanismos legais estão instituídos. Posso-lhe dizer que têm tido um grande êxito nos Açores. É evidente que isso depende dos empresários. São eles que têm que se candidatar e são eles que têm que ter a iniciativa para que, da parte dos organismos públicos, possa haver a correspondente ajuda. O espírito é esse: é o da maior abertura. Posso-lhe referir dados médios. Por exemplo: o sistema de Incentivos de Base Regional representou, nos Açores, um investimento da ordem dos 8 milhões de contos - pouco mais de meio milhar de postos de trabalho criados.

Portanto, o reforço é sempre no mesmo sentido: apoiar a iniciativa privada, maior abertura, diálogo. É sempre nesse caminho que a minha actuação na Secretaria se revestirá.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas queria intervir para prestar um esclarecimento adicional à intervenção do meu colega e que se relaciona com a pergunta do Sr. Deputado Rui Meireles acerca dos incentivos à empresa privada e ao desenvolvimento da mesma.

É óbvio que algumas das empresas a que

Vossa Excelência se terá referido estão também sob a tutela da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas. Estou-me a lembrar, concretamente, das empresas do sector transformador, do sector primário.

Nós podemos dividir aqui essa situação, considerando que tudo é privado, entre as Cooperativas, por um lado, e as suas respectivas Uniões e as empresas privadas "senso stricto".

Tem havido da parte do Governo - e, aliás, está contido no programa do Partido Social Democrata e do próprio Governo - a intenção de privilegiar tudo o que sejam organizações cooperativas e os incentivos financeiros para as organizações cooperativas. Aliás, a própria Comunidade Económica Europeia, nos seus programas e regulamentos de apoio, também se encaminha nesse sentido.

A verdade, porém, é que o Governo não pode formar cooperativas. Elas são uma consequência lógica de uma organização de produção que se quer activa, capaz, eficaz, bem gerida. O Governo proporcionou os meios financeiros (e não têm sido poucos!) e poderá proporcionar também com o apoio na forma dos vários gestores.

Quanto às empresas privadas "senso stricto" - concretamente as do sector leiteiro, por exemplo - essas empresas possuem todos os mecanismos, todos os meios e o enquadramento de mercado necessário, suficiente - e na minha intervenção tive o cuidado de referir a primazia das questões de mercado versus a primazia das questões estruturais -, têm todas as condições para se readaptarem a uma realidade completamente nova e que tem a ver com as chamadas "economias de escala".

Ora, o Governo não pode obrigar a fazer isto e as empresas, quanto a mim, já deviam ter iniciado esse caminho: pela diversificação interna, dentro de cada ilha, do papel que cada empresa pode desempenhar, pela concentração de empresas diminuindo custos, não tentando, muitas vezes, implementar estruturas de fabrico paralelas que a dimensão da ilha não suporta e que são sempre pagas pelo produtor.

Portanto, há aqui toda uma filosofia, ou seja, de um lado o Governo dá os apoios, mas também só nos falta, a nós, fazer o resto, o que me parece que, numa economia de mercado, não deve ser dito. Não é possível e deve ser negado, à partida. As empresas cabe, assim, uma atitude completamente diferente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, uma vez que

estes assuntos estão esclarecidos, vamos fazer um intervalo de 20 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 11,20 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos recomençar os nossos trabalhos.

(Eram 11,50 horas)

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

**Deputado José Carlos Simas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

As propostas de Plano e Orçamento em debate são o veículo propiciador de uma reflexão séria sobre o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Reflectir desapaixonadamente à volta das questões que se relacionam com o progresso e desenvolvimento dos Açores implica, pois, uma vontade firme de ultrapassar, com os meios disponíveis, as dificuldades que se nos deparam, tendo em vista o desenvolvimento social, cultural e económico.

A medida que o progresso na nossa terra se vai fazendo sentir e a sociedade açoriana se materializa - mais exigente em termos de bem estar social e qualidade de vida - é imperioso encontrar a resposta adequada e concreta a este modo de estar na vida.

A apreciação das propostas de Orçamento e Plano, para além de constituírem um conjunto de intenções de grande relevância para o desenvolvimento regional, pode e deve proporcionar aos responsáveis políticos o modo mais eficaz de satisfazer as necessidades e o sentir do nosso Povo.

Para além do pragmatismo e da competência técnica, a solução para os novos problemas relacionados com o progresso e a modernização dos Açores passa também e, muitas vezes acima de tudo, pela definição de prioridades, dando resposta ao necessário, esquecendo o supérfluo, olhando o todo, não esquecendo a parte, gerindo com rigor e transparência os meios disponíveis, em síntese, olhar realisticamente o mundo que nos rodeia para caminharmos em frente, e com segurança, na senda do desenvolvimento, como até aqui o fizemos.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** O Povo Açoriano é, cada dia que passa, mais exigente, por isso a necessidade de uma acção mais dinâmica e solidária.

Dinâmica, porque sempre à procura de novas formas e métodos para resolver novos problemas, fruto aliás, do nosso próprio esforço de desenvolvimento.

**Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!**

**O Orador:** Solidária, porque numa Região com nove ilhas, todas elas de per si importantes, é o seu todo que nos dá força e importância.

Isto implica, ou melhor, exige que nos vejamos uns aos outros de forma mais fraterna e mais solidária, para conjuntamente construirmos uma Região mais próspera como se de apenas uma ilha se tratasse.

Temos de, na prática do dia a dia, dar testemunho vivo daquilo que entendemos ser a solidariedade, sendo certo que não é uma palavra apenas para discursos de inaugurações, mas sim uma palavra eivada de profundo significado. Sim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de que vale ouvir discursos com pompa e circunstância, apelando a este espírito, se na prática é o que se sabe?

Ainda aquando da inauguração desta Casa ouvimos discursos entusiásticos, desde o tipo de bota abaixo, como foi o do Sr. Deputado Martins Goulart, - como aliás já nos habituou - como o do apelo a valores nobres, feito pelo Sr. Presidente da República.

E, permitam-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que cite deste último apenas uma frase: "Falar de autonomia significa, pois, invocar a democracia, a solidariedade, a diversidade, a força das complementaridades, a necessidade do desenvolvimento na justiça".

E efectivamente uma frase de belo efeito, repleta de significado, mas que resultados práticos teve?

E inegável, todos nós o reconhecemos, a Região Autónoma dos Açores, atravessa hoje novos desafios.

E como se já não bastassem os que advêm dos nossos próprios condicionalismos, tais como: a descontinuidade geográfica; o atraso em relação ao continente português, proveniente de décadas de exploração e de arbitrariedades, a tudo isto acresce, agora, a incompreensão daqueles que não podem, como Pilatos, "lavar as mãos" do atraso em que ainda nos encontramos, em relação ao todo nacional.

Acerca de um ano alguém dizia "O Estado Português está mais preocupado com os antigos territórios Ultramarinos, hoje "palops", do que com as dificuldades porque passam as Regiões Autónomas".

A solidariedade não é compatível com sentimentos possessivos e mesquinhos, ou seja, a força dos mais fortes pode vencer a força da razão, mas lá por isso não se deixa de ter razão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presi-

dente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

E neste enquadramento que me proponho tecer algumas considerações sobre o Plano para 1991.

Face às dificuldades orçamentais que vêm afectando a Região Autónoma dos Açores, o total de investimentos previstos para 1991 sofreu uma redução, em relação ao previsto no Plano de Médio Prazo, na ordem dos 30%.

No entanto, registamos o facto de, apesar das diminuições de verbas terem atingido todos os sectores, ser o sector social aquele que, em termos relativos, sofreu uma quebra menos acentuada.

As quebras generalizaram-se a todos os sectores sociais e, de entre estes, particularmente à Juventude e Recursos Humanos, Segurança Social e Saúde.

No entanto, dentro de cada sector social pode-se observar a preocupação que existiu em reforçar alguns programas considerados, no momento actual, como decisivos para o debelar de situações sociais mais graves ainda existentes na Região.

Os sectores da Educação, Cultura, Ambiente e Habitação foram os menos penalizados e alguns programas destes sectores foram até reforçados.

Da análise feita às verbas atribuídas aos vários programas, regista-se um extraordinário esforço de investimento nas construções escolares e desportivas, demonstrando a vontade inequívoca do Governo da responsabilidade do PSD em apostar no capital humano, uma vez que este constitui um dos factores fundamentais para o desenvolvimento económico e social.

Neste sector gostaria de salientar no capítulo do Desporto o seguinte:

Verifica-se que a proposta contempla um programa referente a instalações e a actividades desportivas, como os projectos já em curso referentes à ampliação da Zona Desportiva de Ponta Delgada e a construção do Parque Desportivo de Angra do Heroísmo, estruturas estas que vêm colmatar uma lacuna que de há muito se vinha fazendo sentir.

E de salientar positivamente o facto deste Plano continuar com apoios a atletas e aos clubes, bem como acções de formação de quadros, o que representa uma aposta no desporto como parte integrante da formação da Juventude que bem o merece.

O Plano prevê ainda apoios às actividades curriculares e extra-curriculares das escolas, bem como incentivos ao intercâmbio desportivo.

E de salientar este aspecto, uma vez que



este intercâmbio, para além das suas virtualidades na vertente desportiva, proprociona igualmente uma troca recíproca de experiências que a todos enriquece.

E falando em desporto, gostaria de esclarecer esta Câmara e o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral sobre uma questão aqui colocada em relação às "laranjeiras".

O Sr. Deputado Luís Filipe Cabral terá dito aqui que para se utilizar a piscina existente nesse complexo desportivo era preciso pagar a importância de 300 \$ 00 por sessão.

Queria informar o Sr. Deputado e a Câmara que a verdade é esta: cada caderneta de 10, até 12 anos, custa 75 \$ 00 por sessão - são 750 \$ 00 cada caderneta; dos 12 aos 14 anos custa 900 \$ 00 cada caderneta de 10; mais de 15 anos, atletas federados, 1.500 \$ 00 cada caderneta de 10; mais de 15 anos, não federados, 2.000 \$ 00 cada caderneta de 10; para a população em geral são 3.000 \$ 00 cada caderneta de 10.

Passando agora a outra questão, no sector dos Recursos Humanos, julgo ser de sublinhar o facto da Região continuar a manter uma taxa de desemprego que, em sentido lato, é na ordem dos 3%, o que significa estarmos numa situação de pleno emprego.

Na área da Formação Profissional é de registar a acção bastante positiva do Centro de Formação Profissional dos Açores.

Com efeito, a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos desenvolveu um esforço assinalável, abrindo diversas novas áreas formativas, tais como: marcenaria, desenho, construção civil, bate chapas, mecânico-auto, torneamento, fresagem, soldadura, corte de carnes verdes, pastelaria, panificação e, ainda, novas especialidades dentro da área de informática.

Nos próximos dois anos, o projecto de maior vulto será o da construção dum edifício destinado à instalação definitiva da secção de hotelaria, cujas obras terão o seu início no primeiro trimestre de 1991.

E, como se sabe, uma obra de capital importância, uma vez que se interliga com uma das opções do Governo, que é o desenvolvimento do turismo e este passa, necessariamente, pela qualificação de novos profissionais, bem como pelo aperfeiçoamento e reciclagem dos profissionais do sector hoteleiro.

Igualmente se regista, apesar de todas as dificuldades orçamentais, um investimento significativo na área da habitação, procurando-se desta forma minorar as carências ainda sentidas a este nível pelas camadas sociais mais desfavorecidas.

O Povo dos Açores reconhece que o esforço que o Governo do PSD tem vindo a desenvolver nesta área tem sido bastante meritório, por isso digno de registo.

Em 1990 a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas dispendeu para habitação degradada a significativa importância de 550 mil contos, abrangendo praticamente todos os concelhos da Região:

Concelho da Lagoa	-	4	freguesias
Concelho de P. Delgada	-	22	"
Concelho da R. Grande	-	13	"
Concelho de Vila Franca	-	3	"
Concelho do Nordeste	-	7	"
Concelho da Povoação	-	6	"
Concelho de V. do Porto	-	5	"
Concelho de A. do Heroísmo	-	18	"
Concelho da Praia da Vitória	-	10	"
Concelho de S.C. da Graciosa	-	4	"

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Fernando Fonte)

**O Orador:** Vá ouvindo, Sr. Deputado! O miserabilismo não é o que se pensa! Vá ouvindo e tenha paciência, Sr. Deputado!

Concelho da Calheta	-	6	"
Concelho de Velas	-	6	"
Concelho da Horta	-	12	"
Concelho das L. das Flores	-	7	"
Concelho de S. C. das Flores	-	3	"

Em termos de Auto-Construção, e em igual período, a Secretaria Regional da Habitação interveio em 960 casos em 17 concelhos.

Muito embora se registre um esforço significativo por parte do Governo no sentido de melhorar o parque habitacional da Região, verifica-se que ainda não se atingiram os níveis ideais, uma vez que subsistem carências neste sector.

Nesta conformidade, o Governo para 1991 aposta de novo, e bem, no campo da habitação, reforçando-o até, apoiando a construção e aquisição de casa própria, manutenção e recuperação do parque habitacional e apoios a particulares para aquisição de casa própria (SAFIN). Todas estas acções são de realçar, não só por envolverem verbas avultadas, como também pelo seu grande alcance social.

Por outro lado, a cedência de solos infra-estruturados a cooperativas, às autarquias e às empresas de Construção Civil, bem como a celebração de contratos de construção a custos controlados, para além de ser uma experiência bastante positiva que deve continuar e, se possível, ser reforçada, contribuirão para a baixa dos custos de construção.

Outro aspecto que julgo ser de salientar

na política de habitação do Governo é o do realojamento de famílias em situação financeira precária, adquirindo para o efeito as habitações e passando-as para património das Juntas de Freguesia.

Este último aspecto talvez seja de repensar. Aliás, a própria Comissão dos Assuntos Sociais o diz no seu relatório, uma vez que as Juntas de Freguesia não dispõem de meios financeiros para suportar os encargos provenientes da conservação dessas habitações, podendo por essa via serem criados problemas financeiros difíceis de solucionar por parte das Juntas de Freguesia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

O esforço que o Governo do PSD tem vindo a desenvolver nas áreas da Formação Profissional, do Emprego, do Desporto e da Habitação, envolve medidas que resultam numa política no seu conjunto correcta, cujo balanço é francamente positivo.

Face às dificuldades financeiras que todos nós conhecemos, o Governo da responsabilidade do PSD, demonstra, com a presente proposta de Plano e Orçamento, que sabe encontrar as soluções mais adequadas para a actual conjuntura, deixando a oposição em situação desconfortável, sobretudo por ela não oferecer alternativa e por constantemente utilizar, demagogicamente e irresponsavelmente, o princípio de dividir para reinar.

O Plano para 1991, mesmo com cortes, é ousado. O desafio está feito. Quero crer que o Governo do PSD, em termos de execução, conseguirá obter os melhores resultados, para bem dos Açores e do seu Povo.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

**Deputado Rui Meireles (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Plano para 1991, que está agora em discussão nesta Assembleia, é vítima do erro previsional do PMP 89/92 e reflecte o irrealismo que caracteriza, por vezes, as acções do Governo, a inabilidade e o fracasso com que conduz a política de negociações com o Governo da República.

Para a bancada do Grupo Parlamentar do CDS, esta situação não traduz novidade nenhuma. Basta ler o que dissemos acerca do PMP 89/92 e os comentários que tecemos acerca dos Planos 89 e 90.

Mas o Governo não nos deu razão; pelo

contrário apelidou o tom dos nossos discursos de adjectivos tais como miserabilista e mesmo de profecias de desgraça, quando, na realidade, aquilo que sempre desejamos era mais realismo.

O Governo teimou em apresentar Planos e Orçamentos dos seus sonhos e o resultado é evidente. Com este comportamento, o Governo tem criado falsas expectativas no povo açoriano que se vê agora frustrado e descrente.

Sempre me fez espécie este tipo de comportamento e lá para os meus botões, ia interpretando esta forma de planear e de governar, como o do guia negro do caçador branco em plena savana africana e cuja história não resisto a contar aqui:

Seguiam os dois, guia e caçador, cautelosamente por entre a imensidão da savana, exorcizando cada qual o seu medo com as armas que possuíam: o branco realisticamente com o dedo no gatilho da espingarda e o indígena com os rudimentares meios que possuía - o cajado de vara fina e o seu barrete de caqui.

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente, Eugénio Leal).

**O Orador:** Está a gostar da história, Sr. Secretário?!

(Risos da Câmara)

Com cadência regular, o guia dependurava na ponta da vara o barrete de modo a ultrapassar em muito a sua própria estatura.

Tantas vezes repetiu este gesto que o caçador, intrigado, lhe perguntou o porquê do gesto e o alcance da estratégia, ao que o guia respondeu: Patrão! Eu tenho muito medo das hienas e dependurando na ponta da vara o meu barrete, mostro-me maior do que sou e elas, as hienas, pensando-me alto e forte fogem amedrontadas e assim garanto a minha sobrevivência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta não é seguramente a savana africana...

Analiseemos entretanto como se comporta este Plano, que diz cumprir os objectivos traçados no PMP, com alguns poucos exemplos.

**Secretaria Regional do Turismo e Ambiente**

No caqui da sua ilusão o Governo dependurou o bonita cifra de 2,3 milhões de contos; pelo gatilho da sua espingarda apenas poderá disparar munições, na ordem dos 1,8 milhões de contos;

(Aparte inaudível do Secretário Regional

do Turismo e Ambiente)

**O Orador:** E atingido em cheio!

**Secretaria Regional de Agricultura e Pescas**

Na quimera do seu sonho o Governo inscreveu 14 milhões de contos; para a dura realidade da vida do campo e do mar apenas concede 7,9 milhões de contos;

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima).

**O Orador:** É natural, Sr. Secretário! Eu sou humanista e não economista! É um defeito!

**Secretaria Regional da Educação**

No visionismo da sua megalomania, fixou o Governo na ponta da vara um grande letreiro com a verba significativa de 8,7 milhões; mas na verdade nua e crua da realidade que é a vida, o Governo apenas lhe atribui 7,1 milhões de contos.

E os exemplos poderiam multiplicar-se. Não me demoro na sua enunciação para me não tornar maçador e por entender que a mensagem fica com estes exemplos suficientemente vincada.

Mas como quero tratar o assunto com verdade e justiça não poderei deixar de referir que há uma excepção à regra e que, por isso mesmo, a confirma.

Trata-se, como é evidente, do sector da Secretaria Regional da Educação e Cultura que, aproximando o sonho da realidade, ultrapassa-o mesmo e bem. Parabéns!

O saldo global entre o sonho e a realidade é, neste Plano, francamente preocupante. Dos 46,7 milhões de contos sonhados, só 32,7 milhões vão ser investidos em 1991.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Orçamento para 1991 comete a notável proeza de repetir erros passados caracterizados pelo crescimento das despesas correntes, não acompanhado por igual ou superior crescimento (como era desejável) das receitas correntes.

Contraria-se assim um certo princípio de racionalidade que nos leva a poupar nos gastos correntes a fim de libertarmos verbas para investir.

É um raciocínio linear que qualquer cidadão normal persegue para salvar a honra da sua casa e prestígio da sua família.

É necessário mais realismo, mais rigor e menos folclore. Não vale a pena, afinal, dependurarmos o caqui muito acima da nossa cabeça. Nesta "savana" não há hienas cegas nem loucas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Mem-

bros do Governo:

Estamos perante propostas extremamente importantes para o desenvolvimento dos Açores, do nível de vida do seu povo e do bem-estar das populações.

O Governo tem o dever indeclinável de gerir a administração com rigor, com competência e com realismo, de modo a não defraudar as justas expectativas que o povo pôs na sua autonomia, como o regime político mais adequado a uma administração mais justa, mais equitativa e mais próspera.

Não sou profeta de desgraças, mas não ficaria bem com a minha consciência se não declinasse aqui, perante este Plenário, a minha profunda preocupação pelo devir dos Açores, face a uma incapacidade previsional evidente, face ao crescimento da dívida pública irrefutável, face às assimetrias de tratamento inter-ilhas como está sobejamente demonstrado em intervenções de deputados das várias bancadas, face à fraca e, por vezes, nula execução financeira de projectos que transitam de Plano para Plano, alguns dormindo o sono das tumbas à espera duma ressurreição nos gloriosos dias que antecedem as eleições como manobra de nítido cunho demagógico.

E para que me não acusem que falo doutro planeta citarei a título de mero exemplo o que se passa com a variante Urzelina/Manadas do círculo eleitoral pelo qual fui eleito.

Há anos consecutivos que este Governo o inclui nos seus programas, e a obra não passa da estaca zero. Pelos vistos está em adjudicação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma correcta gestão administrativa regional só dignifica quem exerce o poder e credita-o perante a opinião pública. Já sei que a falta de meios não é culpa de ninguém. Como é que o havia de ser deste Governo? Uma vez mais esta culpa, vai este Governo querer que morra solteira?

Tenho dito.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acabámos de ouvir, pela voz do líder do CDS, o assumir da sua mentalidade centralista.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Aliás, isso é bem patente naquelas afirmações, a comparar-nos, talvez, com as recordações das savanas, das altas caçadas organizadas pelo Governador Vieira, com os negros a servirem à mesa e nós a ouvirmos as guitarradas dos fados portugueses...

(Aplausos do PSD)

...todos a dar vivas ao seu portuguesismo.

Quero aqui reafirmar que nós rejeitamos qualquer tentativa de regimes dessa natureza. Nós temos uma personalidade, temos uma história e queremos sempre assumir-nos como sendo pessoas capazes de conduzir os nossos destinos.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

**Deputado António Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Meireles:

E só para um pequeno esclarecimento ao Sr. Deputado eleito pela ilha pela qual eu também fui: é que também é bom ler todos os documentos e não só ler nos livros da selva africana.

Sr. Deputado, a variante Urzelina/Manadas já foi entregue a uma firma - não vou mencionar o nome dela porque não faço publicidade e, portanto, o Sr. Deputado já devia saber isso, uma vez que é um Deputado eleito por aquele círculo.

Se me permite a graça, como julgo que foi uma graça aquilo que o Sr. Deputado foi brindar-nos naquela tribuna, é bom falar na selva africana e também é bom, de vez em quando, rezar a Santo Antão!...

Muito obrigado.

(Risos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

**Deputado Francisco José Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria só de pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Rui Meireles. O esclarecimento é o seguinte:

- O caçador branco ia a pé ou a cavalo?

(Risos da Câmara)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

**Deputado Rui Meireles (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As perguntas que me são feitas não me trazem qualquer tipo de incómodo.

Em primeiro lugar, como não sou centralista e nem sou advogado de "Vieiras", creio que a alusão feita aqui nesta Câmara pelo Sr. Deputado Rui Melo não pode ser respondida, ou melhor, não sei responder a isso.

Realmente a espingarda do Sr. Deputado Rui Melo deve estar voltada, naturalmente, para outro sentido que não para mim.

Que isto fique muito claro: não tem o Governo Regional, não tem o povo dos Açores nenhuma declaração minha, nem nenhum comportamento, donde possa tirar apontações de que, efectivamente, eu sou centralista.

Eu fui e sou sempre Português! Isso sim! E, aliás, aquilo que todos aqui somos - creio eu - excepto alguns que se assumem nitidamente anti-portugueses.

Quanto à alusão e à apontação do Sr. Deputado eleito pelo meu círculo - S. Jorge - devo dizer que ele não me dá novidade nenhuma. Eu sei disso!

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, estando este assunto esclarecido, tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Aguiar.

**Deputado Henrique Aguiar (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Na elaboração do Plano e Orçamento para 1991, teve o Governo de fazer opções, e estas não foram, concerteza, fáceis, dadas as necessidades da Região e as suas conhecidas características.

Ao fazê-las não pôde contentar todos, mas cumpriu a sua obrigação e, como ele próprio refere, foi realista!

Discutir essas opções é um direito que a todos assiste, mas não devemos esquecer, que aqui, somos representantes de toda a população açoriana, que é necessário reflectir politicamente e discutir, outros problemas, com o objectivo de se encontrarem as melhores soluções para a vida do Povo Açoriano.

Ora isso exige, que a autonomia marque mesmo com as suas actuais limitações, não só o nosso pensamento, mas também a nossa acção.

Encontramo-nos numa conjuntura especialmente marcada por factores conjunturais já conhecidos e que são, sem dúvida, importantes condicionantes do actual Plano e Orçamento, mas existem outros, porventura menos importantes em termos quantitativos, que não devem ser desprezados. Como deputado não posso esquecer, que na vida da grande maioria dos nossos conterrâneos contam mais os pequenos números e as pequenas e, aparentemente, insignificantes, atitudes e comportamentos!

De facto, considero que apesar do esforço que tem sido feito nesse sentido, ainda é possível usar de uma maior austeridade, diminuir as despesas correntes e melhorar a administração pública, o que passa, não só pela informatização e pela formação profissional mas também por uma maior noção de servir,

com empenho e humildade, da parte de todos nós!

Dando o meu apoio à acção do Governo e o meu voto ao Plano e Orçamento, reconheço que nem tudo o que está feito está acabado e é perfeito. Parto do princípio que existem erros para corrigir e serviços para aperfeiçoar, com o intuito de melhorar a sua rentabilidade sem sacrificar os grandes objectivos definidos pelo nosso projecto democracia, unidade regional, autonomia política e desenvolvimento.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Esta acção, que é, sem dúvida, uma das mais importantes funções desta Assembleia, parece-me indispensável e premente nos dias de hoje, perante as profundas alterações políticas e tecnológicas e a velocidade imprimida na evolução das sociedades e dos povos!

Por tudo isto, e reconhecendo as minhas limitações, não posso deixar de aproveitar a ocasião para fazer algumas considerações que, tendo por pano de fundo o conteúdo dos documentos em análise, têm por base, factos e dados da vida económica de alguns Sectores e Instituições sobre as quais me encontro melhor informado.

Na página 30 do Orçamento para 1991 diz-se: "De facto, mantendo-se as receitas fiscais com crescimentos da ordem dos 18%/ano, estas deixaram de ser suficientes para financiar as despesas correntes, já que as despesas com pessoal, com carácter de grande rigidez, têm vindo a crescer a um ritmo mais do que proporcional às Receitas e, sobretudo, após a aplicação do M.S.R.. Esta realidade é também extensiva a toda a Administração Central e às Autarquias Locais. Esta situação não se limita ao agrupamento económico Despesas com Pessoal mas engloba também uma parte significativa do agrupamento económico Transferências - Sector Público - já que este contempla as Despesas com Pessoal do Serviço Regional de Saúde."

"Desta forma, para que se mantenha o equilíbrio entre as Receitas Correntes e as Despesas Correntes, será necessário promover um aumento nas receitas dos impostos, essencialmente ao nível da tributação directa (IRS e IRC) já que uma redução significativa nas Despesas Correntes será muito difícil de conseguir-se embora estejamos **empenhados em realizar o máximo de economias.**"

Na página 42 "...não permitir um acréscimo acentuado nas transferências correntes. Este incremento, (+26,2) mesmo assim ainda é significativo e está ligado essencialmente

a dois aspectos. Por um lado, estão aqui incluídas as verbas transferidas para o Serviço Regional de Saúde, que continua a constituir um vector preconizado pelo Governo, para promover o desenvolvimento social da Região."

Daqui se infere que o Serviço de Saúde pesa no Orçamento Regional e se reconhece os serviços relevantes e indispensáveis que presta à população, e da sua necessidade para que se possa cumprir o que compete ao Estado: zelar para que todos tenham direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover.

Para o Serviço Regional de Saúde são transferidas do Orçamento Regional 13.269.492.000\$00 e prevêem-se outras receitas mais ou menos no valor de 950.000.000\$00 que julgo serem resultado de serviços prestados aos "Sub-sistemas" da Segurança Social e a outros utentes particulares.

Estamos convencidos que esta última verba pode ser aumentada no futuro em números significativos, melhorando as fontes de financiamento dos serviços de saúde, e sem prejuízo dos princípios já referidos, quando se encontrar uma solução organizativa diferente para todo o sector da Segurança Social.

Assim sucede nas sociedades mais evoluídas, onde lhe compete, entre outras acções, zelar pela Saúde dos seus beneficiários, dispendendo, nesse sentido, uma parte significativa dos seus recursos financeiros.

Existem na Região vários serviços ou sistemas de Segurança Social, uns foram integrados na tutela do Estado, outros nunca o foram, porque os seus beneficiários se opuseram com sucesso já depois do 25 de Abril de 1974.

Dos primeiros que compõem o chamado "Sistema" temos as antigas Caixas de Previdência (como vulgarmente se chamavam), os seus beneficiários descontam essa taxa que é recolhida pelo Estado (Lisboa) e depois transferida para o Orçamento Regional e aparecem no Mapa I com o valor de 9.500.000.000\$00, o ADSE embora o considerem um "Sub-sistema", é o único que entrega directamente os seus descontos ao Orçamento da Região, é formado por funcionários públicos (nem todos) e a verba para 1991 aparece nas receitas do Mapa I com o valor de 220.000.000\$00.

Os "Sub-sistemas" são os que não foram integrados na tutela do Estado e existem em todo o País e têm delegações nos Açores. O seu vasto número, vai obrigar-me a só aqui

referir alguns: Rádio Marconi; Serviços Sociais do Ministério da Justiça; ADME, ADMA e ADMFA (Serviços das Forças Armadas); Serviços Sociais dos CTT; Serviços Sociais dos Bancários (SAMS), etc.

Estes Serviços que têm características mais ou menos cooperativas, como se vê, parecem funcionar com agrado dos seus beneficiários.

E destes sub-sistemas que o Serviço Regional de Saúde recebe a verba acima referida, pois são os únicos que, embora pagando mal, sempre pagam alguma coisa pelos serviços prestados.

Como base de observação, olhemos para alguns dados do Hospital de Ponta Delgada no ano de 1989.

As despesas totais foram de 2.047.910.000 \$00.

O cálculo, de alguns serviços, dos preços médios foram:

Serviço de Urgência (por doente) - 4.078 \$00  
 Consulta Externa (por consulta) - 2.199 \$00  
 Internamento (por cama/dia) - 15.589 \$00

Os preços debitados aos "Sub-sistemas", segundo as tabelas em vigor nesse ano, Portaria nº 12/88, foram os seguintes:

Serviço de Urgência - 2.200 \$00  
 Consulta Externa - 750 \$00  
 Internamento - 7.000 \$00

Isto é, foram debitados a menos de 50% do preço do custo.

Nesse ano foram **internados** no total 9.361 doentes:

6.977 utentes do "sistema" (Caixa de Previdência)

2.384 utentes dos "Sub-sistemas" (e outros particulares)

No serviço de urgência foram socorridas 49.914 pessoas:

44.394 eram utentes do "Sistema"

5.525 eram utentes dos "Sub-sistemas" (e outros particulares)

Na consulta externa foram observadas 24.386 pessoas:

21.720 eram utentes do "Sistema"

2.666 eram utentes dos "Sub-sistemas" e outros.

Para o corrente ano de 1990, as despesas do Hospital de Ponta Delgada até ao dia 27/11 ultrapassaram os 3.000.000.000 \$00, o que quer dizer que o acréscimo em relação ao ano anterior será superior a 1.000.000.000 \$00, ou seja, superior a 30%.

As tabelas referidas acima foram actualizadas pela Portaria de 2/10/1990 e embora tenham sofrido um aumento muito significativo ficam ainda muito aquém dos custos

reais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apresentei aqui estes dados sem intenção crítica, pois para além de não estar devidamente habilitado tecnicamente para o fazer, estou certo que muitos deles têm a respectiva justificação.

Fi-lo com o propósito de, acrescentando alguns números a muitas palavras, vos chamar a atenção para a necessidade de se pensar no sector da Segurança Social, sector cuja organização apresenta dificuldades em todos os Países e Regiões e é preocupação generalizada.

As fontes de financiamento dos Serviços de Saúde vêm na sua grande maioria dos sistemas da Segurança Social e nós não devemos fugir à regra, embora tenhamos particularidades, mas para isso é que serve a autonomia!

Sei da preocupação do Governo e de muitos de nós neste campo e são evidentes os esforços feitos, mas é necessário fazer mais e mais depressa.

Estou convencido que, num futuro próximo, os Serviços de Saúde, serão, em grande parte, o espelho da capacidade de organização e de gestão deste importante sector da vida das sociedades modernas.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao considerar-se na Proposta de Plano para 91 que os sectores sociais serão os mais penalizados naquilo a que chama "o processo de ajustamento que houve que efectuar" o Governo Regional confirma, uma vez mais, que não tem como prioridade, nem como conceito estratégico da sua acção, uma política de desenvolvimento equilibrado e socialmente útil.

Se juntarmos a isto o reduzidíssimo grau de execução dos planos anteriores, o adiamento sistemático de muitos empreendimentos e projectos e o abandono de outros, fica hoje mais óbvia a constatação que há muito é por nós defendida: a de que a política preconizada por este poder regional do PSD, nem é democrática nem tem preocupações sociais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Anotemos alguns elementos elucidativos

dô que acabo de dizer:

(Protesto inaudível do Deputado José Carlos Simas)

**O Orador:** No Sector da Educação, das vinte acções previstas no programa 1 para S. Miguel, treze são repetições de Planos anteriores. Situação idêntica acontece na Ilha do Faial, na rubrica destinada à construção de edifícios escolares dos diferentes ciclos de ensino, como é o caso da Escola Primária da Praia do Norte, do novo edifício escolar da Horta; das novas instalações para o Departamento de Oceanografia e Pescas todas elas contempladas em Programa desde 1988.

No que respeita à Ilha Terceira, não existe nenhuma verba em 91 destinada à construção da nova Escola Secundária de Angra do Heroísmo, apesar de se saber que a actual se encontra em condições inaceitáveis de degradação, o que todas as entidades reconhecem.

Por outro lado, a verba destinada ao Departamento de Ciências Agrárias da Terra Chã é manifestamente insuficiente, atendendo à anteriormente prometida construção de um novo edifício para aquele Departamento.

No sector da Cultura, constata-se que em S. Miguel o programa 5 é também todo ele a repetição pura e simples de acções programadas há vários anos.

Considerando, por outro lado, a necessidade de recuperar e valorizar o nosso património cultural penso ser importante, entre outras acções, proceder ao restauro do edifício da antiga Cozinha Económica Terceirense e antiga sede do Rádio Clube de Angra, recuperando-se assim este edifício para o desenvolvimento, por exemplo, de actividades teatrais e de grupos de teatro como é o caso do "Apendre".

Urge também alterar rapidamente a situação de indefinição em que se encontram o Museu dos Baleeiros da Ilha do Pico, o Museu da Horta e as Casas Etnográficas, atendendo à sua importância e aos esforços de revitalização que vêm sendo prosseguidos.

**Os sectores da Saúde e Segurança Social** são dos mais penalizados nesta Proposta de Plano para 91.

No que diz respeito à Segurança Social, em diversas Ilhas não há quaisquer investimentos previstos no próximo ano e no que toca à saúde, a situação é de preocupante quebra de investimentos no Faial e de abandono de projectos em S. Miguel, como os Centros de Saúde da Lagoa e Povoação, os quais são de grande importância para estes conce-

lhos, assim como o Centro de Saúde da Praia da Vitória.

Por outro lado, verifica-se que em 91 foi retirada a verba de 75 mil contos atribuídos ao Centro de Oncologia dos Açores no PMP 89/92, e que se mantém a falta de resposta para as assimetrias existentes entre as diferentes ilhas e concelhos no que respeita aos profissionais de saúde de que a Região carece.

**No domínio da Habitação** e pesem embora os esforços que têm vindo a ser feitos no sector da auto-construção e da construção a custo controlados, permanece insolúvel a falta de resposta às gritantes necessidades sentidas pelos agregados familiares mais desfavorecidos, o que torna insuficiente a natureza dos apoios concedidos à habitação para 91. Como há muitos anos afirmamos, torna-se extremamente urgente canalizar recursos para a resolução do problema habitacional das classes totalmente desprovidas de meios.

No que se refere só à ilha de S. Miguel são especialmente afectadas as acções de aquisição e infraestruturas de solos (menos de metade da verba programada em 1990), enquanto o apoio à recuperação do Parque Habitacional é reduzido em 20%.

Nada é dito sobre o programa "Vida Nova" criado pela Secretaria Regional de Habitação e Obras Públicas para responder aos graves problemas de habitação em diversas freguesias de São Miguel, assim como nada é também dito sobre a recuperação do Parque Habitacional degradado e a construção de habitações sociais, modernas e humanizadas na Ilha do Faial, entre outras.

Na opinião do PCP/Açores o Governo Regional deveria aproveitar os próximos recenseamentos (vulgo censos), a realizar no próximo ano, para criar um **Programa Regional de Habitação**, programa esse que fornecesse indicações precisas sobre as necessidades habitacionais da Região e sobre as formas de atacar este gravíssimo flagelo social.

**No capítulo da Juventude**, são previstos para 91 alguns apoios ao Associativismo Juvenil, mas seria bom que o Governo elucidasse esta Assembleia sobre que tipo de acções concretas vão ser abrangidas neste domínio e sobretudo se dispõe de algum cadastro das organizações juvenis dos Açores, pois de outro modo não se percebe como é possível ao Governo conceder apoios ao Associativismo Juvenil sem conhecer o variado leque das organizações que o constituem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito mais podia ser dito, mas o tempo

disponível para um só deputado de um Partido, como é o caso, não o permite.

Mas a análise detalhada que acabo de fazer é contudo suficiente para demonstrar a inexistência de uma política de cunho e dimensão verdadeiramente social na acção governativa desta maioria.

E não venha agora o Governo Regional tentar mistificar a realidade, porque o problema não é só de hoje. E também de ontem e sê-lo-á de amanhã, enquanto esta política não for substituída por outra diferente e melhor que a actual.

Em nome do PCP/Açores quero aqui reafirmar e sustentar que, com os recursos existentes, era possível realizar na Região uma política social mais eficaz, mais propiciadora de uma melhor qualidade de vida para os açorianos e sobretudo para os mais desfavorecidos, com a simultânea preocupação de esbater cada vez mais os profundos desequilíbrios que continuam a marcar injustamente o conjunto das nossas nove Ilhas.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Confesso que, à partida, tenho uma certa dificuldade em intervir na sequência de uma intervenção do Partido Comunista Português. E isto não é porque realmente seja anti-comunista, sou um democrata, tanto aceito um comunista como um independentista ao meu lado; não é porque possa discordar radicalmente de algumas teorias de Marx, Lenine e outros que tais, embora desfasadas no tempo. Se eles hoje estivessem vivos, veriam quanto de errado tinham considerado no conceito de sociedade.

A dificuldade que eu tenho é ver um deputado comunista, com menos brilho e com menos conhecimento do que o seu antecessor (e com menor dicção, ainda por cima), vir para aqui tecer críticas "profundas" ao Governo Regional, à política de desenvolvimento do Governo Regional, aos investimentos, à bancada Social Democrata, etc..

Sr. Deputado Paulo Valadão, Vossa Excelência das duas uma: ou realmente acredita piamente naquilo que diz, esquecendo tudo o que está por detrás de si, ou então é hipócrita!

- Vossa Excelência desconhece o desagravamento completo do seu partido a nível nacional?

- Vossa Excelência desconhece o redondo

falhanço do comunismo internacional?

Vossa Excelência acusa o Governo de não ter uma política de desenvolvimento, acusa o Governo de não saber governar, acusa o Governo de, enfim, de não prestar.

Sob o seu ponto de vista, Vossa Excelência tem razão! Mas uma coisa é certa, Sr. Deputado: nós ainda nos Açores, nem agora, nem a longuíssimo prazo, vamos ter necessidade de, por via do falhanço da social-democracia (que não falhará!) de receber aviões com comida da Alemanha e doutros países.

**Deputado José Carlos Simas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Deputado, nós aqui nos Açores actuamos e governamos de acordo com as nossas necessidades, de acordo com a nossa maneira de ser e não importamos modelos internacionalistas.

Os conselhos que Vossa Excelência dá ao Governo Regional dos Açores e ao partido que o suporta, poderão ter outro destinatário: não só os seus líderes a nível nacional, como também os mentores dum comunismo que está na "rua da amargura", revelando um falhanço estrondoso e uma falta de capacidade de se adaptar aos novos tempos que sopram por todo o mundo.

E mais, Sr. Deputado: este Partido Social Democrata, que apoia este Governo Regional, ainda não tem, nem nunca terá (pelo menos enquanto eu for vivo isto nunca deverá acontecer) uma comissão de controle e quadros que com "mão de ferro" controla todo e qualquer tipo de expressão pessoal sobre o seu partido.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sr. Deputado Paulo Valadão, lamento imenso ter de lhe dizer isto porque, como sou um democrata, não faço marginalização de ninguém nem relaciono as pessoas com os rótulos que Vossa Excelência normalmente costuma utilizar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tenho que ser muito rápido, na medida em que não poderei estragar ou desaproveitar o meu tempo em discussões fúteis com o Sr. Deputado Jorge Cabral.

(Aparte inaudível do Secretário Regional das Finanças e Planeamento, Gualter Furta-do)

**O Orador:** Agradecia também à Mesa que descontasse o tempo das interrupções por



parte do Sr. Secretário para efeitos da contabilização do meu tempo.

Em primeiro lugar, quero fazer um protesto veemente à Mesa e a esta Câmara. E esse protesto é o seguinte: é o do Sr. Deputado ter, mais uma vez, aqui admitido poder ter, ali, ao seu lado, um independentista.

Sr. Deputado, é o protesto que eu tenho que fazer a esta Câmara! Esta Câmara não pode admitir que aqui estivesse ao lado daquele senhor um independentista, na medida em que a Constituição da República Portuguesa e o nosso Estatuto Autonómico não o permitem!

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado)

**O Orador:** E esse o meu protesto, em primeiro lugar!

Em segundo lugar, não vou comentar o arrazoado do Sr. Deputado em relação aos problemas internacionais. Teria muito prazer em discuti-lo, aqui, ou noutra forum qualquer. No entanto, o meu tempo não o permite.

Quero-lhe dizer apenas o seguinte:

O Sr. Deputado (e eu compreendo-o) deve estar, de facto, preocupado é com o modo como terá de arranjar essa tal comissão de controle e quadros.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Confesso que já estava à espera da resposta do Sr. Deputado Paulo Valadão: é uma resposta sem conteúdo ideológico, é uma resposta nervosa, é uma resposta própria, enfim, estou a tentar arranjar uma palavra mais comedida, para não classificar o Sr. Deputado, que me merece respeito como ser humano, mas ...adiante...

São só dois esclarecimentos muito rápidos, Sr. Deputado:

Quando eu disse que era um democrata e tanto me sentava à mesa com um independentista como com um comunista, eu assumo isto! Eu não sou como aquelas pessoas que dizem que não são racistas, que dizem que tanto apertam a mão a um branco como o pescoço a um preto!...

(Risos da Câmara)

Eu sou um democrata e sou um ser humano, Sr. Deputado! Eu não marginalizo ninguém pelas suas ideias, não marginalizo ninguém por aquilo que possam dizer, desde que as

pessoas sejam sinceras naquilo que defendem e naquilo que preconizam - coisa que o Sr. Deputado não admite.

E natural! A KGB encheu a Sibéria com milhões de seres humanos que pensavam de modo diferente do Kremlin.

Vossa Excelência trouxe para os Açores esse espírito de KGB, autenticamente persecutório!

E não vale a pena perder mais tempo com o Sr. Deputado Paulo Valadão, Sr. Presidente!...

**Presidente:** Srs. Deputados, suponho que este assunto está esclarecido.

Assim sendo, vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço. Antes, porém, quero informar os Srs. Deputados dos tempos disponíveis para cada partido:

PSD	- 2h e 22m
PS	- 1h e 10m
CDS	- 58m
PCP	- 17m
Governo	- 1h e 30m

Srs. Deputados, recomeçaremos os nossos trabalhos às 15,00 horas. Por agora, estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 13,00 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 15,00 horas)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

**Deputado Gaspar da Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Senhores Membros do Governo:

Temos presente nesta Câmara, a discussão, para aprovação, das Propostas de Alteração ao PMP 91/92 e do Plano e Orçamento para o próximo ano de 1991.

Sobre estes documentos, para me pronunciar com o rigor possível com a minha consciência, gostaria de fazer uma consideração prévia ao Programa deste IV Governo Regional para o quadriénio 89/92, bem como ao PMP então aprovado, no que se refere ao: **enquadramento; objectivos fundamentais e metas a alcançar.**

O Programa deste IV Governo, expressa a adesão do povo açoriano, ao projecto social democrata, que é um projecto de desenvolvimento económico, social e cultural, que dá sentido positivo e corporiza, na íntegra, a Autonomia Político-Administrativa e financeira dos Açores, como grandes aspirações históricas do seu povo.

Como programa arrojado, na vertente de objectivos, também pode bem dizer-se que,

um programa desta natureza, está sempre incompleto perante o aperfeiçoamento ideal, razão porque se torna necessário efectuarem-se ajustamentos perante as realidades surgidas, sem perder de vista os objectivos essenciais.

Objectivos esses que, quando submetidos aos referidos ajustamentos, estão sempre sujeitos à opinião de todos, quer aqueles que representam as diversas formas da nossa sociedade organizada, quer aqueles que representam o quadro do xadrez político em que nos movimentamos.

**Os primeiros**, opinam numa forma crítica e exclusiva sobre os interesses que abarcam as áreas onde se localizam.

**Os segundos**, opinam de um modo geral sobre todas as áreas que respeitam à sociedade numa forma geral, sem deixarem de emitir tal opinião, num enquadramento de filosofia programática.

Daí nasce toda uma discussão apaixonada que anima a vida de qualquer sistema democrático.

Estamos aqui situados nesta Câmara animando esta vida democrática, analisando uma série de documentos que orientarão a vida da Região para o próximo biénio e próximo ano, fazendo ver ao povo da Região se aquilo que é proposto para o seu bem estar futuro, estará de acordo com o programa que o Governo fez aprovar nesta Assembleia em Dezembro de 1988.

Programa este que definia claramente os vectores de acção governativa no: "**Avançar na Esperança**".

Os objectivos fundamentais deste programa, inseriam-se em fazer com que os Açorianos se orgulhassem da sua origem; participassem estes também na nova etapa da Autonomia; construíssem aqui o seu futuro; e fossem os próprios agentes modificadores do desenvolvimento, e dava o seu moto nalgumas propostas bem claras, tais como:

- Prioridade na educação
- Valorização da cultura açoriana
- Melhoria da qualidade de vida
- Aumento da riqueza e emprego
- Ordenamento do território
- Privatizações

E ainda apontava grandes linhas de desenvolvimento e projectos prioritários, na:

- Modernização da agricultura e pescas
- Apostas no comércio e no domínio da actividade privada
- Apostas na indústria, para o aumento da riqueza produzida e criação de postos de trabalho

- Apostas prioritárias no turismo
- Modernização dos transportes e telecomunicações
- Prioridade à habitação e combate às bolsas de pobreza
- Apoio às Autarquias
- Apoio à Saúde, Educação, Cultura e Desporto
- Atenção prioritária à formação profissional
- Preocupação sobre a qualidade de vida, ambiente e defesa do consumidor
- Modernização da Administração Pública

O PMP 89/92, articulado com o referido Programa do Governo, tornou-se assim um documento imprescindível de gestão e orientação, para a concretização dos objectivos, com os meios disponíveis para a sua concretização.

PMP que, pressupondo a adopção do Acto Unico Europeu e os objectivos do Mercado Interno e da Coesão Económica e Social, naturalmente que estava e está destinado a uma Região com carências como a nossa, e que necessitava e necessita ainda para a sua modernização, de uma grande ajuda em fluxos financeiros, para atingir os desejados objectivos, que de alguma forma, se reconheciam como ambiciosos, mas como, aliás, devem estar concebidos em qualquer PMP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Todos nós nesta Câmara estamos discutindo, quer a revisão do PMP 91/92, quer o Plano e Orçamento de 1991, dum modo mais emotivo do que o habitual, em face de algumas expectativas financeiras que não corresponderam ao previsto, quer ao abrigo da Solidariedade Nacional, quer através do financiamento dos Fundos Estruturais, ou ainda dos Instrumentos Financeiros Comunitários.

Questões essas, todas fundamentais para nós, dada a nossa escassez de meios, face à multiplicidade dos fins, e que nos obrigam a uma criteriosa selecção e escolha de iniciativas e ainda uma ulterior capacidade de execução material dos projectos de investimentos.

Para além disso, todos sabemos a conjuntura que atravessamos que, para além de imprevisível, apresenta um esboço difícil, não só perante a evolução do processo de democratização dos países de Leste e no que isso implicará em termos de apoio comunitário, o que originará outros saírem prejudicados, e também à própria crise do Golfo, com as suas implicações no mercado petrolífero; e em termos da resultante interna, a Orçamen-

tos Nacionais de Contenção.

E prova disso, é o próprio OGE em discussão na Assembleia da República, que todos sabemos ser um Orçamento de Contenção, e onde se apela à contenção de gastos e controle da taxa de inflação, perante um cenário de crise internacional, que obriga a um extremo rigor na área das finanças, a fim de evitar-se o fantasma da recessão, mas também com a tentativa de não se travar as expectativas optimistas dos agentes económicos, quanto ao ritmo de crescimento da economia portuguesa.

Para além disso, no OGE em vista apostase também na introdução de mecanismos liberalizadores do regime de funcionamento dos mercados cambiais e a passar para um sistema indirecto de controle de liquidez da economia, preparando-se também assim os agentes económicos para a futura liberalização do sistema financeiro e com a consequente diminuição da taxa de inflação que permita a entrada do escudo no Sistema Monetário Europeu, prevista para 1994.

Contudo, perante este quadro, não podíamos deixar de emitir uma opinião crítica às transferências do OGE para a Região que se situam nos 10,5 milhões de contos, valor muito abaixo das expectativas em vista, o que bastante nos constrange se tivermos em linha de conta que, por exemplo, só o Ministro da Educação vai gerir verbas da ordem dos 500 milhões de contos para 1991 (contra 389,9 milhões em 1990); o Ministério da Justiça vai gerir verbas de 25 milhões de contos (contra 20 milhões em 1990) e mais 6 milhões de contos provenientes do Gabinete de Gestão Financeira, a Secretaria de Estado da Cultura com um aumento de 30% em relação a 1990 tem uma dotação na ordem dos 12 milhões de contos, o **Ministério da Defesa** está dotado com uma verba de 355 milhões de contos; e o Ministério dos Negócios Estrangeiros dotado com uma verba de 24,7 milhões de contos. Uma parte deste valor destina-se aos PALOPS.

Perante este quadro de dotações, de alguns Ministérios e Secretarias de Estado em que se define um orçamento de "rigor" mas não de "austeridade", a dita austeridade só foi aplicada para o caso das transferências para as Regiões Autónomas, que, conforme já todos sabemos, representa uma diminuição apreciável em termos de valores correntes, para além de tentar impor-nos um tecto de endividamento de 4 milhões de contos, como acréscimo líquido global em 1991.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presi-

dente e Srs. Membros do Governo:

O PMP 91/92 e o Plano e Orçamento para 1991, estão fortemente marcados pelo espectro financeiro, e é esta a razão fundamental do nosso debate apaixonado.

Contudo, também sabemos que, caso não existissem tais restrições financeiras, a discussão apaixonada existia sempre, embora que naturalmente direccionada para outros motivos.

O Partido Social Democrata que suporta este Governo, não deixando certamente de reconhecer alguns dos cortes existentes nos documentos em análise, e atento aos motivos a que já fizemos referência e que são uma realidade a que não podemos fugir, nesse esquema de contenção apertada de gastos, sobretudo públicos, e gestão racional dos respectivos programas, deve assim, e em meu entender, através desta Assembleia Regional com a missão que lhe cabe, ter em grande linha de preocupação que o Governo Regional consiga a maior capacidade de execução possível a este Plano 91 e à concretização do PMP 91/92, uma vez que os recursos financeiros disponíveis são aquilo que conhecemos e que todos desejaríamos fossem maiores.

Para além disso, a política orçamental para 1991 deve prosseguir em linhas anteriores, ou seja de "equilíbrio orçamental", com preocupação de contenção nas despesas públicas, mas no limite necessário ao regular funcionamento dos diversos departamentos regionais, em moldes que permita as receitas públicas cobrirem as despesas públicas, não obstante continuarem as dificuldades da Região gerir os instrumentos fiscais de cobrança e redistribuição de impostos, limitando-se a controlar receitas atribuídas e, por outro lado, deparando-se com dificuldades provenientes do aumento das despesas correntes não previstas e provenientes de medidas de âmbito nacional.

Conforme refere o relatório e parecer da Comissão de Finanças e Planeamento, **na Região Autónoma dos Açores**, apesar do ajustamento de valores a que é submetido o seu PMP e o Plano para 1991, o Governo Regional continua a estar empenhado na selecção e qualidade dos projectos como geradores de riqueza e criação de postos de trabalho, como condições essenciais à melhoria das condições de vida das nossas populações, uma vez que os grandes projectos de investimento com as alterações de carácter social mais relevantes, mantêm-se até para manterem as ajudas comunitárias, e bem assim os grandes investimentos objecto de co-financiamentos comu-

nitários também se manterem, bem como o apoio directo ao investimento privado e à melhoria dos serviços essenciais.

Por esse facto, continua a verificar-se ao nível do PMP 91/92 em comparação ao PMP 89/92, para estes anos, nos Sectores Sociais um aumento da dotação na ordem do 3,4%, embora a nível dos sectores económicos nos mesmos períodos haja uma diferença para menos de 1,56%, sem que isso se possa traduzir em compromentimentos às grandes obras do desenvolvimento da Região.

Apesar de constatar-se que o ritmo de concretização de alguns objectivos do PMP 89/92 possa dominar ligeiramente, no entanto esses grandes objectivos continuam a manter-se inalterados em termos do desenvolvimento regional enquadrado no Programa do Governo aprovado por esta Assembleia.

Ainda no que se refere concretamente ao Orçamento Regional, ao verificar-se a partir de 1989 que sobre as receitas correntes estas têm mantido um ritmo de não acompanhamento das despesas correntes, que têm aumentado por motivos alheios à Região, haverá que se ponderar de um modo mais imaginativo no futuro, uma vez que continua a não haver um aumento significativo das receitas dos impostos directos, pois que as transferências do Estado devem aumentar significativamente e a valores correntes, para se evitar o aumento descontrolado do endividamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para além das razões expostas em termos de Plano e Orçamento para 1991 e que são reais, há que meditar também no futuro em termos de que, o Governo da República possa vir a ter uma nova maneira de ver e encarar os nossos problemas, e que as soluções sejam enquadradas nas vias constitucionais em vigor, como seja, por exemplo, o apoio que o Estado deve dar à Região ao Serviço Regional de Saúde, e bem assim transfira para a Região as necessárias verbas para compensar os custos da insularidade no referente ao Serviço de Saúde, conforme refere a Constituição da República Portuguesa, para além de ter, de deixar de considerar as transferências para as Autarquias; Impostos cobrados na Região; Verbas dos Fundos Estruturais e as verbas dos Acordos Internacionais, como **Transferências do Estado**.

A Região Autónoma dos Açores para conseguir o seu almejado desenvolvimento harmonioso no futuro, necessita não só dos meios financeiros convenientes ao seu alcance, mas também de uma definição mais clara sobre

o modo de dotação desses meios, não só no que se refere às transferências a que tem direito por aquilo que o Estado é obrigado, mas também pelas transferências que são um direito da própria Região, em relação aos Acordos Internacionais.

O esforço político, de todos os partidos políticos representados nesta Assembleia, deve ser mais convergente no sentido de um interesse regional mais voltado para as nossas carências do que para as nossas diferenças de princípios, sem que isso signifique, de algum modo, o abdicar desses princípios.

Nesta década que nos transportará para uma nova fase de vida e desenvolvimento, há que congregar esforços no sentido de criarmos melhores condições de vida às nossas populações.

Isso consegue-se com **trabalho, persistência e vontade**, a que ninguém deve estar alheio.

O Partido Social Democrata tem procurado, ao longo destes anos de governação, corresponder da melhor forma àquilo que a população da Região espera, para conseguir tais objectivos, não obstante as dificuldades naturais que vão surgindo e próprias de um percurso natural do regime democrático.

O Partido Social Democrata vai, no futuro, continuar a trabalhar no sentido de merecer a confiança do povo dos Açores, para que esse mesmo povo consiga aquilo a que tem direito e que em grandes linhas situa-se no: **viver numa Região onde existam condições de vida dignas; numa Região onde não haja diferenças e desequilíbrios de desenvolvimento sócio económico; e numa Região onde a felicidade humana seja uma constante**.

Por isso, este Plano e Orçamento para 1991, que estão em discussão nesta Câmara, não obstante os reparos que mereçam, devem continuar a merecer a nossa confiança e consequente aprovação.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos César para pedidos de esclarecimento.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E a figura regimental que eu uso mas, em boa verdade, não se trata de algo que eu deva concluir com ponto de interrogação. Portanto, perdoem-me o "arrepio" ao Regimento.

A questão parece-me ser a seguinte:

E verdade que é uma transferência de responsabilidades para a Administração Regional

que não tem sido compensada do ponto de vista da afectação de recursos. Mas eu creio que a Região deve tomar mais cuidado quando se está a adoptar, com demasiada insistência, uma terminologia que parece colocar a Região contra a reforma da Administração, contra os acréscimos salariais, contra o aumento do salário mínimo, contra o aumento dos níveis salariais, contra o aumento das pensões, repetindo, sistematicamente, a terminologia: "Por razões alheias à nossa vontade estamos a gastar mais com despesas de pessoal".

E que, se dependessem exclusivamente da nossa vontade todos esses aspectos, com certeza, Sr. Deputado, que a Administração Regional tomaria idênticas medidas, ou, então, medidas ainda mais benéficas dos trabalhadores açorianos.

Portanto, esta questão é uma questão que não pode ser dissociada da posição do Governo sobre essa matéria e não se pode estar, sistematicamente, a dizer que "é uma entidade estranha no exterior que anda a dar cabo da Região, aumentando os funcionários públicos, reformulando as carreiras, aumentando as pensões..."

Há um limite em tudo isto para se ouvir, sistematicamente, sem este reparo e sem este discurso excepcional. Da parte do PSD, ouvimos sistematicamente isto neste Parlamento!

Muito obrigado.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

**Deputado Gaspar da Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Efectivamente o Sr. Deputado Carlos César mais não pretendia do que fazer uma pequena dissertação que nada tem a ver com o teor de fundo da minha intervenção.

Ora, eu peço a palavra que será, talvez, para complementar um determinado esclarecimento que gostaria de dar ao Sr. Deputado Carlos César, pessoa que, certamente, também está atenta às grandes questões que se colocam, em termos sociais, nesta Região.

E óbvio que, quando o Sr. Deputado traça um quadro de acréscimos salariais, etc., com certeza queria dizer mais alguma coisa que não disse porque, se dissesse, obrigar-me-ia também a dizer mais alguma coisa sobre isso.

De qualquer modo, o Sr. Deputado sabe bem que há uma série de transformações económicas que se têm dado nesta Região ao longo dos tempos, o que é fácil de se constatar,

verificando as diferenças entre o sector primário, secundário e terciário nos últimos anos: o aumento da terciarização da nossa economia que, neste momento, já está acima dos 50% e que há 10 anos atrás era um valor bastante mais baixo; o sector primário que está na ordem dos 24% e que, há meia dúzia de anos atrás, era de cerca de 30%.

Enfim, tudo isto são coisas que, se o Sr. Deputado está atento, certamente verificará que esta é uma realidade que nós temos na Região e que resulta, como é óbvio, de alguma coisa. Não caiu do céu por obra e graça do Espírito Santo!...

**Deputado Carlos César (PS):** O Espírito Santo não tem nada a ver para aqui!

**O Orador:** Existe um Governo nesta Região e os órgãos próprios que têm pugnado por toda esta evolução económica e social. O Sr. Deputado poderá constatar isso com os últimos elementos que aqui estão aos inquéritos do emprego do 1º trimestre deste ano de 90 e, comparando-os com os anos anteriores, a evolução que se tem verificado ao longo destes anos, chegando assim a uma tentativa de reconhecimento do que tem sido a evolução dos ganhos laborais nesta Região. Tenho esses elementos e poderei facultar-lhos se o Sr. Deputado o desejar.

Posso-lhe dizer que, nos últimos 5 anos, tem havido ganhos de rendimentos da ordem dos 2 a 3%. Por conseguinte, isso não caiu do céu, não nasceu por obra e graça, enfim, mas, com certeza, isso não lhe vai despertar a curiosidade porque estas questões não são, de facto, uma grande preocupação do seu partido, como é óbvio.

Repito, que essas coisas não caem do céu por obra e graça do Senhor Espírito Santo, como se diz na nossa terra...

**Deputado Carlos César (PS):** Aqui não cai nada por obra e graça...

**O Orador:** Nada! Cai com trabalho, persistência e empenho no desenvolvimento económico e social desta Região. E o Sr. Deputado sabe-o bem, não obstante os discursos isolados de um certo "miserabilismo" que são feitos pela sua bancada.

Penso, Sr. Deputado, que, de alguma forma, isto dá-lhe uma resposta. Poderia ser mais profunda mas, enfim, roubaria, certamente, o resto do tempo que falta à sua bancada. Penso, no entanto, que isto é mais do que suficiente para dissociar aquilo que eu aqui disse, relacionado com as transferências do OGE. Aí, sim, é que tem que haver um empenhamento profundo de todos os partidos que aqui estão, não obstante as diferenças

que nos separam.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós já estamos em contagem decrescente do nosso tempo parlamentar e eu não tenho tempo, de facto, para exagerar nestes comentários sobre estas coisas. Peço desculpa, porque a questão é interessante, mas nós temos muitas coisas para dizer e Vossas Excelências só têm que dizer "Amen".

Isso diz-se em muito menos tempo do que nós!

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A questão é esta: O Sr. Deputado Gaspar da Silva não disse nada em contrário do que eu tinha dito. Efectivamente fiz o reparo e o alerta inicial de que eu não pretendi dizer nada contra a sua intervenção. Apenas o facto de a ter feito, despertou-me a sensibilidade de ser necessário alertar, esta Câmara e os seus titulares de que essa argumentação não se deve esgotar aí. Aliás, vi vários assentimentos da sua bancada em relação ao teor da minha intervenção, nomeadamente do Presidente da sua Comissão.

Portanto, sinto-me largamente compensado por essa cobertura institucional, que o assentimento de cabeça do Sr. Deputado Carlos Teixeira me deu. E suficiente!

Muito obrigado.

(Risos do PSD e do PS)

**Presidente:** Srs. Deputados, queria simplesmente anunciar e informar o Sr. Deputado Paulo Casaca - suponho que já tem conhecimento - de que deu entrada na Mesa, apresentado pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, um conjunto de informações sobre as despesas dos gabinetes dos respectivos Secretários Regionais.

**Deputado Paulo Casaca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu já tinha conhecido.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna.

**Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começo exactamente pela questão das verbas do Gabinete do Secretário Regional da Administração Interna.

Está considerada no Orçamento uma verba de 456.764 contos que, obviamente, não são do Chefe de Gabinete ou da Secretária parti-

cular do Secretário Regional, mas, sim, do pessoal de Gabinete, da Repartição de Serviços Administrativos, do Centro de Informática e Documentação, isto é, de todos os serviços que dependem directamente do Secretário Regional e não de nenhuma das Direcções Regionais, englobando, 1/4 dessas verbas, transferências para o Serviço Regional de Protecção Civil, englobando a ADSE, para o pagamento de todos os reembolsos da ADSE, cerca de 200 mil contos. É óbvio que isto não são despesas do Gabinete do Secretário Regional "stricto sensu".

Ora, quando eu ontem estava fazendo o meu "trabalhinho de casa" para corresponder ao pedido do Sr. Deputado Paulo Casaca, dei comigo a pensar: "Mas por que será que ele quer estes elementos?!"

A conclusão foi fácil de tirar, enfim, acendeu-se uma luzinha a determinada altura:

"O Sr. Deputado Paulo Casaca quer estes elementos porque pensou que teria, assim, uma certa novidade, aqui, neste Parlamento, ou seja, apresentava um conjunto de propostas de alteração ao Orçamento da Região, retirando verbas dos Gabinetes dos Secretários Regionais e pondo essas verbas, eventualmente, nas áreas do investimento."

E uma habilidade, ou de quem é ingénuo, ou de quem cometeu um erro, ou de quem quer fazer demagogia nesta Câmara!

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Ora, dessas "importações" nós, efectivamente, não precisamos!

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** É óbvio que estas verbas, a serem retiradas dos sítios onde estão, por exemplo, no caso da Administração Interna, ou se vai deixar de pagar a pessoal, ou se vai deixar de pagar consultas, ou se vai deixar de reembolsar estadias a estabelecimentos hospitalares.

Portanto, neste caso, seria bem bom haver um pouco mais de humildade porque, normalmente, a estas entradas de leão correspondem, depois, outras saídas...

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**O orador:** ...e, afinal, quem vinha tosquiado safu tosquiado.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Vamos chegar lá!

**O Orador:** Vou passar à Protecção Civil porque, realmente, o caso é para isso.

Não vou repetir o que dizem os documentos em discussão. Vou, antes, referir as op-

ções que, no âmbito do sector à minha responsabilidade, lhes estão subjacentes.

Em primeiro lugar, diria que a ideia-força, em termos da nossa acção na Protecção Civil...

(Aparte inaudível da bancada do PS)

**O Orador:** O Sr. Deputado está muito nervoso! Espero que, hoje, as questões da Administração Local recebam uma nova promoção e eu tenha a oportunidade de as debater com o Sr. Deputado.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**O Orador:** A Protecção Civil tem uma ideia-força: enfrentar situações que põem em risco a segurança de pessoas e bens.

Isso impõe a actuação a três níveis, nos quais nós temos actuado, e visando um grande objectivo.

Visa, em primeiro lugar, "prevenir" - e isso faz-se sensibilizando e formando a população; faz-se, tanto quanto possível, "prevenido" daí a nossa relação estreita com a Universidade dos Açores no âmbito da sismologia. É importante seleccionar uma fonte de intervenção científica neste âmbito e não nos relacionarmos com várias entidades - é o que está a acontecer nesse âmbito - e também uma ligação ao INMG, fundamentalmente no domínio da meteorologia.

E preciso, depois, "agir", quando se dão as situações, mas também é preciso, neste aspecto, ter em conta que o fundamental é programar previamente, porque os momentos de catástrofe são propícios a certa confusão e a forma de minorar essa confusão é estar preparado para a acção.

Aqui não só referia o facto do Plano Regional de Protecção Civil estar preparado, mas, também, a necessidade de prepararmos os Planos Locais de Protecção Civil porque as Comissões Locais de Protecção Civil têm uma importância decisiva neste processo.

E preciso reforçar o empenho, neste domínio, nas Câmaras Municipais.

O objectivo de toda esta acção é "gerar segurança". E esse sempre o grande objectivo.

A coluna vertebral do Sistema de Protecção Civil nos Açores são as corporações de bombeiros. E aqui talvez coubesse uma referência ao seguinte aspecto:

Até 1976 nós tínhamos 4 corporações de bombeiros nos Açores, três delas nas sedes dos distritos, como era costume. Penso que essa situação não existia por acaso. As condições, nessa altura, eram bem adversas. Tam-

bém tenho que concluir que não foi por acaso que, após 1976, passámos das tais 4 Associações de Bombeiros Voluntários para 17.

Pensemos este facto, pensemos o que mudou e não poderemos deixar de concluir que o que mudou foi termos poder político nos Açores. O trabalho vai continuar e iremos dando resposta às grandes necessidades a este nível, como temos dado a outros níveis.

No Plano de Investimentos para 1991, e face à redução dos valores previstos no PMP, as opções foram as seguintes:

- Vamos manter, a nível da actuação neste sector, os investimentos em equipamento;

- Vamos manter o nível da formação;

- Vamos desacelerar o ritmo de construção de novas instalações - vamos fazer um compasso de espera de cerca de um ano, dando prioridade a Santa Cruz das Flores, Vila Franca do Campo e, possivelmente, Lajes do Pico, em termos de construção de instalações para bombeiros.

Passando agora à Administração Regional, e esperando que a bancada da oposição continue tão calma, que eu não desvende aqui outra possível "estratégia furada" para não ter outra vez aquele embate de nervosismo...

**Deputado Martins Goulart (PS):** Nós já veremos isso!

**O Orador:** Em relação à Administração Regional queria dar uma palavra especial para a modernização administrativa e para a desburocratização.

Os nossos objectivos gerais neste âmbito são os de evoluirmos tendencialmente para uma Administração serviço, organizada em função do cidadão, o que passa muito por uma nova postura perante todas estas realidades, que não é uma nova postura do Governo: é uma nova postura daqueles que trabalham na Administração, é uma nova postura dos próprios cidadãos.

Uma Administração que também se refencie, cada vez mais fortemente, pelos resultados e por critérios, nomeadamente de custo/eficácia; uma tarefa que nós pensamos que é uma tarefa que não tem princípio nem fim, uma tarefa que tem que ser constante e que tem que merecer uma efectiva importância política, o envolvimento de todos os que integram a Administração e a tal população mais exigente.

O desejo de trilhar estes caminhos da modernização de uma forma balizada, levaram-nos a encetar um processo que designámos por "Modernização da Administração Regional e Local dos Açores" e esperamos a sua conclusão com muita expectativa. E espera-

mos a sua conclusão com muita expectativa porque vai ser um instrumento de trabalho, não um Tratado sobre Administração Pública. Vamos ter, com certeza, propostas concretas, dada a reconhecida idoneidade dos intervenientes na respectiva elaboração.

Posso garantir-vos, com segurança, que as questões relacionadas com o funcionamento da Administração Regional ocupam lugar de destaque na primeira linha das preocupações do Governo.

Ainda bem que assim é. Tal atenção justifica-se plenamente. Afinal, falar de Administração passa por reconhecer:

- As suas responsabilidades em sectores vitais para o desenvolvimento da nossa terra;

- O contributo decisivo que os respectivos funcionários podem dar para a maior eficácia na resposta às justas expectativas dos açorianos;

- O seu papel de relevo na preparação e execução de medidas do Governo, visando corresponder às necessidades dos nossos concidadãos.

A par destes grandes objectivos, outros há que designo por parcelares ou intermédios e que, tendo em conta as prioridades que estabelecemos, a partir da caracterização genérica que atrás referi, vimos atingindo. Passo a enunciar-vos rapidamente como:

- A Administração Regional não tem crescido. O número de funcionários regionais mantém-se estável desde 1985. Há, também, uma nítida melhoria quantitativa na relação entre o número de funcionários de cada grupo profissional.

A este respeito gostaria também de sugerir ao Sr. Deputado Paulo Casaca - que penso que fez a intervenção sobre Administração Pública, a única que ouvi até agora em termos de concepção de Administração Regional - que lesse uma intervenção de alguns anos atrás, do meu colega de Governo, António Menezes, acerca das razões por que realmente a nossa Administração Regional tem muitas parecenças com a Administração Central, a nível das suas (algumas) virtudes e também a nível de alguns dos seus defeitos. Não podia ser de outra forma: as raízes são as mesmas; as obrigações que esta Administração tem que satisfazer, até em termos daquilo que estabelece a Constituição, são as mesmas; as carreiras dos funcionários são as mesmas, no interesse dos próprios funcionários, recebemos vários serviços periféricos que tinham essas carreiras e essa organização e quando se tratou dessa transferência ela fez-se muito rapidamente e, portanto, não havia alternati-

va que fosse, mas está sendo uma das nossas formas de resposta, neste momento, e pode-se contar com ela. Mas não podia ser doutra maneira, Sr. Deputado, e não é uma apreciação fácil, e por cima do ombro, dizer que se transpôs e deixou de se transpor!

- Tomaram-se medidas que, tendencialmente, têm levado à eliminação de número significativo de situações de trabalhadores com vínculo precário, correspondendo a necessidades permanentes da Administração, estado de coisas que a ninguém serve.

- Está assumido, por todos os Departamentos Regionais, um conjunto de medidas, visando a desburocratização com as decorrentes vantagens para todos.

- Tomaram-se medidas para moralização da Administração, visando garantir que ela vá cumprindo mais pontualmente os seus compromissos, seja mais célere nas respostas e utilize sempre, de forma devida, os bens públicos, sendo conveniente referir, neste âmbito, o "Regulamento de utilização de viaturas da Região" em fase final de preparação.

- Estão, neste momento, a ser analisadas as 23 propostas resultantes de um concurso público recente para estabelecimento de uma rede de comunicação (Projecto RECARA), com funções de escritório electrónico, destinada a interligar todas as sedes de Departamentos do Governo, o que contribuirá para melhorar a respectiva articulação.

- Estamos também a pensar desenvolver algumas experiências-piloto de abertura dos serviços às horas em que, habitualmente, as pessoas têm intervalos, nomeadamente de almoço, para podermos servir melhor aqueles que procuram a Administração Pública.

- Estudam-se novas medidas que possam facilitar a fixação, na Administração Regional, de pessoal de que esta necessita.

- Aprofundou-se o esforço de formação às carreiras comuns da Administração, bem expressas nos seguintes números:

1980 - 12 acções - 272 participantes, sem nenhum monitor da Região;

1990 - 50 acções - 1.300 participantes com mais de 90% de monitores da Região.

Ao nível dos investimentos, foi dada prioridade ao "Projecto RECARA" - de esquema de interligação entre os vários Departamentos do Governo e à Formação Profissional.

No âmbito da Administração Local, gostaria de reafirmar um conjunto de grandes princípios:

- O Governo não tutela a Administração Local, nem a substitui (nem substituirá) no



exercício das suas responsabilidades.

O Governo reconhece a importância da Administração Local, dado o conjunto de competências que detém, bem como a sua proximidade à população, considerando-se, por isso, essencial, com ela, articular acções, para proporcionar a aceleração de investimentos. É uma relação que tem que se basear no respeito, ser desenvolvida ao mesmo nível e na base da confiança mútua.

Devo dizer que alguns dos Srs. Deputados do Partido Socialista, e talvez um dos três altos responsáveis, bem têm contribuído para que isto não seja desta forma, assumindo responsabilidades directas, ainda por cima faltando à verdade, na possível dificuldade de relação com uma ou outra Câmara.

É ponto assente que as Autarquias intervêm em áreas "indissociáveis" (a especificação é do Sr. Deputado Martins Goulart em declarações à RTP) do processo de desenvolvimento desta comunidade. Por isso o Governo, há cerca de 10 anos, concebeu um modelo de cooperação técnico-financeiras que tem vindo, sucessivamente, a aperfeiçoar e a aumentar.

Em termos de cooperação financeira evoluiu-se de uma situação de pagamento de juros para a atribuição de subsídios a fundo perdido.

No período de 1980/89, o Governo atribuiu às Câmaras Municipais, para execução de projectos de abastecimento de água, cerca de três milhões de contos.

Por seu lado, a Comunidade Económica Europeia, entre 1987/89, contribuiu com 2,4 milhões de contos para cofinanciamento de projectos, sobretudo no domínio da rede viária municipal.

Neste âmbito, em 1989/90, tiveram lugar duas grandes reformas, articuladas entre si:

- A do quadro legislativo, regulamentar e normativo do relacionamento entre a Administração Regional e a Local, promovendo-se um significativo alargamento das áreas de cooperação e o lançamento do regime de colaboração, pelo qual é possível, na base do interesse mútuo, contratar com as Autarquias a execução de investimentos da competência da Administração Regional.

- A dos fundos estruturais da Comunidade Económica Europeia, numa perspectiva de desenvolvimento integrado que abriu espaço à aprovação do PEDRAA.

Neste contexto, tornou-se possível acentuar a complementaridade entre os apoios provenientes do Governo e da CEE, tendo como resultado previsível a aceleração dos

tão necessários investimentos no saneamento básico.

O compasso de espera, em relação à legislação que estabelece estas formas de cooperação entre a Administração Regional e a Administração Local, tem uma explicação muito simples, Sr. Deputado Carlos César: o que acontece é que o PEDRAA foi aprovado em Junho e era indispensável que a nossa articulação se fizesse com base no conhecimento do PEDRAA. Mas essa situação, como já várias vezes tive oportunidade de esclarecer, ou os Srs. Deputados não me entendem, ou não tentam entender sequer: o que se passa é que nenhuma Câmara Municipal foi prejudicada com a aprovação, no princípio do mês de Setembro, dessa regulamentação. E não foram prejudicadas porque o regime de colaboração não precisa de regulamentação. Aliás, há uma resolução, já publicada, que estabelece esse relacionamento na base do abastecimento de água à lavoura.

Em termos de cooperação, também não é preciso essa regulamentação porque se prevêem mecanismos, na legislação aprovada por esta Assembleia, para que se continue a financiar as Câmaras Municipais de acordo com a legislação anterior. Não houve vazio, nem as Câmaras Municipais foram prejudicadas por isso. Só foram beneficiadas, porque ficaram com esquemas, tendo mais em conta aquilo que o PEDRAA estabelece, que era o que era preciso que acontecesse.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Vai ou não vai haver regulamentação?

**O Orador:** Estão, portanto, desinformados, Sr. Deputado da bancada do Partido Socialista!

(Aparte inaudível da bancada do PS).

**O Orador:** A regulamentação está aprovada pelo Conselho do Governo desde o dia 7 de Setembro, estando, neste momento, na Imprensa Nacional para publicação.

Por outro lado, queria salientar também e ainda que no âmbito do PEDRAA, portanto desde Junho do corrente ano, já se aprovaram 60 projectos municipais, envolvendo um valor global de investimento de cinco milhões de contos.

A situação nunca é a ideal. Os Srs. Deputados do Partido Socialista e os responsáveis do Partido Socialista é que estão muito satisfeitos (e consideram a situação ideal) por terem atingido esta margem de número de deputados que têm neste momento, mas atingiram o "pico" das suas possibilidades.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Vamos

ter ainda muitos mais!

**O Orador:** A situação nunca é a ideal. No entanto, há sobrecustos que nós temos que atender nos Açores. É mais difícil às Câmaras Municipais dos Açores o investimento, por exemplo, no saneamento básico, dada a nossa dispersão, dada a nossa pouca concentração demográfica.

Podemos, contudo, afirmar que, hoje, nestes domínios, esta situação tem vindo a melhorar substancialmente. Posso afirmar, com segurança, que as Câmaras Municipais dos Açores dispõem, actualmente, de meios financeiros para executarem bem as respectivas competências. Repito, as Câmaras Municipais dos Açores dispõem actualmente de meios financeiros para executarem bem as respectivas competências.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**O Orador:** Eu não faço afirmações infundamentadas, Srs. Deputados!

Atentemos nas fontes de financiamento:

- Aumentaram os apoios ao investimento proveniente da Comunidade Económica Europeia, através do PEDRAA (cerca de sete milhões de contos de contribuição líquida do FEDER) que, como dizia, representam uma opção do Governo da Região Autónoma dos Açores.

**Vozes do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Está assegurado o aumento do apoio do Governo, consagrado no Plano de Investimentos da Região Autónoma dos Açores. Há um reforço sensível nessas verbas.

- Espera-se que o FEF tenha, na Região, em 1990, qualquer que seja o critério que venha a ser aprovado em 1991, um aumento médio da ordem dos 30%. Isso resultou do esforço de gente que, por acaso, está hoje nesta Câmara, nomeadamente o Sr. Secretário Regional da Administração Pública de então e o Sr. Deputado Melo Alves. Não do vosso!

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Foram abertas linhas especiais de crédito, estando em perspectiva a abertura de outras.

- A capacidade de endividamento das Câmaras Municipais dos Açores continua a estar utilizada a um nível médio abaixo de um terço da sua capacidade total.

- As Câmaras Municipais dos Açores continuam a não ter à sua responsabilidade alguns investimentos, tais como no domínio da educação e da saúde, ao contrário das suas congéneres do Continente.

Em termos de saneamento básico, num

projecto enquadrado no PEDRAA, a Câmara Municipal nos Açores recebe 50% da Comunidade Económica Europeia, recebe entre 30 a 40% do Orçamento da Região Autónoma dos Açores e tem ainda linha de crédito bonificado às quais pode recorrer neste âmbito.

Mais uma vez reafirmo que o Governo Regional não retém verbas da Comunidade Económica Europeia.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Tem sim Senhor!

**O Orador:** Eu não vou em jogadas! Eu não vou em golpadas! Enquanto não me forem entregues confirmações que confirmem o início ou a continuação das obras, eu não transfiro para as Câmaras Municipais um escudo, sejam elas de que partido forem!

**Vozes do Governo:** Muito bem! Muito bem!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**O Orador:** Gostaria também de falar na cooperação técnica:

- Tem sido garantida a permanente assessoria técnica, nomeadamente aos níveis jurídicos e de gestão económica-financeira;

- Temos estado a conceber e a executar o Projecto de Informatização Municipal dos Açores, em colaboração com as Câmaras Municipais;

- Estamos a reformular as estruturas orgânicas e os quadros de pessoal da maioria das Câmaras Municipais;

- Está-se a dar apoio, em todas as fases, ao processo de elaboração dos Planos Directores Municipais (Sr. Deputado Carlos César, o tal diploma que está para publicação - e que, se calhar, neste momento já está publicado - prevê a participação na elaboração dos Planos Directores Municipais de 75%);

- Está a ser preparado um projecto modelo de código de posturas municipais.

Antes de terminar, quero, ainda, pôr em comum convosco algumas preocupações. Essas preocupações são as seguintes:

Por um lado, pôr em comum convosco, e com a maior abertura, uma colecção que tenho feito acerca de uma questão muito abordada, neste momento, na Região e que se relaciona com os pedidos de inspecção. Não me vou referir especificamente a este ou àquele outro partido. Mas o que gostaria de pôr em comum convosco é que é a vários níveis que se faz o controle da Administração Local e da Administração Regional: faz-se ao nível do Tribunal de Contas, faz-se ao nível da tutela inspectiva, faz-se também ao nível político.

Há, portanto, que não utilizar como arma política, ou não utilizar como forma de luta política, o recurso, em primeira instância, a pedidos sistemáticos de inspecção. Todos os que aparecerem assinados e todos os que aparecerem fundamentados, nós vamos fazer a inspecção administrativa regional. Agora, (atenção!) não pode ser uma forma, uma arma política, o pedido sistemático de inspecções. Não fica bem ao Poder Local, não prestigia o Poder Local, manipular, dessa forma, o recurso à inspecção administrativa.

Por outro lado, gostaria também de referir que é urgente que se redefina a forma de atribuição de verbas relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro destinado às Juntas de Freguesia. É fundamental que isso se faça!

Por último, gostaria de referir que a maior receita das Câmaras Municipais é realmente o Fund<sup>o</sup> de Equilíbrio Financeiro.

Há razões claras para afirmar que a melhor definição de critérios para atribuição do FEF é a consagrada na legislação específica, actualmente na Lei 1/87.

Passar a tratar esta matéria na Lei do Orçamento do Estado é dar a este processo um indesejável tom de precaridade e pode abrir espaço a situações de discriminação entre as várias parcelas do território nacional. Já definimos esta posição perante o Governo da República. Essa é, aliás, também (e parece-me que bem) a posição da Associação Nacional de Municípios.

Gostaria também de dizer que, para nós, é, neste momento, inaceitável que se divida as verbas do FEF em três fatias previamente: uma para o Continente, uma para os Açores e uma para a Madeira. E é inaceitável porque isso, até em função de experiências recentes, vai contribuir para isolar três fatias e o isolamento de três fatias, sendo uma grande e duas pequenas, não vai, com certeza, ser a melhor solução para as fatias pequenas e vai permitir que, inclusivamente, se introduzam alguns esquemas que não são os que melhor servem aos Açores, nomeadamente numa primeira fase das três fatias não conseguimos considerar alguns critérios que nos beneficiariam, como, por exemplo, a questão da acessibilidade para, numa segunda fase, sim, considerá-los. Não! Nós queremos o critério igual para todo o país. Se esse critério nos beneficiar, é porque nós temos razões para que ele nos beneficie e as razões são a maior dificuldade de acessibilidade, é a insularidade, é a distância, é tudo isso que nós sabemos existir. Portanto, a proposta actual é uma proposta inaceitável.

O esforço tem de continuar.

Tal como os meus concidadãos, tal como toda a gente que está aqui nestas bancadas, quando optei por viver nos Açores não assinei nenhuma declaração, jurando, por minha honra, que abdicaria do meu direito de igualdade de oportunidades. Dele não abdicamos. É um direito inalienável.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra, para um protesto, o Sr. Deputado Martins Goulart.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Administração Interna:

Protesto, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas tenho que lamentar, antes de enunciar as razões do protesto, que o Sr. Secretário venha, sistematicamente, entrar em delírio, nesta Câmara, perseguindo uma linha de conduta sistematicamente apostada em denegrir, em pôr em causa a idoneidade dos dirigentes do Partido Socialista.

**Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves):** Eu digo o que penso!

**O Orador:** O Sr. Secretário da Administração Interna tem, de facto, uma "luzinha" muito lenta e se a sua "luzinha" só acendeu a noite passada, foi porque não tem olhos nem ouvidos para ouvir o que, publicamente, o Partido Socialista já tinha anunciado: que, exactamente, para poder apresentar propostas de alteração responsáveis neste debate vai, naturalmente, efectuar os cortes orçamentais nas Despesas Correntes dos Gabinetes dos Secretários Regionais.

Portanto, se só descobriu isso ontem à noite, é porque não tem estado atento ao fenómeno político regional. Por isso errou, mais uma vez, como erra, sistematicamente, quando se arvora em vaticinador político.

Eu agradeço-lhe imenso que, hoje, nesta Sala, tenha feito mais um vaticínio apocalíptico para o Partido Socialista. Eu agradeço-lhe porque já o fez duas vezes no decurso dos últimos três anos e, sempre que o fez, o Partido Socialista subiu em flecha.

Muito obrigado, porque isso é um bom prenúncio de que vamos subir ainda mais!

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Administração Interna, Costa Neves)

**O Orador:** O que devo então, finalizando o protesto, dizer-lhe aqui é que, de facto, vamos fazer cortes nos orçamentos das Secretarias Regionais. Vamos! Mas não no sen-

tido que o Senhor, demagogicamente, aqui quis dar a entender! Não vamos pôr em causa ninguém nem o seu trabalho! Não vamos pôr em causa a saúde pública! Vamos, sim, terminar os gastos sumptuários de um Governo que os sustenta, de uma forma grosseira e ofensiva, para a qualidade de vida dos Açorianos que sofrem e que, por exemplo, para lhe dar um caso particular, pode ser simbolizado pela aquisição de um serviço de porcelana, que acabou de chegar à Ilha Terceira, e que custou (só!) a módica quantia de 8 mil contos!!!

E isso que tem que acabar! Em todas as Secretarias há dinheiro mal gasto que pode ser posto ao serviço do Povo dos Açores!

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

**O Orador:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Casaca.

**Deputado Paulo Casaca (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Secretário Regional das Finanças, quero agradecer-lhe as folhas que teve a amabilidade de me dirigir.

No entanto, convidaria o Sr. Secretário a comparar aquilo que são as folhas de Contabilidade Pública, a forma como elas são apresentadas, nomeadamente a distinção que se faz entre "remunerações certas e permanentes" e, depois, "contribuições para a Previdência Social e outras", "despesas com viagens", "horas extraordinárias", "deslocações", "outros bens", "combustíveis", "lubrificantes" e por aí fora.

Essa distinção que a Contabilidade Pública faz, sistematicamente, e que, como eu já aqui afirmei, no Orçamento do Estado é entregue a todos os Deputados, é a mesma que se apresenta semelhante àquela que aqui não foi apresentada é-nos também apresentada como Anexo nos quadros da Contabilidade Pública.

Sr. Secretário, estas folhas que aqui estão manuscritas não respondem, nem de perto nem de longe, a esta resposta, para além de terem chegado só esta tarde, o que é manifestamente tardio para se poderem fazer as necessárias alterações.

Portanto, lamento dizer-lhe que não foi, de forma alguma, a informação que nós aqui tínhamos solicitado.

Sr. Secretário Regional da Administração Interna: de facto o Sr. Secretário, ontem, queixou-se de que eu tinha apresentado aqui comunicações pelo menos três vezes, que escrevi no jornal, que falei nesta Câmara, que falei na rádio e, mesmo assim, só não sei quan-

tas horas depois é que se "fez a luzinha no seu cérebro".

Pelo amor de Deus, Sr. Secretário! Não sei o que é que o Sr. Secretário quer mais! Está "preto no branco" no título da minha comunicação e no seu interior: que é preocupação fundamental cortar despesas correntes desnecessárias e reforçar programas do Plano. Está aqui claríssimo!

E evidente, Sr. Secretário, que eu compreendo que o Sr. Secretário se sinta directamente atingido porque é verdade que o seu Gabinete bate o recorde das subidas de despesas que aqui nos foram apresentadas...

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ...ultrapassa os 28%.

Como eu já lhe disse, Sr. Secretário, eu gosto de funcionar é com estas coisas de Contabilidade Pública! Assim é que eu posso ver as coisas, assim é que eu vejo onde é que estão as porcelanas e onde é que está o resto.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Protestos inaudíveis da bancada do Governo)

**O Orador:** Isto é que não foi aqui apresentado e devia ter sido!

Portanto, eu não percebo a surpresa do Sr. Secretário e pode ter a certeza que, efectivamente, as verbas do seu Gabinete estão contempladas em primeiríssimo lugar pelas propostas que vamos aqui fazer: de corte nas despesas supérfluas e de investimentos no Plano da Região.

Muito obrigado.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não fora esta intervenção e a que a antecedeu, e eu manter-me-ia aqui no meu silêncio, dizendo apenas umas palavrinhas de vez em quando.

Penso que é um atentado à inteligência e à integridade das pessoas, que estão nesta Câmara, aquilo que ouvi há pouco.

**Vozes do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Há pouco o engenheiro Martins Goulart, pessoa que eu respeito, apesar de tudo, acabou de anunciar, de uma forma solene, que iriam fazer "cortes" nos Gabinetes. Agora, o Dr. Paulo Casaca acaba de dizer que precisava de mais elementos para poder analisar.

Então, como é que vão fazer cortes? Com que bases? Isso é que eu queria saber!

(Aplausos do PSD e do Governo)

O Dr. Paulo Casaca poderia ter feito (e eu não queria entrar nesse tipo de discussão) aqui aquilo que sempre fez.

**Subsecretário Regional da Comunicação Social** (Joaquim Machado): No MRPP!

**O Orador:** Não! Isso não interessa!

(Risos do PSD e do Governo)

O problema é o seguinte: ele poderia ter ido ao meu Departamento, como foi quando foi a "guerra dos números", e eu recebê-lo lá muito bem (como sempre o recebi) e dava-lhe os elementos indispensáveis para ele fazer aqui um trabalho sério, dizendo-lhe o número de pessoal, as carreiras, a expectativa...

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Casaca).

**O Orador:** Diga, Sr. Deputado!

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Casaca)

**O Orador:** Não é agora aqui: é nas Comissões!

**Deputado Martins Goulart** (PS): E agora... e aqui!

**O Orador:** Era quando estávamos lá no debate. Não era aqui!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**O Orador:** Srs. Deputados, eu tenho aqui...

**Deputado Paulo Casaca** (PS): A gente pediu as despesas do seu Gabinete e o Sr. Secretário não nos soube dizer!

**O Orador:** Sabia muito bem! Mais do que o Sr. Deputado sabe!

**Deputado Paulo Casaca** (PS): Então, por que não nos disse?!

**O Orador:** Até disse mais! Nós temos aqui todos os elementos que o Dr. Paulo Casaca citou: as despesas com o pessoal, as despesas com os serviços correntes, a aquisição de bens e serviços, as viagens...

Devo dizer que as viagens do meu Gabinete, para o estrangeiro e para o país, são "zero", porque eu é que as pago. Eu é que as vou pagar! Por conseguinte, eu não vou gastar um escudo que seja - isto para sua informação.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**O Orador:** Mas mesmo que lhe desse esses elementos, Sr. Deputado, eles não lhe serviam de nada. O Sr. Deputado precisa de elementos adicionais. Eu estive bastantes noites a sair de lá às 4 e 5 horas da manhã e, mesmo as-

sim, devo ter errado. Não tenho a sensação de ter feito tudo certo!

**Deputado Paulo Casaca** (PS): E demagogia!

**O Orador:** Não é demagogia! Demagogia foi aquilo que o Sr. Deputado disse!

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Carlos César** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não há dúvida que as "escolas" diversificam-se nesta Assembleia.

Vossa Excelência já não é a versão Rui Melo: é a versão "Le Fèvre" do Governo!

(Risos do PS)

De facto, a sua ortodoxia em favor da conflitualidade é a toda a prova.

Vossa Excelência, que certamente depende do Presidente do Governo, que se deve ter ausentado para não ouvir o que Vossa Excelência acabou de dizer, agora, aqui, nesta Assembleia...

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Protestos inaudíveis da bancada do Governo)

**O Orador:** ...o Sr. Presidente do Governo que, ainda hoje, se me dirigiu, formal e oficialmente, para apreciar o teor da minha intervenção nesta Assembleia no que concerne à apreciação que fiz das questões relativas ao Orçamento do Estado e que me propôs que o Partido Socialista e o Partido Social Democrata deviam reflectir sobre estas questões do Fundo de Equilíbrio Financeiro e sobre o debate que está a ser gerado, neste momento, nas Comissões Especializadas da Assembleia da República, onde os vossos Deputados lá não fazem nada, e que, portanto, era necessário, nós, aqui, acharmos um critério, uma proposta que pudesse ser viabilizada na Assembleia da República.

Depois, o Sr. Secretário veio para aqui desenvolver as suas teorias sobre esta matéria, comprometendo qualquer hipótese de fazermos isso e até reivindicando para si, ou para o Sr. Deputado Melo Alves, ou já não sei para quem, as virtualidades do actual Orçamento do Estado sobre o qual o Sr. Presidente propôs que nós fizéssemos um acordo para ver se conseguíamos convencer a alterá-lo na Assembleia da República.

**Subsecretário Regional da Comunicação Social** (Joaquim Machado): Não foi nada disso!

**O Orador:** Não percebo nada disto! Mas

não me admira, porque é suposto Vossa Excelência insistir no seu estatuto de VicePresidência para, um dia, se sentar na cadeira ao lado.

(Protesto inaudível do Secretário Regional da Administração Interna, Costa Neves)

**O Orador:** Portanto, não me admira que Vossa Excelência vá marcando a diferença do ritmo de relacionamento do Governo com as diversas instituições e com os partidos políticos. Não me admira nada disso!

(Aparte inaudível da bancada do Governo)

**O Orador:** Vossa Excelência diz que não tutela as autarquias?! E porque Vossa Excelência não conhece a Constituição nem conhece o Estatuto! Vossa Excelência diz que não substitui as autarquias. É verdade, por um lado, mas as autarquias, infelizmente, têm que substituir a si e a esse Governo em investimentos da responsabilidade da Administração Regional que não foram feitos...

(Protestos inaudíveis da bancada do Governo)

**O Orador:** ...e que têm sido feitos pelas autarquias.

(Aplausos do PS)

Vossa Excelência não as tutela; Vossa Excelência não as substitui! Vossa Excelência esqueceu-se de completar a terminologia: Vossa Excelência também não as ajuda! Essa é que é a verdade do ponto de vista do relacionamento entre a Administração Regional e Local!

Ora, quando nós verificamos que essa cooperação financeira diminui em termos globais, é porque também essa cooperação técnica deve diminuir porque, se isso corresponde a uma menor capacidade, por parte das Câmaras, de apresentação de projectos, é porque essa falta de ajuda, que Vossa Excelência aqui invoca com uma pretensa independência da Administração Regional em relação ao Poder Local, só reflecte a sua visão deformada da Região e do interesse regional.

Vossa Excelência como faz contas de que a Administração Local não é maioritariamente do partido que o suporta, aposta no insucesso da uma Administração em prejuízo do interesse regional. E isso que Vossa Excelência vem fazendo!

(Aplausos do PS)

Vossa Excelência tinha um decreto, proposto pelo seu Governo, que o obrigava a regulamentar no prazo de 90 dias. Esse decreto safu em Janeiro, devia ter sido regulamentado em Abril e Vossa Excelência ainda tem o des-

caramento de vir a esta Assembleia esconder-se por detrás de subterfúgios, ou para dizer que essa norma que impõe o regulamento por 90 dias não devia ter sido posta, ou para justificar o atraso injustificável da vossa parte na regulamentação dos contratos!

Todas as Câmaras se têm queixado do atraso na regulamentação. Eu tenho aqui à minha frente, por exemplo, um telex da Associação de Municípios que diz que "manifesta a sua preocupação pelo atraso na regulamentação do Decreto Legislativo Regional nº 2/90/A que estabelece o regime de celebração..... entre a Administração Regional e Local".

(Aparte inaudível da bancada do Governo)

**O Orador:** O referido decreto foi publicado a 18 de Janeiro de 1990 e deveria, segundo o artigo 18º, ser regulamentado no prazo de 90 dias.

Esta situação prejudica, sobremaneira, os Municípios pelas dificuldades de planeamento e gestão financeira que gera. Esta é que é a questão que se tem colocado.

Nós não estamos aqui a fazer alterações ao FEF fora do quadro do Orçamento do Estado, com excepção das alterações a que nós temos que nos sujeitar por virtude daquelas que o próprio Governo está a fazer ao estabelecer duas propostas alternativas dentro do Orçamento do Estado, o que gera, necessariamente, a necessidade de nos adaptarmos à forma como ele está a ser discutido na Assembleia da República. Nós estamos de acordo que deve ser discutido na Assembleia da República. Nós estamos de acordo que deve ser reformulado todo o sistema de Finanças Locais e, por isso, o Partido Socialista tem um Projecto de Lei de Finanças Locais que prevê a visão tripartida do FEF...

**Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves):** E um erro!

**O Orador:** E um erro porquê? Porque Vossa Excelência postula-se perante a Administração Central numa base exclusiva de desconfiança. E não era para menos, visto que Vossa Excelência não merece a confiança deles...

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ... porque, necessariamente, dividir o Fundo de Equilíbrio Financeiro em três "bolos" não quer dizer prejudicar os Açores! Só a sua relação de desconfiança com o Poder Central, a sua falta de credibilidade negocial é que o leva, antecipadamente, a pensar isso! Aí é que está!

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

**O Orador:** Além disso, Vossa Excelência anuncia que agora regulamentou a atribuição de apoios financeiros para os Planos Directores Municipais na ordem dos 75%. Já fez as contas ao que tem no seu Plano?

**Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves):** Já!

**O Orador:** E dá 75% de Planos Directores Municipais em termos de cooperação financeira?!

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Administração Interna)

**O Orador:** Se Vossa Excelência mo provar aqui, eu fico muito contente com isso porque o sinal de que isso deve ser feito. Além disso, 75% não é muito; podia ir até 90%, de acordo com a legislação nacional.

(Protestos inaudíveis da bancada do Governo)

**O Orador:** Mas se o Governo aqui disser que vai subsidiar e que vai apoiar com os recursos da Administração Regional em 75% os Planos Directores Municipais, o comentário do Partido Socialista, já antecipado, é este: "Muito bem! Concordamos com a posição do Governo! É essa a posição adequada em relação a esta temática!" - porque nós agimos assim, ao contrário do que Vossa Excelência possa pensar da nossa parte.

Quanto às inspecções extraordinárias, Vossa Excelência já mandou fazer alguma inspecção extraordinária que não se tenha justificado?

Algumas das inspecções extraordinárias que foram feitas desde as últimas eleições autárquicas não se justificava que se fizessem?

Algumas das inspecções que estão pedidas não são necessárias? Não há questões a esclarecer?

Vossa Excelência, argumentando que não há inspectores, que se está a introduzir um ambiente inquisitorial, não quererá é encobrir outra realidade que possa estar a gerir-se na Administração Local?

**Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves):** Houve manifestações de concordância da vossa bancada!

**O Orador:** Não há limites, reafirmo, para averiguar da moralização dos actos da Administração Pública, quer seja regional, quer seja local - nem limites financeiros, nem outros quaisquer!

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

**O Orador:** Além disso, Sr. Secretário eu,

na minha Comissão, perguntei ao Sr. Secretário Regional da Economia, apesar de, na altura, alguns dos Srs. Deputados dizerem "Isto não é desta Comissão" - como é que era o aumento das suas Despesas Correntes e o que eram as despesas do seu Gabinete. Ele não sabia nada: nem sabia quanto é que já se tinha gasto no projecto geotérmico, deu informações sobre o Porto da Praia da Vitória ao contrário doutro, cada um dá as informações no seu género.

Portanto, Sr. Secretário, o PS cumpriu a sua missão ao nível das Comissões Parlamentares. Foi-lhe sonogada a informação, a tal ponto que essa informação tem chegado sucessivamente aqui. Com certeza que devia ter chegado na altura em que se estava a discutir nas Comissões Parlamentares. Não era agora aqui!

(Aparte inaudível da bancada do Governo)

**O Orador:** Agora é que estão chegando: chegou o Relatório de Execução, chegou tudo isso...

(Aparte inaudível do Secretário Regional das Finanças, Gualter Furtado)

**O Orador:** Por que é que Vossa Excelência não apresentou, quando se estava a discutir nas Comissões Parlamentares, o Relatório de Execução, por exemplo?

(Aparte inaudível do Secretário Regional das Finanças)

**O Orador:** Estava aqui ontem?

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado):** Estava já entregue na Assembleia Regional.

**O Orador:** Quando?

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado):** Ontem.

**O Orador:** E, então, quando se discutiu nas Comissões Parlamentares?

(Aparte inaudível do Secretário Regional das Finanças)

**O Orador:** Vossa Excelência é que está a puxar os cordões à bolsa, a dizer que o PS e os outros partidos deviam ter discutido lá! Vossa Excelência devia era ter apresentado a documentação e a informação necessária à apreciação deste Plano e do Orçamento na sua altura devida e não agora!

Muito obrigado.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

(Protestos inaudíveis da bancada do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário

Regional da Administração Interna.

**Secretário Regional da Administração Interna** (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Por um lado, queria congratular-me pelo facto de ter conseguido tirar o Sr. Deputado Martins Goulart do seu habitual mutismo. E sempre com gosto que o ouvimos nesta Câmara!

**Deputado Martins Goulart** (PS): Eu falo quando quiser!

**O Orador:** Por outro lado, gostaria de dizer que (enfim, vamos ver como é que as coisas vão correr), mas o Sr. Deputado Paulo Casaca, a mexer com os elementos que tem nas Despesas Correntes do Gabinete, vai ser pior do que um elefante numa loja de loiça...

**Deputado Paulo Casaca** (PS): De porcelana!

**O Orador:** ...ou seja, não vai ficar chávena sobre chávena...

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**O Orador:** ...porque, efectivamente, não tem (e demonstrou aqui que não tem) conhecimento que lhe permita mexer no Orçamento Corrente.

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Casaca)

**O Orador:** Quando refere, por exemplo, as verbas da Secretaria Regional da Administração Interna e refere o aumento dos 28%, revela o seu total desconhecimento, a sua total ignorância. Esse aumento resulta do facto de terem sido actualizadas as diárias hospitalares e, portanto, as verbas da ADSE terem sofrido uma grande subida, nomeadamente porque cada dia vai passar de 7.000 \$ 00 para 12.000 \$ 00.

E a habitual ignorância, é a habitual irresponsabilidade, é (e reafirmo) um elefante numa loja de loiça, e isso vai prejudicar o funcionamento da Administração Pública Regional!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos do PSD e do Governo)

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Casaca para um protesto.

**Deputado Paulo Casaca** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional das Finanças e Sr. Secretário Regional da Administração Interna: eu quero aqui fazer um protesto porque aquilo que os Srs. Secretários aqui disseram é que esta Câmara não é competente

para aprovar o Orçamento como ela assim o decidir.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** O que os Sr. Secretários aqui disseram é que sonegaram a informação necessária a que esta Câmara tomasse, livre e conscientemente, a sua informação.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

(Protestos inaudíveis da bancada do Governo)

**O Orador:** Srs. Secretários: nós não estamos no Leste da Europa do antes de 1989!

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Esta Câmara não vem aqui pôr carimbos em tudo o que os Senhores lhe vêm aqui apresentar!

(Aplausos do PS)

Esta Câmara decide livremente sobre esta proposta de Orçamento e não cede às suas pressões, a estas manobras que são, de facto, inqualificáveis!

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Nós devemos dizer que, se a informação que nos foi fornecida tivesse sido de melhor qualidade, porventura os nossos cortes iriam mais longe do que aquilo que foram. Mas os cortes que nós aqui apresentamos são, de facto, modestos, mas parecem-nos perfeitamente necessários para que a moralidade exista nesta Região. Nós não aceitamos que o Governo Regional se proponha fazer cortes no Plano sem que faça, correspondentemente, uma gestão mais criteriosa das suas próprias despesas de funcionamento.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é do conhecimento, pelo menos, com certeza, do Sr. Secretário Regional das Finanças é da responsabilidade desta Câmara aprovar as verbas de Gabinetes, sendo que, no interior de cada Gabinete, o Governo Regional tem, de facto, competência para fazer as alterações que entender necessárias.

Se, porventura, e por deficiência da vossa informação as propostas que aqui vão estar presentes sobre cortes em alguns Gabinetes; se os Senhores quando nos apresentarem aqui estas folhas, que são as essenciais para nós podermos apreciar o que é que efectivamente se passa; se, porventura, houver alguma discrepância, pois, com certeza, que esta Câmara estará perfeitamente aberta a fazer qual-



quer ajustamento entre os vários Capítulos das várias Secretárias Regionais.

No entanto, os cortes que aqui estão, que aqui vão ser propostos, têm como base a informação que nos foi dada, têm as folhas das contas de 88, que são as únicas que existem e que estão presentes nesta Câmara, e são, como reafirmo mais uma vez, bastante mais modestos do que aqueles que, porventura, deveriam ser feitos.

Muito obrigado.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Reafirmo aquilo que disse: eu penso e repito que essas informações devem ser fornecidas, vão ser fornecidas, nunca houve tanta informação como agora. Apesar de tudo, não é neste sítio nem neste momento, em meia hora, que se fazem essas alterações: era nas Comissões, porque lá perguntaram-me por uma verba de 9.500 contos, que eram os únicos subsídios correntes deste Governo, e eu respondi que não sabia. Não entanto, fui chamar alguém que sabia para me informar sobre o assunto e as pessoas que lá estiveram sabem isso perfeitamente.

(Aparte inaudível do Deputado Martins Goulart)

**O Orador:** Sr. Deputado Martins Goulart, não há confusão nenhuma!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu peço a palavra para intervir no debate e a única figura regimental de que me posso socorrer é a de contraprotesto. Não tenho outra.

Efectivamente há aqui uma situação que me parece que está a gerar alguma confusão e que gostaria de ver esclarecida.

Tanto quanto percebo, o Governo, em altura própria, apresentou, como manda a legislação que está em vigor, os documentos que estão em apreciação. Portanto, o Orçamento está apresentado como sempre tem sido...

(Aparte inaudível da bancada do PS)

**O Orador:** Desculpe, Sr. Deputado, o Plano foi apresentado de acordo com a legislação que está em vigor e julgo que é de todo o cabimento que, durante o período de apreciação

destes documentos, quer em Comissões, quer pessoalmente, os Srs. Deputados se socorram de todos os elementos que queiram pedir, quer sobre o Plano, quer sobre o Orçamento. Ninguém os pode nem deve sonegar.

Eu não posso precisar, mas sei que nalgumas Comissões foram feitas interrogações a alguns Membros do Governo sobre a composição das suas Despesas Correntes de Gabinetes, poderão eventualmente alguns ter respondido de maneira mais correcta ou mais precisa do que outros, outros eventualmente não terão respondido (não posso agora desdizer o Sr. Deputado), mas o que é facto é que se na altura própria tivesse sido solicitada, tivesse sido pedida, tivesse sido instada a facilitação desses elementos, eles poderiam ter chegado à Assembleia bem mais depressa do que agora vir aqui, já durante o decurso deste debate, solicitar esses documentos.

Eu não nego nem posso deixar de considerar que se o Partido Socialista pretende exercer o seu direito de fazer cortes nas Despesas Correntes, terá que ter uma orientação diferente. Mas então, nessa altura, o Sr. Deputado Paulo Casaca terá que vir também pertencer a uma Comissão...

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ...porque o que me dá ideia...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

**O Orador:** Desculpem, Srs. Deputados, eu não estou a fazer blague nem estou a brincar com ninguém!

O Partido Socialista fez uma coisa que tem o pleno direito de fazer: proceder a uma substituição temporária dum Sr. Deputado! Eu não estou contra isto!

O que eu quero dizer é que me dá a ideia de que a relevância que é dada aos documentos, aos anexos, à desconexão, à pormenorização das Despesas Correntes, surge após a intervenção do Sr. Deputado Paulo Casaca porque o ano passado e nos anos anteriores, sem estes anexos a que agora o Sr. Deputado Paulo Casaca se refere (e refere-se muito bem!)...

(Aparte inaudível da bancada do PS)

**O Orador:** Não! Eu penso que toda a informação que possa ser trazida a esta Assembleia, **em devido tempo**, deve sê-lo! Agora não posso deixar de considerar, Srs. Deputados, que não é no decurso do debate que se podem produzir as informações tão detalhadas quanto os Srs. Deputados necessitam. Estamos de acordo!

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** O que não pode é ser o Governo

acusado (e o partido que o suporta) de sonegar, de não querer uma gestão moralizadora. Estamos todos de acordo nesse aspecto! E na altura própria que se devem pedir os elementos, é na altura própria que eles devem ser trabalhados e estamos todos aqui para tentar, com o nosso compromisso, com a nossa presença e com o nosso trabalho, também contribuir para a moralização de todo o sistema.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Assim, Srs. Deputados, penso que estamos aqui, de alguma forma, a elaborar numa situação de exigência que poderá ter o seu cabimento, mas noutra altura da discussão e da apreciação destes elementos, sem prejuízo de, se for possível, a Secretaria Regional das Finanças fazer chegar, ainda mais pormenorizadamente ao Sr. Deputado Paulo Casaca, esses elementos.

Agora, daí extrair-se que o Governo sonega, propositadamente, porque quer manter políticas menos correctas, isso é que eu não posso admitir!

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tenho ouvido falar aqui várias vezes nesta Assembleia que o PS usa de dois pesos e duas medidas.

Gostaria de colocar à vossa consideração a seguinte situação:

O ano passado, quando discutimos o Plano para 1990, o Governo tinha-nos feito chegar, antecipadamente, o Relatório de Execução Financeira e Material do 1º Semestre e até já tínhamos todos em nosso poder o Relatório de Execução Financeira do 3º Trimestre.

Na altura...

(Aparte inaudível do Secretário Regional das Finanças)

**O Orador:** Isto é verdade, Sr. Secretário! ...na altura, como o Partido Socialista centrou todas as suas intervenções, criticando o grau de execução do Plano que nos tinha sido distribuído naquela altura (e realmente as críticas foram muitas!), este ano o Governo optou por não distribuir esses documentos atempadamente e distribuiu-os numa altura em que os Deputados não tinham tempo de os analisar antecipadamente para fazerem as suas intervenções em conformidade.

Muito obrigado.

(Protesto inaudível do Secretário Regional das Finanças)

**Deputado Francisco Sousa (PS):** A experiência é que o diz!

**Presidente:** Srs. Deputados, eu peço que não mantenham o diálogo. Se pretendem falar, façam o favor de se inscrever.

(Aparte inaudível do Secretário Regional das Finanças)

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**Presidente:** Srs. Deputados, peço que se restabeleça a ordem na Sala para podermos continuar os nossos debates.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

**Deputado Borges de Carvalho (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para tranquilidade ou inquietação de quem pretender começo por dizer que não estará em causa o meu voto favorável ao Plano, na generalidade.

Para tranquilidade ou inquietação de quem pretender afirmo aqui e agora que sou um intransigente respeitador da legalidade democrática e pugnarei sempre pelo estado de direito.

Para inquietação de alguns afirmo aqui solenemente que tenho personalidade, carácter e frontalidade e não existirão pressões, de qualquer espécie, que me impeçam de dizer claramente o meu pensamento.

Para inquietação também de alguns informo que não estou tão isolado como outros tantos desejam e anunciam, sendo certo que não receio o isolamento.

Para tranquilidade de todos afirmo solenemente o meu respeito pelas autoridades legitimadas democraticamente, sejam elas do meu agrado ou não.

E com esta tranquilidade que vamos dar a nossa opinião sobre a proposta de Plano.

O Plano Regional define as linhas em que o desenvolvimento económico e social da Região se deve processar.

O Plano Regional tem por objectivo o aproveitamento das potencialidades regionais e a promoção do bem-estar, do nível e da qualidade de vida de todo o povo açoriano.

O Plano tem carácter imperativo para o sector público regional, é obrigatório por força de contratos-programas para as empresas públicas nacionalizadas e é indicativo para o sector privado da economia.

O Plano não é assim um mero documento político onde se inscrevem os propósitos e intenções do Governo, constituindo antes um

texto de valor jurídico, embora de valor relativo.

Efectivamente o incumprimento do Plano não tem quaisquer consequências jurídicas, terá, quando muito, consequências políticas.

Mesmo assim as políticas dependem da vontade desta Assembleia Legislativa Regional, dado que a omissão desta perante tal incumprimento equivale à existência de consequências.

Parece-nos assim que a proposta de Plano terá de ser apreciada tendo em conta o respeito que o Plano tem merecido por parte de quem o deve executar, ou seja, cumprir e a forma como se pretende encarar o desafio do desenvolvimento com os recursos existentes.

Quanto ao respeito que o Plano tem merecido convirá fazer uma análise sucinta e parcial sobre o grau de execução nos anos de 1988, 1989 e 1990, relativa à Ilha Terceira, pela qual detemos mandato, sendo certo que em termos globais a execução situou-se abaixo da média regional.

#### Ano de 1988

Programa 38 - melhoramento de estruturas de apoio às pescas com dois sub-programas, a saber: construção, melhoramento e equipamento de portos de pesca e rede de frio.

Verba inicial 105.000 contos  
Verba ajustada 16.568 contos  
Verba realizada 16.568 contos (15.77%)

Programa 39 - investigação e apoio à produção, transformação e comercialização dos produtos de pesca.

Verba inicial 7.000 contos  
Verba ajustada 2.700 contos  
Verba realizada 2.607.200 \$ 00 (37.24%)

Programa 40 - promoção ao investimento.

Verba inicial 32.600 contos  
Verba ajustada 20.000 contos  
Verba realizada 18.102 contos (55.52%)

Programa 41 - apoio a unidades existentes.

Verba inicial 23.000 contos  
Verba ajustada 10.000 contos  
Verba realizada 585 contos (2.54%)

Programa 53 - participação do sector público em empreendimentos turísticos.

Verba inicial 65.000 contos  
Verba ajustada 5.000 contos  
Verba realizada 1.399 contos (2.15%)

#### Ano de 1989

Programa 29 - apoio à actividade turística.

Verba inicial 428.000 contos

Verba ajustada 141.931 contos  
Verba realizada 141.300 contos (33.01%)  
Programa 31 - apoio ao sector energético.  
Verba inicial 513.000 contos  
Verba ajustada 2.000 contos  
Verba realizada 1.623 contos (0.31%)  
Programa 33 - circulação urbana.  
Verba inicial 10.000 contos  
Verba ajustada 000 contos  
Verba realizada 000 contos (0.0%)  
Programa 35 - programa aeroportuário.  
Verba inicial 40.000 contos  
Verba ajustada 5.100 contos  
Verba realizada 5.091 contos (12.72%)

#### Ano de 1990

Programa de agricultura, pecuária e silvicultura - da verba de 892.800 contos; 350.000 destinados ao abastecimento de água à lavoura nada foi executado. Do resto do programa não se sabe o que está executado, embora se saiba que a execução do 1º semestre da respectiva Secretaria Regional era de 27.9% e que houve um corte geral de 30% no programa.

No programa das pescas - da verba de 327.000 contos; 250.000 contos ficam por executar, a saber 50.000 destinados ao porto de pescas e 200.000 para o entreposto frigorífico. O remanescente de 77.000 contos não se sabe que execução terá.

O atraso nas estradas regionais é patente, sendo certo que no corrente mês foram adjudicadas duas, mas a verba do ano em curso referente a estas não foi executada.

O mesmo se diga no que respeita à Escola Secundária da Praia da Vitória.

Como é óbvio, referimo-nos apenas a empreendimentos que tinham consignadas verbas mais significativas, pois muitos outros existem que mereciam reparo.

Quanto ao porto de pescas da Praia da Vitória não deixarei de comentar a posição assumida pelo Governo.

O Governo deliberou anunciar que iria pôr a concurso a obra sem ter dito o mês em que seria publicada a abertura de concurso. Que significa isto? Trata-se duma inovação. De facto até agora e conforme está estabelecido em lei havia o concurso, adjudicação, contrato e execução da obra. A partir deste momento delibera-se que se vai fazer o concurso. De imediato surge a questão: quando? Será a tempo de a obra ter início de execução no ano de 1991? Será executada em tempo útil de permitir à iniciativa privada investir naquela zona, de forma a que esta passe a constituir de facto um pólo de desenvolvimento desta Região?

Afirmou ainda o Governo que se tratava de uma deliberação de acordo com o programado. De novo é de pensar que o Governo ou o seu representante desconhece os planos anteriores ou não estava a falar com seriedade.

Efectivamente nunca constou de planos anteriores que alguma vez se anunciaria um futuro concurso para uma obra constante do Plano em fase de execução. O que se fez foi programar para fazer concurso e executar determinada obra. No caso concreto do porto de pesca da Praia da Vitória, assim como outras obras, já se encontravam em planos anteriores aos apresentados pelo actual Executivo.

Felizmente este assunto parece estar clarificado e com a mesma frontalidade com que fizemos estes comentários, aqui também dizemos que não temos dúvidas nenhuma que, face àquilo que ouvimos por parte do Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, vamos acreditar que, efectivamente, no ano de 1991, esta obra terá início.

Face ao que se acaba de referir, será fácil concluir por existirem sérias reservas quanto à credibilidade na execução do Plano para 1991.

Pese embora tais reservas fundamentadas, pensamos que há que dar mais uma oportunidade à palavra de alguns Membros do Governo, nomeadamente do seu Presidente, de que o porto de pescas da Praia da Vitória será iniciado no decurso do ano de 1991.

Nada mais há a dizer que não seja "A ver vamos".

Dissemos que a análise deste Plano teria de ser feita tendo em conta o respeito que o Plano tem merecido e a forma de encarar o desenvolvimento dos Açores com os recursos existentes.

Julgávamos que a existência de recursos inferiores às previstas levariam à alteração do Plano em termos substanciais e não apenas de eliminar alguns programas e reduzir outros.

Esperávamos, por considerarmos desejável, que se definiriam quais os grandes objectivos e programas que os concretizariam, e então depois se faria a sua distribuição departamental e espacial.

Salvo o devido respeito, parece-nos que este não foi o caminho trilhado.

Continua a ficar-se com a ideia de que o Plano é o somatório de diversos Governos ou o resultado da importância de cada um dos detentores dos departamentos.

Falta uma visão global e de conjunto.

Aliás, o Plano espelha excesso de individualismo e ausência de espírito colectivo.

No fundo, as opções macro-económicas não existem ou quando muito surgem como somatório das micro-económicas.

Convém, no entanto, salientar que a proposta de Plano parte de pressupostos mais realistas.

De facto a verba de 32.785 milhões de contos para investimento é mais realista que a indicada no Plano de Médio Prazo. Indicia uma fase de maior rigor, o que nos apraz registar.

Congratulamo-nos com o facto de terem sido dissipadas as dúvidas sobre o montante do empréstimo.

A lei reguladora de empréstimos pode suscitar alguma polémica, dado que é de constitucionalidade e legalidade duvidosas. Mas não deve deixar de se reconhecer que é útil e positivo haver normas claras e definidoras nesta matéria e é pena não existirem em algumas outras.

Deveríamos todos trabalhar arduamente para que o quadro jurídico definidor da autonomia seja o mais completo possível, deixando um menor espaço à doutrina e jurisprudência.

O facto de pensarmos que o Plano deveria ter sofrido alterações que não as apresentadas, não levará também a que nos pronunciemos desfavoravelmente sobre o mesmo em termos de generalidade.

Efectivamente pensamos ser útil propiciar a este Executivo uma oportunidade de governar adentro da anunciada eficácia e rigor para o ano de 1991, não esquecendo os compromissos assumidos neste Parlamento,

Este Plano não é satisfatório por causa da escassez de verbas que se dispõe, mas pior do que isso para a Ilha Terceira é o facto de, mesmo já antes do actual Plano a Médio Prazo, os Planos Anuais não se executarem em média razoável para o previsto.

Os Planos não têm sido maus para a Ilha Terceira, o pior é que não se têm cumprido.

Esperamos que o Plano para 1991, dado que é mais realista e dados os compromissos assumidos pelo Governo, constitua uma viragem no seu grau de execução e venha fundamentalmente contribuir para que o governo recupere a confiança do povo daquela ilha.

Os terceirenses já não se convencem só com palavras; são necessárias obras, medidas e acções concretas.

Além de o Plano para 1991 ser mais realista, surge numa altura em que na Ilha Ter-

ceira se vem desenvolvendo uma profunda análise sobre a actividade governamental naquela ilha e a identificação de algumas falhas ocorridas ao longo destes anos.

Por tudo isto julgamos que o Governo está mais consciente da situação política, social e económica daquela parte da Região, pelo que terá o devido cuidado em cumprir o Plano para o próximo ano, não só o que expressamente indica, como também em determinados aspectos financeiramente menos relevantes que não tenham sido especificamente identificados.

E com esta esperança e convicção que votamos o Plano para o ano de 1991.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Dir-se-á que chegou o momento, no contexto da actual sessão legislativa, do Governo efectuar a sua "desobriga anual", já que será no presente debate que o Executivo verá aprovados, ou não, os instrumentos de condução política para o ano que se avizinha.

Discussão política, por excelência, mas mesmo assim não deixa também de ser um espaço para alguma reflexão e acertos de carácter técnico, sobretudo no campo económico-financeiro.

O Plano e Orçamento Regionais são as traves-mestras de um edifício projectado no tempo que se exige com solidez, por forma a não comprometer o êxito final do mesmo.

No âmbito da filosofia do planeamento que disciplina, sob o ponto de vista orgânico-funcional, toda a nomenclatura e estrutura do "Plano", encontramos este dividido em três escalões, consoante a sua aplicação no tempo.

E o Plano para 1991 que estamos a debater e será dele que nos iremos ocupar nesta intervenção. Não podemos, contudo, deixar de referir que este Plano se insere, grosso modo, no Plano de Médio Prazo 89/92, aprovado neste Câmara. Nesse entendimento relembramos tão só que analisámos e reflectimos as inflexões deste Plano em relação ao PMP a que diz respeito e que, como todos sabem, sendo o Orçamento o suporte financeiro do Plano, face aos cortes orçamentais que o Governo teve de efectuar, entendemos os desvios que hoje nos são presentes, o que não significa que os aceitemos, sobretudo

como e onde se pretende realizá-los.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não nos questionamos, nem tão pouco o fazemos a terceiros de que, para além da obrigatoriedade, a ambição de qualquer Executivo é tornar melhores as condições de vida da sociedade que dirige.

Em linhas muito gerais tal objectivo só se consegue atingir com a constante evolução dos sectores vitais da governação, elevando e reforçando cada vez mais o grau dos sociais e tornando mais rentáveis os económicos, já que só dos bons resultados que se consigam obter nestes se poderá melhorar aqueles.

Esta foi na realidade a doutrina que este Governo se propôs seguir. Infelizmente os resultados indiciam-nos que da tramitação da teoria à prática algo se perdeu. Logo a conclusão mais do que simplista que podemos extrair é que algo vai mal neste "reino" que é o Governo Regional dos Açores.

O IV Governo Regional auto-classificou-se (pela voz do seu rei) de "governo de combate"! Auto-combateu-se e perdeu a batalha! Perdendo ainda, ao que tudo indica, muito em breve, o próprio reino!

(Risos do PSD e do Governo)

Quer aquando da discussão do actual Programa do Governo, quer em subsequentes debates aqui verificados, nomeadamente no do PMP 89/92 e no Plano e Orçamento para 1990, defendeu o Governo Regional o princípio de que o Sector do Turismo seria aquele que constituiria a base eleita para o desenvolvimento regional no quadriénio 89/92, o que consequentemente viria a traduzir-se numa melhoria e harmonização das condições e padrões de vida do povo desta terra. (Palavras do Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente - vide diário da Assembleia Regional nº 13, pág. 59 e seguintes).

Mas não se ficando o Sr. Secretário por princípios gerais, anunciou, no mesmo momento, um conjunto de acções tendentes à concretização da escolha efectuada no contexto do sector apostado pelo Governo para o desenvolvimento regional.

Porque o PMP 89/92, entrou já no seu terceiro ano de vigência e o Governo caminha já na curva descendente do período de exercício do seu mandato, importa interpelar o Executivo nesta matéria.

Ousamos então perguntar o seguinte:

1. Quais os resultados numéricos obtidos com a alienação das participações de capital que o Governo detém nas unidades hoteleiras

e similares, na Região, e que se proponha privatizar?

E já agora será possível saber-se qual o montante/mês dispendido pelo Governo, tão só com o seu representante, junto de todas essas empresas na Região?

2. Quais as razões que justificam a situação de estaca zero das privatizações neste sector?

3. Dos dez campos de ténis anunciados, quantos foram construídos? E dos seis que se previam cobrir?

4. Qual o ponto da situação dos parques de campismo de Sete Cidades; Santa Maria; Graciosa; São Jorge e Pico?

5. E o campo de golfe do Faial? Desde quando vem sendo anunciado? Para além da aquisição dos terrenos o que mais foi concretizado?

6. Que falta ainda para a completa exequibilidade do circuito turístico-cultural denominado por "rota dos baleeiros"?

7. Quais os resultados verificados com o turismo rural nas modalidades de agro-turismo; turismo de habitação e turismo rural, para o qual esta Assembleia legislou apoios específicos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não colocamos estas e outras questões sobre a matéria meramente com o intuito de ocupar tempo ou denegrir uma imagem. Colocámo-las porque a situação a que chegámos é preocupante e com horizontes pouco animadores.

O Governo não conseguiu pôr em prática o seu Plano (bem intencionado, não duvidamos) de fazer do sector do Turismo o motor de desenvolvimento regional.

E altura de questionarmos o responsável pela tutela se se sente satisfeito com os resultados obtidos, mas mais ainda, terá atingido o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente, face às acções que se propôs levar a efeito, especificamente no que concerne aos campos de golfe da Batalha e do Faial, aquilo que ele próprio classificou de verdadeira "revolução pacífica" da organização da oferta turística açoriana? (Diário das Sessões nº 27 de 23/11/89).

E esses mesmos resultados permitem ainda transmitir a confiança no sucesso dos Açores como destino turístico, tal como referia o ano passado o Sr. Secretário na sua intervenção nos debates do Plano?

As afirmações são da responsabilidade de quem as profere, mas o resultado final deve ser sempre avaliado entre aquilo que

se projecta e aquilo que se realiza.

O resultado final que constatamos é aquilo que a realidade nos mostra:

- As privatizações no sector não se verificaram;

- Os campos de golfe (excepção para o alargamento do das Furnas, em São Miguel, não se construíram;

- O impacto do turismo rural é mínimo;

- Os campos de ténis (descobertos e cobertos) não surgem com a rapidez e prontidão com que foram anunciados;

- O empreendimento turístico da SITUR-FLOR (com anúncio de lançamento do concurso para Abril de 89) continua por se fazer;

- As taxas de ocupação, se perspectivadas no decurso do ano, continuam a ser preocupantes;

- Assiste-se ao encerramento de uma unidade hoteleira, no tempo admitida como uma das que viriam a contribuir para o enriquecimento da oferta do sector.

Estes e outros aspectos fundamentam a nossa posição ao sustentarmos aquilo que foi já referido de que os objectivos não foram atingidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Partido Socialista entende que o desenvolvimento da grande indústria do século XX reside nos Açores, com particular acuidade no aproveitamento das potencialidades endógenas e exógenas no sector do Turismo.

E, inquestionavelmente, um sector aglutinador de serviços e gerador de riqueza! Os exemplos sucedem-se pelo mundo. Não podemos copiar os outros porque cada terra é um mundo, mas devemos sobretudo e em primeira instância conhecermo-nos a nós próprios e procurarmos encontrar respostas para a realidade que somos.

Neste, como em qualquer outro campo de desenvolvimento regional, é fundamental saber-se por e para onde queremos e devemos caminhar.

Surge-nos aqui um aspecto que reputamos de grande interesse, e que ainda não vimos posto a claro. Referimo-nos à existência de uma linha condutora do tipo de turismo que deve ser encontrado, de acordo com a nossa realidade geofísica. É mais do que urgente que surja nesta Região o "Plano de Desenvolvimento Turístico" que poderá e deverá contribuir para uma orientação de investidores neste sector e simultaneamente para clarificação dos subtipos do sector que são susceptíveis de exploração no tempo e no espaço. Não nos esqueçamos que somos um arquipéla-

go de nove ilhas e que no contexto do desenvolvimento harmónico e equilibrado há que considerar que o que é defensável para uma poderá não ser para outra. Se o turismo de montanha é uma realidade para o Pico, o mesmo já não se poderá equacionar em relação às Flores e Graciosa que, com as suas potencialidades paisagísticas, não podem ser desintegradas na rota do arquipélago.

Pensamos ser de grande pertinência um aspecto que se nos afigura fulcral.

O Turismo e todo o seu desenvolvimento não pode ser pensado numa perspectiva isolada.

Cada vez mais a vida é reflexo da interpenetração dos vários sistemas que a compõem. Nesse entendimento e relacionando este pensamento com o sector que neste momento debatemos, pensamos que a interligação da indústria turística com outros sectores, sociais e económicos, é indispensável com vista à obtenção da melhor rentabilidade e melhoria dos padrões de vida do povo desta terra.

Um dos aspectos que já referimos nesta intervenção e que o próprio Governo também avoca e que creio que estaremos todos de acordo, é o facto de ser imperioso criar condições para que os Açores vejam aumentada a sua procura como destino turístico, o que terá forçosamente de passar por um maior fluxo de gente a visitar-nos, porque sem gente não há Turismo.

Para que tal se verifique, muito ainda não conseguiu este Governo fazer. E aspectos há que nos intrigam sobremaneira. Constituímos a realidade geográfica que somos. Distamos milhares de quilómetros dos centros populacionais donde partem aqueles que nos procuram. Continuam a ser os residentes do Continente português aqueles que mais nos visitam. E o que ouvimos quando se fala em visitar os Açores? Que os preços são de tal forma elevados que mais fácil é viajar para o estrangeiro!

E é uma realidade!

Será de todo em todo impossível um esquema que facilite mais e ao mesmo tempo incentive a deslocação de pessoas para estas ilhas? Sabemos que no campo do transporte aéreo o recurso aos voos charters é a forma mais frequente para as descidas do preço de tal meio de transporte. Sendo o preço/passageiro um dos obstáculos ao aumento do número daqueles que nos procuram, que fez o Governo em concreto nesta matéria? Quais os resultados obtidos?

E que dizer do turismo inter-ilhas? Por

acaso alguém já se lembrou de procurar saber, em termos estatísticos, qual o número de açorianos que faz turismo interno?

Aqui tudo nos parece adverso. Os preços da Transportadora Aérea Regional são mesmo de desincentivar qualquer mortal! Viajar nos cruzeiros, (neste momento só no do Canal) com os itinerários que nos são dados, não é solução para tal fim.

Neste entendimento julgamos que ainda no pouco tempo que resta a este Governo para dirigir os destinos desta Região, que deverá ser equacionado o problema dos transportes, por forma a articular os mesmos como fonte incentivadora da procura turística e não como repulsa da mesma.

Mas se na realidade os transportes são um entrave considerável a um maior desenvolvimento turístico dos Açores, outros aspectos existem que, no nosso entender, merecem um melhor tratamento com vista à obtenção dos resultados que temos vindo a defender.

E de facto vital o maior aproveitamento deste sector e para tal todas as portas se devem abrir.

A cooperação com as autarquias locais é imprescindível nesta matéria! Pensamos mesmo que serão as autarquias que melhor do que ninguém poderão transmitir ao Governo o sentir da terra que mais directamente dirigem: das suas potencialidades, das suas carências, dos meios necessários para desenvolver a sua terra neste sector.

E aqui há que trabalhar em pé de igualdade com todos. Que se esbatam as cores e as ideologias e que prevaleça a unidade e a justiça para bem dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Numa altura em que a ecologia é uma preocupação dominante no mundo e sendo os Açores ainda um espaço em que problemas de grande equidade não se nos colocam neste campo, não podemos contudo ficar adormecidos nesta matéria.

O melhor impacto ambiental é um factor de importância vital para um cada vez maior aproveitamento integrado da indústria turística.

Há que ter a consciência de que a preservação do ambiente é um factor cultural com reflexos positivos em toda a comunidade.

E importante criar medidas legislativas que classifiquem e protejam as espécies, mas mais importante ainda é tornar exequíveis essas medidas. E diga-se em abono da verdade que isso nem sempre tem sido feito pelo me-

nos com a prontidão que se exige: muitas vezes os prazos são ultrapassados e não há exequibilidade dos decretos que criam. Poderia citar exemplos, mas o Sr. Secretário conhece-os, até porque está de facto em sintonia comigo neste aspecto.

O Turismo exige qualidade e sem um ambiente sadio isso não se consegue. Os responsáveis destes sectores têm que sair mais do ar condicionado e viver a realidade que somos para que possamos ser cada vez melhores.

Não compete ao Partido Socialista nos próximos dois anos dirigir as orientações políticas deste sector. Se o fizesse, fá-lo-ia diferente.

Diferente não por ser diferente, mas diferente para procurar ser melhor. E, justamente para que, de facto e na realidade, sejam melhores os padrões de vida do povo desta terra.

Disse.

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos fazer agora um intervalo de 20 minutos.

Pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares que, no fim desse intervalo, tivessem um pequeno encontro aqui na Mesa para combinarmos matérias relacionadas com a sequência dos nossos trabalhos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 17,10 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos recomençar os nossos trabalhos.

(Eram 17,45 horas)

Antes de recomeçarmos os nossos trabalhos, gostaria de fazer duas precisões relativamente ao tempo de que dispõe cada um dos partidos:

PSD	-	1h 45m
PS	-	31m
CDS	-	57m
PCP	-	17m
Governo	-	58m

Por acordo entre os Presidentes dos Grupos Parlamentares e a Mesa, estes tempos que acabei de anunciar são considerados só para o debate, não estando incluídas as declarações finais de encerramento do mesmo.

Para o encerramento do debate, os tempos são os seguintes:

PSD, PS e Governo - 15 minutos; CDS - 7 minutos; PCP - 5 minutos.

Nestes tempos disponíveis estarão, obviamente, incluídas as eventuais declarações de voto que alguém queira fazer.

Recomeçando os nossos debates, tem a palavra o Sr. Deputado José Ramos Aguiar.

**Deputado José Ramos Aguiar (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estamos neste momento confrontados com a análise e discussão do Plano e Orçamento para 1991 bem como uma alteração ao PMP 89/92, na parte respeitante aos anos de 1991 e 1992.

Estes são alguns dos documentos que permitem avaliar e perspectivar o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores e, assim, não podemos deixar de fazer algumas reflexões sobre eles.

Atendendo aos diversos condicionalismos a que estamos sujeitos e a outros que nos foram impostos, não podiam efectivamente manter-se as expectativas que se criaram à volta do PMP 89/92. Daí que necessariamente se tivessem de fazer alguns reajustamentos, o que nem sempre é fácil e na situação presente ainda mais difícil se torna.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Çabe-nos agora a missão de analisar se esses reajustamentos foram os mais correctos ou outras situações se poderiam ter verificado.

É natural e facilmente perceptível que outras opções se podiam ter tomado. Contudo, e como vem expresso nos documentos em análise, não se deve abdicar, nem se abdica, dos grandes objectivos fixados para o quadriénio de 89/92 e, assim, as grandes opções tiveram que ser tomadas em função da prioridade que tem de ser dada aos empreendimentos cuja execução esteja prevista em programas operacionais ou garantida por empréstimos externos. É evidente que não se abandonam os restantes empreendimentos ou iniciativas, mas é aceitável que se venha a verificar um atraso na sua concretização.

Salienta-se ainda que, sem descurar os sectores sociais, os económicos são relativamente menos penalizados, o que se traduzirá num aceitável crescimento económico das nossas ilhas.

Passando agora a reflectir um pouco mais sobre o círculo eleitoral que me elegeu, gostaria de referir que, em relação àquilo que tem sido a actuação do Governo Regional, naquela terra, não podíamos estar descontentes, muito embora se deseje sempre mais e isso é um princípio a que o homem não foge. Cortado é de salientar que o Governo não trabalha só quando as obras se verificam no terreno, mas sim mesmo quando está a projectar essas obras e a resolver todos os assuntos que estão directamente envolvidos com



a execução das mesmas e assim não é descabido mencionar algumas iniciativas que foram louváveis em relação ao meu círculo eleitoral, como sejam, por exemplo, o pôr-se a concurso público a pavimentação de algumas estradas regionais, ter-se adjudicado as obras de ampliação e remodelação do Centro de Saúde, que há muito aguardavam o seu início, o auxílio que se deu à habitação degradada, nomeadamente em materiais e mão-de-obra para a mesma; no sector do turismo ter-se já em execução alguns empreendimentos na sociedade GRACITUR com dinheiro do Governo e está já adjudicado o transporte de energia eléctrica para a Furna do Enxofre, na Caldeira. Estes são alguns, entre outros, que se podem enunciar.

Mas, como já disse, o homem é um ser que deseja sempre mais e, por isso, gostaria de focar mais dois ou três aspectos que julgo importantes.

Um deles que aqui quero deixar expresso, por ser uma preocupação dos Graciosenses e, por isto, em meu entender, merecer alguma reflexão para uma possível solução ainda no ano que decorre e para os futuros, sem que para isso, no meu ponto de vista, sejam necessários mais recursos financeiros, mas tão só de uma redistribuição dos meios existentes.

Refiro-me concretamente aos voos da SATA que ligam a Ilha Graciosa às outras ilhas da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste momento a Graciosa dispõe já de seis toques semanais o que, em meu entender, é muito bom. No entanto, a sua distribuição pelos dias da semana é que se nos afigura menos favorável, uma vez que estes se concentram nos dias, considerados, úteis da semana, ou seja não dispomos de nenhum voo ao sábado nem aos domingos.

Julgo que com o mesmo número de voos, havendo unicamente uma melhor redistribuição, é possível ter-se uma ligação ao fim de semana, mais concretamente ao sábado, e assim satisfazer uma aspiração da população da Graciosa e, ao mesmo tempo, facilitar o acesso a todas as pessoas àquela ilha nos diferentes dias da semana.

Outra questão que não queria deixar de salientar na discussão dos documentos que temos em nosso poder e por esta questão já ter sido levantada por mim, e por ser uma aspiração, que refuto de justa, da população da Graciosa e com mais insistência dos homens do mar e ainda porque ela não se encon-

tra expressa no Plano para o ano de 1991, gostaria, efectivamente de deixar aqui o alerta pois, possivelmente com verbas não desagregadas, talvez se possa começar a fazer alguma coisa, nomeadamente os estudos que levem, posteriormente, à construção da obra a que me refiro e que é concretamente um quebra-mar na baía da Praia da Graciosa, o que possibilitaria aos barcos de maior porte, daquela ilha e de outras, abrigarem-se de alguma intempérie sem terem que ser varados e com isto talvez se duplicassem os dias efectivos de pesca, segundo afirmam os homens que estão directamente ligados a ela.

Numa perspectiva de futuro e tendo em atenção o Plano para 1991, no que diz respeito à ilha de que venho falando, apraz-nos registar algumas acções que se referem naquele documento e que aguardamos com grande expectativa a sua execução, como sejam, por exemplo, as obras a efectuar nas Termas do Carapacho onde se prevê gastar vinte mil contos, o que ultrapassa o inicialmente previsto no Plano de Médio Prazo 89/92 e que certamente irá valorizar e dar maior funcionalidade àquela estrutura, que bem precisa.

Outro sector que merece o nosso reparo favorável é o da Agricultura, Pecuária e Silvicultura com uma dotação de setenta e quatro mil duzentos e cinquenta contos e não queria também deixar de salientar o Programa 26 com uma dotação de seis mil contos, que certamente poderá incentivar a indústria na ilha.

Por fim e feitas as considerações que durante a minha intervenção proferi, que refuto de legítimas e pertinentes e tendo em conta todos os factores que lhe estão associados bem como a análise dos aspectos menos favoráveis e os positivos dos documentos em apreciação, não poderei deixar de expressar que estes são documentos que pretendem continuar a desenvolver, harmoniosamente, os Açores e que por isso merecem o nosso apoio e daí a nossa intenção de voto ser favorável.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

**Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos (Manuel Arruda):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Dois anos passaram. Não é muito para uma Secretaria Regional que na sua orgânica inclui duas novas direcções regionais.

Apesar disso, algumas medidas temos implementado e muitas outras encontram-se em fase de preparação. A política deste Governo foi concebida para um mandato de 4 anos e nem tudo é possível realizar no curto prazo como certamente todos ambicionaríamos.

A Região Autónoma dos Açores possui uma população total que rondará, segundo dados recentes, 257 mil habitantes, revelando um crescimento médio anual, relativamente ao início da década, de 0,6%.

Em termos globais, a população dos Açores é uma população jovem, embora com situações muito diversificadas de ilha para ilha. Na verdade, e segundo projecções efectuadas, as ilhas que apresentam na sua estrutura demográfica uma maior percentagem de jovens são as ilhas de S. Miguel, Terceira, Santa Maria e Faial, as quais, pelo peso considerável que assumem no conjunto da Região, influenciam significativamente o todo regional.

Por outro lado, a população potencialmente activa tem vindo a expandir-se moderadamente, acompanhada de um crescimento da taxa de actividade, particularmente feminina. Na verdade, apesar da taxa de actividade feminina se situar aquém dos valores nacionais, tem vindo progressivamente a aumentar gerando, conseqüentemente, pressões sobre mercados de trabalho.

Face ao exposto, a população activa tem vindo a aumentar e, devido a um bom comportamento do emprego, a situação do mercado de trabalho mantém-se praticamente equilibrada. Por outras palavras, o ritmo de crescimento do emprego tem sustentado o acréscimo de mão-de-obra chegada ao mercado de trabalho, não originando situações graves em termos de desemprego.

Efectivamente, e segundo dados recentes, a taxa de desemprego situar-se-á nos 3,3% (sentido lato) sendo reveladora, sem dúvida, de que muitas das medidas implementadas pelo Governo, têm produzido os seus frutos, oferecendo um panorama invejável em termos nacionais e comunitários.

Por outro lado, e complementarmente ao que atrás referi, analisando as inscrições dos desempregados nos centros de emprego da Região, constatamos que mais de 70% se encontram inscritos há menos de um ano, dando assim uma clara supremacia ao desemprego de curta duração.

No entanto, a situação descrita não nos tem feito esmorecer no trabalho que devemos desenvolver porque, e disso estamos conscien-

tes, alguns grupos continuam a necessitar de medidas específicas, os jovens e as mulheres, embora os primeiros tenham vindo a apresentar uma nítida tendência para a diminuição do seu peso relativo.

Com efeito, são os jovens e as mulheres aqueles que apresentam as taxas de desemprego mais elevadas, justificadas por motivos diversos. A entrada dos jovens no mercado de trabalho é altamente influenciada pela manutenção ou não no sistema de ensino, enquanto a procura de emprego por parte da mulher se prende com múltiplos factores de ordem económica, social e psicológica: procura de melhoria no rendimento familiar, desejo de independência e realização profissional.

Há que encontrar respostas para os anseios dos jovens que abandonam o sistema de ensino e para as mulheres que mais activamente querem participar no desenvolvimento económico e social da Região.

As soluções passam, em nosso entender, pelo papel activo que a iniciativa privada deve assumir como motor do desenvolvimento, investindo e, conseqüentemente, proporcionando a criação de riqueza e de mais postos de trabalho.

Um empresário deve assumir os riscos - é essa uma das facetas da função empresarial - enquanto ao Estado deverá caber um papel supletivo no apoio a projectos e acções que julgemos relevantes para o desenvolvimento económico e social da Região.

Tem sido esta a nossa orientação e continuará a ser!

E quando afirmo isto, tenho presente que o nosso tecido empresarial se encontra baseado em empresas de reduzida dimensão, muitas das quais de natureza familiar. Efectivamente, 83% do total das nossas empresas possuem menos de 10 pessoas ao serviço e terão, devido à sua dimensão, problemas acrescidos para implementar medidas orientadas para a valorização dos seus recursos humanos, tão necessária face à revolução tecnológica dos nossos dias.

Com efeito, a mão-de-obra empregue no sector empresarial regional, apresenta um baixo nível de habilitações escolares e profissionais e um deficiente número de quadros médios e superiores.

Na verdade, mais de 50% dos trabalhadores ao serviço nas empresas não possuem mais do que o ensino básico primário, enquanto os quadros médios e superiores se quedam pelos 4,5% e 1,6% respectivamente.

Por outro lado, constatamos que, mesmo nas empresas de maior dimensão, a problemática da higiene e segurança dos seus trabalhadores é assumida como pouco relevante. É necessário inverter esta tendência tanto mais que a nossa posição no contexto comunitário é muito débil nesta matéria, devendo as empresas estar despertas para a necessidade de adaptarem as suas estruturas às novas exigências comunitárias.

E esta a nossa realidade.

Há que investir na valorização dos nossos recursos humanos, no aperfeiçoamento da nossa mão-de-obra, sob pena de não conseguirmos acompanhar as mutações que se estão operando no mundo.

Face ao diagnóstico da situação da Região, o que temos feito?

A política de juventude que o Governo encetou há 2 anos, e que mereceu a aprovação deste Parlamento, tem considerado a participação dos jovens como um dos vectores mais importantes para garantir a coerência das políticas sectoriais e assegurar a construção de uma política global e integrada.

E esta política que o Governo vai prosseguir e reforçar para proporcionar aos jovens respostas adequadas aos seus anseios e aspirações, dando-lhes aquilo que lhes pertence por direito próprio para a construção do presente e aposta no futuro.

E neste contexto que se insere o fomento e apoio ao associativismo juvenil, com a concretização de instrumentos adequados que permitam a sua exequibilidade, como seja a Portaria nº 59/90 que cria o registo regional de associações juvenis.

Outra medida, na área da juventude, de grande alcance social e económico, tem sido o programa de apoio ao jovem empresário.

No que concerne aos assuntos laborais foram incentivadas as chamadas "acções globais", caracterizadas pela intervenção ao nível da actividade ou sector económico, visando um melhor conhecimento do tecido profissional e empresarial e a consequente correcção de assimetrias.

Em matéria de higiene e segurança do trabalho, são de salientar as 230 visitas efectuadas, merecendo especial destaque o trabalho pioneiro de sensibilização junto das entidades patronais dos sectores agrícola e pecuário no que se refere ao seguro de acidentes de trabalho que vem suscitando a melhor compreensão por parte das mesmas.

Uma palavra para o trabalho de menores, vulgo trabalho infantil, que, continuo a afirmar, não assume felizmente na nossa Região

foros de especial preocupação. Vêm sendo realizadas acções específicas que se desenvolvem em período diurno e nocturno, com especial incidência nas zonas e sectores tendencialmente mais vocacionados para o emprego ilegal de menores. Fruto dessa estratégia, levantaram-se 11 autos de notícia, dos quais 7 na panificação, em número reduzidíssimo de empresas manifestamente avessas ao cumprimento da lei.

Ao nível das relações de trabalho, e em matéria de intervenção legislativa, realço a erradicação de esquemas burocratizantes, em nome de uma administração mais aberta e eficaz, que conduziu, por um lado, à revogação do diploma que obrigava o registo dos contratos a prazo e, por outro, à reformulação da portaria sobre carteiras profissionais.

No intuito de colmatar as chamadas "zonas brancas" - e numa acção ímpar em todo o território nacional - realizaram-se estudos profundos, no terreno, que possibilitaram a caracterização e um melhor conhecimento dos sectores a descoberto. Estes dossiers foram entregues às Associações Patronais e Sindicais. Daí têm resultado inúmeras reuniões com os parceiros sociais, com vista à cobertura pela via negocial, daquelas zonas. Regista-se, com agrado, que tal documentação não só foi bem acolhida como, inclusivamente, elogiada pelas respectivas estruturas representativas.

No âmbito das comissões de conciliação e arbitragem, obtiveram-se 116 acordos referentes a conflitos individuais de trabalho, beneficiando 128 trabalhadores no montante de perto de 9 mil contos. Mais uma vez ficou atestada a grande relevância deste órgão que, sem recurso à via judicial e de uma forma célere e gratuita, tem possibilitado que os trabalhadores vejam satisfeitas grande parte das suas pretensões.

Com o apoio do Fundo Social Europeu foram levadas a efeito pela DRAL acções de formação no Pico e Terceira, abrangendo 41 formandos, sobre matéria de direito laboral.

Um testemunho de apreço pelo trabalho que vem sendo desenvolvido no âmbito do Conselho Regional de Concertação Social. É justo salientar o empenho e inegável esforço de diálogo que os parceiros sociais têm demonstrado neste órgão de grande espaço de debate democrático. O C.R.C.S., pese embora a sua ainda curta existência, já deu sobejas provas de que é possível discutir e assumir colectivamente as grandes linhas de orientação social. Estamos convictos que o futuro se encarregará de reforçar esta ideia.

A dinâmica que se tem imprimido ao emprego que se traduz em programas como o "Emprego/Formação" que desde 1984 e até ao primeiro semestre do corrente ano, abrangeu 2.107 jovens, dos quais 661 ficaram a título definitivo nas empresas, "integração no mercado de trabalho" que envolveu ao todo, desde 1988, 740 jovens, na sequência do qual alguns também ficaram colocados nas entidades enquadradoras e "ocupação de trabalhadores desempregados" que envolveu desde 1989, 151 trabalhadores são indicadores claros de êxito destas medidas. Também o programa ILE (Iniciativas Locais de Emprego) tem-se revelado de extrema utilidade, proporcionando já a criação de mais de 127 postos de trabalho na Região. Toda esta dinâmica tem sido acompanhada por um conjunto de medidas actuantes ao nível das estruturas físicas e dos recursos humanos.

Na área da Formação Profissional os anos de 89 e 90 foram assinaláveis na vida do Centro de Formação Profissional dos Açores. Com efeito, a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos efectuou um esforço notável de investimento tendo aberto diversas novas áreas formativas.

As verbas inscritas no Plano - Programa 16 - destinaram-se igualmente à participação pública das acções cofinanciadas pelo Fundo Social Europeu e ao apoio directo a acções de formação profissional não enquadráveis naquele Fundo.

Muitas acções se realizaram e certamente muito ainda há para fazer. Há que definir prioridades, inflectir na estratégia se a situação assim o exigir uma vez que o contexto em que hoje vivemos não é o mesmo de ontem nem será certamente o de amanhã!

Os novos desafios que se colocam ao nosso país, e particularmente a uma pequena região insular com a nossa, integrada num espaço mais vasto, obriga a uma avaliação permanente das estratégias das empresas e das autoridades responsáveis pela condução das políticas económicas.

As revoluções tecnológicas induzem o aparecimento de uma sociedade em que as empresas procuram novas formas de obtenção de informação, intercâmbio de experiências, obrigando a mudanças no mundo do trabalho, nas formas de produção, na organização social e técnica e na valorização cultural do indivíduo.

As mutações que hoje se vivem originam, muitas vezes desajustamentos, (quantitativos e qualitativos), entre a procura e a oferta de emprego, e entre as qualificações dos tra-

balhadores e as qualificações exigidas pelos empregadores.

Longe vão os tempos em que os conhecimentos adquiridos duravam para a vida inteira.

No prosseguimento da política de juventude manter-se-ão os apoios ao fomento do associativismo juvenil, uma vez que este constitui uma modalidade privilegiada que, por um lado, incentiva o espírito empreendedor da juventude e, por outro, aproveita o seu potencial criativo.

A nossa posição perante associações tem sido de abertura.

E no associativismo que a democracia se expressa e reforça.

O Plano para 1991, inclui no Programa 14,40 mil contos para apoio ao associativismo com vista ao reforço e prestígio do mesmo.

Quanto maior for a participação política dos jovens, maior será a sua corresponsabilização e mais facilmente se mobilizarão em torno de projectos e na busca de soluções.

A habitação é para a juventude uma prioridade, porque as dificuldades nesse campo constituem um dos elementos mais condicionantes à constituição da família e à obtenção de autonomia pelos jovens.

Os princípios consignados no Decreto Legislativo Regional nº 13/90, de 7 de Agosto, procuram ser uma resposta a estes anseios.

O ano de 1991 constituirá, por outro lado, um ano de viragem e arranque na construção de infraestruturas de apoio ao Turismo Juvenil; refiro-me concretamente à construção de pousadas de juventude, as quais possibilitarão o conhecimento "in loco" da nossa Região. Tanto a Pousada da Terceira, situada no Negrito, como a de S. Miguel, estão numa fase final de projecto.

O relançamento do Programa de Apoio ao Jovem Empresário será contemplado com uma verba de 120 mil contos, dado que a fase experimental superou todas as expectativas.

Os jovens açorianos responderam ao desafio lançado. Há que dar continuidade e abrir novas oportunidades para a expansão da actividade empresarial, que possibilite a modernização da nossa economia e propicie desenvolvimento da Região.

As acções na área do emprego orientar-se-ão da seguinte forma:

1. Apoio à criação de postos de trabalho
2. Ajuda a pessoas sem emprego
3. Alargamento do papel dos serviços de emprego

As acções na área da formação profissional serão direccionadas para:

-Em termos de estruturas físicas, iniciar-se-á, no próximo ano, um projecto de maior vulto no Centro de Formação Profissional dos Açores - a construção dum edifício destinado à instalação definitiva da secção de hotelaria.

Os apoios à Formação Profissional assumem a sua plena expressão na dotação atribuída ao Programa 16 - 217,5 mil contos a qual se destina a suportar a comparticipação pública nas acções cofinanciadas pelo Fundo Social Europeu e apoio directo a outras acções não enquadráveis naquele Fundo.

A Formação Profissional deve ser vista como um investimento no capital humano das empresas visando a qualificação, reciclagem, aperfeiçoamento e reconversão dos seus recursos humanos.

Contudo, em nosso entender, deverá ser a partir da própria empresa que o sistema de formação deve ser concebido, assumindo o Estado um papel complementar, no apoio a categorias especiais de trabalhadores, nomeadamente os mais atingidos pelo desemprego.

Estamos dispostos a apoiar todos os projectos que se enquadrem dentro das regras estabelecidas pelo Fundo Social Europeu para o aproveitamento integral das verbas negociadas com a Comunidade, através do PEDRAA e ainda outros agentes económicos que apresentem programas de formação coerentes e credíveis, nos quais se enquadra a formação geral dos cooperativistas.

Criticarão alguns a redução drástica, registada na verba atribuída à Formação Profissional, apontando esta como aquilo que poderia ser uma contradição ao que atrás referi.

Apesar das dificuldades financeiras que a Região enfrenta procuramos ser coerentes com os princípios que defendemos; a redução da verba não significa uma inversão dos mesmos. Antes se trata de uma adaptação às novas condições que hoje se nos proporcionam e que não eram previsíveis à data da elaboração do citado Plano. Com efeito, através de negociações com as autoridades nacionais foi possível transferir para estas uma parcela importante das comparticipações públicas nos projectos do Fundo Social Europeu. Esta transferência de responsabilidades para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, permitirá canalizar estes recursos para outras aplicações alternativas em sectores ou programas igualmente vitais para o desenvolvimento regional.

Numa perspectiva de actuação futura, na área laboral, procuraremos reforçar a con-

tratação colectiva regional através do incentivo à negociação directa e com o apoio técnico necessário, sempre que este seja requerido.

Incentivaremos, por outro lado, uma política de diálogo social para a solução de conflitos colectivos de trabalho, a par de uma política de formação, destinada aos trabalhadores e agentes económicos no sentido de um melhor e mais eficaz cumprimento da legislação laboral.

Procuraremos igualmente responder aos desafios lançados pela Comunidade Económica Europeia na área da prevenção dos riscos profissionais, segurança e higiene no trabalho, através de acções de actualização do pessoal ao serviço na área da construção civil, bem como a realização de um seminário para gestores e quadros de empresas sobre a gestão de riscos na área citada, dado ser esta aquela que apresenta maiores índices de sinistralidade.

Antes de terminar quero manifestar a minha confiança e o meu optimismo em relação ao futuro.

Cada um de nós deverá contribuir para que o projecto regional se torne realidade. Nos tempos modernos, a capacidade de um povo não se afere apenas com base nos atributos individuais mas, sobretudo, a partir do seu esforço colectivo. É por isso que existem todas estas bancadas.

Também gostaria de dizer que não falo de juventude apenas quando o seu voto é decisivo. Não lança a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos programas de incentivo ao emprego em época eleitoralista.

A nossa marcha tem uma direcção, tem alicerces seguros. Vamos prosseguir-la e concretizá-la.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral.

**Deputado Luís Filipe Cabral (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com a atenção que me é particular e que me é habitual a intervenção do Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

Muitas questões teria para lhe colocar, mas, por manifesta falta de tempo do Grupo Parlamentar do PS, convido-o, desde já, para a semana, se sentar aí nesse sítio porque nós teremos muito tempo para conversar.

Deixaria apenas a seguinte questão:

O Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos considera que o apoio ao Associativismo Juvenil tem sido uma das actividades que mais êxito tem tido na sua Secretaria. Perguntaria, por exemplo, quais as acções que tem desenvolvido a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos na área do Associativismo Estudantil, uma vez que tenho aqui na minha mão uma resposta a um requerimento que fiz à Secretaria Regional da Educação e Cultura onde se refere que "a maior parte das Associações de Estudantes existentes nas Escolas desta Região se encontram, ou ilegais, ou à espera da sua legalização".

- Quais as acções que a Sua Secretaria fez no sentido de mobilizar e incentivar os jovens para o Associativismo Estudantil, e não andar a fazer as declarações que tem feito publicamente, dizendo que uma organização de juventude política é que domina e outra não domina?

Gostaria de saber quais as acções que fez e quais as acções que pretende fazer para o ano de 1991.

Gostaria também que o Sr. Secretário, uma vez que a sua Secretaria e a Direcção Regional da Juventude promove nos Açores a venda do "Cartão Jovem", me informasse para onde vai o dinheiro que resulta da venda desse cartão.

Era só. Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

**Deputado Renato Moura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer algumas palavras relativamente a dois aspectos que na Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos me têm impressionado de uma forma extremamente positiva. Um deles é o aspecto da Formação Profissional.

O empenho que tenho visto a Secretaria dedicar, a tentar que, cada vez mais, seja o número de estagiários daquelas ilhas onde mais falta se fazem sentir as unidades qualificadas para darem entrada no Centro de Formação Profissional, é um aspecto extremamente positivo que aqui me parece dever ser realçado.

Verifico que, efectivamente, tem tido um efeito multiplicador a frequência dos cursos no Centro de Formação Profissional. E isto porque verifico que, no que concerne às Flores, o aumento de 88 para 89 foi de 100%; de 89 para 90 foi de 50%, relativamente ao número de estagiários que o frequentaram

provindos daquela ilha.

Todavia, embora os aumentos sejam percentualmente bastante elevados, o que significa o tal efeito multiplicador que me parece muito importante realçar, também é certo que os números ainda são bastante pequenos.

No entanto, é extremamente evidente que os jovens não o têm frequentado porque se não têm, para o efeito, inscrito.

Gostaria de deixar, de alguma forma, uma sugestão - e também de ouvir, sobre esta matéria, a opinião do Sr. Secretário Regional - sobre se não seria realmente de extrema utilidade, porventura utilizando a própria Direcção Regional da Juventude e, eventualmente, fazendo deslocar alguns dos seus técnicos na altura disponíveis, para fazerem uma maior promoção das qualidades e das virtualidades do Centro de Formação Profissional, sobretudo nos locais onde ele não é ainda tão bem conhecido, para tentar atrair e incentivar um maior número de jovens para a Formação Profissional.

Isto porque me parece extremamente necessário e urgente - e tenho percebido que a visão da Secretaria não está longe também deste mesmo aspecto - que os jovens, após a sua forma liceal, têm a tendência (os que não fazem curso superior ou médio) de ficarem aguardando vagas apenas dentro dos quadros do funcionalismo regional.

Assim sendo, parece-me que o incentivar-se mais, através de demonstração, as virtualidades do Centro de Formação Profissional, podia ser um contributo extremamente importante.

Para além do mais, parece-me que isto teria uma grande utilidade com a sua interligação com o Programa de Apoio aos Jovens Empresários. Verifico que também tem havido muito interesse por esse programa nalgumas ilhas que, efectivamente, têm uma maior facilidade de acesso àquelas coisas que são absolutamente indispensáveis para se poder concorrer a um programa desta natureza, como sejam, nomeadamente, os estudos de viabilidade económica, os projectos na área da construção civil ou os projectos mesmo na área dos equipamentos a instalar nas unidades a criar com base neste programa. De maneira que, onde há mais facilidade, o número de iniciativas tem sido realmente maior; nos outros sítios tem havido alguma dificuldade, por conhecimento, porventura também, dos circuitos, da possibilidade que as pessoas teriam de a eles se habilitar, etc.

O que perguntaria ao Sr. Secretário - e deixo em forma de pergunta e de alguma

forma de sugestão - era se também não poderia ser, eventualmente, mais promovida, através de uma acção externa, esta possibilidade de apoio a este programa, que é extremamente interessante, e que tenho verificado que a Secretaria tem extremo empenho (e verifiquei num caso das Flores que isso foi evidente) de procurar fazê-lo divergir o mais possível para ter uma abrangência cada vez maior ao nível de todas as ilhas e que eu aqui não poderia deixar passar sem realçar de uma forma muito positiva.

Parece-me que, quer estes cursos de Formação Profissional, quer tudo aquilo que se possa investir na área do ensino, são duas áreas nas quais tem havido o maior empenho - e deve continuar a haver. Julgo que, também, cada vez mais, a tendência deve ser para concentrar, o máximo possível, nestas áreas, os recursos disponíveis, eventualmente de redução de despesas noutras áreas, para as canalizar para estas que terão, efectivamente, um efeito extraordinário em termos de modificação da qualidade de vida da nossa Região, na criação de empresas viáveis e onde os empresários sejam pessoas formadas num Centro adequado e que possam dar uma resposta adequada nos investimentos que se tiverem proposto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

**Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos (Manuel Arruda):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de responder ao Sr. Deputado Luís Filipe Cabral, não com a arrogância que ele normalmente coloca nas suas intervenções, mas com toda a calma e com toda a sinceridade.

Em relação ao Associativismo Juvenil gostaria de referir que a Secretaria Regional, no ano de 89, utilizou 20 mil contos da verba e no ano de 90 a verba de 38.600 contos.

Lembrar-lhe-ei também que o Associativismo Juvenil não se resume ao Associativismo Juvenil Estudantil, embora esta seja uma área importante, e devo dizer que, se as Associações de Estudantes não estão legalizadas, as únicas responsáveis são elas mesmas porque deviam ter feito toda a sua legalização, desde a publicação de estatutos e tudo o resto.

(Aparte inaudível do Deputado Luís Filipe Cabral)

**O Orador:** Por outro lado, sei que várias Associações de Estudantes têm, num passado

muito recente, vindo a legalizar-se.

Estou certo que, quando isso acontecer, muitos outros apoios ser-lhe-ão prestados.

Em relação ao "Cartão Jovem", dir-lhe-ei que tem havido encontro de contas com o Ministério da Juventude porque, como sabe, a Secretaria não pode arrecadar receitas e tem havido encontros com outros apoios que nos têm sido prestados por esse Ministério.

Relativamente ao Sr. Deputado Renato Moura, dir-lhe-ei que o Centro de Formação Profissional terá que possibilitar, em ilhas mais afastadas, como é o caso das Flores, uma maior sensibilização junto da sua juventude para que ela frequente, mais assiduamente, o Centro de Formação Profissional.

De qualquer maneira penso que a Secretaria deu um passo importante nesse aspecto com a contratação de um técnico de orientação profissional, sediado aqui na Ilha do Faial, que deslocar-se-á, periodicamente, às ilhas e já dispomos de um filme onde se mostram todas as áreas que o Centro de Formação Profissional dispõe actualmente.

Em relação à maior divulgação do "PAJE" na Região, estou de acordo.

De qualquer maneira, saliento que, durante o ano de 90, todas as ilhas, à excepção do Pico, foram contempladas com projectos do "PAJE", o que é bem demonstrativo do impacto e da aceitação que teve a nível de toda a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão.

Pedia ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar que providenciasse a sua substituição na Mesa.

(Neste momento assumiu as funções de Secretário da Mesa o Deputado David Santos)

**Deputado Manuel Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quando da discussão e aprovação do PMP 89/92, saímos da Assembleia com esperança no crescimento a proporcionar pela previsão do Plano e por acreditarmos que algo iria mudar nos Açores de forma mais rápida, face a um investimento calculado em 172 milhões de contos, representando 54% do total das despesas.

Passados dois anos verificamos que afinal a redução da despesa associada ao Plano é de 50 milhões de contos, ou seja 30%, e as despesas correntes, representando 58% do total, fizeram virar o fiel da balança para o lado contrário.

Após a redução, o Governo apresenta ago-

ra um Plano para 1991 e uma alteração ao Plano de Médio Prazo consentâneo com as disponibilidades financeiras possíveis e afirma não serem alterados os objectivos consagrados para o quadriénio, optando por continuar os investimentos estratégicos de natureza infraestrutural objecto de cofinanciamento comunitário, o que se apresenta correcto e, não repartindo de forma mais ou menos equitativa por todas as intervenções do Plano de Médio Prazo.

Mas esta afirmação preambular não encontra perfeita correspondência no desenvolvimento das acções propostas. E isto porque, apesar de se prometer a execução de obras, por vezes não se lhes atribui as necessárias dotações orçamentais. Para além disso a experiência dos últimos anos tem indicado que mesmo com dotações orçamentais no Plano as obras nem sempre se executam.

Por mais remendos que se pretenda colocar, programar com 2/3 não é o mesmo que programar por inteiro e os objectivos acabam assim por serem alterados.

Tem mais lógica redefinir objectivos e apresentar uma proposta de alteração que aponte para execuções concretas, realizáveis e objectivas.

Assim ficamos mais esclarecidos, possuidores de mais elementos para análise, mais conhecedores das intenções dos governantes e em melhores condições para a elaboração de juízos correctos.

Estamos perante o Plano para 1991 e é sobre ele que nos vamos pronunciar.

A redução de 50 milhões de contos no PMP 89/92 já foi explicada e perante um facto consumado não vale a pena voltarmos à vaca fria.

Este Plano apresenta-se mais realista e, apesar de tudo, para 1991 aponta para um crescimento de 14% quando comparado com a execução prevista para o ano de 1990.

Gostaria apenas de voltar a referir o facto de as despesas correntes terem ultrapassado as de investimento para dizer que bastará ao Governo Regional efectuar um pequeno esforço de contenção das despesas públicas regionais, para moralizar ainda mais a administração pública e conseqüentemente a actividade governativa com a vantagem adicional de libertar verbas capazes de cobrir despesas de investimento indispensáveis à realização de importantes e necessárias obras na Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Como representante eleito pela Ilha Terceira quero levantar aqui algumas questões

com ela relacionadas não esquecendo que sou também representante do todo regional. O Plano para 1991 aponta claramente como opção para um forte investimento nos sectores económicos (cerca de 65% do total) estando 6 ilhas acima dos 70%.

No caso da Ilha Terceira esta percentagem situa-se nos 48,6% o que, à partida, indicia a menor importância que o Governo atribui ao sector económico da Ilha Terceira mesmo depois da fraca execução, no decurso do corrente ano, em obras de grande interesse para o seu desenvolvimento.

E não colhem aqui argumentos do género que a Terceira é uma terra só de festas, guitarradas e touradas, pois a verdade é que as vacas são ordenhadas de manhã e de tarde e os serviços públicos fecham às 17 horas e 30 minutos. As touradas só começam às 18 horas.

Sobre o interesse social e o intercâmbio criado durante as touradas e outras festividades poderíamos falar durante horas. Como o tempo não o permite lembro apenas que têm contribuído de algum modo para que a Terceira seja uma das ilhas onde a distribuição da riqueza é mais equilibrada.

Mas voltando ao assunto em causa vou dar como exemplo as Pescas e o Turismo, áreas onde à Terceira não foi dada a devida atenção.

Se repararmos na distribuição do investimento nas Pescas e olharmos para os 4 pontos cardeais verificamos que as ilhas a nascente e a Sul, melhores estruturadas, captam nos anos que vão passando verbas crescentes, o que está correcto, o mesmo não acontecendo com as Ilhas a Norte e a ocidente, apesar de em termos estratégicos a Região ter toda a vantagem em ocupar toda a Zona Económica Exclusiva.

No caso concreto da Ilha Terceira, o Governo definiu construir um porto capaz não só de satisfazer as necessidades da ilha mas também que tivesse uma dimensão atlântica. O que se verifica é que o Governo tem tido dificuldade em concluir as infraestruturas essenciais que faltam e são indispensáveis à maximização do investimento já realizado.

Não se compreende por que razão se tem tido dúvidas em arrancar com o núcleo de pescas, pois a parte de protecção da baía está concluída.

Enquanto não houver porto de pescas não há entreposto frigorífico, enquanto não se criar o núcleo de pescas não há crescimento da frota pesqueira industrial.

Em suma: enquanto não se criar este pólo



de desenvolvimento económico, não se alargará a ocupação da Zona Económica Exclusiva.

E preciso não esquecer que, **porque** todas as baterias se viraram para aquele pólo, outros investimentos não chegaram a realizar-se como, por exemplo, os melhoramentos sucessivamente reclamados pelos pescadores do Porto Judeu.

E não se diga que não é possível o desenvolvimento das pescas na Terceira, pois basta lembrar o período em que a TERCON estava em plena laboração.

Se a opção é de facto cumprir aquilo que se prometeu e **isso faz parte de um objectivo concreto** então que se assuma essa opção de forma clara e deixemo-nos de malabarismos linguísticos e se demonstre essa vontade através dos meios à disposição, isto é, a **consagração no Plano, a sua correspondente dotação orçamental, a celeridade dos processos e a demonstração inequívoca da vontade política e prática de executar**. Finalmente, assistiu-se à solução clara de avançar com o Porto de Pescas da Praia da Vitória.

Acreditamos agora que a sua correspondência na prática irá acontecer.

Quanto ao Turismo a situação é semelhante à das Pescas: a Terceira é um pólo esquecido e afastado no desenvolvimento turístico regional.

A grande opção do Governo traduz-se, grosso modo, no binómio Hotel/Campo de Golfe.

A Terceira já tem Campo de Golfe, não se sabe quando irá ter **Hotel capaz** mas a solução da atribuição de verbas para pequenos arranjos no Hotel de Angra é pouco, custa caro e não é solução.

Por outro lado, o Governo ainda não olhou para a cidade de Angra do Heroísmo Património Mundial - como um contributo para uma possível diversificação turística.

Outras áreas poderiam ser referenciadas, não só para salientar a insuficiência de verbas ou de execução, mas também para concordar com a compreensível opção de adiamento de realizações, face à redução orçamental, uma vez que compreendemos também que o mal deve ser dividido pelas aldeias.

Mas não podemos deixar de fazer referência ao corte abrupto das verbas para a acção "Casas do Povo", **manifestando a nossa estranheza** porquanto em vários casos nesta Região os processos estão tão avançados, com compromissos já assumidos que a sua realização é um fenómeno irreversível como é, por exemplo, o caso da freguesia da Agualva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Pesem embora todas as considerações aqui expressas e em respeito pelo povo que represento, darei luz verde a este Plano na expectativa de que o Governo, na sua execução, proceda às correcções preconizadas e em parte assumidas neste Parlamento.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Qualquer análise à proposta de Orçamento para 1991 tem desde logo que se deter na existência de um défice corrente muito acentuado.

E importante a este propósito referir duas questões:

Em primeiro lugar, sendo embora a primeira vez que o défice corrente aparece declarado, a verdade é que ele é realmente muito antigo, na medida em que, por largos anos, o Governo Regional integrou muitas despesas correntes no Plano, para mascarar essa situação.

Em segundo lugar, cabe lembrar, que a Representação Parlamentar do PCP levantou, sistematicamente, esse problema desde 1984, contribuindo assim, com a pressão feita, para que houvesse alguma rectificação nessa questão.

O certo porém é que o défice corrente declarado ascende a uma quantia superior a sete milhões de contos.

E certo que a estrutura do aparelho administrativo próprio da Região foi, desde o início, mal concebida e é muito pesada, mas não é menos certo que ajustamentos e rectificações nessa área **só podem e só devem** ser feitos num quadro de uma reforma global empreendida e concebida em termos de longo prazo e que contemple uma perspectiva simultânea e complexa de desburocratização, eficácia, desconcentração e proximidade da Administração aos cidadãos de todas as ilhas.

Não defendemos nem preconizamos modificações apressadas no aparelho administrativo que, em vez de contribuirem para equilíbrios, sejam causa de novos e gravesos desequilíbrios sociais.

Pensamos, entretanto, que estas questões têm que ser, com toda a sua complexidade, devidamente equacionadas. Não obstante isso há uma área que necessita de ponderação ime-

diata.

O PSD na ânsia de perverter o sistema autonómico estabeleceu praxes e práticas tendentes a rodear o exercício do poder regional de uma imagem exagerada e desequilibrada de "Estado". E essa imagem pomposa custa demasiado dinheiro, não acrescenta eficácia e até se transforma em fonte de conflitos.

Com isto pretendemos dizer que as mudanças, no que respeita a despesas com a Administração, têm que começar por cima, com a revisão urgente de métodos, estilos e critérios altamente onerosos e totalmente inúteis à boa condução dos interesses da Região.

Não se diga, como por vezes se diz, que não são as despesas desnecessárias - com viagens a mais, com carros a mais, com cerimónias a mais, etc. - que oneram o orçamento. Não se diga isso porque esses exageros, para além do seu próprio custo, têm um lamentável efeito multiplicador pelo que significam de maus exemplos de esbanjamento, seguidos, por vezes, a outros níveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A partir de 1987 a dívida pública regional começou a crescer de forma muito acentuada e perigosa que comprometeu o equilíbrio financeiro que até então existia.

Logo em 88 o PCP propôs nesta Assembleia que fosse realizado um aprofundado debate das causas dessa situação. Por seu turno o PSD procurou sempre fazer passar uma tese redutora, segundo a qual o endividamento se ficava a dever, só e apenas, às crescentes dificuldades no relacionamento financeiro com o Governo da República.

Sustentámos, em muitas ocasiões, que sendo de facto necessário um novo relacionamento financeiro com o Estado, era também necessário e urgente a realização de uma política económica diferente e propiciadora de um verdadeiro crescimento.

O Governo Regional, na perspectiva imediata que o caracteriza, manteve sempre as suas políticas paleativas, as suas práticas de satisfação de certos e determinados interesses, as suas inadequadas megalomanias. De tudo isso resultou a estagnação económica, o que quer dizer que não só os problemas se foram agravando como não foram dadas respostas a problemas novos, nomeadamente a todos aqueles que resultam da integração na CEE e que muitos são como sabemos.

A economia estagnou, o investimento público não produziu nem produz efeitos impor-

tantes e o endividamento aparece ao Governo exactamente com o mesmo valor que um colete salva-vidas tem para um naufrago, isto é, aparece como o último recurso e a última esperança.

Só que o círculo fecha-se e porque as políticas não mudam, os meios financeiros que resultam da dívida não provocam crescimento económico e só resta o recurso a mais e maiores pedidos de empréstimo.

E oportuno recordar o relativo à vontade com que há alguns anos vários sectores políticos, próximos do poder regional açoriano, caracterizavam por vezes a situação de endividamento aventureiro da Região Autónoma da Madeira. Diríamos que hoje, na sua cegueira política, este Governo Regional, ao não aceitar a necessidade urgentíssima de uma revisão global das políticas económicas e sociais, condena esta Região a um endividamento, também aventureiro e de consequências políticas imprevisíveis.

Na proposta de decreto orçamental está incluído um pedido de autorização para um endividamento global líquido na ordem de dez milhões de contos.

Muito embora o Senhor Secretário Regional das Finanças declare que o crescimento líquido da dívida se vá cifrar por 7 milhões de contos em 91, discordamos da metodologia estabelecida pelo artigo 4º da proposta.

Pensamos antes que a autorização a conter no decreto orçamental deve ser muito mais restrita, criando assim a necessidade de, ao longo do ano, esta Assembleia Legislativa ser chamada a discutir, no debate de autorizações de endividamento, a evolução da situação.

Acresce ainda ser necessária uma profunda discussão que leve a um pedido de declaração de inconstitucionalidade do Decreto-Lei 336/90, não havendo qualquer vantagem, nem sendo aceitável, pelo contrário, que esta Assembleia venha a incluir ao decreto orçamental uma autorização de dívida superior ao limite que vier a ser estabelecido pelo Orçamento de Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A situação financeira da Região é difícil.

A situação de estagnação económica é preocupante.

Os problemas sociais são diversos, persistentes e agravam-se.

O volume de problemas acumulados é acentuado e muito diversificado. De entre esses problemas há um que não pode deixar de ser referido, de ser estudado e de se en-

contrar para ele as respostas adequadas.

Estamos a referir-nos ao diferencial existente entre o custo de vida na Região e no Continente.

Esse diferencial existe e não há nada que nos diga que, no contexto das necessidades de hoje, tenda a desaparecer.

A sua futura anulação dependerá, não da evolução natural da economia, mas da acção concertada que a Região, o País e, no plano das regras económicas, a CEE, venham a desenvolver nesse sentido.

Atacar as causas desse diferencial no custo de vida equivale a um combate sério aos reais custos que a insularidade introduz.

O desagravamento fiscal pode vir a ser um contributo.

A intervenção a nível dos transportes essenciais é uma necessidade.

A criação de acréscimos salariais é um outro instrumento e a nosso ver é aquele que pode e deve ser implementado com mais rapidez e decisão.

No que respeita à Administração Regional e Local é urgentíssimo que tal medida venha a ser tomada. Bastaria referenciar que outros funcionários públicos, de serviços da República, vêm, por várias formas, esse direito reconhecido.

Ao longo dos anos, o PCP tem procurado contribuir para que se consagre o princípio do direito do acréscimo salarial e para que, depois, no quadro da resolução global das necessidades financeiras regionais, se encontrem as soluções concretas.

Não vale a pena fugir ao problema e não é aceitável que os órgãos do poder regional se furtem a reconhecer aos funcionários um direito que corresponde a uma necessidade urgente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Já por várias vezes aflorámos nas nossas intervenções neste debate um problema que está longe de ser um problema menor.

Estamos a referir-nos à capacidade de execução material e rigorosa das despesas de investimento orçamentadas.

Há razões para duvidar, muitas vezes, da capacidade de execução material, mas há razões políticas muito sérias para duvidar ainda mais do impacto económico e social de boa parte das execuções materiais realizadas.

As políticas consagradas e os estilos adoptados afastam, quase liminarmente, a possibilidade de um controle eficaz da execução orçamental.

Mas hoje é já grande a preocupação com outra questão e que se prende com a capacidade real de captar, nos seus limites máximos, os fundos disponíveis da CEE.

Para que essa capacidade seja efectiva muito mais terá que se fazer.

Como já foi aqui dito pelo Senhor Deputado Paulo Casaca, é necessário que o Governo esclareça qual foi a razão ou razões que levaram a que os valores das transferências comunitárias de 86 a 89 tenham sido tão baixas como foram.

Mas queríamos acrescentar outro aspecto: é necessário que o Governo Regional demonstre que está agora a fazer tudo quanto é possível para captar esses fundos comunitários.

Disse.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

**Deputado Artur Martins (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Cumprindo uma disposição estatutária, debate-se nesta Assembleia Legislativa Regional, órgão máximo da Autonomia dos Açores, a alteração ao Plano a Médio Prazo de 89/92, para vigorar nos anos de 1991 e 1992 e o Plano e Orçamento para o próximo ano.

Se não fora o facto de por razões estranhas à Região ter sido necessário proceder a alguns ajustamentos ao PMP 89/92, na ordem de 30%, limitar-nos-íamos a estar aqui a discutir apenas as propostas do Plano e Orçamento para o ano de 1991.

Nesse caso, certamente que o descontentamento, os lamentos e o vigor dos protestos aqui evidenciados, sobretudo das bancadas dos partidos da oposição, seriam mais suaves, tendo em conta que todas as expectativas criadas à volta dos projectos constantes do primitivo PMP 89/92, se mantinham actuais. Mas, infelizmente, o cenário é outro...

Mau grado as esperanças que depositámos aquando da aprovação ao PMP 89/92, sobretudo porque falhou a política financeira do Governo Central que permitia assegurar o financiamento dos investimentos necessários ao desenvolvimento social e económico da nossa Região, porquanto a mesma assentava na necessária e imprescindível cooperação dos órgãos de soberania, visando a correcção das assimetrias derivadas da insularidade.

Apesar de constar, no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, em vigor e aprovado por unanimidade por todas as forças políticas com assento na Assembleia da República que, de harmonia com o princípio da solidariedade nacional,

"o Estado dotará a Região dos meios financeiros necessários à realização dos investimentos constantes do Plano Regional que excederem as capacidades de financiamento delas, de acordo com um programa de transferência de fundos a acordar". No plano prático, ignoraram-se tais compromissos e evidenciam-se as tristemente célebres teses do centralismo, impedindo-se o Governo Regional dos Açores de concretizar um arranjo financeiro com o Governo Central, limitando-se a capacidade de endividamento das Regiões Autónomas, ou não publicando legislação que defina, de uma vez por todas, a Lei das Finanças Regionais.

Torna-se evidente, necessário e urgente definir critérios para aferir a solidariedade do Estado em relação à Região e aqui a oposição devia, pode e tem obrigação de prestar o seu contributo.

Tendo em conta não só os óbices financeiros referidos, mas também as mudanças que se operam, a um ritmo vertiginoso, na Região, no País e no Mundo, originando sempre alterações aos projectos e programas previstos.

É inegável que os objectivos que estão no actual PMP correspondem aos então definidos no anterior documento e as opções assumidas pelo Governo Regional, quer na prossecução dos projectos que estão em curso, quer também no aproveitamento integral dos financiamentos dos fundos comunitários, de forma a que os programas operacionais vitais para o desenvolvimento da Região, não sejam realizados, quer, ainda, das prioridades às grandes intervenções regionais em áreas que se consideram fulcrais nos sectores económicos e sociais, como sejam transportes e comunicações, saúde, educação e habitação. Por isso e pelas outras razões que nos levaram a votar favoravelmente no anterior PMP, não podemos deixar de estar de acordo com a actual proposta.

Igual apoio nos merecem os documentos - Plano e Orçamento para 1991 - pelas linhas de força que caracterizam os seus respectivos propósitos e programas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

De realçar a colaboração que o Governo Regional vem dando às Câmaras Municipais, através do pagamento de juros relativos a empréstimos camarários destinados a obras de abastecimento de água às populações. Esta cooperação indirecta decorreu até 1985. De 1985 até final de 1989, manteve-se o pagamento de juros e a cooperação evoluiu, pas-

sando sobretudo a caracterizar-se por financiamento a fundo perdido em cerca de 75% do custo daquele tipo de investimentos que, neste período, passou a incluir sistemas de esgotos associados - foi o início da chamada Cooperação Financeira Directa.

A partir de 1990 inclusivé, procedeu-se a uma profunda reforma legislativa, regulamentar e normativa que redefiniu e alargou o relacionamento institucional e apoios destinados à nossa Administração Local. A par do abastecimento de água, alargaram-se as possibilidades de apoio governamental aos esgotos e aos lixos, envolvendo, portanto, todo o saneamento básico - louvável opção, aliás, dada a importância vital destes domínios em todos os sectores sociais e económicos da nossa sociedade.

A integração de Portugal nas Comunidades Europeias permitiu que a partir de 1 de Janeiro de 1986, a apresentação dos projectos portugueses para cofinanciamentos comunitários, fosse feita em igualdade de tratamento com os restantes países membros.

As taxas de comparticipação atingiram 55% das despesas elegíveis.

De 1986 a 1988, as Câmaras Municipais e a Secretaria Regional da Administração Interna, prepararam 87 candidaturas, 53 das quais viriam a ser aprovadas, a que correspondeu uma atribuição líquida do FEDER de 2,4 milhões de contos.

Para o período de 90/94 exclusivé, e no âmbito do Programa Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores - PEDRAA, onde se optou por reservar, só para as Autarquias, uma fatia de cerca de 20% do bolo - 6 milhões de contos, já estão aprovados 68 projectos municipais relativos ao saneamento básico e actividades de animação e cultura, onde se inclui o ambiente e o turismo.

Se acrescermos aos 2,4 milhões atrás referidos os cerca de 3 milhões que o Governo deu às Câmaras até finais de 1989, bem como os recursos financeiros das Edilidades Açorianas, podemos concluir que muito foi feito nesta década, graças às opções tomadas e à louvável articulação e entendimento que existia entre as partes, em benefício da nossa população.

População cuja taxa de cobertura da rede de abastecimento de água rondava 80% em 1981, tendo evoluído para 95% em 1984 e 92% em 1988, encontrando-se em finais de 89 com uma taxa de 95%.

Por outro lado, o apoio concedido aos municípios no domínio do abastecimento de água

permitiu que estes canalizassem alguns dos seus recursos para outras áreas, nomeadamente a rede viária, onde foram gastos cerca de 6 milhões de contos neste domínio.

Não queria terminar esta minha intervenção, sem mencionar duas ou três questões que dizem respeito ao círculo eleitoral onde fui eleito, mais precisamente ao concelho onde resido.

Uma de desencanto - que tem a ver com a não inclusão no Plano e com a falta de dotação orçamental de verbas para realizações que os Ribeiragrândenses há muito reclamam, como sejam, o Pavilhão Gimnodesportivo e o plano de rega da Ribeira Grande; outra de congratulação por verificar que são contemplados, com o respectivo cabimento orçamental, projectos ao nível de habitação, da rede viária, de valorização do porto de pesca de Rabo de Peixe e de outros que constituem justas e velhas aspirações do nosso povo.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Dois anos volvidos após a tomada de posse do IV Governo Regional que, reconhecendo as potencialidades turísticas de que dispõe a Região escolheu o Turismo como uma das áreas prioritárias a incrementar nos próximos anos, poderei aqui dizer que os principais problemas e questões de reconhecida prioridade foram objecto de estudo, equacionados e diagnosticados, podendo afirmar-se que foram lançadas bases importantes da sua superação ou atenuação, sendo contudo certo que, tal como também já aqui referi, não é possível a curto prazo solucionar problemas estruturais, que por definição reclamam políticas e soluções de médio e longo prazo.

No estádio actual de desenvolvimento e perante a ainda limitada e pouco diversificada mas crescente capacidade da oferta turística, a promoção do investimento assumiu-se desde sempre como tarefa prioritária, num sector cuja maturidade e grau de desenvolvimento continuarão a ser aferidos em cada momento pela capacidade realizadora e criativa da sua indústria turística.

Tratou-se pois de reanimar uma iniciativa privada revelando algum amorfismo e de procurar captar investimento exterior à Região. Neste particular a dinâmica gerada em torno

da aposta estratégica no sector excedeu largamente as expectativas. Num quadro de notório envolvimento administrativo, num continuado esforço de aceleração e simplificação processuais, as intenções de investimento, que se apresentaram significativamente diversificadas, conheceram índices de crescimento nunca vistas. Foram durante estes dois anos aprovados 75 projectos na área da hotelaria e alojamento complementares, da restauração e da animação, representando um investimento global de quase 5 milhões de contos, representando praticamente 2 milhões de contos de financiamento pela Secretaria Regional do Turismo e Ambiente.

Só o SIFIT - em cuja discussão e acompanhamento a intervenção da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente foi de inegável importância, e contrariando dúvidas e receios de inaplicabilidade prática, foi responsável pelo financiamento de todos, repito todos, os 18 projectos apreciados e aprovados pela Direcção Regional de Turismo, número que representa um investimento global de mais de 2,7 milhões de contos dos quais 1,1 milhões é financiado através de subsídios a fundo perdido, sendo 70% daquele valor em participações comunitárias através do FEDER.

Os números são de facto impressionantes para os Açores, mas porventura, não menos importante é, como referi, o constatado reanimar do sector empresarial que virá a ser responsável pela apresentação e execução de bastantes mais projectos. Diversificação essa que gradualmente começa a ganhar forma pela realização de investimentos reveladores de genuinidade e criatividade na área da restauração, da animação turístico desportiva salientando-se o golfe a tal revolução pacífica,...

(Aparte inaudível da bancada do PS)

**O Orador:** O Sr. Deputado não se esqueceu desta frase e vai-se recordar disto várias vezes. Se calhar ainda vai ser um jogador de golfe, Sr. Deputado!

(Risos da Câmara)

... as actividades marítimo-turísticas, as actividades sub-aquáticas, os circuitos pedestres - e que sugerem crescentemente a programação e subsequente comercialização dos Açores sob forma temática.

(Aparte inaudível da bancada do PS)

**O Orador:** Já vai chegar aqui a escafandria, Sr. Deputado!

Neste domínio, para além de se terem

apoiado financeiramente investimentos na aquisição de embarcações para a prática da pesca desportiva, foi atribuído considerável apoio a todos os clubes navais que revelaram interesse e capacidade, para o seu apetrechamento em equipamentos fundamentais à oferta de produtos turísticos ligados ao mar com realce para a observação submarina encontrando-se, em virtude desse apoio, alguns deles com equipamentos que qualitativamente rivalizam com os mais dinâmicos clubes congéneres do País. Isto é o que se constata pelas pessoas que cá vêm! O Sr. Deputado deve fazer uma visita aos clubes, quando visitar os concelhos, e poderá verificar que isso é uma realidade.

De salientar igualmente a construção de campos de ténis: 2 construídos em S. Jorge, 2 em construção na Graciosa, estando já resolvido o problema de 2 na Ilha do Faial e estando prevista a construção noutras ilhas, nomeadamente no Pico, que não ficarão concluídos em 91 por problema de disponibilização de terrenos, e ainda outros 2 que vão ficar concluídos até ao fim do Plano a Médio Prazo. Isto foi o que eu referi!

Quanto à cobertura dos 6, devo dizer que foi daqueles projectos que tivemos que abandonar. Por conseguinte, vai ser reduzido o número de cobertura, porquanto foram dadas outras prioridades e não vão ser cobertos os 6.

(Aparte inaudível da bancada do PS)

**O Orador:** Sr. Deputado, foram feitos alguns reajustamentos e, portanto, não se podem fazer milagres. Não estamos aqui a enganar ninguém, nem se trata de enganar ninguém.

Devo salientar também a participação para a construção de parques de campismo nomeadamente, Salga, Salgueiros e 5 Ribeiras na Ilha Terceira, Calheta de S. Jorge e S. Roque do Pico. Santa Maria já tem o anteprojecto estando praticamente concluído; o projecto das Sete Cidades foi reformulado, muito embora o Governo já tenha declarado de utilidade pública os terrenos necessários. A realização de obras na orla marítima com vista ao aproveitamento de piscinas naturais e dada a importância do binómio Turismo--Ambiente - apesar de não se promover turisticamente os Açores como Região de sol e praias - e da necessidade de igualmente fazer repercutir os efeitos do desenvolvimento turístico na melhoria da qualidade de vida da população açoriana, executaram-se importantes obras em algumas zonas balneares procurando dotá-las de condições atractivas e de

comodidades das quais merecem especial destaque a construção dos balneários nas Praias do Póculo em S. Miguel e Porto Pim no Faial, Fajã Grande nas Flores e o apoio à construção do dos Biscoitos na Ilha Terceira. Foi construído pela Câmara, mas com o apoio da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente.

**Vozes do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** A continuação da realização de idênticos investimentos está previsto efectuarem-se na vigência do Plano ora em discussão.

Porque a qualidade da oferta turística é em última análise o grande objectivo do Turismo Açoriano, onde revela especialmente a postura profissional e a natureza dos serviços prestados no sector, a formação profissional mereceu preocupações especiais. A par do programa anual de formação que se desenvolve em conjugação com a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos no Centro de Formação Profissional dos Açores, promoveu-se aos vários níveis da formação turística relevantes e numerosas acções que entre outros versaram temas de grande actualidade e oportunidade como legislação turística, gestão de recursos humanos, marketing e animação turísticas e que vão continuar já a partir de Janeiro do próximo ano com uma série de conferências sobre o investimento no Turismo que serão seguidas, entre outros, de cursos para profissionais de informação turística itinerante (assistentes de turismo), diversas acções itinerantes em várias ilhas na área da formação de base (à semelhança da que teve lugar no corrente ano em S. Jorge e anteriormente no Pico) e um curso que reputamos de especial importância com vista à formação de formadores, procurando criar um contingente de potenciais formadores nos Açores e atenuando a actual dependência de organismos e formadores exteriores à Região. Com vista à sensibilização e facilitação de formação de nível superior foram concedidas bolsas de estudo e será publicada ainda este ano uma portaria que regula a concessão de bolsas de estudo suplementares no sentido do alargamento dos cursos e dos potenciais beneficiários contemplados. A envolver este quadro de actuação, procurar-se-á criar um suporte motivacional para a procura das profissões turísticas e para a formação a nível de empresa, através de uma campanha de dignificação das profissões turísticas com recurso aos vários órgãos de Comunicação Social e a materiais e acções de sensibilização e divulgação o mais abrangentes e diversificadas possível.

Acção que reputamos de largo alcance por procurar a máxima cientificação e eficácia das medidas de política que venham a ser adoptadas e executadas no sector e em consequência a sua mais segura e previsível evolução futura, foi lançado e já publicado no Jornal das Comunidades, no dia 26 do corrente, o concurso público internacional para adjudicação dos trabalhos conducentes à elaboração do Plano Regional de Turismo que incidindo sobre a organização da oferta e sobre a promoção da procura, enquadrará toda a actividade turística açoriana.

No campo da promoção turística assistiu-se a uma assinalável intensificação da presença dos Açores nos principais mercados geradores de turismo para a Região, através de acções de relações públicas e publicidade organizadas na origem e no destino, desta feita fundamentalmente através da organização e acompanhamento de visitas do trade e da imprensa, visando associar os agentes económicos com a capacidade de influência na oferta de programas de férias, ao objectivo da divulgação e promoção dos Açores enquanto destino turístico. Procurando igualmente a apresentação dos Açores em programas e produtos de natureza temática, de que é exemplo o itinerário cultural "Rota dos Baleeiros" integrado no guia dos itinerários culturais da responsabilidade da Assembleia das Regiões da Europa que vai ser lançado brevemente.

**Deputado Carlos Mendonça (PS):** Brevemente?! Quando?

**O Orador:** Quando for o itinerário cultural das Regiões da Europa. Está pronto da nossa parte, mas é para o início do próximo ano.

Há ainda a salientar a realização de importantes congressos, seminários e conferências do sector do Turismo e de outros sectores, dos quais se destaca pela sua extraordinária relevância o Congresso da Associação de Hotéis de Portugal. Para o próximo ano entre outros acontecimentos de grande relevo a confirmar, estão já asseguradas as realizações do Congresso dos Agentes de Viagens Portugueses no estrangeiro, o Encontro de Jornalistas de Turismo e o Encontro de Turismo, Ambiente e Cultura na Ilha Terceira, onde esperamos fazer coincidir o lançamento de uma edição promocional sob a designação "Angra-Cidade Património Mundial", também ela instrumento inovador a sugerir a programação e comercialização no mercado turístico de produtos temáticos ligados ao Ambiente e à Cultura.

Por fim, tradução prática da eficácia das

medidas de política e de acções lançadas e do bem fundado das previsões optimistas que sugerimos, os resultados parciais do ano turístico de 1990 revelam um crescimento extraordinário da procura expresso no número de hóspedes e dormidas gerais de 18% (tendo por referência os primeiros nove meses do ano). E um sinal de que efectivamente o sector está em desenvolvimento, ao contrário dos 10% que o seu Gabinete de Estudos disse em Junho, ou seja, que ia haver um decréscimo. Mas 10% negativos mais 18% positivos dá 28% no mínimo. Nunca mais conseguirei, no entanto, provar isso.

(Aplausos do PSD e do Governo)

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

**O Orador:** Depois os Senhores vêm dizer que "é a curiosidade dos Açores que está a despertar e, por isso, as pessoas vêm para cá". Há de facto uma curiosidade, mas essa curiosidade é motivada pelo esforço que está a ser feito pela Secretaria. A curiosidade é essa! Não é por acaso! E não respondo mais porque o tempo urge.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Tenho a grata satisfação de constatar que as ambiciosas metas objectivas propostas aquando da minha primeira intervenção nesta Câmara, se encontram de facto bem mais próximas e agora claramente atingíveis, indicadores que seguramente virei a confirmar após e em consequência da implementação do Plano em discussão e do que se seguirá.

Passando para outro não menos importante sector e que está directamente ligado ao que acabei de falar, começo por afirmar que a realidade ambiental regional, muito embora não apresente índices de degradação preocupantes, porque inserida num espaço físico ao mesmo tempo limitado e sem fronteiras, coloca todo um conjunto de problemas, felizmente na grande maioria passíveis de resolução preventiva.

O Ambiente, porque matéria por excelência envolvente, sensível a tudo e a todos, deverá merecer sempre especiais cuidados. Daí, a relevância que se atribui às acções tendentes à inventariação dos recursos e, mais, à planificação atempada da sua racional e ordenada utilização.

Muito do que afirmamos, e como tenho dito vezes sem fim, passa em grande medida, diria mesmo, em primeira mão, por uma política concertada, e intensa, ao nível da informação e educação ambiental.

Para 1991, e até, porque neste matéria a grande maioria das acções previstas serão

fundamentalmente de acompanhamento e aperfeiçoamento, deverão ficar concluídos os estudos tendentes à protecção efectiva da nossa fauna, flora e ecossistemas, por forma a serem encetadas medidas adequadas, nomeadamente no obstar da destruição de habitats e ao aparecimento de novas doenças-factores que têm contribuído de sobremaneira para a diminuição da densidade de algumas espécies e degradação dos ecossistemas.

A qualidade mundialmente reconhecida aos nossos recursos naturais e as preocupações que, continuamente, não são presentes quanto à sua manutenção, como forma de salvaguardar a nossa tão peculiar e invejada qualidade de vida, se, por um lado, são motivo de grande satisfação, por outro cometem a todos nós grandes e graves responsabilidades na sua preservação.

Quanto à problemática do controle e gestão dos resíduos, alguns dos trabalhos já se encontram à disposição das autarquias respectivas. Muito mais há, contudo, ainda para aprofundar e melhorar, no encontrar das soluções adequadas a cada caso.

Esta matéria tem vindo, aliás a ser abordada, infelizmente nem sempre da melhor forma, pelos mais variados quadrantes e que constitui preocupação prioritária do Governo, como comprova toda a colaboração já prestada e a prestar às autarquias locais.

**O Ambiente é e será o que todos nós quisermos.**

E porque estou perfeitamente convicto que o que todos nós queremos é uma efectiva melhoria da nossa qualidade de vida, que se concretiza, dia a dia, este é o conjunto de acções que julgo mais adequado, ao crescente desenvolvimento do Turismo numa envolvente ambiental que todos os açorianos legitimamente pretendem ver implementadas.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente:

Ao ritmo em que os Membros do Governo vão entrando e saindo, sendo nomeados e demitidos, e ao ritmo a que Vossa Excelência faz aqui a sua intervenção, aplica-se perfeitamente aquela máxima da "prevenção contra o alcoolismo".

O Senhor está eufórico! Julga-se o melhor Secretário do Mundo...

(Risos da Câmara)

...e depois ..."cadabum"!!! - e eu vou contribuir para que esse "cadabum" tenha música!

Manda o Governo da Região Autónoma dos Açores, pelo Secretário Regional do Turismo e Ambiente, no uso dos poderes conferidos pelas alíneas não sei quê nem sei quantos - Apoio à actividade turística do orçamento desta Secretaria Regional para o corrente ano - "atribuir um subsídio de 3.500 contos à Comissão de Melhoramentos da Madalena, Ilha do Pico, destinado a recuperar as zonas Balneares do Cachorro (mentira!), Cais do Mourato (mentira!), Barca (mentira!), Piscina da Madalena (mentira!), Furna na Criação Velha (mentira!) e a completar a Piscina Natural de São Mateus (mentira!).

- Onde é que estão os 3.500 contos?

- Como é que Vossa Excelência preserva o erário público e os recursos tão escassos da nossa Administração Regional?

Muito obrigado.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Lisete Silveira.

**Deputada Lisete Silveira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente:

Gostaria de fazer uma pergunta relacionada com o Ambiente.

- O que tem a dizer sobre os esgotos do Hospital novo que transbordam pelas ruas e que, segundo consta, foram ligados aos colectores de escoamento das águas pluviais?

- Tem já alguma solução para isso?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Respondendo à questão da Sra. Deputada Lisete Silveira, quero-lhe dizer que, infelizmente, a situação que foi detectada veio provar a sua dúvida que havia no mês de Maio passado, em que dizia que os esgotos do Hospital iam directamente para o mar. Afinal, não era isso que se verificava!

(Aparte inaudível da Deputada Lisete Silveira)

**O Orador:** Pôs a dúvida! E essa a questão!

(Aparte inaudível da Deputada Lisete Silveira)



**O Orador:** E isso, infelizmente!

Relativamente a essa questão, sei que o assunto está a ser tratado, mas é da responsabilidade do Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas que melhor lhe dirá o que é que está a ser resolvido. A Secretaria do Ambiente tem, efectivamente, essas preocupações, mas não é a entidade executora nessa matéria.

Respondendo ao Sr. Deputado Carlos César, direi que os 3.500 contos foram dados à Comissão de Melhoramentos da Madalena, resultado de uma visita que eu fiz ao Pico, oficialmente, no ano passado, tal como foram atribuídos a outras Comissões de Melhoramentos, sendo da responsabilidade dessas Comissões de Melhoramentos a execução...

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

**O Orador:** ...das obras referidas.

Efectivamente, passado algum tempo, costumamos solicitar às respectivas Comissões de Melhoramentos...

**Deputado Carlos César (PS):** Já solicitou, por acaso?

**O Orador:** Já solicitei!

...que nos digam qual o estado de execução das obras para que foi atribuído o respectivo subsídio, Sr. Deputado!

Portanto, é a Comissão de Melhoramentos que é responsável e não o Sr. Secretário. O Sr. Secretário zela pelos dinheiros públicos, pelos interesses das populações, mas não pode é dizer se já, neste momento, relativamente a isso, foram, um por um, todos executados.

A responsabilidade é da Comissão de Melhoramentos! Nós, unicamente, solicitamos o parecer!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Antes de mais, Senhor Deputado Carlos César, devo dizer-lhe que eu, como qualquer outro Deputado, fui eleito pelo povo e que só a este reconheço o direito de emitir juízos ao nível que o Senhor, numa intervenção infeliz emitiu.

Não há deputados de primeira, de segunda ou de terceira categoria, de primeira, de segunda ou terceira fila, mas deputados que recolheram igualmente a confiança do povo, e não estou aqui por substituição, fui eleito directamente.

**Vozes do PSD:** Muito bem Muito bem!

(Aplausos do PSD)

**O Orador:** Qualquer critério desta natureza, nomeadamente o de nível intelectual ou académico, não abona a seu favor nem dignifica a função dos deputados.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Reconheço as minhas limitações, como julgo que qualquer outro deputado o faz.

Uma coisa, no entanto, não deixo: que me chamem por qualquer grau académico que não possua.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** A minha valorização pessoal e como deputado não passa por aí, passa sim pela frequência de vários cursos de sensibilização política e por muito trabalho e dedicação à causa.

(Aparte inaudível da bancada do PS)

**O Orador:** Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Como é do conhecimento desta Assembleia, a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, no ano de 1989, assinou um protocolo com a Universidade dos Açores, para que fosse elaborada uma investigação sobre a juventude açoriana, a fim de se poder traçar uma política realista e adequada às suas aspirações e necessidades.

Este trabalho, caracterizado pelo Centro de Estudos Sociais para a Investigação no âmbito da Universidade, teve resultados transcritos, numa primeira fase em relatório e recentemente foi publicado em livro com a seguinte designação: "Situação e Aspirações da Juventude dos Açores".

Este profundo estudo, elaborado e concluído com sucesso, pelos distintos Srs. Professores Doutores Francisco Carmo, Gilberta Rocha e Octávio Medeiros, é, em nossa opinião, um instrumento indispensável a qualquer agente político ou não, que esteja empenhado na procura de soluções para os problemas que afligem os nossos jovens.

Estas aspirações e necessidades devem constituir a fase sobre a qual são exigidas as programações das acções futuras.

É nas conclusões deste estudo que reside a importância e a oportunidade de levar à prática uma política global e integrada de Juventude.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Este Plano em análise preconiza as medidas, e traduz as grandes linhas de desenvolvimento traçadas no PMP, só que, o Orçamento que o acompanha, devido aos cor-

tes financeiros, obriga que este Plano, que contém as medidas exigidas e esperadas pelo Povo Açoriano para garantir um maior desenvolvimento só se concretizarão num prazo mais dilatado do que o PSD desejaria.

Continuamos com o objectivo de avançar, mas mais devagar.

Mesmo assim, existem condições económicas e políticas para que os jovens disponham de novas escolas, com uma tipologia acessível às nossas disponibilidades, dignas e com espaços pedagógicos suficientes para leccionar e implementar as reformas do sistema educativo.

Também aponta verbas que, em conjugação com os Fundos Comunitários e a participação do Fundo de Gestão de Segurança Social, nos garantem um modelo eficaz de Formação Profissional.

O Plano disponibiliza verbas significativas para serem criadas condições vantajosas para o acesso à habitação e dispõe de apoios suplementares aos jovens.

Continua a defender melhores condições de acesso à cultura e aos tempos livres e contém verbas suficientes para a conclusão de parques desportivos imprescindíveis aos grandes aglomerados urbanos dos Açores.

Acresce, ainda, as medidas e verbas significativas para a consolidação do Programa de Apoio aos Jovens Empresários.

Este Plano, aposta ainda nos Recursos Humanos, o que está bem expresso na prioridade que o Governo dá à educação, à Formação Profissional e a todos os programas que visem a criação de condições económicas, sociais e culturais, para proporcionar aos jovens uma maior autonomia e uma mais fácil inserção na vida activa.

Continuamos a pensar que um bom Plano e Orçamento para os jovens é aquele que ataca os problemas concretos dos jovens e que, simultaneamente, os prepare para os desafios futuros.

Este Plano, na política de juventude tem um pressuposto, qual seja o de que não há política para os jovens sem os jovens, e no nosso entender há duas formas de conceber e executar a política de juventude.

Uma, será a forma paternalista e tutelar do Governo, que se impõe aos jovens e que nós JSD rejeitamos.

Outra, será a forma na qual o Governo dá voz aos jovens, fazendo-os participar.

E esta última a política que defendemos e que o Governo quer continuar a seguir, e é esta política que tem seguido, nomeadamente ao dotar verbas para que, no

próximo ano, conforme legislou esta Assembleia Legislativa, o Conselho Regional Consultivo de Juventude seja uma realidade, como plataforma de diálogo entre o Governo e as organizações de juventude.

Recorde-se que a JSD se orgulha de ter ajudado a criar tão importante órgão de participação e audição da juventude.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Através da participação, pretende o Governo continuar a apostar no protagonismo social dos jovens, envolvendo cada vez mais as organizações de juventude na concepção e execução de programas e projectos criando condições para que surjam, espontaneamente, espaços de iniciativa juvenil.

Com efeito, os jovens constituem um elevado potencial de inteligência, de capacidade criativa e inovadora, que aceitam a flexibilidade, a mobilidade e o risco. Ora são estes precisamente os factos que se perspectivam determinantes na evolução das sociedades modernas.

Portanto, falar-se da política de juventude e falar-se de um Plano e Orçamento para a juventude não é apenas falar de números nem de intenções.

É necessário prosseguir o objectivo fundamental de uma eficaz coordenação e interligação sectorial de medidas económicas, sociais e culturais e, ainda, melhorar os mecanismos de participação.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Na verdade, em nosso entender, o problema que se coloca aqui é outro - é o de saber quais os recursos e os meios.

Mas isso é uma preocupação que a oposição nunca define, pois é o Governo que tem que obter os recursos para concretizar os anseios das populações.

Em bom rigor, os Açores precisam de muitas coisas que não têm e nós sempre fomos os primeiros a reconhecer isso. Os Açorianos têm muitas necessidades que precisam ser respondidas, simplesmente não podemos aceitar, exactamente porque temos responsabilidades governativas e porque somos o partido que apoia o Governo, sucessivas propostas da oposição que não consideram este pormenor.

Onde é que se vai buscar o dinheiro e quais são os recursos adquiridos para responder a estas propostas?

De facto, esse discurso a oposição nunca tem.

Nunca ouvimos o Partido Socialista, o

Partido Comunista Português e o Centro Democrático Social dizerem onde vão buscar o dinheiro, onde vão buscar os recursos.

E, pois, pura demagogia.

Como a oposição não é obrigada a tomar decisões sobre os problemas, pode dizer o que muito bem lhe apetece.

Acontece, porém, que quando a oposição diz o que lhe apetece, não marca pontos, entra em contradição e demonstra que a única coisa que sabe fazer, é ser do contra.

E ao ir constantemente saltando de apetite em apetite, sempre insaciáveis, que a oposição não consegue ultrapassar o estado lamentável da fome que demonstra ter, mas não é capaz de satisfazer.

E um dos apetites fatais que o PS entendeu satisfazer foi o seu suposto Programa de Governo que em tempos circulou nesta Assembleia. E pena que os Açorianos não possam ver o que seria o Plano e Orçamento do PS para os Açores.

Seria certamente um documento cinzento, retalhado, inseguro e confuso, tanto mais que, a confirmar-se a tendência recente do PS, contaria com a imprescindível colaboração do Senhor Deputado Casaca.

Em resumo, seria um Plano e Orçamento sem casaco e, porque teria certamente o contributo de outros socialistas, acabariam por ser documentos sem qualquer roupa.

Depois da actuação televisiva e no plenário, o Povo Açoriano diz que passar frio é que não, muito obrigado.

O Partido Socialista não diz e não pensa outra coisa que não seja no poder. Ganhou algumas autarquias, mas porque não conseguirá cumprir promessas nem fazer melhor, diz que a culpa é do PSD.

Face a esta constante postura de desresponsabilização própria do PS, ainda vamos assistir ao PS culpar o povo de não ganhar as eleições legislativas regionais.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** O PSD já fez!

**O Orador:** E, assim, o PS, vive de falsas vitórias e tem como leitura oficial os livros das fadas, os únicos que alimentam sonhos.

O PS faz, de facto, lembrar o jogador que marca um golo, não vê o fiscal de linha levantar a bandeirola e, apenas por isso, festeja infantilmente o resultado, na ilusão de que o mesmo é válido.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Assim, é que o PS não acerta no totoloto, nem no totobola, muito menos no raspa.

Resta ao PS apenas tentar o jogo do bi-

cho.

Pela minha parte, desejo-vos a boa sorte que se deseja a quem tem pouco.

E, assim sendo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PS despromove-se, banaliza-se perde crédito ... e ao poder instituído não nos resta outra alternativa perante um autêntico deserto de ideias.

Teremos que redobrar o nosso esforço, teremos que continuar a ser a consciência de nós mesmos, teremos que continuar a imaginar, criar, avaliar e corrigir.

(Risos do PS)

Tudo porque a oposição apenas existe no mero plano formal, destituído de ideias, de crédito, de capacidade.

**Não funciona, mas existe.**

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

O vosso desespero, Srs. Deputados da Oposição, é saber que mesmo numa altura difícil, ou seja, em épocas de vacas magras, o PSD, também demonstra que tem propostas e gente capaz para gerir e ultrapassar as dificuldades.

Resta-nos afirmar que, na altura das vacas gordas, mudamos para melhor a face dos Açores e, na pior das hipóteses, na época das vacas magras, continuaremos a manter a face dos Açores **Limpa**.

Entretanto, o PS entrou de Casaca e saiu de Capote.

Disse.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Está a Assembleia Legislativa Regional dos Açores a exercer uma das suas competências fundamentais, senão mesmo a mais decisiva e importante: apreciar e votar a política e acção que o Governo Regional se propõe realizar para o próximo ano de 1991 e, simultaneamente, verificar o grau de compatibilidade de tais propostas com o quadro do Plano de Médio Prazo aprovado por este Parlamento no início do mandato do Governo Regional. Estamos pois a ajuizar o passado e o próximo futuro da sua acção.

Acontece que depois de no último ano o Executivo nos tentar fazer convencer, perante a evidência do contrário, que os desvios que o Plano para 1990 apresentava, em relação ao que estava previsto, eram meros "pe-

quenos ajustamentos", vem agora propôr à Assembleia Legislativa Regional que se proceda a uma profunda alteração de todo o quadro financeiro subjacente ao PMP e que sancione os consequentes efeitos no âmbito e programação dos investimentos previstos.

Isto é, só agora o Governo Regional admite perante o Povo dos Açores que errou profundamente nas perspectivas de progresso e de desenvolvimento que fez aprovar nesta Assembleia no início do ano passado.

Mas será que o Governo o faz em tempo oportuno? Julgamos que não! Vejamos porquê: Na verdade, oito meses após ter apresentado o seu Plano de Médio Prazo como na altura denunciámos, o Governo Regional teve que alterar profundamente a sua política de investimentos para 1990 ao reduzir 6,3 milhões de contos à verba de 40,8 milhões que estava prevista, fazendo com que as Despesas de Investimento para 1990 crescessem apenas 11,7% em vez dos 32% previstos, o que em termos reais traduzia a estagnação do investimento público administrativo.

Após este primeiro desaire, mal sabíamos nós que, apesar de prevermos uma má execução, à semelhança dos anos anteriores, o Governo ainda durante 1990 iria reduzir mais 6,3 milhões de contos à redução inicial. Quer isto significar que para o corrente ano económico de 1990 o Governo Regional em Março do ano passado comprometeu-se perante o Povo dos Açores a investir 40,8 milhões de contos, oito meses depois veio, com pezinhos de lã, forçar os deputados da sua bancada a alterarem aquele valor para 34,5 milhões de contos e agora, antes do fim do ano, vem anunciar que precisa de alterar o referido montante para 28,2 milhões de contos, isto é, menos 12,6 milhões de contos do que foi inicialmente aprovado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Estamos perante o colapso da política deste Governo e do falhanço absoluto do seu quadro de previsões.

Aliás, na altura própria anunciámos o total fracasso da política governamental definida no PMP 89/92, e lembrámos que os sucessivos Planos Anuais o iriam confirmar, desvirtuando o que o Governo Regional se propunha realizar em compromisso assumido perante este Parlamento.

Ao alertarmos o Governo para a fragilidade e irrealismo da estrutura das fontes de financiamento dos Planos previstos, fundamentávamos a nossa crítica em elementos minimamente seguros.

Já o ano passado se confirmou que o Governo Regional apresentara ao Parlamento um esquema de financiamento irrealista e que na prática, em relação ao Orçamento do Estado, iria receber pouco mais de 65% da verba estimada. Apontámos mesmo que era provável que as transferências do Estado se traduzissem no quadriénio em menos 20 milhões de contos do que o previsto levemente pelo Governo Regional.

Hoje, passado um ano, o Executivo reconhece a necessidade de uma alteração ao PMP e aponta exactamente para um desvio das transferências do Orçamento do Estado em menos 19,5 milhões de contos.

No domínio do endividamento da Região também fomos muito claros e objectivos na denúncia da proposta governamental de PMP aprovada nesta Assembleia Legislativa Regional o ano passado.

Como dissemos na altura o desastre começou quando o Governo Regional se propôs contrair o montante de 14 milhões de contos de empréstimos durante o quadriénio 89/92 e no próprio Decreto Legislativo Regional do Orçamento de 1989 pedia autorização para contrair empréstimos até ao limite máximo de 10 milhões de contos.

Já no Orçamento para 1990 verificou-se que só nos dois primeiros anos do quadriénio o Governo propôs-se contrair 15,7 milhões de contos de empréstimos, verba por si superior aos 14 milhões previstos para os 4 anos de mandato.

Quer isto dizer que, passados 8 meses da aprovação do PMP, se constata uma profunda alteração na estrutura de financiamento previsto que apontava para um já preocupante crescimento da dívida pública governamental e isto apesar do Governo Regional ter efectuado à partida um corte de 6,3 milhões de contos nas despesas do Plano para 1990, que, agora, já sabemos ter atingido o dobro.

Por isso, hoje se afigura assumido por todos o que na altura própria afirmámos em relação aos documentos apresentados pelo Governo Regional. E passo a citar:

"O quadro é pois sombrio para o desenvolvimento regional e demonstra que se este Governo usasse transparência nos seus métodos e propósitos estava em perfeita condição de proceder a uma profunda revisão do quadro orientador da sua política para o quadriénio já que o mesmo se encontra profundamente alterado, passados que são apenas 1/4 do mandato governamental.

Só a falta de rigor e o irrealismo que caracteriza esta Administração pode

justificar este estado de coisas."

Isto é, aquando da análise do PMP 89/92 e Planos e Orçamentos para 1989 e 1990, tínhamos total razão e perfeita noção das realidades e fraquezas dos documentos governamentais quando concluímos que face ao que nos era proposto pelo Governo Regional o nível do endividamento público cresceria em flecha e pôr-se-ia em causa muitas das metas do Plano.

Quanto ao nível de endividamento muitos se surpreenderam quando nesta Assembleia no início do ano passado apontámos para uma dívida pública global da Região no fim do PMP 89/92 de 50 milhões de contos. Alguns, poucos, membros do Governo e elementos da maioria perceberam e reconheceram que apesar dos documentos não o admitirem claramente, o resultado final seria próximo daquele número, com a agravante de ser acompanhado de um montante de investimento global inferior em dezenas de milhões de contos ao que estava previsto no PMP.

Hoje qual é o quadro que neste particular o Governo Regional nos apresenta:

No fim do corrente ano a dívida do Sector Público Administrativo será de 26,5 milhões de contos e a do Sector Público Empresarial rondará os 22 milhões - cabendo cerca de 16 milhões à EDA.

Assim, a dívida global no final do ano aproximarse-á dos 50 milhões de contos.

Se considerarmos que os Orçamentos para 1991 e 92 apontam para a contracção de 20 milhões de contos de empréstimos e se atendermos ainda que as Empresas Públicas Regionais prevêem endividar-se, durante 1991, em 3,5 milhões de contos, fica-se com a indicação de que o nível de endividamento dos Açores será em 1991, próximo dos 35 milhões de contos para o Sector Administrativo e de 25 milhões para o Sector Empresarial, o que perfaz um total de 60 milhões de contos.

Se atendermos às previsões para 1992 aquele montante caminhará para os 70 milhões de contos, confirmando assim que, como já o afirmámos o ano passado, no final do seu mandato, caso não haja surpresas, este Governo Regional - a maioria que o apoia - poderá deixar uma dívida correspondente a mais de 1000 contos por cada família açoriana.

Assim, o grande juízo que esta Assembleia Legislativa Regional tem que efectuar é de que estamos perante um quadro claramente negativo e revelador da enorme ligeireza com que este IV Governo Regional apresentou a sua programação para este decisivo quadriénio que deveria contemplar metas adequadas

e claramente definidas e susceptíveis de uma realização em tempo oportuno, de acordo com um planeamento realista, rigoroso e transparente.

Mas que pensam os responsáveis por este resvalar da dívida pública regional que certamente hipotecará o futuro das novas gerações açorianas e poderá levar à perda de fundamentais prerrogativas autonómicas ou até à sua essência?

E bastante elucidativo lembrar o parecer da Comissão dos Assuntos Económicos e financeiros desta Assembleia, aprovado o ano passado pelos deputados do PSD, sobre o quadro da Dívida Pública Regional.

Só considerando a eminência de, a 31 de Dezembro de 1990, o montante da Dívida do Sector Público Administrativo Regional poder ser de 24,7 milhões de contos, aqueles parlamentares já entendiam que aquela situação não deixava de ser preocupante e para tal não consideraram sequer o caso do Sector Empresarial Público. Então que dirá a Comissão em relação ao cenário dos 60 milhões de contos globais em 1991 e aos hipotéticos 70 milhões nos finais do mandato?

Qual o limite razoável para o nosso endividamento?

Será que o Governo Regional tem o direito de continuar uma política que deixe esta Região próxima dos seus limites razoáveis de endividamento, comprometendo assim uma utilização futura de tão fundamental instrumento?

Aliás, ao propor-se contrair para 1991 empréstimos no montante de 10 milhões de contos, o Orçamento Regional está em contradição com a Proposta de Lei do Orçamento do Estado que fixa como limite máximo de endividamento líquido da Região a quantia de 4 milhões de contos.

Este desfasamento que a não ser suprido pode inviabilizar a presente proposta do Orçamento para 1991, é bem a prova do mau relacionamento entre o Governo Regional e o da República e da falta de articulação entre o Orçamento da Região e o do Estado.

Apesar de durante o decorrer do debate o Sr. Secretário Regional das Finanças ter esclarecido esta Assembleia sobre a garantia verbal - creio eu - de que a Região teria conseguido, à última da hora, em última instância, a poucas horas da aprovação do seu Orçamento Regional, uma garantia de que haveria autorização para 7 milhões de contos líquidos e de que a Região, eventualmente, iria amortizar, segundo percebi, aproximadamente 2,5 milhões de contos no próximo ano,

esta informação veio de facto criar um quadro mais tranquilo.

Seja como for, não posso deixar aqui de referir que uma matéria desta natureza, e para além da palavra e da honra do Sr. Secretário (que são fundamentais, obviamente), acho que era importante que tivesse sido dado a esta Casa um documento porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, isto é matéria séria!

Mesmo aqueles que vão votar contra o Orçamento em coerência e fundamentalmente (como é o nosso caso) não é a mesma coisa votar contra um Orçamento que apresenta, apesar de tudo, uma estrutura global equilibrada ou votar contra um Orçamento que, à partida, apresentasse um "buraco" orçamental a esta Câmara.

Assim, preferiríamos que o Governo Regional tivesse entregue um telex, ou outra coisa qualquer, que comprovasse, perante todos nós, a garantia que a Região tem de que tudo irá decorrer tal como está previsto pelo Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar do montante global do Orçamento para o quadriénio não sofrer grande alteração, apenas 7,3% (23 milhões de contos) os desvios à estrutura das receitas e despesas inicialmente previstas são significativas.

Se a quebra nas transferências do Estado se cifram em quase 20 milhões de contos, (para 1992 prevê-se 13.780 mil contos, mais 31% do que este ano) a maior surpresa ocorre nas receitas provenientes dos Fundos Comunitários em que se assiste a uma quebra de 30 milhões de contos, representando um desvio de quase 40%, passando de 76,5 milhões para 46,5 milhões de contos.

E verdade que o Governo Regional, na Comissão dos Assuntos Internacionais a que eu pertença, teve oportunidade de dar alguns esclarecimentos sobre essas más previsões, sobre os dissabores que realmente têm acompanhado estes "infelizes" primeiros dois anos de mandato deste "pobre" Governo...

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (Gualter Furtado): Pobre, mas honrado!

**O Orador:** Pobre, mas honrado, certamente!

... mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu julgo que o que é importante, perante nós, é que, quando o Governo apresenta à Assembleia uma proposta de alteração ao Plano, que tenha o mínimo de cuidado em fundamentar, em fazer incluir nessa proposta os ele-

mentos mínimos que permitam ao leitor, não só ao deputado, mas também ao leitor em geral, a percepção do que se passou.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

A forma como o Governo Regional apresenta aquela proposta de Plano de Médio Prazo é confrangedora! Isto foi dito na Comissão directamente ao Sr. Secretário Regional, mas, politicamente, tenho que o reafirmar nesta Sala! E que nós lemos aquela proposta e se não formos ao número apreciar aquele conteúdo, ficamos realmente com a ideia de que nada de extraordinário se passou. E passou-se algo de extraordinário: houve as perspectivas desta Região que foram totalmente frustradas... e não se explicou no documento! Melhor seria apresentar dois ou três mapas avulso e teríamos a proposta de alteração ao Plano de Médio Prazo.

Temos que lamentar profundamente essa falta de justificação, apesar dos esclarecimentos posteriores do Senhor Secretário.

Quanto à alteração do Plano de Médio Prazo, queremos salientar que se verifica que a maior incidência do corte dos 50 milhões, em termos absolutos, faz-se sentir principalmente nos sectores de Agricultura, Pescas e Transportes que, só por si, representam praticamente 60% do corte.

E também importante ter presente que, em termos relativos, a diminuição de 29% nas verbas do Plano para o quadriénio tem uma repercussão superior a 40% em vários sectores, sendo também de salientar aqui o pormenor da Agricultura e Pescas com cortes da ordem dos 44%.

Por sua vez, há sectores menos afectados, como a Indústria, Comércio, Cultura, Ambiente, Transportes, que, sinceramente, também serão os menos relevantes em termos de verbas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente ao Orçamento para 91 importa fazer algumas observações.

Desde logo (e felizmente esta Câmara está cansada de ouvir isto, mas eu tenho muita honra de aqui o repetir), a principal característica reside no seu défice do Orçamento corrente. E fundamental, porém, que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores já passe horas a falar do défice do Orçamento corrente porque, infelizmente, passaram-se anos que não se olhava para o Orçamento corrente.

E como tudo: só quando vem a desgraça é que a gente se lembra de Santa Clara e, neste caso, agora é que estamos todos a reflectir sobre o Orçamento corrente! Mas tal-

vez ainda esteja a tempo ... ou não? Tudo depende da capacidade que este Governo, revele para controlar essa máquina, que dá mostras de ser indomável, para que o Sr. Secretário Regional da Finanças, eventualmente, consiga realizar parte do seu sonho, que tanto apregoou aos Açorianos (e a nós próprios, seus companheiros de luta nesta Casa), mas que vejo que tem muito pouco êxito junto dos seus colegas de Governo.

Portanto, nesta matéria, não será demais continuarmos a reflexão nesta Casa.

E óbvio que há desafios que são aqui feitos. Não vou responder a intervenções, mas apreciei a intervenção do Sr. Deputado Rui Melo. É bonito ver, nesta Casa, um jovem, como o jovem Rui Melo, defender este Governo com a convicção com que o fez! Eu julgo que deve ser salientada essa forma positiva que, julgo também, deve ainda estar muito associada à sua inexperiência e ao facto de estar há bem pouco tempo nesta Casa. Registo, positivamente, o vigor com que ainda acredita nessa bancada "moribunda" que, praticamente, já não reage àquilo que a gente lhe vai dizendo.

Relativamente ao Orçamento para 1990, queríamos também referir que o défice que aqui aparece não é, de facto, pela primeira vez, mas julgo que é grave por, pela primeira vez, atingir os tais 7,5 milhões de contos. O ano passado já apresentava 900 mil contos. Era uma "coisinha pequenina" e a gente ainda acreditava que o Governo fosse capaz de pôr em prática a sua política de austeridade e de rigor.

Como não foi, e apesar dos justificativos oficiais repetidos pelos porta-vozes da política da maioria, de alteração do sistema retributivo, enfim, de toda essa "cassete" que todos nós já conhecemos, o Governo Regional, este ano, apresenta-nos, já, na prática, 4 milhões de contos de défice. Mas é engraçado que esse défice não se deve (e acho que é bom reflectirmos sobre isso) ao aumento das Despesas Correntes previstas e, Sr. Secretário, eu estava convencido que chegava aqui e ia ser surpreendido, isto é, o Governo tinha previsto determinadas Despesas Correntes e, de repente, achava que iam "explodir" graças aos métodos e aos professores.

O que falhou, de facto, foi a previsão das Receitas e, realmente, o problema está aí. É uma dúvida de nós todos e, por isso, dizemos que o Governo fez uma má previsão. É óbvio que há-de haver um ou outro Sr. Deputado da bancada da maioria que ainda acredita que o Governo fez uma boa previsão.

Lisboa é que talvez enganou o Governo, mas isso é um problema interno e familiar, um problema íntimo que eu, pessoalmente, não me quero pronunciar sobre ele. Tenho uma ideia política em geral, mas o que se passa nos almoços e jantares, o que se passa nas reuniões íntimas, eu não o poderei saber.

**Presidente:** Sr. Deputado, eu precisava duma informação: de quanto mais tempo o Sr. Deputado precisa para fazer a sua intervenção?

**O Orador:** Se o Sr. Presidente me desse uma ideia de quanto tempo eu disponho, eu já lhe poderia dizer qualquer coisa.

**Presidente:** O Sr. Deputado dispõe ainda de bastante tempo. O problema é que nós chegámos à nossa hora regimental.

Assim, se o Sr. Deputado pretende falar durante mais 5 ou 10 minutos, nós terminamos com a sua intervenção; se tem uma longa exposição de mais de 10 minutos, nós interrompemos e depois continuaremos, com muito gosto, como "digestivo", a ouvir depois do jantar.

(Risos da Câmara)

**O Orador:** Sr. Presidente, eu, como democrata, e uma vez que acho que isso é inédito nesta Assembleia e com a coincidência de que o Governo faz anos...

(Risos da Câmara)

... eu, por mim, para que ele depois jante mais descansado, acabava e o Governo ia depois comer, também mais descansado, porque senão estou convencido de que alguns deles já não terão uma refeição tranquila...

(Risos da Câmara)

**Presidente:** Mas acaba rapidamente ou não?

**O Orador:** Acabo em mais 5 ou 10 minutos. Era só uma entrada...

(Risos da Câmara)

**Presidente:** O máximo são 10 minutos.

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dando aqui um pequeno salto, podíamos deter-nos, um bocadinho, sobre as Despesas Correntes.

Antes de compararmos a Proposta para 1991 com o Orçamento anterior, importa ter presente uma recente alteração ao Orçamento Correnté, efectuada por competência própria pelo Governo Regional através da transferência de verbas provisionais da Secretaria Regional das Finanças, para ocorrer aos tais imprevistos. E aqui verifica-se um caso muito interessante: nós todos temos sempre a convicção de que a percentagem

dos reforços que são feitos para o sector da Saúde e para o sector dos Professores - e eu estou à vontade porque já não queria ser, nos Açores, médico nem professor porque tudo o que acontece de desgraça nesta Região é atribuído, neste momento, a esta classe (eu acho que aquela gente até se deve sentir mal quando recebe os ordenados no fim do mês!) - mas, seja como for, verifica-se que, nessa transferência, as Despesas Correntes da Direcção Regional de Saúde cresceram 5,8% - os tais 500 mil contos que o Sr. Secretário pediu; para a Administração Escolar cresceram 2%.

O curioso porém é que há aqui dois reforços, ambos sob o tecto da Secretaria Regional das Finanças, que cresceu 34%: para a Direcção Regional do Tesouro um crescimento de 34%; para a Direcção Regional da Contabilidade mais 48%.

E óbvio que tudo tem justificação, mas nós é que ficamos confusos porque essas coisas não são justificadas.

Em relação a outros crescimentos, há aqui alguns que nos deixam também altamente preocupados: a taxa média de crescimento das Despesas Correntes para este ano é da ordem dos 24% - estamos todos de acordo. O que é curioso é que, novamente, os Professores só crescem 12%; os médicos, enfermeiros e afins só crescem 18% - o que tem um peso muito grande no "bolo" - e, depois, o Gabinete do Sr. Secretário Regional da Administração Interna cresce 33% (ele já se foi embora porque ele calculava que eu ia falar nisso!)...

(Risos da Câmara)

... as cinco Direcções Regionais da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas cresceram 32%; o renovado e "injectado" Instituto Regional de Apoio ao Sector Cooperativo cresce 43%, além de um rol de situações e de Departamentos que realmente crescem acima dos 50%.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mas também há gente poupada neste Governo... ou há gente fraca! E que há um problema aqui: eu já não sei se é boa gestão, se é fraqueza, porque são sempre os mesmos...

Bom, eu já vejo o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social a olhar para mim. Pois (coitado!), lá perde mais 9% nas suas Despesas Correntes... e tem mais médicos para olhar!

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, António Me-

nezes)

**O Orador:** A Secretaria Regional da Juventude também, enfim, gente nova e com pouco peso, lá perde 6%...

(Risos da Câmara)

... mas, Srs. Deputados, o ano passado também foi assim! Há aqui uma coincidência e, das duas uma, ou eles são muito bons gestores...

(Aparte inaudível da bancada do Governo)

**O Orador:** ... mas nós, porque conhecemos o que lá se passa, temos perfeita noção de que, apesar de tudo, há esbanjamento. E então eu penso o seguinte: se eles, com esbanjamentos, ainda conseguem baixar 10%, o que é que os outros estão fazendo quando aumentam 20 e 30%?!

(Risos do PS)

Mas temos ainda um outro caso saliente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em relação à Secretaria Regional do Turismo e Ambiente: o Gabinete do Sr. Secretário, por exemplo, baixa 2% e (justiça seja feita!) baixa numa altura em que a própria Secretaria transfere as suas instalações, o que, para nós, que trabalhamos 10 anos no "edifício do relógio", não deixa de ser uma questão sentimental ver que aquela "nossa" Casa vai agora ser ocupada pela Secretaria Regional do Turismo e Ambiente - e isso não lhe deu acréscimo de despesas correntes.

Mas mais: nós todos verificamos que lá se trabalhou 10 anos com aquilo que tínhamos. O Sr. Presidente mandava pintar a casa sempre que o Sr. Presidente da República vinha aos Açores...

(Risos da Câmara)

... as Delegações da Assembleia Legislativa Regional dos Açores não têm fotocopiadoras, não têm contínuos, não têm capacidade de funcionamento, face à austeridade, e, por isso, baixámos 7,5% no Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (eu posso ter-me enganado nisso, mas julgo que está certo), mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Secretários Regionais, bastou a Secretaria Regional do Turismo e Ambiente transferir-se para o edifício da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e (pasmem!) estão instalando ar condicionado!!! E mais: eles também têm o Ambiente à sua conta e a gente vai ver o "mamarracho" que vai sair dali, agora quando lá se colocarem os aparelhos de ar condicionado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças:



Sinceramente, eu não invejo o seu lugar. Compreendo as suas dificuldades, mas, ou o Sr. Secretário tem mão nisso, ou não pode vir, de maneira nenhuma, dizer aos açorianos e a nós próprios que acreditemos na Proposta que o Governo apresenta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Seguindo o apelo do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional...

(Risos da Câmara)

... queria dizer o seguinte:

O grande drama deste Governo é que, a par do colapso de todas as suas previsões e expectativas a nível regional, não consegue imprimir à sua política uma expansão espacial justa e equilibrada, susceptível de promover o desejável desenvolvimento harmónico da Região.

Neste particular também são conhecidas as posições de denúncia que ao longo dos anos tenho trazido a esta Assembleia, realçando o total desfasamento entre as promessas e a programação do Governo e o que tem sido efectivamente realizado em alguns sectores e zonas da Região.

Só que no caso do presente Plano para 1991 a discriminação é tão evidente logo à partida que há ilhas cuja reacção foi unânime e imediata na denúncia dessas arbitrariedades e na condenação da política e programação subjacente ao Plano.

No que respeita à ilha que melhor conheço não vou enumerar o rol de projectos essenciais ao desenvolvimento social e económico que anualmente aqui apresento e que sistematicamente são marginalizados pelo Governo Regional.

Mas casos há em que, agora, o Executivo foi mais longe, retirando do próprio Plano projectos que já lá constavam nos dois anos anteriores e que deveriam estar em plena fase de execução. O exemplo do Centro de Saúde da Praia da Vitória é bem evidente desta situação.

A justificação apresentada pelo Senhor Presidente do Governo Regional de que tal se devia às restrições financeiras anunciadas, perante um telegrama por mim enviado, não satisfaz de forma alguma. Aliás, registei a resposta ao telegrama apenas como um acto próprio de um Gentleman, como é o Senhor Presidente do Governo Regional.

Aliás, o facto do Senhor Secretário Regional da Saúde e Segurança Social não ter respondido a um meu telegrama de idêntico teor, solicitando a reapreciação de tão infeliz decisão, não se deve, à falta de cortesia de

Sua Excelência, mas tão só, estamos certos, a falta de argumentação convincente. E que, na verdade, apesar das anunciadas restrições financeiras, o Programa de construção de Unidades de Saúde cresce 198 mil contos em 1990 para 1.021 mil contos em 1991. Logo, um programa que cresceu 500%, convenhamos, não foi dos mais afectados pelas restrições, pelo que o argumento oficial não colhe.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo do debate já tive oportunidade de chamar mais de uma vez a atenção do Governo Regional sobre projectos essenciais que sistematicamente são marginalizados ou evoluem a ritmo insatisfatório. Muitos deles fazem parte da lista constante do parecer do Conselho de Ilha da Terceira, aprovado por unanimidade e que espera ser tomado em consideração pelo Governo Regional ou pela própria Assembleia Regional.

E que, se os cortes nas despesas do Plano são efectivos, não se pode pedir à população da Ilha Terceira que aceite, perante tanta promessa incumprida, uma decisão política deste Governo que em relação à verba com que foi dotada o ano passado lhe retirem agora 837 mil contos, num conjunto regional de 1.700 mil, quando muitos dos projectos ficaram por concretizar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

E a descrença total duma comunidade que maioritariamente e com legitimidade já havia desacreditado neste Governo e na sua política.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A política e a prática do Governo Regional levou a Região a um perigoso impasse.

Apesar dos milhões que se investiram e que naturalmente aumentaram o património infraestrutural da Região e contribuíram para a satisfação de necessidades do povo dos Açores esta maioria regional tem vindo a delapidar o enorme capital de confiança popular com que iniciou a gestão da Autonomia Regional.

A política económica e social deste Governo revelou-se incapaz de proporcionar a solução de progresso, desenvolvimento e bem estar que todos legitimamente aguardávamos, tendo antes, nalguns casos, acentuado as assimetrias intra-regionais:

Enquanto a imagem da Região se degradou no exterior, o internamento cresce, o isolamento do Governo e o modelo de gestão autónomo vigente tende a esgotar-se na sua inadaptação às realidades financeiras e econó-

micas que nos caracterizam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este Governo terá que reflectir sobre as fundamentadas críticas e sugestões que lhe foram feitas ao longo deste debate. Muito terá que mudar no futuro imediato. O interesse da Região e a salvaguarda da Autonomia assim o exige.

Custa a todos nós constatar que após dois anos de mandato o auto denominado Governo de Combate se tenha transformado numa frágil "Liga de Combatentes".

Disse. Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Finanças.

**Secretário Regional das Finanças (Gualter Furtado):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já estranhava a falta da presença activa do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Infelizmente, não tenho tempo suficiente mas, para a semana, vamos aqui discutir novamente a Revisão do Plano de 1990 e, nessa altura, explicar-lhe-ei como é que foi possível as Despesas Correntes não crescerem.

Folgo em verificar que o Sr. Deputado teve o cuidado e a elegância de não cometer nenhum erro noutra pessoa, nem de insistir que era a primeira vez que havia um défice corrente, até porque, naturalmente, ao ver aqui a primeira versão do Plano de Médio Prazo verificaria que, logo em 1985, em 83, em 82 e em 81 quando estive no DREPA, esse défice já existia. Mas isso foi uma coisa limitada, era assumido, é perfeitamente normal, é transparente, nada disso é anormal e não é da gente ficar com os "cabelos em pé".

Relativamente aos empréstimos, devo-lhe dizer que o nosso crédito é limitado, é ponderado, 80% dos empréstimos são de longo prazo e ligados a projectos concretos, 20% e 50% foram para a reconstrução da Ilha Terceira e os outros 50% são empréstimos de médio prazo.

Por conseguinte, em 2 anos, o nosso endividamento não chegou sequer a 10 milhões de contos e se supõe no activo os empréstimos brutos de 40 milhões de contos (e houve de facto um aumento), também tem que ver que, por outro lado, os passivos financeiros e as amortizações da dívida triplicaram, o que significa que, em termos de endividamento líquido, vamos ficar muito aquém dos valores que foram aqui apontados.

Quanto ao resto, é pena não ter tempo, mas penso - e utilizando a sua frase final que também não me convenceu.

Obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos. Se ninguém vê objecções, proponho que recomeçemos às 22,00 horas - que julgo ser uma boa hora.

Os tempos disponíveis são os seguintes:

PSD - 59 minutos

PS - 28 minutos

CDS - 20 minutos

PCP - 6 minutos

Governo - 24 minutos

Estão suspensos os nossos trabalhos.

Bom jantar ... e até logo!

(Eram 20,30 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 22,00 horas)

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A situação política que, de há uns tempos a esta parte, se vive na Região assemelha-se, de algum modo - alegoricamente entendase - às condições climatéricas que nos são usuais: nebulosamente cinzenta, abundantemente viscosa, crispadamente ondulada, em suma, irritantemente instável e, consequentemente, desagradável para quem, aqui residindo, tem de a suportar. E tal como o nosso habitual clima, a dita situação política vem sendo, também ela, alvo de comentários, por vezes desagradavelmente jocosos, por parte de muitos, **dentro e fora** dos Açores.

Talvez insatisfeita por não ter inventado a cultura do apreciado ananás que exportamos, tão pouco, sequer, podendo arrogarse direitos de autor sobre outro factor de produção local, de que somos, também abastados produtores - os anticlones lembrou-se então a oposição de associar-se e fundar o que poderá designar-se por "Oposição Reunida Lda" sociedade quotista de capital maioritariamente socialista a fim de patentear os direitos de autor de um produto de assegurado consumo, **interno e externo**, procedendo ao registo da marca, assegurando-lhe o exclusivo da circulação comercial, sob a denominação cativante e sensacionalista de: "**O Inquérito**". A Firma proprietária da marca tornava-se, assim, por forma económica, conhecida "urbi et orbi". Isto no entender dos seus conselheiros publicitários. A gerência tripartida da firma decidiu baixar esta ideia publicitária ao seu Gabinete de Estudos Económicos, para averiguar da rentabilidade do investimento. A resposta, como era de esperar, foi afirma-

tiva e adivinha-se fácil a sua fundamentação: trata-se de um artigo de largo consumo, cujos ingredientes constitutivos são gratuitos, e cuja forma de fabrico, por caseira, é simples: basta adicionar a muita água um quanto baste de denúncia e maledicência e aromatizar a mistura, se possível, com um cheirinho a calúnia ou injúria, para despertar o apetite inicial do revendedor intermediário que se encarregará de propagandear o produto no consumidor final. Basta, por exemplo, pôr a circular cartas ou documentos confidenciais, ou mesmo anónimos até, fazer circular meias verdades ou meias mentiras, factos propositalmente distorcidos, etc., etc., bastando, depois, assumir tudo isso, politicamente, culminando no pedido de inquérito legislativo, seja a órgãos ou pessoas, e fica o produto lançado no mercado.

E esta análise da situação - ou caricatura - se preferirem, surgiu-me duma longa conversa que tive com um velho amigo meu, açoriano de S. Miguel, há muito radicado no Continente e que aos Açores, por razões profissionais, se desloca com frequência. Dizia-me ele que, quem lê alguma imprensa regional e continental e ouve e vê o que se passa por aqui só pode tirar estas conclusões:

**Confesso que fui apanhado de surpresa.** Não pelo que esse meu amigo pensava, propriamente, da Oposição, mas pelas consequências nefastas que o seu comportamento político vem acarretando para os Açores e se vem reflectindo, cada vez mais negativamente, na ideia que, **no Continente**, fazem dos Açorianos.

Dizia-me ele (esse meu amigo) - em jeito de reforço da sua tese - vê tu a tristeza panorâmica que dão dos Açores certas pessoas e certa imprensa. Abre-se um jornal e depara-se com a tentativa, clara ou intencional, de denegrir a imagem e o prestígio de pessoas e instituições regionais, dos titulares dos mais variados órgãos, políticos ou não, que se vêem atacados por forma inconsequente, insidiosa, ou até difamatória, por vezes.

Repara - dizia-me ele - já nem um "desgraçado dum triste" (como a gente diz) dum Presidente de Junta de Freguesia escapa à sanha acusatória de certa Oposição. E concluía, esse meu amigo, em ar de desabafo, com estas palavras: **"Olha a Oposição nos Açores parece que foi apanhada pelo clima.** O melhor é exportá-la, via-anticiclone, antes que descredite completamente a minha terra".

(Aparte inaudível da bancada do PS)

**O Orador:** Tenha calma, Sr. Deputado!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presi-

dente e Membros do Governo:

Digo estas palavras hoje, nesta Câmara, **com mágoa**, mas assumi que o devia fazer, como um alerta a **todos nós**, com responsabilidades políticas nesta Região. E também como um aviso. Um aviso a todos aqueles que sempre souberam respeitar os outros, na sua dignidade e integridade, pessoal e profissional, para que não se deixem cair na tentação fácil de enveredarem por este caminho.

Um alerta a todos, quantos, sobrepondo interesses político-partidários ou ambições pessoais, se envolveram em lutas pessoais, por vezes cegas e obstinadas, relegando para segundo plano valores **éticos**, sem os quais qualquer sociedade não poderá existir, sem ficar gravemente doente.

E na realidade, Srs. Deputados, temos ouvido nesta Sessão e nesta Câmara algumas intervenções que, não só justificam a oportunidade das minhas palavras, como o **aviso** e o **alerta** que formulei!

E sobre este assunto permito-me, salientar, como paradigmático do que explanei, a intervenção aqui proferida pelo Sr. Deputado Dionísio Sousa a quem, com a devida vénia, me permito, em muito breves palavras, comentar. Fez V. Exa. Sr. Deputado, a interpretação que bem entendeu sobre as linhas programáticas do Plano e do Orçamento em debate, apontando-lhe os erros de planeamento e os defeitos de cálculo que entendeu. Está no seu direito, Sr. Deputado. O que eu tenho dúvidas, Sr. Deputado, é se, quando qualifica as reduções dos fundos estruturais, contidas na revisão, em termos de **totoloto** e **totobola** (sabendo, como todos nós, das razões de tais reduções) é se usou para com o visado - o Secretário Regional das Finanças - de um **critério de justiça** na sua crítica. Pois que um critério de consideração mínima, não usou, tais como as comparações utilizadas bem o expressam. Ou, ainda, se usou um critério liminar de respeito mínimo devido aos titulares de Órgãos de Governo quando, na mesma peça oratória, o Sr. Deputado se refere ao Primeiro-Ministro, aos Presidentes dos Governos dos Açores e da Madeira, em termos e cito: "...foi a intransigência de Cavaco, a quem Mota pedia dinheiro e de quem recebia lições de poupança e regras de boa gestão...", ou outro exemplo e, cito: "...O esbanjador do João Jardim...".

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** E verdade! Isso é verdade!

**O Orador:** Estes e outros exemplos que se podem colher na sua intervenção, Sr. Deputado, só reforçam ainda mais o que atrás referi.

Faço votos para que a Oposição, a par do Inquérito não queira também, garantir direitos de autor sobre outro produto: "o calão parlamentar". E é pena que a sua intervenção, Sr. Deputado, onde releva a forma e a ideia, com certo brilho, se visse salpicada de lama que lhe destruiu a oratória, sem dúvida fluente e sagaz, como tenho de reconhecer.

Vamos passar a respeitarmo-nos mutuamente, Srs. Deputados. Vamos dizer uns aos outros, com elegância, as nossas discordâncias. Vamos dignificar o órgão a que pertencemos pois, de contrário, não prestamos só um mau serviço às instituições que criámos e para que fomos eleitos, mas prestaremos, acima de tudo, um péssimo serviço à Autonomia que queremos para os Açores, dando razão a quantos - e **infelizmente são muitos** - que não acreditam na nossa capacidade de gerir, por nós, os nossos destinos e estão inquietos para nos incluírem em mais uma região administrativa do país. Não lhes demos razão, Srs. Deputados!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Plano em debate nesta Câmara não é, certamente, aquele que todos desejaríamos. Esse seria, sem dúvida, o que contemplasse **já** a imediata execução em **todas** as ilhas de **todas** as obras que **todos** os seus habitantes desejam ver concretizadas. Era o **Plano Ideal**. Era o Plano de **consenso**, só que um Plano desses não existe e desconfio mesmo que, algum dia, venha a existir.

**As necessidades humanas não se conhece limites. Satisfeitas umas, outras logo surgem. Serviços geram novos Serviços, tal como certas obras exigem outras que as complementem.**

Nunca nada está completo, como dizia Nitchze. Há, pois, que optar. E a escolha é mais difícil quanto menores os recursos, e maiores as carências, como todos sabemos.

O que também sabemos, mas muita vez esquecemos, ou fingimos egoisticamente esquecer, é que esta Região tem 9 ilhas. E muitas obras, muitos serviços, **têm que ser multiplicados por 9. E aqui é que está o busilis.** E aqui reside muito encargo da Administração Pública, tão injustamente criticada, por vezes.

O Plano sofreu cortes, teve que ser ajustado às disponibilidades reais. Um Plano, qualquer que seja, é, por definição, um conjunto de medidas previsíveis, temporalmente limitadas na sua execução onde, para além de objectivos definidos, se inscrevem e des-

criminam os meios necessários à sua execução, ou seja, um Plano será sempre complementado com o respectivo Orçamento, e este conceito, aplica-se tanto ao sector privado, como ao público, diferenciando-se este último, porém, substancialmente, no domínio da obtenção de receitas, necessárias à satisfação de necessidades colectivas, tendo em atenção a diversidade das fontes de financiamento.

Se os meios de financiamento público são, previamente, conhecidos com exactidão, tornase mais fácil organizar o Plano onde esses meios vão ser investidos.

**E será que foi isso que sucedeu?**

Penso que haverá que distinguir duas situações distintas. O PMP foi delineado com base em previsões de receitas que se configuravam como certas.

Daí, ele abarcar um conjunto mais vasto de realizações. Verificada, posteriormente, uma limitação nas receitas, lógico se impunha uma revisão do Plano confinando-o à realidade numérica disponível.

Não se conhece outro meio que não seja o de financiar o déficit com o recurso ao crédito, interno ou externo.

Mas mesmo a capacidade de endividamento da Região, para além de balizada por lei, deve ser ponderada correctamente, em termos de não comprometer o futuro.

Manter o serviço da dívida por forma a garantir o cumprimento da mesma foi, desde sempre, ponto de honra dos vários Governos Regionais.

E é necessário que assim se proceda, de modo a conservar intacta a imagem da Região nos meios financeiros, **nacionais e internacionais.**

Limitando o recurso ao crédito, para financiar o Plano, nos termos preconizados na Proposta, agiu o Governo com a liminar prudência que se impõe, neste momento, nos mercados financeiros onde, a crise do golfo, longe de estar resolvida, vem afectando a economia mundial - como o demonstram as sucessivas quedas nas cotações bolsitas das principais praças financeiras por forma que, nem os **mais reputados economistas ou analistas lhe antevêem as reais consequências ou, sequer, um limite temporal definido.**

E lícito à oposição criticar as opções do Plano. Mas é, igualmente, lícito ao Governo dizer por que optou desta forma e não de outra. E acima de tudo, é obrigação do Governo trazer a esta Câmara a verdade dos números e informar os legítimos representantes do Povo dos Açores de que

tudo fez, ao seu alcance, para conseguir o melhor.

Não têm sentido as críticas de certa oposição quando afirma que a proposta de alteração ao PMP veio alterar, ou desvirtuar, as grandes linhas de orientação que este preconizava inicialmente. Não é verdadeira, antes inconsistente, tal apreciação. As linhas de orientação mantêm-se como objectivo opcional. Assim, continuaremos a ver, claramente, definido, os seguintes grandes objectivos:

- **Aproveitar integralmente os financiamentos dos fundos comunitários** de forma a garantir a promoção dos programas operacionais vitais para a Região.

- **Incentivar o investimento privado**, aproveitando ao máximo os recursos disponíveis para uma acelerada modernização e crescimento da actividade produtiva, parte principal da criação de riqueza e gerador de emprego.

- **Modernização dos serviços essenciais de apoio ao funcionamento dos sistemas económico e social**, com prevalência no domínio dos transportes, energia e habitação.

**Não houve, pois, desvio dos objectivos definidos no Plano de Médio Prazo.**

Houve, necessariamente, pelas razões conhecidas, diminuição de fundos para os satisfazer, o que é diferente e não pode ser confundível.

O Governo não faltou aos compromissos que assumiu. Outros lhe faltaram com os meios prometidos para a satisfação de tais compromissos.

A solidariedade nacional não pode continuar a ser uma palavra vã...

Por isso, não tem o Governo de se envergonhar ao apresentar este Plano e este Orçamento. Outros, os faltosos, é que deveriam ter vergonha...

Por isso votá-o-ei na generalidade e, procurarei, no debate em especialidade, dar o meu contributo para que se entenda que as opções contidas nos vários programas são, dentro das aludidas limitações, as mais acertadas, fazendo ver isso aos Açorianos e justificando-lhes porque o votarei, também, na especialidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não quero terminar sem dizer algumas poucas palavras, sobre as notícias veiculadas pela Comunicação Social sobre o Grupo Parlamentar do meu partido.

O PSD anda acusado de clivagens internas. A oposição está jubilante, eufórica. E pensa

assim, porque não é capaz de distinguir, "clivagem", de "divergência de opinião".

Só o Partido Social Democrata tem mostrado, ao longo dos anos, a sua capacidade de superar divergências entre os seus membros ainda que, por vezes, essas divergências possam, pontualmente, ser acentuadas. E isto porque a Social Democracia não contém no seu ideário a palavra "clivagem", nem lhe conhece, sequer, o significado político. Um Social Semocrata convicto não "cliva", não quebra, não racha, ainda que discorde, ainda que discorde muito, mas acima de tudo não trai o seu ideário.

Um Social Democrata convicto não "muda de camisola" como poderá pensar a oposição.

Um Social Democrata será capaz de "despir a camisola" se e quando verificar que o seu ideário está errado. Mas despea, sempre, em casa, com decência, com dignidade, com aviso prévio.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

**O Orador:** E só neste caso. Quando discorda, quando tem divergências com outros companheiros, "arregaça a camisola", mas "não a despe". Luta pelas suas ideias, toma livremente as atitudes que lhe apraz, critica duramente se o entender, mas não "cliva", não quebra, não trai.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**O Orador:** E os Deputados da bancada do PSD, tenho a certeza, pensam como eu e, na devida altura, a oposição saberá o valor destas palavras.

Disse.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

**Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No que me diz respeito e ainda antes de expor programas e projectos do sector governamental a meu cargo para 1991, a sua fundamentação, as opções que tiveram de ser tomadas, entendo ser necessário fazer um balanço perante esta Assembleia, do trabalho, das realizações e objectivos alcançados durante estes dois últimos anos, em que desempenhei as funções de Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Na área da Saúde, analisarei aquilo que foi feito em termos de instalações e equipamentos, formação de pessoal de saúde,

medidas de reforma estrutural e informatização da saúde.

Assim, durante os anos de 1989 e 1990, em termos de instalações e equipamentos para o sector da saúde, entraram em funcionamento as seguintes unidades e instalações em novos edifícios:

- Centro de Saúde de Angra do Heroísmo;
- Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo;
- Centro de Saúde do Nordeste;
- Centro de Saúde da Horta;
- Centro de Saúde da Ribeira Grande;
- Termas das Furnas;
- Posto de Saúde dos Arrifes;
- Posto de Saúde de Rabo de Peixe;
- Posto de Saúde do Corvo.

Adjudicou-se a ampliação dos Centros de Saúde das Velas e de Santa Cruz da Graciosa e, continuam em bom ritmo, as obras de remodelação dos Centros de Saúde de Vila Franca e Lajes do Pico, para além de obras de menor dimensão que foram efectuadas em Postos de Saúde e em alguns outros Centros de Saúde.

Durante este período, prepararam-se as candidaturas a fundos estruturais da Comunidade de vários projectos.

Ao PEDRAA, o Hospital de Ponta Delgada, a ampliação do Hospital de Angra do Heroísmo e os Centros de Saúde de S. Roque do Pico e Vila do Porto.

Ao PNIC, a ampliação das Termas das Furnas e do Carapacho.

Procedeu-se ainda à aquisição de 17 ambulâncias que já estão ao serviço de toda a Região.

Em termos de acções de formação, desenvolveu-se um grande esforço, não só na promoção de acções de formação organizadas pela Direcção Regional de Saúde, como também apoiando acções de formação de iniciativa de outras entidades.

Como medidas de reforma estrutural, destacaremos as seguintes:

- Alteração e publicação do diploma regional sobre a orgânica e gestão hospitalar e nomeação dos novos membros dos Conselhos de Administração dos Hospitais de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada;

- A partir de 1 de Janeiro de 1990, começaram a funcionar na totalidade e em pleno, os Centros de Saúde da Região.

- Procedeu-se, com a participação activa dos profissionais de saúde, à elaboração do Plano Regional de Saúde que diagnosticou os principais problemas de saúde da população dos Açores e formulou as medidas que, para

cada um deles, devem ser tomadas para se eliminarem ou minimizarem.

- Iniciou-se a elaboração de um plano de emergência médica, indispensável para dotar as nossas unidades de saúde e os seus profissionais com conhecimentos, rotinas e meios que lhes permitam responder à sua situação de emergência médica, seja ela provocada por causas naturais ou pelo homem.

No que diz respeito ao importante programa de informatização no sector da Saúde, foi decidido ainda em 1989, suspender o Plano Director de Informática da Saúde que vigorava desde 1985, por se ter constatado a sua inadequação às novas solicitações dos Serviços de Saúde, designadamente a prioridade dada aos cuidados primários e a necessidade de informatizar os Serviços Centrais da própria Secretaria.

Desta forma, decidiu-se concluir as aplicações cuja viabilidade estava assegurada e tentou-se recuperar tempo, iniciando a procura no mercado de produtos já feitos e testados, de modo a dar cobertura às actividades ainda não informatizadas no Sector da Saúde.

Neste momento podemos afirmar que o Hospital de Ponta Delgada tem em exploração corrente, toda a área administrativa nos campos da contabilidade, gestão de pessoal, gestão de materiais e, a breve trecho, gestão de imobilizado.

Encontram-se também carregados com estas aplicações, o Hospital de Angra do Heroísmo e o Centro de Saúde de Angra do Heroísmo, prevendo-se o seu início de exploração a partir de Janeiro de 1991.

Está já instalado o equipamento no Hospital da Horta e encomendados equipamentos para os Centros de Saúde de Ponta Delgada, Praia da Vitória, Velas, Vila do Porto, Madalena e Ribeira Grande.

Prevê-se a entrada em funcionamento das aplicações de toda a área administrativa, a partir do primeiro trimestre de 1991.

Correm neste momento negociações para a aquisição de um programa integrado de gestão hospitalar ao nível de gestão de doentes, camas, internamentos, urgências, consultas, farmácias e laboratórios, o que permitirá obter dados com a actualização necessária que resultará numa gestão mais eficaz.

Está-se também a trabalhar na informatização administrativa dos processos de alunos e docentes das escolas superiores de enfermagem.

Iniciou-se também, toda a formação necessária ao desenvolvimento de uma aplicação integrada de bibliotecas de saúde com

acesso e consulta interdepartamental e inter-regional.

Informatizou-se ainda, toda a rotina administrativa da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, tendo neste momento a correr aplicações centralizadas de escritório electrónico no Gabinete do Secretário e Direcção Regional de Saúde e brevemente na Direcção Regional da Segurança Social.

Assim, e se não houver nenhuma situação imponderável, é possível afirmar que em fins de 1991 cerca de 75% das unidades de saúde estarão informatizadas a 100%, e o restante ficará informatizado durante o primeiro semestre de 1992.

Na área da Segurança Social, nos anos de 1989 e 1990, analisarei aquilo que foi feito em termos de instalações (na infância, juventude, idosos e apoio à comunidade) medidas de reforma estrutural, e modernização da máquina administrativa da Segurança Social, a reformulação, divulgação e representação externa da Segurança Social dos Açores.

Em termos de equipamentos, inauguraram-se as novas instalações do Lar de Idosos da Horta, a Casa de Nossa Senhora do Livramento - Jardim de Infância, inauguraram-se novas instalações para as Delegações dos Serviços de Prestações Pecuniárias na Calheta, nas Velas, na Vila da Madalena, para o Serviço de Apoio Social Directo de Angra do Heroísmo e para o Centro de Gestão Financeira da Segurança Social.

Adquiriu-se também, um edifício para instalar os Serviços do Centro de Prestações Pecuniárias de Ponta Delgada.

No que diz respeito a polivalentes de Casas do Povo, inauguraram-se os seguintes:

- S. Pedro, em Santa Maria;
- Lomba da Maia, Ponta Garça e Feteiras, em S. Miguel;
- Cinco Ribeiras, na Terceira;
- Santo Antão, em S. Jorge;
- Capelo, no Faial;
- Calheta do Nesquim e Criação Velha, no Pico.

Continuaram as obras das Creches, das Santas Casas das Misericórdias de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, o Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa e adjudicaram-se as obras para um Lar de Idosos em Ponta Delgada e abriu-se o concurso para um Lar de Idosos, nas Velas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Lamento, pelo pouco tempo de que disponho, não poder desenvolver toda a argumentação que tinha para o Sr. Deputado Fernando

Fonte. Parte, porém, das questões que me levantou em relação à informatização e questões de investimento, foi já respondida anteriormente. Sobejam-me duas questões: uma delas é a questão da nomeação ou dos vencimentos dos Administradores dos Hospitais, e quero crer que as afirmações que aqui foram feitas pelo Sr. Deputado Fernando Fonte não significam uma crítica de xenofobia do Partido Socialista porque parece que se escandalizaram imenso por termos ido buscar um técnico qualificado para administrar um hospital nos Açores (eu penso que isso é estranho da parte do Partido Socialista), e em relação à Segurança Social, quando chegar a esse ponto da minha exposição, prestarei os esclarecimentos complementares, se tiver tempo para isso.

A Proposta do Plano para 1991 que agora estamos a apreciar, verificados todos os pressupostos legitimamente esperados aquando da elaboração do Plano 89/92, seria um acto solene, mas pouco mais do que formal, visto que se trataria de aprovar um Capítulo já previamente conhecido de um documento já aprovado.

Acontece, porém, que entretanto as circunstâncias alteraram-se e obrigaram-nos a proceder a uma revisão de alguns objectivos, o que implicou repensar alguns projectos na sua dimensão e oportunidade. Foi o que tivemos de fazer, conjugando os macro-objectivos financeiros e as necessidades e prioridades do Sector da Saúde e da Segurança Social.

No Sector da Saúde temos 4 programas:

- o P.7 - construção de unidades de Saúde;
- o P.8 - beneficiação e equipamento de unidades de Saúde;
- o P.9 - apoio à fixação de pessoal de Saúde;
- e o P.10 - investigação, informatização e formação.

A redução no Sector da Saúde incidiu exclusivamente no P.7 - construção de unidades de Saúde, em primeiro lugar porque as circunstâncias o permitiam, era o programa mais dotado financeiramente, em segundo lugar, porque nenhum dos projectos nele incluído tinha ainda começado o que permitia reduzir as verbas necessárias sem o risco de afectar uma obra em curso.

Nesta perspectiva apesar de uma dotação mais reduzida e com um atraso de cerca de 1 ano o início das obras, para 1991, foi possível considerar o Hospital de Ponta Delgada, o Centro de Saúde de Vila do Porto e o Centro de Saúde de S. Roque todos três projectos previstos no PEDRAA.

Em relação aos Centros de Saúde de Vila do Porto e de S. Roque este forçado atraso permitir-nos-á reformular os projectos destes dois Centros de Saúde, adequando-os às actuais realidades, e à nova filosofia de organização dos cuidados primários. Sem impedir as ampliações que no futuro vierem a ser necessárias, os novos Centros de Saúde serão estruturas modernas funcionais e com as condições e dimensões adequadas para dar resposta necessária às exigências que se colocarem aos cuidados de saúde nos respectivos concelhos.

Em relação ao Sector da Segurança Social a verba prevista para 1991 é cerca de 50% inferior à dotação prevista no Plano a Médio Prazo. E em termos de Plano uma grande redução que normalmente implicaria o abandono de metade dos objectivos.

Simplemente a situação não é tão negativa como a análise dos números por si implicaria, porque à margem das dotações do Plano Regional existem muito boas perspectivas de obtermos recursos financeiros através das dotações do Orçamento da Segurança Social que nos permitirá executar se não no todo pelo menos uma parte muito substancial daquilo que pretendíamos fazer.

E aproveito esta oportunidade para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Fernando Fonte: é que, efectivamente, o Orçamento da Segurança Social só agora é que vai transferir para a Região despesas de capital, ou seja, despesas de investimento.

Durante estes últimos anos foi apenas o Orçamento Regional que assegurou os investimentos na área da Segurança Social e, como sabe, há um capítulo de "despesas de capital" no Orçamento Nacional da Segurança Social que fala em investimentos.

Este ano, e pela primeira vez, conseguimos que, efectivamente, para o Orçamento Regional da Segurança Social venha uma verba substancial em termos de capital.

Gostaria também de esclarecer o Sr. Deputado Fernando Fonte que o facto de aplicar verbas do Orçamento da Segurança Social em investimentos não significa que estejamos a defraudar as contribuições dos beneficiários da Segurança Social. - E porquê? - Porque o próprio Orçamento Nacional da Segurança Social, como sabe, não é exclusivamente financiado com contribuições dos beneficiários, nomeadamente o Orçamento do Estado (e o PIDAC) financia o Orçamento Nacional da Segurança Social e apenas aquilo que nós vamos fazer aqui nos Açores é a aplicação correspondente dessas mesmas verbas.

Por outro lado, os polivalentes das Casas do Povo, como também sabe muito bem, estão incluídos, até em termos de Plano, na Segurança Social, são os chamados "Apoios à Comunidade", e, como é também do conhecimento do Sr. Deputado Fernando Fonte, é nos polivalentes das Casas do Povo que funcionam os terminais da Segurança Social.

Por consequência, qualquer investimento que se faça em polivalentes, são investimentos também em instalações, em Serviços da Segurança Social, aumentando a capacidade de resposta da Segurança Social. Não tenho quaisquer dúvidas sobre o que acabo de dizer.

De qualquer modo, estamos aqui a aprovar o Plano do Governo para 1991 para a Segurança Social e neste Plano o sector da Segurança Social tinha 3 programas:

O Programa 11 - apoio a instituições (de infância, juventude e idosos);

O Programa 12 - apoio à comunidade (que previa o projecto de construção de polivalentes);

O Programa 13 - instalações e equipamento para os serviços de Segurança Social.

Na necessidade imperiosa de fazer opções de fundo e entre continuar a apoiar decididamente a infância, juventude e os idosos com o mínimo de reduções possíveis, ou reduzir drasticamente o investimento neste sector para construir polivalentes ou instalações para os Serviços de Segurança Social, optámos por privilegiar o apoio à infância, juventude e idosos, o que implicou que, em termos de Plano, não será possível investir em 1991 em novos polivalentes e ou em instalações para serviços.

Queria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, terminar com uma palavra de esperança.

Para 1992, como já puderam constatar pelo documento que também será analisado por esta Assembleia, a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social tem um aumento previsto em relação a 91 de 34%, sendo o aumento de 26% para a Saúde e 66,7% para a Segurança social, recuperando-se assim naquele ano o investimento que este ano é mais contido.

Aliás, o peso da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social passa de 6,71% do total do investimento do Plano em 91 para 8,10% em 92.

Por mim, e sem prejuízo de considerarmos escassas as verbas que temos ao nosso dispôr gostaria de afirmar que, comparando-as com as atribuições em termos nacionais para o Ministério da Saúde, chegámos à conclusão que são muito significativas. A título infor-



mativo diria que o investimento na área da Saúde nos Açores é de 6,9 contos por habitante, enquanto que a nível do PIDAC para o Continente são de 2 contos por habitante. Por outro lado, enquanto que em termos do Serviço Regional de Saúde temos uma despesa de 52 contos/capita, o Serviço Nacional de Saúde tem uma despesa de 35,5 contos/capita, o que demonstra a aceleração que mesmo assim imprimimos no sector tentando recuperar o nosso atraso.

Estes números talvez sosseguem o Sr. Deputado Dionísio de Sousa que parafraseando outro ilustre açoriano defende que a Autonomia só tem razão de se enquanto permitir um maior desenvolvimento do que no Continente. Eu entendo que a Autonomia tem um substrato mais elevado, que é a nossa possibilidade de auto-governo de definir as nossas próprias opções e de assumir as correspondentes responsabilidades.

A Autonomia deverá ser, certamente, no sentido de possibilitar um rápido desenvolvimento económico e social dos Açores e tenho a certeza de que, se o processo continuar a ser conduzido nos Açores pelos açorianos, esse desenvolvimento será mais rápido do que o seria se fosse telecommandado de Lisboa, a História ensina-nos isso, e não acreditar nisso, como parece ser a opinião do Sr. Deputado e daqueles que cita é, para além disso, termos, de nós, muito fraco juízo, não confiar nas nossas próprias capacidades, é ter a atitude antiga da submissão e de espanto basbaque perante Lisboa e os Senhores do Continente.

Poderá ser esse o entendimento que alguns ilustres açorianos tenham da Autonomia, mas não é esse o meu entendimento nem o entendimento que a esmagadora maioria dos açorianos tem deste grande projecto colectivo.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Do conjunto das questões aqui apresentadas pelo Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, há uma sobre a qual não tive oportunidade de me pronunciar aquando da minha intervenção mas que, face ao que foi dito, parece-me indispensável dizer algo.

A referência final, feita pelo Sr. Secretário Regional, à laia de justificação, relativamente ao Programa de Apoio à Comunidade

e não ao Projecto (mas é um pequeno pormenor o facto do Sr. Secretário tê-lo classificado sempre como Projecto, mas são Programas e não Projectos), mas, dizia, o facto do Programa de Apoio à Comunidade ter sido excluído do Plano 91, tal como o Programa nº 13, para já, deve ter a seguinte reflexão por parte desta Assembleia:

Em 43 Programas que constam do Plano Regional, não pode ser de ânimo leve que o Governo Regional exclui este ano 2 Programas.

Desde logo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, julgo que caberia uma grande responsabilidade ao Sr. Secretário Regional, num sector que só tinha 3 Programas, a sua Secretaria ter perdido 2.

Sinceramente, seja no desporto, seja na política, é um péssimo resultado para quem tem 3 Programas ficar só com um!!!

Depois, o Sr. Secretário refere que teve que fazer opções face às limitações gerais. É óbvio que é preciso fazer opções, tendo em conta prioridades.

Julgo também que, sobre essa matéria, Sr. Secretário, o mal, muitas vezes, da nossa Administração, o mal desses Planos, é cada Secretaria funcionar como uma "capela", cada Secretaria ter, digamos, uma perspectiva estanque no conjunto da Administração. São vários os sectores e em determinadas circunstâncias que o Governo é criticado por falta de interligação, por falta de interacção na sua actuação.

Desculpe, Sr. Secretário, mas não me parece argumento convincente que as limitações do seu sector recaiam apenas em opções e cortes dentro do próprio sector. A perspectiva tem que ser global, tem que ser de Governo, tem que haver uma coordenação e se há coisas que têm que cair (e eu admito e todos admitimos, certamente, que há coisas que têm que cair) não é quando as circunstâncias se alteram, como diz o Sr. Secretário, mas, sim, quando se constata que as perspectivas do Governo eram erradas porque nenhum Governo tem legitimidade para exigir o cumprimento de meros desejos: o Governo tem legitimidade para exigir o cumprimento de fontes de financiamento que estão minimamente asseguradas, que estão minimamente negociadas - que não foi o caso das que falharam.

Por conseguinte, tinha que haver cortes. A perspectiva, na nossa óptica, tem que ser uma perspectiva global de Governo.

Para isso é que existe o planeamento, para isso é que existem as coordenações.

Pela forma como o Sr. Secretário Regional aqui justificou, a ideia com que fiquei foi a de que os cortes foram feitos na perspectiva meramente vertical, ou seja, cada Secretaria "arrumou-se" com o pouco ou muito que lhe coube e não houve a visão de conjunto, a visão global.

Na minha perspectiva, haveria outros programas onde, eventualmente, se poderiam ter feito mais sacrifícios e não se teria anulado, por exemplo, o Programa de Apoio à Comunidade.

- E isto porquê, Sr. Secretário?

- Porque existe um conjunto de Projectos - que o Sr. Secretário e a sua equipe sabem muito melhor do que eu quais são - onde havia compromissos efectivos, cujos projectos já foram pagos com o dinheiro da Secretaria Regional, cujos terrenos já foram adquiridos e cujas populações tinham a legítima expectativa de que as obras começassem em 91.

Por conseguinte, não me parece de maneira nenhuma correcto que esse Programa tenha sido um dos dois que tenha desaparecido. Admitia concretamente que tivesse abrandado, mas desaparecer parece-me uma infeliz decisão deste Governo, ainda mais quando é este próprio Governo que é responsável, de há 12 anos a esta parte, pelo critério que foi utilizado na localização de polivalentes.

Nós não temos culpa (e a população muito menos!) que o Governo Regional tivesse começado por dotar as freguesias da nossa Região, que menos precisavam de polivalentes, de unidades de polivalentes.

O Sr. Secretário vai-me dispensar de eu lhe dar, assim de repente, meia dúzia de exemplos - o Sr. Secretário também os conhece. Talvez não foram da sua responsabilidade, mas foram da responsabilidade do Governo de que o Sr. Secretário faz parte.

Portanto, se há freguesias e localidades nesta Região que têm infraestruturas que custaram dezenas e dezenas de milhares de contos e que não têm utilidade que justifique, porque são utilizadas uma vez por ano para uma função, há freguesias dos Açores cuja população joga às cartas nas sacristias das igrejas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O Povo não tem culpa das asneiras do Governo durante estes anos! Portanto, não é legítimo frustrar essas freguesias que têm necessidade (pois que se cortem aquelas onde não há necessidade nem é urgente), mas aquelas que têm imperiosa necessidade, o Governo tem obrigação de cumprir com aquilo que prometeu e não pode alegar falta de meios

em questões que envolvem algumas dezenas de milhares de contos.

Sei que o Governo terá pouco tempo, acho que esta discussão sobre o sector da Saúde está muito limitada por falta de tempo, mas não podia aqui passar sem deixar nesta Câmara uma observação e um eco de apreensões de âmbito regional e que se relacionam com o futuro e a política do Governo e da Secretaria Regional sobre o Centro de Oncologia dos Açores.

É uma matéria que já teve eco profundo na opinião pública; o Governo Regional tinha também projectos e dotações, no âmbito do Médio Prazo, que contemplavam interesses e projectos no âmbito do Centro de Oncologia dos Açores; não é clara para muitos sectores da opinião pública regional a posição e a política do Governo Regional face ao Centro de Oncologia dos Açores e, assim sendo, julgo que era oportuno que o Governo tivesse aproveitado este momento da discussão do Plano e do Orçamento para informar, desde já, o Povo dos Açores, por nosso intermédio, sobre que reais intenções tem em relação ao Centro de Oncologia dos Açores.

Não duvido que o Governo possa ter boas intenções; o que é preciso é, de uma forma muito clara e objectiva, tranquilizar os Açorianos de que não há qualquer má intenção em relação ao futuro e a relação ao trabalho meritório que é desenvolvido pelo Centro de Oncologia dos Açores - e isso é reconhecido, infelizmente, por aqueles que o utilizam.

Portanto, que o Governo queira fazer uma melhor cobertura da Região nas áreas que até agora eram apenas servidas pelo Centro de Oncologia dos Açores e que, infelizmente, está apenas numa ilha, estamos todos de acordo; que o Governo, inclusivamente, possa ter ideias no sentido de ampliar, desconcentrar os serviços do Centro de Oncologia dos Açores, abrangendo outras ilhas e, nomeadamente, começando por aquela que mais precisa desses serviços, que é a Ilha de S. Miguel, pois, certamente, serão questões que serão bem aceites e ponderadas por todos. Agora, que não restem dúvidas sobre a boa intenção do Governo em dotar com os meios indispensáveis uma instituição tão meritória e que tão relevantes serviços tem prestado aos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde e

**Segurança Social:**

Espero que a falta de tempo e a magnitude do momento que vivemos nesta Sala, não retire atenção e acuidade a um problema que quero trazer aqui. Poderá parecer pequeno, mas tem uma grande carga humana e, portanto, é muito importante.

Este Governo Regional, ao definir uma política de saúde para a Região, é responsável por essa política de Saúde e, simultaneamente, é responsável pelos efeitos dessa política.

Eu sou duma ilha que está altamente penalizada com os efeitos dessa política.

Neste momento, a Saúde do Pico está virada para o Faial. Não discuto, está feito! Só exijo, em nome duma Ilha, aquilo que é uma questão de dignidade - nem obra, nem mais isto, nem mais aquilo.

Eu não me envergonho de vir aqui, pela undécima vez, falar do transporte dos doentes do Pico para o Faial: eu envergonho-me é de ver turistas, às centenas, filmarem uma maca, no chão, ao lado de cabazes e malotes!!!

Como Açoriano, sinto vergonha!

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** O problema das grávidas do Pico, são as "nossas" mulheres, são as mães dos "nossos" filhos. É um problema de alta gravidade que tem que ser equacionado. Eu sei que há dificuldades - e peço desculpa ao Sr. Secretário Regional pelo meu entusiasmo -, eu já brinquei e já fiz humor aqui com isso pelo facto das crianças nascerem no Faial (até é uma honra para nós e não é nada de mal), mas já fiz humor, dizendo que vão aparecer outros "Arriagas" (que não se sabe se foi aqui, se foi ali ou se foi acolá), o meu colega deputado também já fez humor, dizendo que agora é fácil explicar no Pico o nascimento das crianças porque elas vêm na "lança da carreira", mas, depois de conhecer certos casos de gravidade, não dá para fazer humor mas, sim, para sentir dor, porque se há coisas que não se sentem na carne, não se compreendem.

Eu gostaria de ver as esposas dos Srs. Secretários e de todos os Deputados, que aqui estão, em cima de um cais, mão de um lado, mão doutro, com 8 meses de gravidez, para saltar para uma lanca, aos pulos, no mar. Gostaria de ver! Gostaria que sentissem isso na carne e, depois, me explicassem se eu tenho ou não tenho razão!

É evidente que não quero nem me posso alongar, porque este problema é muito complicado.

Eu posso aqui exigir que, agora, se faça um molhe a oeste no Cais da Madalena. Mas dizem-me: "Isso é um luxo para o Pico!"

A lanca devia estar era no Pico e vir do Pico para o Faial porque o fluxo de passageiros dá-se, sim, do Pico para o Faial e não do Faial para o Pico. Por conseguinte, a lanca devia era pernoitar no Porto da Madalena porque em meia hora perde-se e salva-se uma vida e se a lanca estivesse no Pico, ia-se logo embora para o Faial. São os efeitos da Saúde.

Eu posso exigir, com toda a segurança e com toda a razão, que haja um porto seguro na Madalena. E até posso exigir mais: que se faça na fronteira do Pico e que a Protecção Civil o faça, porque pode acontecer, em certos dias, que sejam necessárias 6 horas para salvar uma vida no Pico.

E preciso que todos entendamos isso!

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Portanto, Sr. Secretário, eu faço-lhe umas perguntas sinceras e directas:

1ª - Quanto custou o Projecto do Centro de Saúde de São Roque que agora é posto de lado?

2ª - Os 100 mil contos, que aqui estão inscritos, para que são, para que servem e são ou não são para gastar este ano? Suponho que serão para fazer um projecto.

3ª - É um normal, um mero Centro de Saúde, ou tem mais a qualquer coisa como se apregoou durante muito tempo, para manter viva a esperança dos Picoenses?

Finalmente, queria perguntar-lhe, ou melhor, queria pedir-lhe e com toda a sinceridade e até faço um apelo à sua costela de Picoense:

Daqui a pouco tempo - e eu confio nos homens - o "Cruzeiro do Canal" vai ter instalações próprias para doentes (já não é sem tempo!) e daqui a pouco tempo estarão aqui na doca do Faial três lanchas: a "Calheta" (a glória do passado não interessa), a "Espalamarca" e o "Cruzeiro" com uma maca dentro e com preparativos para os doentes.

Ora, eu quero que o Sr. Secretário me garanta aqui, no dia 30 de Novembro a esta hora, que os doentes serão sempre transportados na melhor lanca que tem a maca, embora ela custe o dobro do dinheiro, porque eu não tenho culpa: são os efeitos da política de saúde e isto também é a Autonomia!

Muito obrigado ...e oxalá que aceite o meu pedido!

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário

Regional da Saúde e Segurança Social.

**Secretário Regional da Saúde e Segurança Social** (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Lamento esta situação, porque tenho um minuto ou dois para responder a questões que são extremamente importantes e que gostaria imenso de esclarecer, não só em relação à questão do Centro de Oncologia, como em relação à política de Saúde no Pico. Gostaria de tempo para explicar isso, mas é perfeitamente impossível.

Em relação à questão das opções, eu assumo as minhas responsabilidades, Sr. Deputado, e equacionei quais eram as opções com que fui confrontado. Num corte de 50% no Programa da Segurança Social entre apoiar crianças, jovens e idosos e entre fazer polivalentes para as pessoas da freguesia, muito legitimamente, jogarem às cartas, ou para fazer serviços para os funcionários da Segurança Social, eu não hesitei e preferi concentrar os poucos meios de que dispunha todos no apoio à infância, à juventude e aos idosos. Outro poderia ter definido outras opções!...

Em segundo lugar, também como já disse, até talvez seja o Secretário que esteja em melhores condições para fazer cortes destes porque tenho recurso. Eu não levo dois "golos": eu tenho uma equipa toda em que me posso socorrer para esta questão!

Como eu expliquei, há hipóteses, e eu não quero prometer porque, efectivamente, isso é uma questão fora do Plano (e nós estamos a discutir são as verbas do Plano), mas em 91 se estivermos cá todos, quando fizer aqui o meu Relatório de Actividades sobre aquilo que foi feito em 91, possivelmente poderei ter o gosto de lhes dizer que todas as obras de polivalentes que tinha programado e que estavam em curso, poderão ser concluídas através de outras fontes de financiamento que não as do Orçamento Regional - mas nós estamos a discutir aqui é só o Plano. Mas eu tenho essa faculdade e, por isso, não estava nem estou tão preocupado como o Sr. Deputado.

Em relação ao Centro de Oncologia, já expus a política do Governo em vários Congressos e reuniões sobre essa situação.

Lamento, mas gostaria de discutir e, provavelmente, noutra ocasião, poderei discutir esse assunto com o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Relativamente ao Sr. Deputado Manuel Serpa, devo dizer que a minha intervenção, o meu "trabalhinho de casa" foi cortado em 2/3. Por conseguinte, parte das questões de

que o Sr. Deputado fala, estão lá explicitadas e, por consequência, o atraso que foi necessário fazer no Centro de Saúde de São Roque e Vila do Porto permitiu (esse atraso forçado) que pudéssemos repensar o projecto.

E evidente que vamos perder aquilo que gastámos no Projecto - foram alguns milhares de contos - mas vamos poupar, talvez, centenas de milhares de contos e vamos conseguir dar ao Pico uma estrutura com uma capacidade que é perfeitamente funcional, moderna e capaz de responder às necessidades.

Isto também é gestão, mesmo que eu tenha que perder 20 mil contos num projecto, se for ganhar 500 ou 600 mil no final da obra!

Muito obrigado.

**Deputado Manuel Serpa** (PS): E acerca da Lancha?

**O Orador:** Devo-lhe dizer que estão, neste momento, em curso negociações com a empresa "TRANSMAÇOR", exactamente para se fixar e acordar as situações ideais de transporte de doentes. Eu penso que será nas melhores condições.

E evidente que eu não me posso impor a uma empresa privada, mas posso negociar com ela as melhores condições... e vou atender à sugestão do Sr. Deputado!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou usar da palavra para um protesto. E chamo a atenção, não só dos Srs. Membros do Governo, mas dos Srs. Deputados, do público que está nesta Casa e dos Órgãos de Comunicação Social, para o seguinte:

Durante esta noite e no fim da tarde, constantemente, nesta Casa e nas nossas bancadas, o telefone tocava.

Alguns estavam preocupados e o Deputado Melo Alves, debilitado fisicamente, andava aqui numa "ginga-joga" ao telefone.

- Então o que é que aconteceu?

- Aconteceu que os Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista, mais propriamente o Sr. Deputado Carlos Mendonça, o Sr. Deputado Luís Filipe Cabral e o Sr. Deputado Albano Pimentel - e a testemunhar isso está o Sr. Chefe de Gabinete, algum público que está nas bancadas e alguns jornalistas devem ter visto - andaram a brincar... e o Sr. Chefe de Gabinete pode provar que isto é verdade!

Os Srs. Deputados defendem a dignidade desta Casa, mas alguns, que até não intervêm, que não trabalham, vêm para aqui prejudicar o trabalho dos outros.

Eu quero aqui reafirmar, publicamente, e pedir a todos que confirmem isso, e o Sr. Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia viu e foi ele quem me disse esses três nomes - estava sentado - mas há mais pessoas ainda nas galerias que assistiram a isso.

E assim que se defende a dignidade desta Casa, Srs. Deputados!? Trabalhem mais e não prejudiquem o trabalho dos outros!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César, suponho que para um contra-protesto.

**Deputado Carlos César (PS):** Para defesa da honra...

(Risos da Câmara)

... da honra e da consideração desta Bancada!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, a bancada do Partido Socialista não está aqui para fazer essas manifestações de infantilidade. A bancada do Partido Socialista apenas não está disposta a ser vítima de provocações e a ser vítima de "espões" que, espero, não tenham sido colocados, porque nunca poderiam ser, porque uma coisa é o Presidente desta Assembleia, outra são estas tendências que restam da bancada do Partido Social Democrata. Mas a bancada do Partido Socialista não pode deixar de colocar perante Vossa Excelência, Sr. Presidente, com a maior acuidade com que estas questões devem ser colocadas (e serão colocadas também na próxima reunião da Mesa da Assembleia), que razões é que podem originar que esse Senhor, que parece ser Chefe de Gabinete do Sr. Presidente da Assembleia Regional, se coloque no público, ou não se coloque no público, ou se pronuncie sobre assuntos dessa natureza... fosse ou não fosse verdade!

Fica, no entanto, em nome da bancada do Partido Socialista, que o Grupo Parlamentar do PS está aqui a debater o Plano e o Orçamento e não está aqui para se envolver no achincalhamento de que é exemplar o Sr. Deputado Rui Melo e outros que o secundam nesta Assembleia.

Repito, perante Vossa Excelência, que tenho, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional e como membro da Mesa, o direito de ser esclarecido sobre essa matéria e sobre o envolvimento desse Senhor, seu Chefe de Gabinete, na matéria que está em apreço, neste momento, nesta Assembleia.

Exijo esse esclarecimento!

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

**Presidente:** O Sr. Deputado Victor Ramos pede a palavra. E sobre este assunto que se está a discutir?

**Deputado Victor Ramos (PS):** E para dizer ao Sr. Deputado Rui Melo que ele, em vez de se preocupar com a bancada do PS, se preocupe com os seus colegas de bancada!

**Deputado Rui Melo (PSD):** Então é verdade! Era isso!

**Presidente:** Srs. Deputados, eu peço que mantenham a calma sobre este assunto.

O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?...

**Deputado Rui Melo (PSD):** Para um contra-protesto.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acabo de receber mais um telefonema a confirmar tal situação. Não foi só o Sr. Chefe de Gabinete que viu! Aliás, e ainda bem, o Sr. Deputado Victor Ramos confirma que estiveram a brincar.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**O Orador:** Enquanto os Srs. Secretários falavam e prestavam esclarecimentos, como os Srs. Deputados não estavam a gostar porque não tinham argumentação para responder, brincavam com o telefone para interromper as intervenções dos Membros do Governo e de alguns Deputados desta bancada.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Eu reafirmo tudo o que disse, e os Senhores tenham em atenção que isto é uma Casa onde se fazem debates e onde se fazem afirmações, mas não se brinca!

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**Presidente:** Srs. Deputados, eu peço que mantenham a calma. Gostaria só de prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos César em relação a uma parte da pergunta que foi feita, que é a única que eu lhe posso responder.

De resto, como podem calcular, tenho estado aqui sentado toda a tarde e toda a noite e não posso, efectivamente, dar mais nenhuma explicação.

O meu Chefe de Gabinete esteve, realmente, uma parte do tempo nos lugares reservados ao público porque temos entre nós uma Sra. Deputada da Assembleia da República que veio a esta Casa fazer uma visita

e assistir aos debates da Assembleia.

Como é óbvio, pedi ao meu Chefe de Gabinete que a acompanhasse, porque acho que uma Deputada da Assembleia da República deve ser recebida, nesta Casa, com a maior dignidade.

E a única explicação que posso dar neste momento. De facto, não posso adiantar mais nada sobre esta matéria.

Não posso, também, deixar de dizer que o problema dos telefones tem sido um problema cansativo para quem tem estado aqui a trabalhar. Não levantei o problema porque julguei que os telefones tinham tocado por necessidade absoluta de contacto dos Srs. Deputados entre si ou dos seus apoios parlamentares, uma vez que temos tido um trabalho extremamente intenso e admito que os Srs. Deputados necessitem de informações e de dados externos ao Plenário da Assembleia.

Não posso deixar de lamentar profundamente que qualquer pessoa tenha utilizado os telefones em sentido diverso do de apoio. Para além da excitação, do cansaço e da palavras que possam ir para além, enfim, do normal nesta questão, eu peço aos Srs. Deputados a maior calma neste assunto.

Pedia, também, que utilizassem os telefones estritamente quando eles fossem necessários.

Não posso, agora, adiantar mais nada sobre esta questão. Quanto ao resto, conversaremos, certamente, mais tarde.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A figura regimental talvez mais apropriada nesta fase seja a de interpelação à Mesa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que acontece é o seguinte:

(Neste momento tocou o telefone na bancada do PSD)

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Quem é que está a brincar agora?

**Deputado Albano Pimentel (PS):** Quem é que está a ligar? Diga lá quem é que está a ligar agora, Sr. Deputado? Não é daqui, como está a ver! Isto acontece imensas vezes!

(Protesto inaudível do Deputado Rui Melo)

**O Orador:** Se alguém, aqui, na Assembleia Legislativa Regional, utiliza indevidamente os telefones para os efeitos que foram aqui mencionados, seja de que partido for, é inteiramente censurável e em nome da Direcção do Grupo Parlamentar associo-me àquilo que

Vossa Excelência aqui disse. Não há dúvida nenhuma!

Agora, a questão que eu lhe coloquei e que Vossa Excelência me respondeu, invocando que o seu Chefe de Gabinete se encontrava a acompanhar uma Sra. Deputada da Assembleia da República, acho que faz muito bem, mas, neste caso, ele excedeu manifestamente, a sua incumbência: tornou-se um verdadeiro "agente da PIDE" nesta Assembleia...

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ...interferindo nos trabalhos, exorbitando das suas competências, perturbando o funcionamento do Plenário... mais, pelos vistos, do que os telefones perturbavam!!!

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

**O Orador:** Mais ainda: esse procedimento que, de resto, já é comum e conhecido na cidade da Horta, arredores e no edifício da Assembleia Legislativa Regional da parte do seu Chefe de Gabinete, é, a todos os títulos (e nós reiteramo-lo aqui), censurável.

E isto que eu não podia deixar de dizer a Vossa Excelência! E digo-lho por que estranhei também o seu silêncio quanto ao tratamento deste assunto, nesta fase.

Reconheço todavia, que Vossa Excelência não deixará (e nem necessito dizê-lo mais uma vez e, se calhar, nem preciso dizê-lo na Mesa) de agir neste sentido, procurando que situações dessas não se repitam.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo. O Sr. Deputado usará da palavra enquanto entender. Suponho, no entanto que esta matéria está esclarecida.

Além disso, nós temos ainda um longo trabalho a fazer e pedia que, efectivamente, não se desse mais importância a este assunto do que aquela que ele realmente merece ter, depois das explicações que aqui já foram dadas.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, eu quero usar também da palavra ao abrigo da mesma figura regimental que usou o Sr. Deputado Carlos César.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu só queria dizer o seguinte:

Se o Sr. Deputado Carlos César acha que o "crime" está certo, o que se deve fazer é prender o "pólicia"!

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Srs. Deputados, suponho que este assunto está, por agora, esclarecido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Tei-

xeira.

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Independentemente de se relevar a conjuntura financeira em que são apresentados pelo Governo Regional dos Açores o Plano e Orçamento, importa registar igualmente o acerto das opções e o quadro de rigor neles contidos.

Quanto ao Plano a Médio Prazo, a proposta de alteração agora apresentada reflecte uma redução em termos absolutos na ordem dos 31 milhões de contos.

Esta redução prende-se, como todos sabemos, com o facto de não se ter concretizado o arranjo financeiro com o Governo da República, proposto em devido tempo pelo Governo Regional.

Este arranjo financeiro proposto merece o apoio do Grupo Parlamentar do PSD, por se entender que é justo e corresponde às imposições estatutárias quanto às responsabilidades do Governo da República no sentido de dotar a Região dos meios financeiros necessários ao seu desenvolvimento e fazer face aos custos acrescidos derivados da insularidade.

A redução de 31 milhões de contos acima referida, não pode, como é evidente, deixar de ter reflexos no desenvolvimento regional.

As despesas do Plano tiveram a evolução de 1985 e 1990 como a seguir se indica:

1985 .....	13.604 mil contos
1986 .....	16.253 " "
1987 .....	16.016 " "
1988 .....	22.855 " "
1989 .....	24.701 " "
1990 .....	25.740 " "

Dos valores acima referidos se tivermos em conta a taxa de inflação para os respectivos anos, ressalta que as despesas de investimento até 1987 não cresceram.

Em 1988 as despesas de investimento dão um salto e cresceram 42,7%, relativamente a 1987 e a partir daí o crescimento é diminuído.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante este quadro importa reflectir sobre as causas desta situação.

Parece evidente, que a partir de 1988 o Governo Regional procurou fazer um esforço ciclópico no desenvolvimento regional, neste ano, o Governo Regional, propõe um Plano de investimentos na ordem dos 25 milhões de contos e executa 90,7% - boa execução e boas perspectivas para o futuro.

No entanto, em virtude da solidariedade nacional não funcionar, e vou repetir esta frase na medida em que tive conhecimento, que se encontra presente neste Plenário uma Sra. Deputada à Assembleia da República, o saldo da dívida pública regional que em 31 de Dezembro de 1987 era de 5.185 mil contos, passa em 31/12/88 para 13.674, e em 31/12/89 para 21.328 mil contos.

Posto perante este facto, o Governo Regional, procurou, por um lado, reduzir o investimento de forma a que a dívida regional não aumentasse para valores que nos criem dificuldades no futuro, e, por outro lado, manter os investimentos em níveis de crescimento que permitam melhorar a qualidade de vida dos açorianos.

De qualquer forma, as grandes linhas de orientação política definidas no Plano a Médio Prazo mantêm-se, sofrendo, como é evidente, uma dilatação no tempo.

As verbas inicialmente previstas no Plano de Médio Prazo 91/92, no total de 100.160 mil contos estavam assim distribuídas:

Sectores Sociais .....	27,6%
Sectores Económicos .....	65,6%
Administração Regional e Local ...	6,8%

Na revisão agora apresentada pelo Governo Regional, cujo total do investimento é de 69.215 mil contos, as verbas distribuídas pelos diversos sectores são as seguintes:

Sectores Sociais .....	30,7%
Sectores Económicos .....	64%
Administração Regional e Local ...	5,3%

Como se pode verificar, muito embora exista uma redução sensível em termos absolutos no investimento previsto no PMP, na alteração agora apresentada as prioridades evidenciadas no Plano a Médio Prazo são mantidas.

Assim, poder-se-á afirmar, que a proposta de alteração do Plano 91/92 no seu volume de investimentos reflecte, por um lado, a restrição orçamental em que se desenvolve e, por outro, o rigor e a qualidade das propostas de intervenção apresentadas cujos objectivos assentam no seguinte:

- Prosseguir os investimentos estratégicos de natureza infraestrutural e que são objecto de cofinanciamentos comunitários;

- Apoio directo ao investimento privado, de forma a aumentar a produtividade, criando, assim, mais riqueza e emprego;

- Manter e melhorar os serviços essenciais para um melhor desenvolvimento económico e social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Além do Plano está esta Câmara a apreciar o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 1991.

Como já referi nesta Câmara há algum tempo, o Orçamento é um instrumento fundamental da política de qualquer Governo.

Além do suporte financeiro dos Planos de desenvolvimento, ele é o instrumento que permite fixar a carga fiscal e a redistribuição da riqueza de forma a reduzir as desigualdades entre os cidadãos. Não dispondo a Região de poder legislativo que lhe permita determinar o seu sistema fiscal, o Orçamento fica assim limitado e o Governo sem margem de manobra para estabelecer com toda a plenitude uma estratégia económica, restando-lhe apenas gerir as receitas e as interdependências económicas.

Por isso, fica esta Assembleia limitada, por um lado, à verificação das receitas e, por outro, à afectação das mesmas.

E assim, neste quadro limitado, que o Governo apresenta o Orçamento para 1991 e no qual nos podemos mover para a sua apreciação.

Relativamente à previsão das receitas vamos apreciá-las divididas por duas Secções tradicionais - receitas correntes e receitas de capital.

No que concerne às receitas correntes verifica-se que a previsão total das mesmas é de 35.543 mil contos o que corresponde a um crescimento relativamente aos valores revistos para o corrente ano de cerca de 17%.

Destas receitas sobressaem as receitas fiscais num total de 35.366 mil contos, das quais se salientam os impostos directos onde estão incluídos o IRS e IRC com um crescimento de 14,6% e os impostos directos onde está incluído o IVA com um crescimento de 16,5%.

Comparando os crescimentos constantes da proposta de Orçamento apresentado pelo Governo Regional com os crescimentos apresentados na proposta do OGE, verificamos que existe uma disparidade quanto à previsão dos impostos directos. Efectivamente o crescimento destes impostos apresentados no OGE, é de 26,3%. Sendo o regime fiscal igual, não se compreende tal disparidade.

Por isso seria conveniente que o Senhor Secretário Regional das Finanças, se assim o entender, nos esclarecesse esta discrepância.

No que concerne às receitas de capital num montante de 32.543 mil contos cujo crescimento relativamente ao ano anterior é de 25,8% corresponde 10.500 mil contos

a transferências do OGE, 15.540 mil contos aos Fundos Comunitários e 6.500 mil contos aos Tratados e Acordos Internacionais.

No que respeita às despesas correntes verifica-se à primeira vista que existe um desequilíbrio substancial entre as receitas e despesas correntes.

Este desequilíbrio resulta do crescimento das receitas não ter acompanhado o das despesas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No quadro jurídico orçamental nada impõe que, no Orçamento, certos tipos de receitas e certos tipos de despesa, tenham que ter um perfeito equilíbrio, antes se limita a determinar que entre as receitas e as despesas previstas e globalmente consideradas umas e outras, têm de registar uma perfeita equivalência (orçamento equilibrado em sentido estrito).

Nestes termos poder-se-á afirmar que a Proposta de Orçamento para 1991 se apresenta formalmente equilibrada.

No entanto, julgo que o Governo Regional teria possibilidade de apresentar a Proposta de Orçamento, senão com superavit, pelo menos com o equilíbrio substancial.

Bastaria para tanto que classificasse as transferências do OGE como receitas correntes, na linha do que vem referido no parecer da Comissão de Finanças e Planeamento, facto este que não seria inédito.

Deixando este aspecto para uma posterior ponderação e entrando directamente nas despesas correntes consignadas no Orçamento, verifica-se que as mesmas têm um crescimento na ordem dos 23%.

Se tivermos em conta que o valor apresentado de 43.100 mil contos se destinam numa parte substancial a:

- Despesas com pessoal ..... 17.600 mil contos
- Transferências correntes.. 17.431 mil contos
- Encargos com a dívida .... 3.250 mil contos

e que nas transferências correntes está incluído o custo do Serviço Regional de Saúde no valor de 13.269 mil contos e 2.551 mil contos do sector da Educação, pode-se concluir que o crescimento apresentado é perfeitamente razoável.

No que respeita às despesas de capital, com um crescimento de 10,2%, elas são na sua essência respeitantes às despesas do Plano com 32.785 mil contos e 2.369 mil contos para amortização da dívida regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Feita de uma forma muito sucinta esta



apreciação às receitas e despesas falta analisar o que nos apresenta o Orçamento quanto à dívida pública regional.

Ainda que preocupado com o ritmo de crescimento da mesma, não alinho ao lado dos profetas da desgraça que pretendem, mesmo nesta conjuntura, mais investimento e menos endividamento.

Já referi anteriormente o crescimento acentuado da dívida pública regional e as causas que levaram a este estado de coisas.

De qualquer forma, a situação embora preocupante não é dramática.

Apresentando em 30-09-90 a dívida pública um valor de 24 milhões de contos, se tivermos em linha de conta que aproximadamente 71% deste valor corresponde a um prazo bastante longo, que as taxas de juros contratadas são relativamente baixas, entre 7 e 8%, que os empréstimos têm sido utilizados apenas para despesas de investimentos, que as amortizações se fazem atempadamente (este ano 2.369 mil contos), pode concluir-se que a dívida pública regional situa-se a níveis razoáveis e que a nossa capacidade de endividamento ainda é boa

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para terminar gostaria de fazer uma referência às privatizações, corroborando o que vem referido sobre esta matéria no último Relatório da Comissão de Finanças e Planeamento desta Assembleia e que foi aprovado por unanimidade.

Para mim, nesta matéria, há três questões que são importantíssimas:

1. As privatizações das Empresas Públicas Regionais não podem passar à margem desta Assembleia;
2. Tem de se estudar uma estratégia para as privatizações que permita, por um lado, maximizar o valor das empresas a privatizar e, por outro, que estas sejam atraentes para os investidores;
3. O lançamento das privatizações tem de ter em conta a situação do mercado financeiro para que a operação não venha a ser um desastre.

Isto significa que, estando embora de acordo com a privatização do BCA, não posso de maneira nenhuma, anuir à proposta do Sr. Deputado Paulo Casaca que, pelos vistos, o que pretende é que o mesmo seja vendido ao desbarato.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD)

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr.

Deputado José Gabriel Lopes.

**Deputado José Gabriel Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar da Agricultura e dos problemas que caracterizam o sector, não será mais que repetir um vasto rol de carências há muito enumeradas e cujas soluções têm sido sucessivamente adiadas.

A prova mais evidente que tal continuará a acontecer é o Plano para 1991 e a alteração que se propõe para o PMP 1989-92.

O Plano a Médio Prazo estabelecia como objectivo a adaptação da sociedade e da economia regional ao Mercado Único Europeu, para os sectores económicos o aumento da produção e do emprego com melhoria da produtividade era apontado como o principal vector de ajustamento. E sabido que a economia real açoriana se concentra no sector primário e nas indústrias agro-industriais. No âmbito da agricultura esta orientação toma corpo nos seguintes objectivos específicos:

- Realização de planos sistemáticos de formação profissional agrícola;
- Reforço das acções tendentes a uma melhor organização da produção;
- Promover o aumento da qualidade, produtividade e competitividade da produção regional.

Além destes objectivos "a garantia da evolução favorável dos rendimentos dos agricultores" é elegida como grande objectivo de política agrícola,

O Objectivo do Plano a Médio Prazo de garantir a evolução favorável dos rendimentos dos agricultores está longe do objectivo da Política Agrícola Comum. A política agrícola que tem sido seguida nos Açores, apenas aponta para uma evolução dos mesmos, não se pronunciando sobre o nível absoluto ou relativo desses rendimentos.

Um estudo recente mandado elaborar por algumas organizações de agricultores, revela que entre 1980 e 1989, os termos de troca dos lavradores se degradaram em mais de 20%. Esta situação afecta não só o seu nível de vida, mas também a incapacidade destes em suportarem futuras dificuldades financeiras.

O IV Congresso da Agricultura dos Açores, realizado recentemente, propôs como meta que os agricultores atinjam um nível de vida idêntico aos dos outros sectores de actividade e dos seus parceiros da CEE.

Até ao momento nunca foi divulgado pelo Governo Regional nenhum documento público

de avaliação da evolução dos rendimentos dos agricultores açorianos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É altura de clarificar a execução da Política Agrícola Regional através da publicação dum relatório anual que torne pública a evolução do rendimento agrícola, da produção, do investimento e das estruturas de custos.

A actual proposta de Plano, revela, na linguagem fria dos números, quais são as prioridades actuais da política económica.

Enquanto que a redução global do Plano é de 29.8, na Agricultura e Pescas isto é de 43.6, dando-se a entender claramente que no domínio do Plano a Agricultura não é uma área prioritária o que não se compreende nem se aceita.

Os agricultores açorianos que não se iludam, porque as suas prioridades essenciais vão continuar a ser sucessivamente adiadas. Exemplo disso é a Formação Profissional que era uma das grandes apostas previstas no PMP e que tem um corte, em relação ao inicialmente previsto, de 77.7, para não falar nas outras áreas, também elas prioritárias e com cortes de grandeza quase idêntica.

A melhoria de produção e das condições de vida dos agricultores são fortemente penalizadas neste Plano e que não haja ilusões: o abastecimento de água às explorações e a electrificação rural é sucessivamente adiada para um futuro longínquo. A electrificação rural apenas com 10.000 contos orçamentados continua na fase da elaboração do projecto. No entanto, regiões continentais nossas concorrentes na produção leiteira beneficiam hoje de infraestruturas que permitem que a maioria do leite recolhido seja refrigerado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de tecer algumas considerações sobre o Plano em discussão nesta Assembleia e que manifesta a minha preocupação e a do meu partido sobre o futuro do maior sector de actividade económica da nossa Região, irei debruçar-me, de seguida, sobre a actual situação da nossa agricultura, cujo futuro é cada vez mais sombrio.

Há dois anos atrás afirmava perante esta Assembleia: "Não será certamente com as dificuldades económicas que o sector enfrenta, que estará habilitado a fazer face ao grande embate que se avizinha".

Na altura tive o cuidado de alertar a opinião pública regional para a grande crise que o sector agro-pecuário começava a enfrentar.

Infelizmente, as minhas palavras não encontraram eco e hoje assistimos a um avolumar de dificuldades, onde a falência de muitas explorações é o que está mais em voga.

Quando defendi uma linha de crédito bonificado para o saneamento financeiro das explorações agrícolas, numa altura em que a viabilidade económica de muitas delas era ainda possível, tal medida foi pura e simplesmente ignorada. Hoje, o Governo avança timidamente nesse sentido, ao orçamentar 100.000 contos para o saneamento financeiro das explorações agrícolas, acabando por dar razão ao que então propusemos, mas não dando o mínimo conhecimento a quem quer que seja, sobre qual será a sua forma de execução.

Queria também frisar que os agricultores nunca ganharam dinheiro a não ser com a inflação. Quando esta decresceu, os resultados começaram a aparecer de imediato e os responsáveis pelo sector, em vez de aconselharem prudência e moderação nos investimentos, fizeram o inverso e criaram-lhe ilusões de tal forma que, por exemplo, a aplicação aos Açores do Regulamento CEE 797/85, foi vista ao contrário do que aconteceu na Europa, como um grande meio de obtenção de receitas e que vinha ao encontro das necessidades de investimento dos nossos lavradores.

O que aconteceu foi que este apenas serviu para que a inflação no sector duplicasse no que concerne à transacção de vacas e terrenos.

Quase imediatamente a seguir vem o anúncio para o estabelecimento de quotas leiteiras e a fixação da data para a sua entrada em vigor. Uma vez mais os responsáveis políticos apelam a um aumento da produção a qualquer preço e a lavoura volta a corresponder, importando vacas e utilizando maior quantidade de concentrados, o que permitiu que o leite entregue nas fábricas quase duplicasse nos últimos três anos.

Se as ilusões criadas com a aplicação aos Açores do Regulamento CEE 797/85 foram totalmente nefastas para o sector agropecuário, não menos nefastas foram as ilusões criadas com a introdução de quotas leiteiras e os investimentos realizados para o aumento da produção, porque o Governo Regional não criou as condições para que esses investimentos fossem viáveis, insistindo apenas numa mera política de subsídios que apenas serviu para virar a população urbana contra a rural.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional, em geral, e a Secre-

taria Regional da Agricultura e Pescas, em particular, são os grandes responsáveis pela situação a que se chegou, primeiro pela orientação que deram e pelas condições que não quiseram ou não souberam criar para que os investimentos realizados fossem premeditados e assentes em bases mínimas de segurança, tendo em conta a nossa especificidade própria e a realidade europeia para cujo mercado há que ter a necessária capacidade de concorrência.

Em segundo lugar, porque não criaram as infraestruturas mínimas indispensáveis à melhoria das condições de vida e de trabalho daqueles que, por opção ou por necessidade, fizeram da exploração da terra a sua forma de viver.

Assim, em termos de infraestruturas o que é que temos: caminhos de penetração que são autênticas ribeiras em quase todas as ilhas, abastecimento de água e energia que não têm passado de meras promessas, embora continuem a constar do Plano verbas irrisórias para a sua execução.

No sector dos lacticínios, embora havendo na Ilha de São Miguel e na Terceira unidades fabris com alguma dimensão, nas outras ilhas, excepção feita às Cooperativas de São Jorge, que mesmo assim terão de fazer um grande esforço para se modernizarem, nem existem unidades onde se possa transformar o leite em produtos com o mínimo das condições exigidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito haveria a dizer sobre as dificuldades que atravessa a agricultura e a pecuária nos Açores nesta fase que podemos considerar crítica da sua existência e ao apresentar um Plano que não se pode considerar mau, mas sim péssimo, o Governo Regional, não introduz qualquer inovação, que permita algumas esperanças aos agricultores de poderem vir a superar algumas das dificuldades que actualmente enfrentam. Antes, pelo contrário, estas continuarão a agravar-se.

O futuro da economia dos Açores, terá que passar sempre pela agricultura e pela pecuária. O que, na nossa perspectiva, deve ser feito, é uma análise de fundo sobre a opção que tem sido seguida, ou seja, como já atrás referi, devem ser divulgados dados sobre a evolução dos rendimentos dos agricultores e dos custos de produção, a própria dimensão das explorações deverá ser objecto de estudo e de reflexão, porque estou convencido que a exploração tipo familiar é aquela que melhor se adapta à nossa realidade

específica.

Por outro lado, devem ser feitos estudos sobre a introdução entre nós de outras culturas, que permitam ao nosso agricultor diversificar a produção com produtos alternativos que permitam uma melhoria dos seus rendimentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não queria terminar esta minha intervenção sem afirmar que: todos aqueles que optaram pelos Açores para viver, independentemente da profissão que exerçam, têm direito a um nível de vida digno, porque para dificuldades basta-nos o isolamento em que vivemos e que muitos responsáveis políticos têm vindo constantemente a ignorar, embora não seja alheio ao facto a política que tem sido seguida pelo Governo Regional, que só tem prejudicado os Açores e os Açorianos.

Disse.

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

**Deputado António Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sr. Deputado José Gabriel Lopes: por motivo de problemas de tempo do meu Grupo Parlamentar, não me vai ser possível fazer um balanço sobre a agricultura açoriana, porque julgo que ela merece um tratamento especial da parte de todos nós.

Não faltará, no entanto, ocasião para o fazer (o Sr. Deputado estará nesta Câmara, assim como eu) e já mesmo na próxima semana poderemos analisar isso mais pormenorizadamente.

E óbvio que há problemas na agricultura, mas o Governo Regional não é o "pai" desses problemas todos!

Eu não posso passar sem deixar nesta Câmara uma palavra de esperança aos agricultores: se há problemas em algumas explorações agrícolas, o Sr. Deputado tem de concordar comigo que já muito se fez e que há jovens agricultores por essa Região fóra, com explorações bem dimensionadas, que tiram um rendimento possível, que tiram um rendimento digno e justo - que é o que todos nós aspiramos para os agricultores.

Portanto, vamos, de uma vez por todas, deixar esses pessimismos lá fora porque a agricultura açoriana precisa é de certezas e de esperança, para que se possa fazer nesta Região, com os apoios que existem, e que o Sr. Deputado conhece tão bem como eu mas que prefere não falar neles, (está no seu direito), com os apoios que estão à sua disposi-

ção, uma agricultura nova.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Silva.

**Deputado Gaspar da Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A intervenção do Sr. Deputado José Gabriel Lopes sobre a agricultura, como já vem sendo habitual, deixa-nos sempre aqui uma imagem como a de que "a agricultura está de pantanas", que "a agricultura está atrasada", que "os rendimentos estão constantemente a diminuir", etc., etc., etc... quando todos sabemos que isso não é verdade e o Sr. Deputado está farto de o dizer nas conversas informais dos corredores.

E óbvio que o Sr. Deputado gostaria que tivéssemos uma agricultura mais intervencionada, mas a política deste Governo não é a de fazer o tipo de agricultura mais intervencionada como desejaria o Sr. Deputado. E o caso do apoio que tem sido dado às Associações de Agricultores e que Vossa Excelência já sabe que, este ano, vai para cima de 200 mil contos. Para o próximo ano, este valor, certamente, ultrapassará os 300 mil contos.

Portanto, tudo o que Vossa Excelência aqui diz - aliás, os seus discursos são sempre os mesmos t das as vezes - ...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Os seus também, Sr. Deputado!

**O Orador:** ...e o Sr. Deputado sabe bem que a produção aumentou em todos os produtos, nalguns casos até mais de 40%; a evolução dos rendimentos tem sido favorável em todos os produtos, menos este ano para o caso do leite, mas que até se prevê alterar-se até ao final do ano - e Vossa Excelência sabe bem disso!

No que diz respeito à Formação Profissional, efectivamente alguns investimentos, em termos de edifícios, foram eliminados, mas mantêm-se e vai-se manter um número de cursos que, até este momento, já contemplaram mais de 1000 agricultores. O Sr. Deputado gostaria, talvez, que tivessem sido menos!...

Relativamente à maior parte das valências de que fala o Sr. Deputado em relação aos agricultores, o Sr. Deputado sabe que nada têm a ver com os aspectos que aqui referiu - mas, efectivamente, também tem sido esse sempre o seu discurso.

Os 100 mil contos que referiu, são apenas para a bonificação dos juros para as linhas de financiamento - o Sr. Deputado também sabe bem isso - mas, apesar de tudo, o investimento tem aumentado, pois só a Portaria

para as máquinas de ordenha já absorveu mais de 700 mil contos.

O Sr. Deputado sabe também que se tem produzido com qualidade e veja-se o caso dos produtos de intervenção.

Fiz-lhe aqui uma curta resenha de pequenitas coisas e que o Sr. Deputado sabe muito bem, em termos da nossa agricultura, como é que vão. Não sei como é possível continuar a manter esse discurso que é uma repetição constante e, francamente, Sr. Deputado, é muito triste dizer aqui isso e nos corredores dizer outra coisa!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

**Deputado Francisco José Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com atenção tudo o que disse o Sr. Deputado José Gabriel Lopes. Disse algumas coisas importantes: disse que tínhamos canalizado o fundo à agricultura (é verdade!), que as explorações familiares eram aquelas que tinham melhores resultados (é verdade!), mas disse também que a política do Governo não está certa porque, neste momento, não temos água nem luz nas pastagens.

Eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado José Gabriel Lopes que este Governo tem governado os Açores inteiros e que há muitas populações neste arquipélago que ainda não têm água nem luz.

Portanto, julgo que o que o Governo tem a fazer é, naquelas Câmaras que não funcionam para as populações e para os animais, que o Governo colabore, mas em primeiro lugar, julgo eu, estão os humanos e depois os animais.

Eu também sou vítima disso, eu também já fiz reservatórios que têm centenas de milhares de litros de água, mas julgo que tenho que exigir primeiro para as pessoas e, depois, então, para mim próprio.

Se assim não for, vamos muito mal!...

Em relação à agricultura e ao seu fundamento, pode muito boa gente ter falido (eu acredito) porque há muita maneira de encarar as coisas e há muita gente que compra vacas a 400 contos, há muita gente que compra terras a milhares de contos, a preços completamente inflacionados, e as pessoas já sabem, quando as vão comprar, que é impossível alguém produzir.

Também é muito fácil comprar um carro bonito, carregar o carro de ração e ir tirar o leite às vacas, que talvez nem dê bem para a ração. Acho que devemos repensar se devemos comprar toda essa ração, se devemos

deitar todo esse adubo, se devemos fazer silagens, se devemos fazer outras coisas, diminuir até, se calhar, as vacas, para, na conta final entre o "Deve" e o "Haver", restar alguma coisa para os agricultores.

Ora, quando o Sr. Deputado diz que há que canalizar os fundos, julgo que é isso que se devia fazer nesta Casa, é isso que se devia propor, contrapor e dizer onde é que está mal e como é que se faz. Era isso que eu gostaria de ver aqui feito.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

**Deputado José Gabriel Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Devido a limitações de tempo, não tenho oportunidade de responder às questões que me foram colocadas.

Espero poder abordá-las noutra oportunidade, mas eu penso que a melhor resposta para elas está lá fora: está nos lavradores!

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Subsecretário Regional para a Cooperação Externa.

**Subsecretário Regional para a Cooperação Externa (Lalanda Gonçalves):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Infelizmente, por razões de tempo, não poderei ler o trabalho que tinha preparado.

Nos 4 minutos que a Mesa me concede, vou apenas referir dois ou três pontos que considero importantes. Vou considerar apenas uma pergunta, ou uma questão, que eu penso que é fundamental e que, raríssimas vezes, aliás, posso dizer "nunca" a oposição colocou, mas já colocou uma sentença: o meu Gabinete teria de desaparecer por ineficácia, mas nunca perguntaram o que é que eu faço! É uma coisa curiosa... e é a única pergunta a que vou responder nestes 4 minutos!

Ora, o meu Gabinete tem feito uma sistemática campanha de informação aos agentes económicos, sociais e culturais acerca dos principais programas e políticas comuns - comunitárias, é evidente;

- Têm feito e desenvolvido - e isso é reconhecido, inclusive, por muita gente do vosso partido - uma Formação Profissional Administrativa por pessoal administrativo e técnico, seguindo os "dossiers" comunitários negociais;

- Tem participado nas estruturas nacionais de negociação e coordenação das políticas comunitárias; tem participado nas estruturas internacionais de cooperação inter-regional

européias, nomeadamente na Assembleia das Regiões da Europa, na Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, onde os Açores são uma das poucas regiões que leva nas suas delegações deputados desta Assembleia Legislativa Regional. Eu não posso deixar de considerar importante essa matéria porque, muitas vezes, em 2 anos de mandato, não recebi durante nenhum trabalho, uma única pergunta da oposição acerca desses trabalhos - e disponibilizei-me várias vezes em Comissão a explicá-los - o que quer dizer, Srs. Deputados, que os Senhores "estão-se nas tintas" para a Comunidade Económica Europeia.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**O Orador:** A participação nas estruturas do Estado...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** O Sr. Subsecretário é que esteve calado na Comissão dos Assuntos Internacionais!

**O Orador:** Peço desculpa, mas eu não estive calado. Eu respondi a todas as perguntas que me foram colocadas!

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Quais?

**O Orador:** Pois, nenhuma!

Finalmente, uma das questões que eu penso que é de cabal importância, e para a qual também raríssimas vezes a oposição fez perguntas, é o "dossier de medidas específicas".

Temos assegurado a negociação permanente, em Bruxelas, dessas medidas, com um apoio bastante solidário e também tenho aqui que frisar (porque é de justiça) com o apoio solidário do Estado, através do Governo da República, que, aí, não nos tem faltado com apoio técnico, com apoio pessoal e com solidariedade política.

Isto é importante, Srs. Deputados, porque o impacto das medidas do mercado interno europeu, nesta Região, se for analisado como os Senhores analisam o Plano de Médio Prazo deste Governo, acredito que a economia açoriana irá sofrer, mas como nós temos feito um trabalho sério, capaz e honesto e eu não temo que em 92, 93, 94 e 95 as políticas do Governo Regional dos Açores serão adaptadas às necessidades correctas de uma adaptação da Região ao mercado interno europeu.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Casaca.

**Deputado Paulo Casaca (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é que eu esteja, de facto, a querer dizer que não teria todo o gosto em voltar

a ter o ilustre Membro do Governo como colega (não é isso!), mas, que eu saiba, não percebo o que é que se estará a passar na cabeça do Sr. Subsecretário quanto a essa história que, por aí, começou a contar.

(Aparte inaudível do Subsecretário Regional para a Cooperação Externa)

**O Orador:** E de facto lamentável que, com 4 minutos, o Sr. Subsecretário não tenha dito uma única palavra sobre os apelos **insistentes** feitos, quer por esta bancada, quer por outras bancadas, sobre o balanço dos Fundos Comunitários desde 1986 para cá porque, no Orçamento da Região, não é feito nenhum balanço dessa natureza, ao contrário do que acontece no Orçamento do Estado.

Isso foi **insistentemente** pedido em todas as alturas, o Sr. Subsecretário não teve **rigorosamente nada** a dizer e vem agora, aqui, perder 4 minutos desta maneira que eu, sinceramente, considero lamentável?!

Era só isto. Muito obrigado.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Adelaide Teles.

**Deputada Adelaide Teles (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Viver hoje nos Açores é, sem dúvida, mais fácil e mais agradável que há 14 anos, devido ao grande desenvolvimento económico, social e cultural que se conseguiu.

Quem percorre a nossa Região não pode deixar de constatar os diversos empreendimentos realizados, nem os benefícios de natureza social e cultural que se usufruem.

Todas as nossas ilhas estão servidas por avião e, por esse motivo, já não sentimos o isolamento, que causava angústias principalmente aos que viviam nas ilhas consideradas de menor importância.

Contudo, aguardamos que a SATA **voe para a Graciosa ao sábado**, não só na época de verão, mas todo o ano. E para que se contemple o anulamento do citado isolamento, falta-nos ainda os **barcos** que esperamos venham um dia a ser uma realidade.

Ao apreciarmos o Plano e o Orçamento para o próximo ano, verificamos que não estão previstas todas as acções, que gostaríamos que fossem realizadas, e que as dotações de alguns Programas são inferiores ao que tínhamos ambicionado. Mas, se os recursos financeiros não permitem avançar tão rapidamente quanto conviria e desejávamos, teremos de reconhecer que foi preferível o Go-

verno apresentar um **Plano realista**, que possa ser cumprido, em vez de nos criar falsas expectativas.

No que diz respeito à Graciosa, 1991 será o ano da obra da ampliação da **estrutura da saúde** que foi recentemente adjudicada e também da remodelação das **Termas do Carapacho** que é aguardada há vários anos. São realizações que consideramos de grande importância.

Apraz-nos registar que o Governo prevê continuar a proporcionar o aumento e a melhoria do **parque habitacional** dos Açores, pois as carências neste sector são ainda grandes e existem inúmeras famílias que, por si só, não podem encontrar solução para os seus problemas.

Para a ilha Graciosa está prevista no Programa 17 a verba de 42.871 contos, sendo 6.627 contos para aquisição e infraestruturas de solos a ceder para construção, o que facilitará a edificação de casa própria a muitas pessoas que não possuem terreno.

Do Projecto de "Apoio à Construção e Aquisição de Habitação Própria" beneficiaram naquela ilha, em 1990, 23 famílias, estando prevista a verba de 15.463 contos para o próximo ano e ainda 6.627 contos para bonificação de juros no Sistema de Apoio Financeiro à Habitação (SAFIN).

Sendo importante a construção de novos edifícios, não podem deixar de ser apoiadas as pessoas que pretendem ampliar ou melhorar as condições das suas habitações. Tendo em vista apoios a essas obras, o Governo põe à disposição dos Graciosenses as verbas de 4.418 contos e de 8.836 contos, tendo sido concedida para recuperação da habitação degradada, no corrente ano e para a minha ilha, a quantia de 48.801.688 \$ 00, o que me apraz registar com satisfação.

As dotações apontadas na Proposta, ora em análise, não dão resposta a todas as necessidades que existem no sector habitacional, mas, ao serem aplicadas, diminuirão bastante as carências.

A par da melhoria das habitações, são urgentes outras medidas para que as nossas ilhas sejam mais belas e onde todos possamos viver melhor.

A **pavimentação de estradas** e todas as **acções tendentes a beneficiar o ambiente** são de grande importância.

Hoje por todo o Mundo as questões ambientais ganham dinâmica e mais adeptos.

Toda essa actividade se insere numa nova maneira de "entender" que, sem um ambiente verdadeiramente protegido, não pode existir

uma vida saudável e com qualidade.

A protecção dos recursos naturais é, pois, um vector importante em toda essa acção.

As ilhas dos Açores, por serem zonas ambientais muito sensíveis, merecem a nossa atenção e estímulo e ainda informação correcta a quem nos rodeia, para que a ideia válida e essencial da protecção ambiental seja uma realidade.

A ilha Graciosa não foge à regra nesse aspecto; daí a nossa preocupação de que, ao lado da informação que felizmente a televisão e alguns cartazes nos vão trazendo, sejam implementadas localmente acções de sensibilização ao nível das escolas e do público em geral.

E também necessário motivar as pessoas e essencialmente os agricultores para que recorram às ajudas que o Governo coloca ao seu alcance para o povoamento florestal.

Essa sensibilização terá de ser feita por técnicos do sector, no caso da Graciosa, devendo ser deslocados para lá o tempo necessário ao cumprimento de tão importante tarefa.

As bermas das estradas têm vindo a ser embelezadas com árvores e plantas ornamentais, mas muito há ainda a fazer, para que o seu aspecto seja cada vez melhor.

O Governo terá de dar maior atenção à necessidade de serem plantadas árvores para protecção dos terrenos e cultura, nomeadamente os das zonas da beira-mar que são atingidas por ventos fortes.

Nas minhas preocupações não esqueço o problema do lixo, da limpeza da orla marítima, da qualidade da água e do ar vectores bases para se proporcionar à população uma vida mais condizente com padrões a que todos aspiramos.

As verbas inscritas no Plano para preservação e melhoria do ambiente são valioso contributo, porque permitirão a realização de acções por parte do Governo, mas serão eficazes se houver empenhamento de toda a população.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Roma e Pavia não se fizeram num dia",

O desenvolvimento dos Açores nunca estará concluído.

A medida que se vai dando resposta a uns problemas, vai-se descobrindo outros para os quais é preciso encontrar solução.

**E este trabalho, que nunca acabará,** mas que exige saber optar e esforço continuado, **que tem entusiasmado os sociais democratas** que têm tido responsabilidades governativas.

O Plano que estamos a discutir não contempla todas as acções que sabemos serem necessárias, porque não é um Plano de Longo nem de Médio Prazo.

**E o Plano possível para o próximo ano.**

Vamos dar-lhe o nosso voto favorável, com a consciência de que **estamos a contribuir para o progresso dos Açores e melhoria da qualidade de vida,** não só do seu Povo, como também de todos os que decidiram aqui fixar-se, ou venham a tomar essa opção.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Srs. Deputados, terminaram as inscrições dos Srs. Deputados e dos Srs. Membros do Governo.

Antes de passarmos à parte final, vamos fazer um intervalo de 20 minutos, para refrescar a Sala e nós também descansarmos um pouco.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 00,35 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos recommear os nossos trabalhos.

(Eram 02,00 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pede uma interrupção de 30 minutos e pedimos também a tolerância da Mesa: se porventura o tempo não for suficiente, não vamos abusar da vossa paciência, como o tempo que foi utilizado em que, 20 minutos, se transformaram praticamente em 2 horas.

Espero que a maioria não reuna até nós podermos decidir sobre estas matérias.

Muito obrigado.

**Presidente:** A meia hora está concedida. Gostaria também de apelar para a sua compreensão e dizer que nunca a Mesa deixou de ter as tolerâncias de tempo necessárias para as reuniões dos Grupos Parlamentares e para os entendimentos políticos necessários.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 02,05 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos recommear os nossos trabalhos.

(Eram 03,00 horas)

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs.

**Membros do Governo:**

A vida política regional tem tido uma acentuada evolução resultante fundamentalmente do crescimento acelerado que o descontentamento vem tendo na nossa Região.

As propostas de Plano e Orçamento para 91 e a proposta de alteração ao PMP 89/92 que agora acabamos de apreciar são bem a demonstração prática das razões do descontentamento.

De facto o Governo Regional e o PSD, postos perante problemas tão sérios como a estagnação do crescimento económico, as dificuldades financeiras, a não resolução de importantes problemas sociais, a não aceleração da corrente emigratória, a falta de perspectivas de futuro para a agro-pecuária, as incertezas nos outros sectores, a falta de efeitos gerais do investimento económico e muitos outros, apresenta propostas que encerram a mesma política paleativa e reforçam até, o imediatismo.

Perante a avalanche de problemas, o Governo Regional reage, persistindo nas mesmas soluções, exactamente as mesmas que criaram e agravaram tantos problemas.

A Região Autónoma dos Açores necessita, com muita urgência, de uma política que seja capaz de alterar o desastroso rumo que as questões de interesse colectivo estão a ter.

E necessária uma política económica que, simultaneamente, assegure o crescimento e vise uma distribuição muito mais justa de rendimentos.

Essa política, que tem que ser concebida e realizada no quadro das novas realidades envolventes, tem que ter regras e mecanismos especificamente concebidos para esta economia insular e distante. Temos que nos desenvolver, mas não podemos conseguir isso com regras que ignorem as nossas permanentes desvantagens.

E urgente uma política social que vise, prioritariamente, a correcção de gritantes assimetrias existentes, que procure criar condições para uma constante melhoria da qualidade de vida, que garanta o direito que os açorianos têm que ter de poderem viver na sua terra, que abra à juventude os horizontes largos da esperança e da certeza.

São indispensáveis uma política educativa e cultural que, para além de instruir, torne cultos cidadãos que queremos que sejam cada vez mais livres.

Tudo isto tem que ser construído no quadro de um aproveitamento rigoroso e perfeito das virtualidades políticas e administrativas que o sistema constitucional da autonomia

encerra em si mesmo.

O Orçamento e o Plano são incorrectos e inadequados porque não querem dar as respostas necessárias.

O Governo do PSD, ao afastar-se tanto das realidades e dos problemas, deixa de ter qualquer hipótese de contribuir para uma evolução positiva das situações, comprometendo mesmo, com as suas orientações, a própria sobrevivência do sistema autonómico.

Por tudo isto, o PCP/Açores irá, na generalidade, votar contra o Plano, contra o Orçamento e contra a proposta de alteração ao PMP.

Reafirmamos, entretanto, a nossa disponibilidade em contribuir para que, na especialidade, alguns desequilíbrios possam ser parcialmente corrigidos.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Para o PCP-Açores é evidente que as propostas de resolução só agora apresentadas pelo PSD são fundamentalmente uma monstruosidade.

**Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!**

**O Orador:** A afirmação tem como fundamento o facto de o ponto 2 da proposta de resolução que aprova o Plano para 1991 ser constituída por uma recomendação pormenorizada, mas referente a matéria que os Programas do Plano não contemplam.

Aresce que quando nessa recomendação se afirma que os pontos nela contidos serão tratados com verbas que resultem da poupança na execução do Orçamento Corrente, está o Governo Regional a reconhecer, de forma aliás grosseira, que não elaborou um Orçamento Corrente de poupança, austeridade e contenção.

**Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!**

**O Orador:** Numa palavra, o Governo recusa-se a programar acções muito urgentes e o PSD, em vez de propôr a devida e exigida por lei, programação dessas acções, propõe que esta Assembleia aprove, sob a forma de recomendação, um plano paralelo ao Plano propriamente dito.

O manobrismo político não tinha antes atingido nunca este nível totalmente carente de rigor e recheado de oportunismo.

Governar assim é brincar com as instituições.

O que o PCP faz com esta proposta de recomendação é transformar as propostas de alteração, esta tarde apresentadas na Mesa pelos três Partidos da Oposição, em meras recomendações sem valor global nem correspondência orçamental.



**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

O **Orador:** O PCP mantém todas as suas propostas de alteração e desafia todos os Srs. Deputados, que defenderam soluções semelhantes, a agirem de acordo com a sua consciência.

Disse.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS e do CDS)

(Protestos inaudíveis entre a bancada do Governo e a bancada do PS)

**Presidente:** Srs. Deputados, peço que mantenham a calma. Estamos todos cansados, estamos aqui há muitas horas, ainda temos um longo trabalho a fazer e, assim sendo, peço realmente calma para podermos ouvir o Sr. Deputado Rui Meireles.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

**Deputado Rui Meireles (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta Assembleia acabou de cumprir um dever estatutário da mais alta relevância para a vida regional como o é a análise e discussão da Proposta do Plano e Orçamento para 1991 e da Proposta de Alteração ao PMP 89/92 que vai possibilitar ao Governo administrar a Região sob o ponto de vista Económico e Financeiro, Social e Educativo.

O debate de 3 dias chegou ao seu termo e foi o primeiro que foi discutido na nova sede da Assembleia Legislativa Regional, efeméride esta que fica para a História.

Os debates ocorreram com vivacidade e o Grupo Parlamentar do CDS emprestou à discussão dos assuntos a sua colaboração, prestigiando e enriquecendo, dentro do quadro e da visão política que o caracteriza como partido democrata cristão de índole humanista-personalista. Foi dentro deste quadro que questionámos o Governo com urbanidade, exercemos oposição construtiva e apresentámos propostas alternativas de inegável valor para a Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

As Propostas de Alteração ao PMP 89/92 introduziram graves distorções ao Plano e Orçamento para 1991, obrigando o Governo "a rever" a política de desenvolvimento para os Açores caracterizada pelo Triunfalismo fácil e cego do tempo das vacas gordas, onde se não investiu o suficiente para aumentar os recursos económicos e financeiros que possibilitem uma maior autonomia financeira em relação ao exterior. Pelo contrário, as

dificuldades criadas pela falta de financiamento só previstos na imaginação do Governo, vieram pôr a nu o desastroso dimensionamento da máquina administrativa.

Mostrando-se impotente para criar condições de desenvolvimento ao sector produtivo da Região, a crise económica agrava-se, atingindo de maneira brutal o sector agropecuário que se debate no estertor do seu desespero como evidenciam as recentes manifestações nas duas Ilhas mais populosas dos Açores.

Entretanto este Governo que parece não ter aprendido ainda que se Governo mais com acções do que com palavras, mantém-se em relação à iniciativa privada numa postura de louvaminhas à mesma, mas ainda não encontrou o jeito político de criar as condições que numa forma genérica e abstracta potenciem e estimulem o seu desenvolvimento.

Para cúmulo desta desgraça e como factor altamente prejudicial ao desenvolvimento regional faz recair o maior corte orçamental precisamente no sector agropecuário e das pescas.

De resto, a esta situação só foi possível chegar pela incompreensível atitude de cegueira face às críticas e aos avisos que de, há muito tempo, o Grupo Parlamentar do CDS vem fazendo ao Governo.

Efectivamente denunciámos, de há muito, o irrealismo com que o Governo previu as receitas, quer do PMP 89-92, quer dos Planos e Orçamentos subsequentes, mas não fomos ouvidos. Chamámos a atenção do Governo para o rigor na execução dos Planos e foi como se não falássemos;

Chamámos a atenção do Governo para a necessidade de contenção das despesas correntes em favor dos investimentos, mas o Governo a nada se moveu, enclausurado na sua torre de marfim, prisioneiro da sua auto-suficiência e da sua onisciência. Alertámos o Governo para os perigos numa cada vez mais crescente e mais gravosa dívida pública, mas a nossa voz não foi escutada com a ponderação que a mesma merecia.

Este Governo parece não ter entendido que se é verdade que quem ganha as eleições tem o direito indeclinável e o dever de governar, deve assumir, por outro lado, a atitude humilde de escutar e aprender com as críticas da oposição. A sã dialéctica entre a maioria e a oposição constitui o cerne do regime democrático. E é condição de desenvolvimento. Aquilo que nos congrega aqui nesta Assembleia, órgão máximo da Autonomia, é o mesmo amor à causa do desenvolvimento económico, social e cultural dos Açores espelhando natu-

ralmente nas concepções doutrinárias que enformam e distinguem cada um dos Partidos, mas todos eles imprescindíveis à causa da liberdade. Pluralismo de ideias, são convívência, respeito mútuo e o mesmo amor à causa, eis os vectores que inevitavelmente vão conduzir à estabilidade política, ao progresso social, económico e cultural dos Açores, ao enraizamento e apego da sua população à terra onde nasceu e onde livremente quer encontrar condições para realizar o projecto duma vida digna, aferida pelos parâmetros da modernidade a que nos habituou a civilização ocidental em que estamos inseridos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estas Propostas de Plano, Orçamento e Alteração ao PMP 89/92 reflectem a falência do Governo em matéria de programação e marcam um recuo evidente face às justas expectativas criadas ao povo dos Açores, por isso não merecem a nossa anuência. Trata-se de 3 propostas que vão imprimir um crescimento demasiado moderado, fruto e consequência lógica de erros acumulados no passado, e por isso não potenciadores do desejável desenvolvimento económico e social que aproxime os Açores e o seu povo, cada vez mais, do nível de vida da Europa da C.E.E..

Este Plano e Orçamento afasta-nos cada vez mais dos níveis de vida da Europa da C.E.E., acentuando a insularidade.

Estas propostas não dignificam a Autonomia que tem, por essência, exactamente o maior e mais rápido desenvolvimento regional considerado no seu todo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vivemos num tempo de mudanças rápidas. A distância que nos separa do eixo de decisões é cada vez mais curta. A técnica evoluiu ao ritmo surpreendente e precisamos de prevenir os nossos jovens para o embate com esse mundo que é o deles. Daí que se torna necessário imprimir um novo e maior dinamismo ao sector educativo que se encontra prisioneiro nas malhas duma deficiente rede de construções escolares, e sobretudo duma preocupante falta de docentes e instrumentos pedagógicos que preparem convenientemente os jovens para viver e actuar no seu tempo sem esquecer de forma alguma a componente humanista da educação que aproxima o homem de si mesmo.

Quero deixar aqui expressa nesta intervenção final e sobre esta matéria que, apesar de constatar as graves limitações na Educação, reconhece o Grupo Parlamentar do CDS

que foi efectuado um esforço financeiro notável neste sector de cujo investimento vamos ter, oxalá, reflexos positivos no curto ou médio prazo.

A Juventude dos Açores merece esse esforço e o Povo dos Açores reclama-o.

Sobre a Proposta de Resolução apresentada recentemente pelo Grupo Parlamentar do PSD, o CDS reservará os seus comentários para a proposta que irá apresentar sobre esta matéria.

Muito obrigado.

(Aplausos do PS e do PCP)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Três factos políticos marcaram, de uma forma indelével, a vida política regional durante a última semana. Foram factos invulgares ou anormais na condução da vida política desta Região e consubstanciaram-se em uma "demissão relâmpago" de um Membro do Governo, numa "eleição eterna" eternamente prolongada - de uma Mesa da Assembleia, que a maioria não conseguia fazer aprovar, e, hoje, ao terminar o debate que durou três dias, mais uma situação anómala - esta mais grave - vem, de facto, ensombrar a vida democrática da nossa Região.

Estivemos durante três dias a trabalhar com seriedade. Mas foram os partidos da oposição que deram o exemplo nesta Casa: trabalharam afincadamente para aperfeiçoar os documentos que o Governo tinha apresentado a esta Câmara, fizeram propostas de alteração fundamentadas, muito trabalho representou este esforço e ele está, visivelmente, demonstrado nas propostas de alteração ao Orçamento e Planos para 1991.

Entretanto, o Governo Regional, apoiado na maioria precária que, a partir de agora, vai suportá-lo enquanto ele estiver em funções, tentava, a todo o custo, fazer vingar a sua proposta permanecendo numa situação de permanente angústia, afirmando, com veemência, perante esta Câmara, que o seu projecto era inatacável, que as suas propostas eram realistas, transparentes e rigorosas e, agora, Senhores Membros do Governo, a maioria, que vos apoia, rasteira-vos às 3 horas da manhã com uma proposta de resolução que tem uma recomendação que, em todo o seu pormenor, vai contrariamente a todas as "profissões de fé" de todos os Senhores Secretários Regionais - desde o Senhor Secre-

tário das Finanças - que, exaltadamente e no seu estilo peculiar, vieram dizer a esta Câmara que não era possível efectuar mais um "corte" porque talvez algum "desgraçadinho" deixava de ter uma cama num hospital, que era impossível construir um polivalente porque tudo tinha de ir para a Segurança Social nessa Secretaria.

Agora, Srs. Membros do Governo, perante esta proposta de resolução, a ser aprovada, o que vai fazer o Sr. Secretário Regional das Finanças? Demitir-se?

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado):** Não! Não!

**O Orador:** Ou não vai cumprir? Porque se não se vai demitir, não é um político sério!

(Protestos inaudíveis da bancada do Governo)

**O Orador:** Porque se o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais não se demitir, não é um político sério!

(Protestos inaudíveis da bancada do Governo)

**O Orador:** Porque se o Sr. Secretário Regional da Administração Interna não se demitir, não é um político sério!

(Protestos inaudíveis da bancada do Governo)

**O Orador:** Ou, então, o Grupo Parlamentar do PSD trouxe para o seu seio e transmitiu para esta Assembleia o vício, o contágio de todas as anormalidades que este Governo pratica, assumiu-as neste Parlamento, contaminou este Parlamento com toda a perversão que marca a vida política da Região pela acção deste Governo Regional.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** É inadmissível que no órgão máximo da Autonomia Regional se permita uma ofensa, ao Povo dos Açores, deste género!

E inadmissível que, em substituição de propostas concretas que visavam resolver problemas concretos, com o devido apoio e fundamento orçamental, se substitua essas propostas por textos não vinculativos - que não vinculam o Governo.

Ora, esta Câmara vai, porventura, aceitar mais um "cheque em branco" ou dar mais um "cheque em branco" a este Governo?!

Esta Câmara, que durante 14 anos seguidos "carimbou" as propostas do Governo, e desta vez deu sinais de maturidade, vai abdicar de ter amadurecido porque foram muitas as vozes que aqui vieram dizer que já não se podia confiar neste Governo, porque basta-

va olhar para o nível e taxas de execução dos Planos e Orçamentos para se saber que as propostas eram sempre muito optimistas, mas que, na execução em determinadas ilhas, particularmente, e na generalidade também, o Governo ficava sempre aquém do prometido?

Será que, agora, através de um texto de carácter não vinculativo, através de uma recomendação imperfeita, onde se assimilam todas as propostas da oposição sem qualquer fundamento orçamental, se pode perceber que este Governo, de rigor, realista e transparente, vai levar a sério este texto?!

Eu, se fosse Membro de um Governo sério e democrático, eu, se fosse Presidente do Governo Regional, informava o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD que, em circunstância alguma, respeitaria esta "papeleca" porque isto não vale absolutamente nada.

E pena que o Povo dos Açores nunca saiba que este debate aconteceu!

E pena que o Povo dos Açores não saiba, porque a Comunicação Social não o vai dizer, que a Autonomia está a saque!

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)

**O Orador:** Agora, é que ficámos a saber, como já sabíamos mas a demonstração pública está feita, que os problemas da Autonomia têm muito pouco a ver com Cavaco Silva! O mal está aqui está na nossa frente! Aqui é que está o mal da Autonomia!

(Aplausos do PS)

E se esta Assembleia dá cobertura a esta manobra de "plagiato" - porque nem sequer tiveram a criatividade de fazer qualquer coisa de inovador - que tem um único objectivo, ou seja, enganar aqueles que, na maioria, pensam que ainda se pode dar mais uma chance a este Governo, estão a insultar a inteligência de um e cada deputado desta sala.

Eu sinto-me ofendido e em nome do Grupo Parlamentar do PS protesto contra a forma vil como se tratam as questões de interesse regional: pela pressão, pela coacção, pela falta de liberdade com que este Governo gosta de imprimir a sua vontade naqueles que ainda estão dispostos a estar sob a sua influência.

(Protestos inaudíveis do PSD e do Governo)

**O Orador:** Este é o problema desta Região!

Por isso, dá-me vontade de rir que, dessa bancada, queiram, alguma vez, dar lições de democracia e falem em "perestroikas": a "Pe-

restroika", nos Açores, tem que se fazer aí, em primeiro lugar!

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Protestos inaudíveis do PSD e do Governo)

**O Orador:** A "Perestroika" nos Açores chegará, Sr. Presidente do Governo Regional e Srs. Deputados, porque o Povo dos Açores vai saber que isto aconteceu e as propostas de alteração vão circular e o Povo dos Açores vai saber que se compram serviços de porcelana de 8 mil contos (e vão continuar a comprar!) e que os Srs. Secretários vão continuar a viver em estadão e que vão tentar suportar sempre uma Região que está a ser infiltrada por todos os vícios de uma Administração Central que pretendem criticar, por vezes.

Este é o problema de uma Região Autónoma, que está viciada por 15 anos de governação de um partido que tem tido sempre o mesmo governante à sua frente, que não tem outro estilo e que não sabe renovar e que, portanto, vai desrespeitar tudo isto que está aqui...

(Protestos inaudíveis da bancada do Governo)

**O Orador:** ...porque, se não respeitar, mentiram durante todos estes dias nesta Câmara...

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ...porque querem ser sérios e não o podem ser. E um paradoxo: se quiserem ser sérios, são mentirosos, o que é também uma qualidade muito pouco abonatória de um Governo ou de um governante!

Bastará ler, para cúmulo de tudo isto, a conclusão de recomendação que, para além de se comprometerem vagamente com todas as propostas da oposição, mas de uma forma incerta e não fundamentada, tem uma conclusão brilhante: ..."darão conta (se aceitarem a recomendação) à Assembleia Legislativa Regional das diligências feitas (obviamente isto pretende referir-se às diligências para o cumprimento dos preceitos da recomendação) quanto a estes objectivos no fim do 2º e 3º trimestres de 1991".

Eu estou a ver os Senhores Membros do Governo a virem aqui, daqui a 6 meses, e dizerem: "Fizemos muitas diligências, tentámos arranjar dinheiro com o Senhor Professor Cavaco Silva, mas ele não o deu! Paciência! Lá se foi o Porto de Pescas da Praia da Vitória, lá se ficou pelo caminho a Estação Hídrica das Flores, lá se ficou o problema dos polivalentes, lá ficaram enterrados, porque o Professor Cavaco Silva é, de facto, o grande

adversário da Autonomia!"

Não vale a pena percorrer 6 meses! Sabemos que isso vai acontecer! Sabemos que esta conversa vai acontecer até Outubro de 1991 quando se realizarem as eleições nacionais! Até lá, toda a culpa do vosso fracasso será atribuída a Cavaco Silva! Depois, seja qual for o resultado das eleições nacionais, se estiverem ainda no exercício de funções, vão, naturalmente, usar os "sacos azuis", que estão, obviamente, neste Plano e neste Orçamento e que nós detectámos e, por isso, "podemos fazer cortes fundamentados".

Estão ali à vista e, portanto, não tocámos nas camas dos doentes, não tocámos na ADSE, não retirámos nada do Plano de Investimentos, reforçámos as verbas e, por isso, porque sabem que têm os "sacos azuis" nas Secretarias Regionais, vão tentar fazer o que sempre fizeram: o eleitoralismo fácil a partir de Outubro de 91 para ver se têm um "resultadozinho" favorável em 1992 para as eleições regionais!

Não o vão conseguir! O Povo dos Açores já voltou as costas à vossa demagogia, e se ainda estão no poder, é porque, legitimamente, o ocupam devido a um acto eleitoral que aconteceu em 1988! Se houvesse eleições agora, temos a certeza de que já não estariam aí!

(Aplausos do PS)

(Protestos inaudíveis do PSD e do Governo)

**O Orador:** Mas termino com um pouco de humor:

Ouvi, esta tarde, falar de um programa muito importante para os Açores - o programa de escafandrismo.

E vou rematar (perdoem-me) com esta conclusão:

Não falei de questões de pormenor relativamente à Orgânica do Governo, ao seu fhanço completo quanto às privatizações, à falta de ideias e de estratégia nessa área, a toda uma incapacidade manifestada por este Governo em responder às questões essenciais, que esta bancada tranmitiu, quanto aos problemas do crescimento económico (que não existe!), quanto aos problemas das privatizações, que não se sabe quando é que se fazem porque a estratégia está a ser avaliada neste momento, enfim, não vou falar dos programas importantes porque esses já estão claramente classificados, mas de um que é simbólico. E vou resumir da seguinte forma:

Em partes do mundo onde situações de crise (infelizmente, maiores do que esta) es-

tão a, acontecer, estão a distribuir-se máscaras de gás para protecção das populações.

O Governo Regional acertou, prevendo o seu futuro, porque sabe que está a naufragar e está a fazer naufragar esta Região.

Eu peço ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente é que tome providências para que o "escafandro" seja distribuído a toda a população, para que ninguém se afogue juntamente com o Governo Regional!

(Risos e aplausos do PS e do PCP)

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)

**Presidente:** Srs. Deputados, peço que não mantenham o diálogo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Começamos por aquilo que, em nosso entender, não é certamente verdade.

Não é verdade que o processo autonómico se desenvolva sem a unidade dos Açores. O processo político que fez de nós uma região diferente, nova, melhor, foi construído sobre os pilares da unidade.

O orgulho respeitável e saudável dos que gostam de enaltecer o que é seu e têm a ambição legítima de melhorar as condições de vida das suas ilhas, não nos deve fazer esquecer também de levantar os olhos e, com isso, aumentar a visibilidade social que redundará no aperfeiçoamento do conceito de arquipélago.

Só unidos encontramos a grandeza que a geografia não nos concede e, portanto, o que é verdade, é que há um arquipélago de razões para estarmos unidos.

Não é também verdade que a Autonomia possa dispensar uma resposta do Estado no plano da solidariedade nacional.

A consciência de que a reforma do Estado passa pela descentralização ainda não está viva em todos os espíritos e é por isso que a descentralização poucas vezes é uma dádiva e quase sempre é uma conquista.

Se é verdade que as instituições autonómicas devem possuir os poderes que garantam uma orientação política própria e não vulnerável, não o é menos que, sendo a Autonomia um projecto nacional, a solidariedade do Estado é uma obrigação.

Nunca é demais sublinhar estes dois princípios condicionantes e definidores do processo autonómico, não só porque eles estão presentes na tarefa diária de construção de uns Açores melhores, como

são essenciais para o debate dos diplomas agora presentes a esta Assembleia Legislativa.

Na verdade, a dimensão política que assumiu este Plano e Orçamento para 1991, bem como as alterações ao Plano de Médio Prazo para os próximos dois anos, é muito mais vasta do que é habitual.

Procurar as razões deste facto é aprofundar a conjuntura e as condicionantes que envolvem, de forma marcante, estes importantes documentos de condução económico-financeira e de política geral.

A Autonomia Político-Administrativa dos Açores nunca foi uma aspiração abstracta, feita por quem flutua sobre a verdade dos Açores, ou seja, sobre as nossas realidades geográficas, económicas, sociais e culturais.

Tão importante quanto isso, como processo dialéctico, a Autonomia nunca foi pensada esquecendo-se o outro lado que permite o diálogo, umas vezes divergente outras vezes concordante - nada mais natural num processo político que envolve a descentralização.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é aqui que mergulha a primeira grande condicionante política dos documentos que temos debatido, ou seja, na dimensão dialéctica da Autonomia e, mais propriamente, na dimensão financeira do relacionamento entre as instituições regionais e as instituições da República.

A solidariedade nacional para com as Regiões Autónomas é um princípio que se pretende indiscutível, mas que na prática tem de ser discutido na procura incessante de o vermos justamente cumprido.

Os princípios, incluindo os constitucionalmente consagrados, têm um inevitável alcance de justiça, traduzem a concepção do Estado e o seu cumprimento só é discutível porque não é quantificável.

Recordo, apenas, que nesse sentido esta Assembleia já formulou uma solução justa que encontraria um caminho que nos oferece uma resposta adequada.

Pela forma e pela conduta, portanto sem que seja imputável a qualquer problema de natureza partidária, foi esse caminho, constitucionalmente consagrado e politicamente exigível que o Governo percorreu.

O processo é dialéctico, os resultados são também o fruto desta característica, mas pelo nosso lado nunca ninguém cruzou os braços ou negociou em jeito de saldo o que, à luz dos princípios, tem um preço justo.

Perguntar-se-á se é razão para desistir? Não, é razão para insistir.

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem!

Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Face a esta postura do Governo Regional e a esta condicionante política ninguém, logo também a oposição, pode ficar internamente satisfeita e externamente insatisfeita com os resultados obtidos, tentando com isso ganhar terreno, como se fosse possível ganhar alguma coisa quando os Açores, e não tanto os partidos, não ganham o que justamente aspiram.

De resto, não é ao nível discursivo que se demonstra fazer melhor, mas sim através, ao menos, de alguns sinais que tardam em chegar.

Para que não se diga que a dimensão dialéctica da Autonomia tem tido um peso partidário que a condiciona, nunca é demais fazer apelo às lições de História e lembrar que não são apenas os governos, mas todo o quadro institucional do Estado, que vão construindo o progresso e desenvolvimento, bem como erguendo obstáculos que só a vontade de lutar pode, com insistência, ultrapassar. Só quem não entende isso pode dar-se ao luxo fácil de desfazer-se em meras aparências que escondem a vontade que lhes vai na alma.

Não é na oposição nacional, nem na frágil habilidade desta oposição que está o remédio para as nossas condicionantes financeiras, mas sim numa perspectiva de Estado que, para além dos princípios e da sua prática, recolha com justiça a pretensão de um povo que quer recuperar atrasos e precisa de andar depressa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

E neste quadro, que obviamente e necessariamente não esgotamos nem podíamos esgotar, que o Governo Regional, na única atitude séria e responsável que podia ter, introduz as adequações financeiras que já todos conhecemos e que, no essencial, já foram aqui debatidas.

O juízo político que se impõe, obriga-nos a comentar o que alguns rotulam de "erro de cálculo" ou de incapacidade de planeamento.

Em nosso entender, governar com esperança e pensar nos Açores com ambição é preferível a, logo à partida, baixar a fasquia e prescindir de procurar o que é bom para nos satisfazermos com o razoável.

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** A atitude política não pode nem deve ser outra, pois é nela que se deve tradu-

zir a nossa postura face à Autonomia e aos Açorianos. Mas, os resultados que daí advêm impõem a sua tradução em actos de governação que não têm nada de imediatismo, mas são imediatos, não têm nada de eleitoralismo, mas tudo de realismo.

No entanto, daqui não resulta que o "erro de cálculo" foi fatal ou, tão pouco, que politicamente existiu. Quem o quiser provar tem, antes de mais, que provar que não precisamos de andar mais depressa e que não temos direito a isso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Autonomia sempre se desenvolveu ao calor das opções, por vezes tão difíceis quanto é rica a nossa dispersão geográfica.

Nos Açores, os destinatários das nossas opções nem sempre podem e muitas vezes não devem ser olhados pelo seu número, pela sua percentagem ou pela sua influência.

Aqui não se aplicam modelos que não foram pensados para a nossa dimensão, não foram feitos para a nossa gente e que, por isso, na exactidão dos seus termos, não chegam aqui com a marca do universalismo.

Aqui, o que é universal é a dignidade do Homem, o direito ao progresso, a vontade de desenvolvimento, a justiça social.

E por aquela e por esta razão que o modelo de desenvolvimento só pode traduzir uma receita própria, que sinta os Açores e que seja sentida pelos Açorianos.

Ora o modelo de desenvolvimento só pode ser solidário, deve contar com um cidadão protagonista e olhar a Autonomia à luz dos Açores, no quadro de Portugal, com o balanço da Europa e a verdade do Atlântico.

E neste cenário que os grandes objectivos de desenvolvimento que o Plano para 1991 aponta, são a dinamização do investimento privado, a dotação de infra-estruturas económicas e o aumento da sua eficácia, a promoção da coesão social, a valorização cultural e ligações às comunidades açorianas no exterior, bem como a promoção da qualidade de vida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Por vezes é de pequeninas coisas que estes objectivos se cumprem, pois se todos sentimos as grandes acções, muitas vezes as verbas gordas não fazem a felicidade de alguns.

Um pouco por toda a parte está o contributo plural que o poder político pode e deve dar para a felicidade.

Pois é, da frieza dos números salta o calor das opções.

Não se trata de um binómio reducionista, mas no momento que atravessamos é, certamente, tarefa difícil, principalmente para quem queria fazer mais, para chegar mais longe.

Planear é prometer, mas não é adivinhar obstáculos imprevisíveis, nem antecipar as soluções para os mesmos.

Mas, a verdade, porém, é que não há desculpas antecipadas, mas sim um compromisso de princípio.

Agora que se introduzem cortes orçamentais, mais do que nunca se sente a necessidade, não do rigor (que deve sempre existir), mas de decisões rigorosas.

Agora que se introduzem cortes orçamentais, mais do que nunca se deve cumprir o planeado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apesar de tudo vamos continuar a crescer.

Assumidas as condicionantes, temos de partir para as soluções, sem nunca deixar de lutar.

Assim obriga o presente e aconselha o futuro.

Das dificuldades que atravessamos, para além das soluções que encontramos e das forças que temos para as concretizar, há sinais que se actualizam, oportunidades que não podem escapar, tudo, em síntese, se traduz num erro que não podemos cometer.

E que, por tudo isso, os Açores, a Autonomia, devem ser constantemente pensados.

Não nos podemos distrair e muito menos cansar.

Nunca é cedo para olhar o futuro e pensar nesse desafio constante, os Açores.

E, por tudo o que hoje estamos a viver, devemos fazê-lo acima de tudo como responsáveis e, sempre, como açorianos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, e Membros do Governo:

Assistimos nestes dias a um vivo debate.

Foi um exercício democrático que os representantes do Povo dos Açores fizeram no órgão máximo da Autonomia, verdadeiro "coração" deste sistema político em que vivemos.

Cada um de nós tentou fazer valer as suas razões, cabe agora ao Governo Regional retirar deste debate, e do seu resultado final, as conclusões expressas por todos nós.

No entanto, há conclusões que nos parecem, desde já, claras.

Da opção dir-se-á que, ao contrário do que sempre tenta apregoar, não provou fazer

melhor e o constante anúncio prévio de vitórias que não chegam é apenas a tentativa falhada de tirar da boca do povo aquilo que o povo não diz.

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Que a oposição está no seu papel, estamos todos de acordo, agora que inflacione a representatividade que não tem é que ninguém percebe.

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Este tipo de discurso político que assistimos não disfarça factos, não contraria argumentos, nem pode esconder fraquezas.

Sempre que a oposição quiser demonstrar que é alternativa, tem de colocar-se ao nível de quem, em vez de uma visão parcial tem responsabilidades globais, para além de discursos tem de governar, para além do acessório, tem de responder ao essencial.

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Por isso a oposição é isso mesmo, mas não alternativa global e credível.

E bem verdade que ninguém, principalmente nesta conjuntura, vê nestes documentos a resposta total aos problemas dos Açores.

Em bom rigor é acima de tudo numa visão global que quem governa pode resolver os problemas, sendo certo que, o que é parcial, é importante e, até, pertinente.

Um projecto ganhador tem de encontrar na sua concretização as razões de uma vitória, no seu espírito a luz da esperança, na inevitável ausência da sua plenitude, mas na certeza da sua unidade, o compromisso de irmos fazendo sempre o melhor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Planear é sentir o progresso, antever o desenvolvimento, confirmar a justiça social, assumir a solidariedade, numa palavra olhar para a frente, que é como quem diz, traçar o futuro.

Cada acção prevista nestes documentos tem um destinatário, cada verba tem um sentido, cada objectivo corresponde a uma obrigação.

O Governo Regional, num sistema parlamentar como o nosso, sai daqui com uma grande responsabilidade, que teve origem nele próprio ao propor estes documentos, mas que agora também nos corresponsabiliza e nos concede o objecto da nossa fiscalização, acompanhamento eficaz e juízo político cons-

tante.

A representatividade que em cada um de nós se traduz, faz com que no exercício maioritário dos votos, este Plano e Orçamento para 1991 e esta alteração ao Plano de Médio Prazo, sejam as orientações para aqueles que, como o Governo, olham por todos os açorianos, por todas as ilhas, numa palavra, pela unidade e pelos Açores.

Este não é o Plano ideal, justamente porque a realidade também não é a ideal.

As opções que neste quadro introduzimos são as correctas, fruto de um realismo que fomos obrigados a introduzir e aceitar, porque quem governa não pode esperar.

Mas se se aceita, como acto de planeamento esta realidade, não podemos nunca baixar os braços e deixar de insistir nas razões justas das nossas aspirações.

O rigor e o cuidado, a responsabilidade e a dedicação, o respeito e o amor pelos Açores, devem acompanhar, dia a dia, a execução destes documentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Muitos, lá fora, esperam pela decisão que hoje vamos tomar. Têm expectativas legítimas e anseios justos.

Façamos da política, mais uma vez, a melhor resposta a tudo isso.

Muito obrigado.

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem agora a palavra, para encerramento do debate, o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Sr. Presidente, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Nas presentes circunstâncias, de todos conhecidas, decerto compreenderão, a Câmara e a Região, que o meu discurso seja breve.

Não faltarão outras ocasiões para tomar posição, pessoalmente, no debate parlamentar e público dos grandes temas regionais.

Quanto às questões de desenvolvimento e financeiras, várias vezes o fiz ainda no decurso do Verão passado. Aliás, por intervenção dos seus vários membros, todo o Governo aqui esteve a defender as suas teses, com expressivo apoio da maioria parlamentar.

Aproveito para agradecer a Vossa Excelência, Sr. Presidente e também aos Srs. Deputados, a expressão de solidariedade com que me têm acompanhado nestes dias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secre-

tários e Subsecretários Regionais:

As propostas que o Governo aqui trouxe têm também o seu quê de doloroso, noutra plano embora.

Confrontado com apreciável redução dos recursos financeiros esperados na altura em que se elaborou e aprovou o Plano de Médio Prazo, o Governo submete à decisão da Assembleia Legislativa Regional um corte de cerca de 30% nos investimentos previstos.

Retirar 50 milhões de contos de projectos - todos eles importantes e de alta prioridade - dos programas de desenvolvimento de uma Região com as características da nossa, confrontada com os desafios da inserção no espaço da Comunidade Europeia, exige opções muito difíceis e até mesmo perturbantes.

O Governo não se furta a elas - e estou certo que esta Câmara também não!

Vimos aqui por respeito à verdade!

Se a solidariedade nacional nos aparece, de várias maneiras, atrofiada; se as legítimas expectativas sobre a solidariedade europeia - filtradas, aliás, também por decisões de âmbito nacional - não vão tão longe como seria justo e desejável - melhor é ajustarmos os nossos propósitos de progresso, de modo que todo o Povo Açoriano, os operadores económicos e os cidadãos em geral, saibam com que se pode contar.

Os termos do nosso compromisso, com a Assembleia Legislativa e com o Povo que legitimamente representa, têm de ser alterados.

É de resto necessário agir depressa para recuperar o crédito de eficácia que o Governo e a Administração Regional devem ter perante a opinião pública e que foi seriamente afectado nestes últimos dois anos.

Habitúamo-nos, em tempos anteriores, a programar com vistas largas e a executar com rigor, a mais de 80 ou mesmo de 90 por cento do previsto.

Mercê das dificuldades financeiras da primeira metade do mandato do IV Governo Regional, que precisamente hoje se completa, tivemos de manobrar sempre com o pé no travão, apontando para limites de execução do Plano da ordem dos 60 ou 70 por cento, a fim de evitar a derrapagem financeira e mesmo assim com todos os problemas de tesouraria que tanto desgastam a imagem do Governo e sobretudo prejudicam a economia regional. Foi também constante a preocupação do Governo em refrear as despesas correntes, apesar do aumento de encargos derivados do novo sistema retributivo da Função Pública.



Modificado, nos termos propostos, o nosso contrato de progresso, com a Assembleia Legislativa Regional e, através dela, com o Povo Açoriano, vamos cumprir, de acordo com o nosso hábito de gente honrada, os compromissos.

O Governo merece confiança!

A primeira parte do nosso mandato não correu tão bem como desejaríamos.

Mas os créditos anteriormente acumulados são título bastante para restaurar, nestes novos parâmetros, a motivação de todos para as tarefas de desenvolvimento.

Porque a imagem soturna e negativa que a Oposição pretende dar do Governo e da maioria que o apoia não corresponde à realidade!

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Quem sacudiu as nossas ilhas, arrancando-as do seu atraso antigo, para uma fase de dinamismo económico, social, cultural e político, nunca visto?

Quem uniu os Açorianos num projecto comum de Autonomia e desenvolvimento que é, afinal em última análise, de liberdade e de justiça?

Quem tornou realidade os sonhos de tantas gerações de Açorianos, desvelando perante o nosso País e perante o mundo, uma Região bela e cheia de potencialidades, forte na sua identidade cultural, ansiosa de afirmar-se e assumir o lugar a que legitimamente tem direito?

Nem sempre foi possível satisfazer a todos - se é que, alguma vez, tal é possível...

Por outro lado, muita coisa ainda espera oportunidade de vir a ser.

Há compreensíveis desânimos, sensações de preterição, insufridas reclamações por mais, sempre mais...

Daqui aceno com esperança: é agora!

E agora, insisto, para o que nos propomos realizar, visando um novo salto qualitativo, no plano económico e social, para todos os Açores, sempre unidos e solidários, no quadro português, europeu e atlântico, que é o nosso.

Muito fica desde já pendente e novas necessidades hão-de ir surgindo.

De tudo tomo nota, com cautela - para as adaptações que a acção governativa sempre implica. E também para o programa do nosso mandato seguinte!

(Aplausos do PSD e do Governo)

(Risos do PS)

**Presidente:** Srs. Deputados, passamos agora às votações.

Votaremos, em primeiro lugar, a Proposta de Plano para 1991, fazendo uma votação na generalidade e, depois, passando à votação na especialidade por programas.

Eu declaro, como é óbvio, que votarei com o meu partido.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta do Plano para 1991 foi aprovada, na generalidade, com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Passamos, agora, à votação na especialidade.

Para o Programa nº 1 há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, que vai ser votada em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta apresentada pelo Partido Socialista foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa nº 1 na proposta apresentada pelo Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 1 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Programa nº 2, para o qual não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 2 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Programa nº 3, para o qual há uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista, a qual vai ser votada em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que concordam com

esta proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta apresentada pelo Partido Socialista foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa nº 3 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 3 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 2 votos favoráveis do CDS e registou 22 votos contra do PS e uma abstenção do PCP.

**Presidente:** Programa nº 4, para o qual não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O Programa nº 4 foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Programa nº 5, para o qual há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, que vai ser votada em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta apresentada pelo PS foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 1 voto favorável do PCP e 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Votamos agora o Programa nº 5 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 5 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 22 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Programa nº 6, para o qual não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra fa-

çam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 6 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 22 votos favoráveis do PS, 1 voto favorável do PCP e registou 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Programa nº 7, para o qual há uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista e outra apresentada pelo PCP. Votaremos em primeiro lugar, a proposta apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta apresentada pelo PS foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Agora votamos a proposta apresentada pelo Partido Comunista Português.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta apresentada pelo PCP foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, 22 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa nº 7 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 7 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Programa nº 8, para o qual não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O programa nº 8 foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Programa nº 9, para o qual também não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 9 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 22 votos

favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E para dizer que votei ontra este programa na medida em que, no Plano de Médio Prazo que o Governo aqui trouxe, neste mesmo programa continha a projecção de construção de residências para pessoal de saúde no meu círculo eleitoral - Ilha das Flores.

Uma vez que isso não foi contemplado nos anos anteriores nem está contemplado para o próximo ano, só me restava manifestar o meu desacordo com o modo como o Governo projectou este programa.

Disse.

**Presidente:** Passamos ao Programa nº 10, para o qual também não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 10 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Programa nº 11, para o qual também não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O Programa nº 11 foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para o programa nº 12 há uma proposta de aditamento, apresentada conjuntamente pelo Partido Socialista, pelo CDS e pelo PCP, a qual fica desde já à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de aditamento façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Passamos agora ao Programa nº 14, para o qual não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 14 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 22 votos favoráveis do PS, registando 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Programa nº 15, para o qual também não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 15 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Programa nº 16, para o qual também não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 16 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 22 votos favoráveis do PS, registando 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Programa nº 17, para o qual não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O Programa nº 17 foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Programa nº 18, para o qual há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, e que fica desde já à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta apresentada pelo Partido Socialista foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, 22 votos favoráveis do PS, 1 voto favorável do PCP e registou 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Votamos agora o Programa nº 18 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 18 foi aprova-

do com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 22 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Programa nº 19, para o qual há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, e que passamos a votar de seguida.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta apresentada pelo Partido Socialista foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa nº 19 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 19 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Programa nº 20, para o qual há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Comunista Português, a qual fica, desde já, à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada pelo PCP foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa nº 20 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 20 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Programa nº 21, para o qual não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 21, foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Programa nº 22, para o qual não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 22 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 22 votos favoráveis do PS, registando 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Programa nº 23, para o qual não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 23 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 22 votos favoráveis do PS e 1 voto favorável do PCP, registando ainda 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Programa nº 24, para o qual há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, que passamos a votar de seguida.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta apresentada pelo Partido Socialista foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa nº 24 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 24 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 22 votos contra

do PS e 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Para o programa nº 25 há uma proposta de aditamento apresentada pelo PCP e uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista. Começamos a votação pela proposta de aditamento.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento, apresentada pelo PCP, foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Agora votamos o Programa nº 25 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 25 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Programa nº 26, para o qual não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O Programa nº 26 foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Programa nº 27, para o qual também não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 27 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Programa nº 28, para o qual

também não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O Programa nº 28 foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao Programa nº 29, para o qual também não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 29 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Para o Programa nº 30 também não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputados que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 30 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 22 votos favoráveis do PS, 1 voto favorável do PCP, 1 voto favorável do CDS e 1 abstenção do CDS.

**Presidente:** Programa nº 31, para o qual há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Comunista Português, e que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração, apresentada pelo PCP, foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votei favoravelmente a proposta que apresentei em relação ao Programa nº 31 - Apoio ao Sector Energético - na medida em que considero, como aliás referi na intervenção que fiz sobre este assunto aquando da discussão do Plano, que o quantitativo, na verba desagregada e neste programa, em relação ao Apoio à Federação dos Municípios da Ilha das Flores e ao projecto de aproveit-

tamento dos recursos hídricos da Ilha das Flores, é diminuto, na medida em que a verba contemplada é bastante inferior à orçada para o corrente ano e também inferior à executada em relação ao ano transacto.

Disse.

**Presidente:** Votamos agora o Programa nº 31 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 31 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 2 votos favoráveis do CDS, registando 22 votos contra do PS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Para o Programa nº 32 há uma proposta de aditamento apresentada pelo CDS e uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista. Começamos pela proposta do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora a proposta de aditamento apresentada pelo CDS.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa nº 32 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 32 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Programa nº 33, para o qual não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 33 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Programa nº 34, para o qual não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O Programa nº 34 foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Programa nº 35, para o qual há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, e que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada pelo PS foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa nº 35 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 35 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP, registando 22 votos contra do PS.

**Presidente:** Programa nº 36, para o qual não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O Programa nº 36 foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Programa nº 37.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O Programa nº 37 foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Programa nº 38.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O Programa nº 38 foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Programa nº 39.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O Programa nº 39 foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Programa nº 40.

Os Srs. Deputados que concordam façam

o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O Programa nº 40 foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Programa nº 41.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 41 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 22 votos favoráveis do PS e 1 voto favorável do PCP, registando 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Programa nº 42, para o qual há uma proposta de aditamento, apresentada pelo Partido Socialista, e que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta apresentada pelo Partido Socialista foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votámos favoravelmente esta proposta apresentada pelo Partido Socialista na medida em que considerávamos que se ela tivesse sido aprovada por esta Câmara teria sido importante, na medida em que iria permitir que nas ilhas mais carenciadas de habitação para técnicos, principalmente para professores, por uma cooperação entre a Administração Regional e Local poder-se-ia dar início à construção das ditas habitações.

Consideramo-lo mais importante ainda porque, na proposta de aditamento que acabámos de votar, previa-se exactamente que o início da execução desse programa seria pelo meu círculo eleitoral.

Daí o meu voto favorável.

**Presidente:** Votamos agora o Programa nº 42 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Programa nº 43 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando

do 22 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Programa nº 43, para o qual não há propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O Programa nº 43 foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Agora há uma proposta, apresentada pelo Partido Socialista, para aditamento de um Programa nº 44.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta apresentada pelo Partido Socialista para aditamento de um Programa nº 44 foi rejeitada com 26 votos contra do PSD e 1 voto contra do PCP, registando 22 votos favoráveis do PS e 2 votos favoráveis do CDS.

**Presidente:** Votamos agora o nº 2 da Resolução apresentada pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O nº 2 da Resolução apresentada pelo Partido Social Democrata foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Srs. Deputados, passamos agora à votação global final, como manda o nosso Regimento.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É mais uma breve declaração de voto porque, na realidade, as intervenções que fiz em relação à apreciação deste Plano justificaram plenamente o nosso voto contra.

De qualquer modo, não queria deixar passar esta oportunidade sem reafirmar, mais uma vez, que, essencialmente com a aprovação do nº 2 da proposta que votámos, fica

comprovado, perante esta Câmara e perante a nossa Região, que o Plano que nos é apresentado não é rigoroso, não é austero, não tem a preocupação, efectivamente, do desenvolvimento da nossa Região. O nº 2 daquela proposta fala por si.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É óbvio que não podia passar sem deixar algumas breves considerações ao "aborto legislativo" com que o Governo Regional, em dia de aniversário, brindou esta Assembleia e brindou a população açoriana.

Não podia ficar sem considerações este híbrido. Como tal, será estéril, não dará frutos e todos nós temos disso consciência.

O próprio texto, além do acto, é cheio de contradições seguras, evidentes, manifestas, porque esta Proposta, que é de Resolução no nº 1 e que se nega como tal, no nº 2, que não é parlamentar nem governamental, contradiz-se nos seus próprios termos.

Sim, porque se aquilo que nós aprovamos no Plano, como se diz na primeira consideração do nº 2, impulsiona decididamente o "desenvolvimento harmónico do arquipélago", para quê prosseguir programas de polivalentes, como nós no Plano rejeitámos?

- Para quê beneficiar outras estradas, além das previstas no Plano, se esse "desenvolvimento harmónico da Região" se faz sem essas estradas, como nós aprovámos no Plano?

- Porquê iniciar a resolução dos problemas especialmente urgentes da superlotação das Escolas Secundárias se, como nós aprovámos no Plano, se consegue o "desenvolvimento harmónico" sem iniciar a resolução desses problemas?

- Para quê alargar a cooperação com as Autarquias se nós acabámos de votar contra o alargamento da cooperação com as Autarquias? Preferimos entregar-nos, no caso concreto do aproveitamento dos recursos hídricos, às resoluções que esta Assembleia já demonstrou não terem sido cumpridas realmente.

- Porquê, se considerámos desnecessário isso no Plano, vamos considerar necessário na recomendação?

- Porquê impulsionar a conclusão de obras de restauro em igrejas, afectadas pelo sismo de 80, na recomendação, se considerámos

isso desnecessário (e assim a maioria votou como desnecessário) no Plano?

- Porquê recomendar ao Governo que dê conta à Assembleia Legislativa Regional das diligências feitas quando se recomenda também ao Governo que "promova com todo o empenho", quando este empenho, à aplicação das verbas que se hão-de libertar em face do resultado declarado propósito de poupança, nós julgávamos que a poupança estava no rigor dos números que foram aprovados nesta Assembleia? Afinal não está! A poupança vem depois da aprovação desses números, vem depois na execução desses números!

Durante estes dias, Governo e maioria disseram exactamente ao contrário, naquilo que acabaram de aprovar agora, e num só número vem destruir tudo isso.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Mais: disseram-nos que tinham todas as verbas possíveis - e algumas manifestamente impossíveis, como são as que na proposta do Orçamento do Estado excedem os tais 4 mil contos - e, aqui, vêm-nos dizer que "esperam mais verbas", que "irão orçar mais verbas"?!

- Para que serve o rigor deste Orçamento que vamos aprovar daqui a pouco - Vossas Excelências vão aprovar daqui a pouco?

Efectivamente, embora sejam quase 5 horas da manhã, isto não é uma maioria com sono: é uma maioria que está a dormir!

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa para uma declaração de voto.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A aprovação deste documento na Assembleia Legislativa Regional dos Açores impõe que o Grupo Parlamentar do PSD, que aprovou esta Resolução nos termos em que a apresentou, declare o sentido do seu voto.

Não temos qualquer dúvida de que a oposição está no seu pleno direito de não aceitar esta proposta que nós apresentamos; não temos dúvidas de que à oposição cabe apresentar as alterações que achou por bem introduzir. Nenhum desses direitos foi aqui, jamais, negado neste Sala durante estes três dias. O que parece é que também o Grupo Parlamentar do PSD terá as suas razões que, ao longo destes dias, expendeu, naquela tribuna, à saciedade.

O próprio Governo prestou os esclarecimentos necessários à Câmara e não creio que, em alguma circunstância, as explicações



dadas pela maioria ou pelo Governo tivessem sido, de alguma forma, negadas pelos Srs. Deputados da oposição, mormente pela oposição do Partido Socialista...

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ...mais ainda quando, aqui e assim, o próprio Partido Socialista vem declarar que não dispõe dos elementos necessários para fazer um trabalho pormenorizado sobre as Despesas Correntes para, logo de seguida, conforme se pode verificar no documento que vamos ver a seguir, cortar, sem se saber com que critérios, sem explicar as verbas que julga necessárias para compensar, para serem a contrapartida de todo o resto.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O PSD tem, ao longo destes anos, sabido encontrar dentro de si, responsabilmente, os caminhos de unidade que hão-de prosseguir enquanto o povo desta Região nos der a sua confiança.

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Não negámos - nem o próprio Presidente do Governo aqui o disse - as dificuldades. Recolhemos, sim, nesta nossa proposta, o sentido daquilo que fomos aqui escutando, porque não somos surdos, porque não somos cegos...

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ...porque não somos teimosos nem fechados!

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Continuamos sendo tolerantes, flexíveis, respeitando os outros e, por isso, nesta proposta, nesta resolução, nestas recomendações, acabámos por acolher aquilo que foi sentido e aquilo a que exortamos o Governo aqui presente que aqui se compromete a, podendo, levar por diante este Plano por forma a que ele possa contribuir para o desenvolvimento da nossa Região!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma declaração de voto.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Depois do que já aqui foi dito (e muito bem dito!) por parte dos representantes da

oposição e depois do que aqui foi referido, como uma tentativa honesta, como quase sempre (ou sempre) do líder parlamentar do PSD, eu também me senti na obrigação de dar um pequena contributo sobre aquilo que considero ter sido, em matérias de Plano e Orçamento, a maior anomalia que se passou ao longo da nossa experiência autonómica de 12 anos.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Gostaria de reflectir um primeiro sentido.

O Governo Regional sai (escrevi para ser rigoroso) **politicamente derrotado deste debate deste Plano e deste orçamento** - e sai derrotado pela oposição e sai derrotado pelo seu próprio Grupo Parlamentar.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

**O Orador:** Por que é que o Governo Regional sai derrotado politicamente desta Casa?

(Aparte inaudível da bancada do Governo)

**O Orador:** Tenha paciência! A esta hora, e dado o tipo de assunto, sejamos dignos até ao fim e tenhamos coragem de ouvir algumas coisas!

E o Governo sai derrotado daqui porquê?

Todos pensamos, e se estamos a esta hora aqui, é exactamente pelo facto político que estamos a ajuizar aqui, agora, porque o Governo comprometeu-se, politicamente, de que não retiraria uma vírgula ao Plano e ao Orçamento e uma vez que o Governo Regional aceita a recomendação proposta pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Governo Regional já pôs em causa o objectivo da sua pretensão.

Obviamente que havia duas formas: uma era aprovar aquilo que nós propusemos (no todo, em parte ou naquilo que entendessem) e se isso fosse aprovado proposto por nós, é evidente que, politicamente, o Governo aceitaria a derrota. Mas porque foi recomendado pelo seu Grupo Parlamentar, o Governo julgo que tentou, inteligentemente, da forma habilidosa que eu, pessoalmente, reconheço na pessoa do Presidente do Governo, arranjou uma forma de, ao cabo e ao resto, perante o público, dar a entender que o documento entrou ou, melhor dito, o documento saíu tal àquilo que foi dito nesta Casa. Aqui já foram referidos alguns exemplos, por colegas anteriores, mas é sempre bom reflectir um pouco sobre eles.

Ora, o Governo decidiu excluir o Programa de "Apoio à Comunidade". Ainda há pouco tive aqui um "saudável" debate com o Sr. Se-

cretário Regional da Saúde e Segurança Social em que ele, honestamente, afirmou, perante o Povo dos Açores, que, conscientemente, tinha "deixado cair" aquele Programa, que assumia política e publicamente essa responsabilidade, que preferia proteger as crianças das várias infâncias e pôr de lado os polivalentes - e os Srs. são testemunhas, todos ouviram - e, agora, o Grupo Parlamentar do PSD aprova uma recomendação que diz "prosseguir o programa de polivalentes", um programa que não existe, um programa que foi retirado do Plano e que, agora, prossegue sem ser retomado?!

Eu não entendo! Portanto, alguém tem que engolir isto politicamente, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

(Aparte inaudível da bancada do Governo)

**O Orador:** Eu engoli-lo? Não!

(Risos da Câmara)

Foi também aqui já dito "beneficiar outras estradas além das previstas", isto é, esta Assembleia aprova um Plano com programas e acções que obrigam a executar e, depois, recomenda que ele execute as que não estão no Plano!!!

(Risos do PS)

Isto já foi dito por outras palavras, mas é importante talvez referir: **recomenda que ele execute as que não estão no Plano!**

Mas, então, eu diria, particularmente, ao Sr. Secretário Regional das Finanças que percebo que este deve ser um dos piores dias destes 2 anos!...

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)

**O Orador:** Se me permitem continuar, eu diria:

- Mas, vai haver a publicação desse "2º Plano"?

- E que há o Plano que foi aprovado através do nº 1 e há o Plano que é uma recomendação que é aprovada através do nº 2?!

E lato! Os Srs. não quiseram aprovar uma proposta que era bem mais modesta, que incluía, concretamente, um projecto novo, mas ampliam aqui outros (vários). Um caso particular:

Há pouco (ou ontem, isto é tudo o mesmo dia, já estamos aqui permanentemente), com o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura nós também trocámos aqui um "saudável" debate (aliás, como todos nós) sobre a necessidade de dar urgência ao processo da nova Escola Secundária de Angra do Heroísmo, dada a situação reconhecida pelo Gover-

no e pelo Sr. Secretário - já era preciso projecto, já eram precisos terrenos.

A maioria chumbou: não podíamos alterar o Programa do Governo!

Agora, recomenda ao Governo, no tal "2º Plano", não só o caso da Escola de Angra, mas de toda a Região, dos centros urbanos da Região. Isto é uma loucura!

(Aplausos do PS e do PCP)

Eu não quero usar adjectivos porque a uma hora destas...

(Aparte inaudível da bancada do Governo)

**O Orador:** Se o Sr. Secretário Regional me dá licença...

(Aparte inaudível da bancada do Governo)

**O Orador:** Isto é "cruzado" ou quê?

(Risos da Câmara)

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu percebo que vos convém anular alguns destes modestos raciocínios. Agora, pedia que, já que estamos a acabar com isto...

**Presidente:** Sr. Deputado, é só para lhe dizer que tem apenas mais um minuto.

**O Orador:** Sr. Presidente, espero que tenha descontento, sinceramente, este "boicote"...

(Risos da Câmara)

...autêntico "boicote"! Mas eu julgo que os Senhores perceberam!...

E óbvio que têm que disfarçar a situação política quer eu descrevi, fundamentando, de forma objectiva, a derrota política do Governo.

Estou satisfeitiíssimo por verificar que aquilo por que nos batemos aqui (ou parte, uma parte pequena), foi adoptado pelo Grupo Parlamentar do PSD que, não tendo a coragem de apresentar propostas pelas razões de todos nós conhecidas (valha-nos Deus!), teve a necessidade de comprometer o Governo para com essas coisas.

Há aqui um pormenor para o qual temos que chamar a atenção:

Em Novembro ou Dezembro recebemos o Relatório de Execução do 1º Semestre uma obrigação legal e estatutária perante esta Câmara.

A recomendação não se fica por isso, vai mais longe, e diz que quer "no fim do 2º e do 3º trimestres".

Mas, Srs. Deputados, um Governo que não cumpre em relação ao Plano vai cumprir, em relação a uma recomendação, ao fim do 1º

e do 2º trimestres?!

(Aplausos do PS e do PCP)

**Presidente:** Srs. Deputados, passamos agora à votação do Orçamento.

Nós vamos votar o Orçamento, como estava combinado, por Capítulos. Ao votarmos o Capítulo I não votaremos os Mapas de I a IV porque, depois, no fim, votaremos os Mapas de I a IV, bem como as alterações propostas.

Assim sendo, vamos votar o Capítulo I, não incluindo os Mapas de I a IV.

Os Srs. Deputados que concordam com o Capítulo I façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Capítulo I foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Capítulo II, menos o artigo 4º, para o qual há uma proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Capítulo II, menos o artigo 4º, foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Votaremos agora o artigo 4º para o qual o Partido Comunista apresenta uma proposta de alteração, que vai ser votada em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta alteração façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada pelo Partido Comunista foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o artigo 4º na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 4º foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** O Partido Comunista apresen-

ta uma proposta para aditamento de um artigo 4º-A, que passamos a votar de seguida.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento de um artigo 4º-A, apresentada pelo Partido Comunista, foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Passamos agora ao Capítulo III, que engloba os artigos 6º e 7º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Capítulo III foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Há uma proposta de aditamento de um artigo 6º-A, apresentada pelo Partido Comunista, que fica desde já à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento de um artigo 6º-A, apresentada pelo PCP, foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votámos favoravelmente a nossa proposta, como é lógico, e pensamos que ela é importante, na medida em que propunhamos que neste Orçamento fosse consignado um acréscimo salarial ao funcionalismo da Administração Regional e Local, o que, aliás, referimos também, na nossa intervenção quando tratámos de assuntos de Orçamento.

Não vou repetir aquilo que na altura disse. De qualquer modo, não queria passar sem, mais uma vez, reafirmar aqui a necessidade que nós entendermos que existe de contemplar estes funcionários públicos com um acréscimo que lhes seja concedido com anuidade e que não altere a amplitude do leque salarial estabelecido.

Pensamos que a existência deste acréscimo salarial é fundamental, é necessária, é importante.

No entanto, em altura oportuna, voltaremos ao assunto.

Disse.

**Presidente:** Votamos agora o Capítulo IV, formado pelos artigos 8º e 9º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Capítulo IV foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD e 2 votos favoráveis do CDS, registando 22 votos contra do PS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Sr. Deputados, o Partido Socialista apresentava uma alteração para o Mapa I, para o Capítulo II, Grupo 3, artigo 23º, que ficou prejudicada pela rejeição de uma proposta de extinção do Fundo de Abastecimento.

Agora, apresenta para o Mapa I, Capítulo XII, artigo 1º, uma proposta, que já é do conhecimento de todos os Srs. Deputados, a qual passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 22 votos favoráveis do PS e 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Com esta rejeição ficam prejudicadas as propostas para o Mapa II e Mapa III.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Comunista Português considera que a nossa economia deve ser constituída por um sistema misto onde possam prevalecer o sector empresarial do Estado, o sector privado e o sector cooperativo.

E porque defendemos um sector empresarial do Estado socialmente útil, propiciador do desenvolvimento económico, votámos contra esta proposta, na medida em que ela iria implicar um processo de nacionalizações em relação às quais mantemos algumas reservas. Fundamentalmente são problemas de concepção de Estado que nos levaram a votar contra esta proposta.

Disse.

**Presidente:** Srs. Deputados, passamos à votação do Mapa I e os seus Anexos na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam

o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstiveram façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Mapa I e Anexos foram aprovados com 26 votos favoráveis do PSD, 22 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Para o Mapa II há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, que fica também prejudicada.

Assim sendo, passamos à votação do Mapa II e seus Anexos na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Mapa II e seus Anexos foram aprovados com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Se os Srs. Deputado não virem inconveniente, votaremos os Mapas III, IV e V em conjunto, uma vez que não existem proposta de alteração para os mesmos.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os Mapas III, IV e V foram aprovados com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Srs. Deputados, passamos agora à votação global final.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Passamos agora à votação da Proposta de Resolução que aprova a alteração ao Plano de Médio Prazo 89/92 na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Srs. Deputados, como ficou combinado e não havendo propostas de alte-

ração para os programas, votaremos, na especialidade, os 43 programas em conjunto.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Foram aprovados com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 22 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma declaração de voto.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A declaração de voto do Grupo Parlamentar do CDS é no sentido de recomendar ao Senhor Presidente do Governo Regional que compre, o mais breve possível, "as memórias da Sra. Thatcher"!

(Risos da Câmara)

**Presidente:** Srs. Deputados, estes três documentos que acabámos de aprovar baixam à Comissão respectiva para a redacção final.

Agora interrompemos os nossos trabalhos, recomeçando na próxima terça-feira, dia 4 de Dezembro, pelas 15,00 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Proposta de Decreto Legislativo Regional "Criação do Sistema de Crédito à aquisição de terra por rendeiros";

2 - Proposta de Decreto Legislativo Regional "Regime jurídico da suspensão do contrato de trabalho e da redução temporária dos períodos normais de trabalho";

3- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o "Quadro de Vinculação dos Conservatórios Regionais";

4- Projecto de Resolução sobre a "Criação de um prémio da Assembleia Legislativa Regional para o Jornalismo Parlamentar";

5 - Revisão do Plano e Orçamento para 1990.

Srs. Deputados, muito bom dia e até ao dia 4, se Deus quiser!

(Eram 05,30 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Borges de Carvalho, Melo Alves; PS - Dionísio Sousa, José Gabriel Lopes, José Manuel Bettencourt, Luís Filipe Cabral, Ricardo Barros, Carlos César; CDS - Alvarino Pinheiro e Rui Meireles).

---

**A Redactora Principal:** Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.